

**SILVIA REGINA NUNES BAPTISTA**

**COMUNICAÇÃO ORAL EM REDES SOCIOTÉCNICAS  
ORIENTADAS A PLANTAS MEDICINAIS: a relação entre informação  
científica e conhecimento tradicional**

**Rio de Janeiro**

**2014**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO EM SAÚDE - PPGICS**

**ICICT/ FIOCRUZ**

Silvia Regina Nunes Baptista

**COMUNICAÇÃO ORAL EM REDES SOCIOTÉCNICAS ORIENTADAS  
A PLANTAS MEDICINAIS: a relação entre informação científica e  
conhecimento tradicional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, área de concentração Configurações e Dinâmicas da Informação e da Comunicação em Saúde como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof. Dra. Paula Xavier dos Santos

Coorientadora: Prof. Dra. Annelise Caetano Fraga  
Fernandez

**Rio de Janeiro**

**2014**

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ - RJ

B222 Baptista, Silvia Regina Nunes

Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas  
medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento  
tradicional / Silvia Regina Nunes Baptista. – Rio de Janeiro, 2014.

x, 223 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e  
Comunicação em Saúde, 2014.

Bibliografia: f. 201-206

1. Informação e comunicação em saúde. 2. Agroecologia. 3. Rede  
sociotécnica. 4. Interdisciplinaridade. 5. Plantas medicinais. I. Título.

CDD 615.321

Silvia Regina Nunes Baptista

**COMUNICAÇÃO ORAL EM REDES SOCIOTÉCNICAS ORIENTADAS  
A PLANTAS MEDICINAIS: a relação entre informação científica e  
conhecimento tradicional**

Aprovado em 31 de março de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Inesita Soares de Araújo

---

Prof. Dra. Mara Zélia de Almeida

---

Prof. Dra. Adriana Kelly Santos

---

Prof. Dra. Nina Cláudia Barbosa da Silva

Dedico esse trabalho

À minha mãe Lourdes Martins de Carvalho pelo entusiasmo, pelo velho dicionário sem capa dos tempos de infância e pelas plantas medicinais.

Aos meus irmãos Sandro, Sarah e Bruninha pela paciência e pelos sobrinhos tão questionadores.

Aos tios Walter, Luiza e Roberto pelo exemplo.

À Annelise Fernandez e Sandra Magalhães Fraga pelas novidades e compromisso.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores do PPGICS/ICICT/FIOCRUZ, em especial à Paula Xavier dos Santos e Inesita Soares de Araújo pela paciência, pelas críticas necessárias e pelo percurso tão promissor.

Aos colegas do PPGICS/ICICT/FIOCRUZ por tantos momentos de inspiração.

Ao Paulo Henrique de Oliveira Léda, parceiro de primeira hora.

Aos integrantes dessa pesquisa, seus coautores : Alzeni da Silva Fausto; Arlindo Pereira; Bernardete Montesano; Claudemar Mattos; Dalila Sylvia de Oliveira Silva; Fátima Cristina D. Sanches; Francisco Caldeira de Souza; Jorge da Costa Pinto; José Antônio Pereira; Lúcio de Sampaio Filho; Márcio Mattos Mendonça; Maria C. Rosa; Marisa Pimentel Amaro; Nádia Aparecida C. P. Reis; Nádia Aparecida C. P. Reis; Renato Baldez de Moraes; Rosângela de Almeida; Rosângela Mangili; Sandra Santos Fernandes; Sandra Aparecida C. Magalhães Fraga; Sonia Nascimento de Oliveira; Tania Maria de Souza; Valdecy Ferreira de Lima;

As agricultoras e agricultores do Maciço da Pedra Branca pelo aprendizado proporcionado nesses anos de caminhada.

Aos profissionais do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde/Farmanguinhos/ Fiocruz por apresentarem a complexidade ao nosso território e feito isso terem demonstrado as matizes entre a teoria e a prática;

À Miriam Langenbach e demais cestantes da Rede Ecológica;

À Bernardete Montesano e demais amigos da Rede Carioca de Agricultura Urbana e à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro com suas redes de redes;

À Dra Mara Zélia, Mayara Queiroz e demais organizadores do I Simbafito pela nova oportunidade de observar outro território e ver questões similares.

À amiga recente Monica Alvarenga pela presença e estímulo.

À Alice Franco, pelas provocações e parceria.

## RESUMO

Os diferentes usos e apropriações das plantas medicinais mobilizam recursos por todo o mundo. Laboratórios, instituições de pesquisa, indústrias investem bilhões de dólares em busca de novas moléculas tendo como ponto de partida o acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade. Os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares tem se utilizado de estratégias, muitas vezes insuficientes, para proteger ou negociar o conhecimento constituído por seus antepassados. Consideramos a exclusão das classes populares aos sistemas de decisão política propondo que o estudo de uma unidade territorial poderia dar conta de relacionar as diferentes fragmentações a que a participação política se reporta. Enquanto objeto de estudo, investigamos o conhecimento sobre plantas medicinais tanto do ponto de vista da Saúde Coletiva como da Agroecologia. Esses campos são também como fronteiras epistemológicas para analisar a relação entre informação científica e o conhecimento tradicional na comunicação informal que vincula os atores em redes sociotécnicas de plantas medicinais. As redes são delineadas em sua dimensão local a partir de projetos e práticas orientadas à produção e consumo de plantas medicinais entre a zona oeste do Rio de Janeiro e parte da região metropolitana. Utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa-ação incluindo uma livre apropriação da sistematização em composição com a análise documental, observação participante, entrevistas e reuniões. Como resultado foi identificado o estado de reciprocidade ao conhecimento tradicional em grupos de pesquisa brasileiros e periódicos de comunicação científica, como uma dimensão global das redes observadas. Registramos o papel das feiras agroecológicas como nós da rede e como mercado simbólico. Concluimos que a predominância do conhecimento tradicional na comunicação informal qualifica a rede sociotécnica identificada. Sendo seu elemento mais relevante a reciprocidade. A partir dos resultados apresentados espera-se que o imperativo ético derivado dessa dimensão da dívida se estenda aos objetos ou quase objetos como elementos críticos da promoção da saúde e inclusão produtiva dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Informação e Comunicação em Saúde. Agroecologia. Rede Sociotécnica. Interdisciplinaridade. Plantas Medicinais.

## ABSTRACT

The different uses and appropriations of medicinal plants mobilize resources worldwide. Laboratories, research institutions and industries invest billions of dollars in search of new molecules having as a starting point the access to the traditional knowledge associated with biodiversity. The traditional people and the traditional communities and family farmers have been using strategies, often insufficient, to protect or negotiate the knowledge constituted by their ancestors. We consider the exclusion of the popular classes to political decision systems proposing that the study of a territorial unit could handle to relate the different fragmentations that political participation reports. As an object of study, we investigated the knowledge of medicinal plants from the point of view of Public Health as of Agroecology. These fields are also as epistemological boundaries to examine the relationship between scientific information and traditional knowledge in informal communication that links the actors in socio-technical networks of medicinal plants. The networks are outlined in your local dimension from projects and practices oriented to the production and consumption of medicinal plants between the west of Rio de Janeiro and part of the metropolitan region. We use as methodological procedures the research-action including a free appropriation of systematization in composition with documentary analysis, participant observation, interviews and meetings. As a result it was identified the reciprocity condition to traditional knowledge in Brazilian research groups and scientific journals, as a global dimension of the observed networks. We registered the role of agro-ecological fairs as network nodes and as symbolic market. We conclude that the prevalence of traditional knowledge in informal communication qualifies the identified socio-technical network. Being its most important element the reciprocity. From the results presented it's expected that the ethical imperative derived from this dimension of the gift extends to objects or almost objects as critical elements of health promotion and productive inclusion of family farmers, peoples and traditional communities.

Keywords: Information and health communication. Agroecology. Sociotechnical networks. Interdisciplinarity. Medicinal Plants.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 OBJETIVOS.....	25
1.2 JUSTIFICATIVA.....	26
2 CAMINHOS DA PESQUISA.....	32
2.1 TIPO DE ESTUDO.....	32
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	35
2.3 FONTES DE DADOS.....	39
2.4 COPARTICIPANTES DA PESQUISA.....	40
2.5 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	43
2.6 CAMPO OBSERVACIONAL.....	45
2.7 ROTEIRO DA SISTEMATIZAÇÃO.....	46
2.8 PROCEDIMENTOS DE REGISTRO E ANÁLISE DE DADOS.....	48
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	52
3.1 A COMUNICAÇÃO COMO FENÔMENO MAIS AMPLO.....	53
3.2 CIENCIA E TRADIÇÃO – CAMINHOS ENTRE O GLOBAL E O LOCAL.....	67
3.3 SAÚDE COLETIVA E AGROECOLOGIA COMO FRONTEIRAS.....	79
3.4 A JUNÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE PROCESSOS, DISCIPLINAS, SETORES.....	91
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A INTER-RELAÇÃO ENTRE A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E A TRADICIONAL.....	93
4.1 DE UMA PRÁTICA COMUNICATIVA A UMA REDE SOCIOTÉCNICA.....	94
4.2 DA MEMÓRIA À COMUNICAÇÃO INFORMAL.....	126
4.3 FEIRA AGROECOLÓGICA: TROCAS SIMBÓLICAS E COMUNICAÇÃO ORAL.....	142
4.4 REDES TRAÇADAS PELA PARTICIPAÇÃO-PODER.....	162
4.5 A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O CONHECIMENTO TRADICIONAL EM PLANTAS MEDICINAIS.....	173

5 ELEMENTOS CRÍTICOS PARA APOIO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INCLUSÃO PRODUTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES .....	189
6. CONCLUSÃO .....	196
REFERÊNCIAS .....	203
APÊNDICES .....	210
ANEXOS.....	221

## LISTA DE SIGLAS

AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

AFRNI – Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu

AFERQ – Associação Feira da Roça de Queimados

AGROPRATA – Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca

AGROVARGEM – Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande

ALCRI – Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa

CCSDT – Coordenação de Cooperação Social de Desenvolvimento Territorializado

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

COFID – Coordenação de Fitoterápicos e Dinamizados

COPAGÉ – Cooperativa dos Pequenos Produtores de Magé

DGP/CNPq – Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa.

EEUU – Estados Unidos

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

FAFRE – Feira Agroecológica da Freguesia

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro

FARMANGUINHOS – Instituto de Tecnologia em Fármacos

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FRNI – Feira da Roça de Nova Iguaçu

FRQ – Feira da Roça de Queimados

FOCG – Feira Orgânica de Campo Grande

ICICT – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

IFICS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NGBS – Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde

PROFITO – Projeto Plantas Medicinais nas comunidades do entorno do Maciço da Pedra Branca

REDES FITO - Redes de Inovação para Gestão em Fitomedicamentos

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SMSDC-RJ – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

SUS – Sistema Único de Saúde

TRIPS – Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIVERDE – Cooperativa dos Pequenos Produtores de Nova Iguaçu

## 1 INTRODUÇÃO

Estamos acostumados a ouvir elogios à biodiversidade brasileira como sendo uma das maiores do mundo. Contudo a presença humana no manejo, uso ou melhoramento de espécies da biodiversidade é constantemente desconsiderada se formos olhar do ponto de vista dos povos e comunidades tradicionais ou da agricultura familiar. Os estudos relacionados à agrobiodiversidade têm contribuído para reverter essa invisibilidade, ao tratar de forma integrada os interesses alimentares e de reprodução dos modos de vida com a preservação dos ecossistemas.

No âmbito deste debate, destacamos plantas medicinais como um fio condutor diante de complexas relações que se estabelecem a partir da agrobiodiversidade. O conhecimento sobre essas espécies foi socialmente construído ao longo de diversas gerações relacionadas às suas territorialidades específicas. Por muitos séculos, a ciência também tem se dedicado a investigação de diferentes aspectos dessas plantas medicinais. Muitas vezes de uma forma ou outra as pesquisas científicas das plantas medicinais partem do conhecimento tradicional associado à biodiversidade ou já disseminado na sociedade.

Os princípios da agrobiodiversidade ao relacionar plantas, objetos, espaços e alimentos como partes de um sistema agrícola permitiu problematizar a complexidade de temas que envolvem as plantas medicinais: o extrativismo, o cultivo ou a produção e, conseqüentemente, o consumo de plantas medicinais – todos estes se relacionam com o acesso à terra, com a documentação do agricultor, com a certificação da produção. Os mercados existentes e a logística para acesso a esses mercados bem como a oportunidade de beneficiamento ou não de sua produção são outros fatores relacionados a plantas medicinais.

Sob a perspectiva da saúde coletiva, a predominância do uso tradicional e popular de plantas medicinais principalmente em classes populares e comunidades periféricas mesmo em ambiente urbano é um fator cultural importante. Eventualmente, trata-se de um sintoma da exclusão de populações aos sistemas de saúde pública que, não tem adequação à cultura local. Em muitos casos, um tratamento à base de plantas medicinais está associado à falta de atendimento médico de qualidade, levando cidadãos a procurar por meios alternativos o

alívio aos sintomas desagradáveis que porventura estejam sentindo. Em outras situações observa-se que cidadãos com acesso aos serviços de medicina convencional escolhem utilizar o conhecimento tradicional de plantas medicinais.

Esse uso implica em diferentes oportunidades de organizar e criar vínculos para a saúde coletiva, para geração de renda, para novidades e inovações como processos sociais. Criar vínculos, por sua vez, seria uma condição para a gestão participativa das políticas, programas, projetos e serviços direcionados às populações que utilizam tradicionalmente plantas medicinais.

Elencamos, assim, um conjunto de condicionantes para a produção e consumo agroecológicos de plantas medicinais. Citamos a terra, o mercado, a logística, a documentação, o uso assistido ou não por profissionais de saúde. Ao considerarmos a exclusão das classes populares aos sistemas de decisão política que influenciam esses fatores pulverizados, pensamos que o estudo de uma unidade territorial poderia dar conta de relacionar as contradições e questões que envolvem as plantas medicinais, inseridas em um agroecossistema sendo este, por sua vez, incluído em redes globais.

O território seria então o espaço onde as relações pessoais, intersetoriais e interdisciplinares são passíveis de observação. Temas, setores econômicos e da administração pública, pesquisas monodisciplinares que se espalham pelo mundo podem ser observadas a partir desse recorte territorial. Ao mesmo tempo os territórios no Brasil e no mundo são lugares de disputas e relações de poder. E, conflitos territoriais tem sua própria complexidade.

Desse modo, essa pesquisa se utiliza do território do Maciço da Pedra Branca como ponto de partida para o delineamento de uma rede sociotécnica que articula este espaço social a configurações políticas mais amplas, construída a partir de um projeto de capacitação de agricultores para a produção de plantas medicinais: o Projeto Profito. Esse primeiro recorte territorial está situado geograficamente na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Acima de 100 metros do nível do mar existe uma unidade de conservação integral denominada Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB). Denominamos Maciço da Pedra Branca ao conjunto de relações territoriais além do PEPB, e incluindo o entorno dessa UCI, onde há experiências de agricultura.

É nesse território em disputa que se passa a experiência do Profito, um bom caso para pensar a complexidade que envolve essa proposta de construção de um arranjo produtivo local de plantas medicinais e que toma agricultores familiares como protagonistas deste projeto.

A realidade encontrada no maciço não difere de muitos outros lugares ou territórios. Os conflitos socioambientais encontrados nessa região são similares aqueles que se espalham por diversas regiões do país e do mundo. Durante décadas se difundiu a ideia de um vazio demográfico nas montanhas da Pedra Branca. O Estado criou então, na cidade do Rio de Janeiro uma unidade de conservação integral mantendo a invisibilidade dos sitiantes tradicionais historicamente habitantes do local.

Toda a região metropolitana apresenta impasses em relação à conservação socioambiental e à manutenção da agricultura em suas diversas manifestações. Há impactos na agricultura urbana e nos territórios definidos como urbanos, periurbanos e rurais. Ao mesmo tempo, o projeto Profito construiu relações com agricultores e agricultoras de vários municípios. Buscando associar a realidade intramunicipal do Rio de Janeiro a municípios da Baixada incluímos na pesquisa essas outras realidades. Queimados, por exemplo, tem uma legislação similar à do Rio de Janeiro. O IPEA configura esse município como 100% urbano. O ordenamento espacial desse município não prevê a agricultura e não há uma associação entre a produção agrícola e os impostos urbanos, por exemplo.

Afinal, o Maciço da Pedra Branca é um território rural ou urbano? Apesar de ser uma indagação recorrente entre as pessoas a própria noção de rural e de urbano se modifica nesses contextos. A legislação parece simplificar esse contexto. Os municípios do Rio de Janeiro e de Queimados, por exemplo, são considerados integralmente urbanizados. A observação e a declaração dos cidadãos, no entanto modificam esse olhar.

O plano diretor do Rio de Janeiro não deixa espaço para a agricultura, embora ela exista. Curiosamente alguns moradores e produtores ainda recebem o carnê de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR). Outros têm conseguido uma isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por terem agricultura em suas propriedades. Essas imposições (impostos) demonstram a ambiguidade territorial como campo de luta para agricultores.

A segunda região metropolitana do Brasil segue na direção de formação de uma megalópole, promovendo uma conurbação entre o Rio de Janeiro e São Paulo. A conurbação ocorre quando as cidades perdem seus limites. As duas maiores metrópoles brasileiras tem seu crescimento urbano acelerado tendendo a esse conglomerado chamado de conurbação. Nesse cenário, a quantidade de asfalto, concreto, e industrialização é inversamente proporcional à preservação dos recursos naturais.

O Rio de Janeiro não é diferente também nos impactos sobre as comunidades tradicionais. Os processos de luta de comunidades indígenas na Aldeia Maracanã e na comunidade quilombola da Restinga de Marambaia tiveram certa visibilidade na mídia, recentemente. Mostram que a cidade do Rio de Janeiro não está alheia aos processos de conflitos socioambientais que ocorrem em outras regiões do país.

Tanto a cidade como toda a região metropolitana está sendo palco de grandes investimentos financeiros internacionais. Um dos motivos aparentes desses investimentos são os jogos globais – os Jogos Pan-Americanos, realizados em 2007; a Copa do Mundo realizada em 2014 e os Jogos Olímpicos que ocorrerão em 2016. Em nome desses eventos são promovidas profundas transformações urbanas na cidade. Na mesma dimensão investimentos de grande envergadura, típicos de um determinado modelo de desenvolvimento modifica-se a configuração da região metropolitana.

Além desses problemas sociais, os impactos ambientais derivados dessas e de outras intervenções urbanas passadas têm sido visíveis e contabilizados. Estima-se que a região metropolitana do Rio de Janeiro levou 300 anos para poluir a Baía de Guanabara. O complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá (Rio de Janeiro/RJ) foi prejudicado severamente em apenas três décadas. A legislação restritiva de alguns locais de interesse imobiliário é alterada de modo arbitrário. Na Reserva Ambiental de Marapendi, na Barra da Tijuca, próximo ao PEPB, há um projeto de construção de um campo de golfe e um *resort*. Um importante fragmento de mata atlântica no bairro de Deodoro, zona norte da cidade, está ameaçado pelo projeto de implantação do autódromo retirado da zona oeste.

O capital parece dispor da cidade sem sequer consultar os seus habitantes. Quando promove uma audiência pública parece cumprir uma exigência legal. Recentemente um gestor

de um órgão ambiental estadual afirmou que fazia a consulta à sociedade, mas que seu objeto em consulta pública não estava em discussão. A decisão já estava tomada. O contexto político na cidade é de luta e conflito. Multiplicam-se as resistências por todo lugar.

Na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro a população tradicional também desenvolve processos simbólicos de luta. Constitui tramas e vínculos tecidos na reprodução de seu modo de vida. Alia-se a diferentes atores sociais na busca do bem-viver. Defende seu direito à terra para plantar e morar. Defende sua intrínseca relação com a paisagem cultural que seus ancestrais ajudaram a cultivar. Defende sua proximidade com o mar, os lagos, os rios, os peixes, os pássaros que marcaram sua infância e que constituem marcos em sua memória social. Consolida novos territórios pautados pela solidariedade e participação política.

As resistências populares resultam em fronteiras agrícolas e ambientais. Por toda a periferia da região metropolitana encontram-se experiências de agricultura ou de proteção ambiental. Nas três cidades visitadas nessa pesquisa, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, a agricultura se faz presente nos limites das cidades. Em alguns bairros é possível observar o corte brusco entre o urbano e o rural, de certa forma demonstrando o vetor de crescimento da cidade.

Ao lado desses espaços onde a agricultura se instala há as unidades de conservação. Em Queimados há duas áreas de proteção ambiental (APAs). Uma é a APA Guandu e a outra é a APA Luiz Gonzaga de Macedo, inteiramente municipal. Nova Iguaçu está nos limites da Reserva Biológica de Tinguá. Criado recentemente, o Parque Estadual do Mendanha (PEM) liga três municípios da região metropolitana, Nova Iguaçu, Mesquita, Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro além do PEM e de diversas outras unidades de conservação, abriga o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB).

O PEPB, unidade integral de conservação onde iniciamos essa pesquisa, foi criado em 1974. Espalha-se principalmente na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. São 12 mil hectares destinados a conservação integral da biodiversidade, ou seja, por pressuposto, excluindo a presença humana enquanto lugar de morar e reprodução dos modos de vida. Paradoxalmente, a falta de investimento para implantação da UC e principalmente a ausência

de regularização fundiária, criou condições para a preservação da agricultura e das comunidades tradicionais da região.

Por vivenciar o paradoxo entre uma institucionalidade (PEPB) e a evidente presença humana, citamos sempre o Maciço da Pedra Branca como expressão da fusão da agrobiodiversidade com a unidade de conservação. É uma cordilheira de montanhas, no coração da cidade que já havia passado por diferentes ciclos agrícolas. Houve o ciclo da cana de açúcar, do café. Nas primeiras décadas do século XX, segundo um agricultor, saíam “caminhões e caminhões de laranja” da região. Atualmente a principal produção é de fruticultura, especialmente, banana e caqui. Desse modo, os principais atores desses ciclos permaneceram no lugar, fazendo tradicionalmente seu ofício de agricultores.

Sem o reconhecimento público de sua existência, os agricultores e sua rede de parentela formaram pequenas comunidades. Nessas comunidades ocorre esse uso popular e tradicional de plantas medicinais, principalmente como o sintoma de exclusão citado anteriormente. O acesso à saúde no Maciço da Pedra Branca é caracterizado pela ausência do poder público, por isso chamado por alguns de vazio sanitário. É comum ouvir dos agricultores que “há trinta anos não vão ao médico”. Outro diz que nunca foi a um médico. Até recentemente, as pessoas recorriam a Dona Nata, a rezadeira local, falecida já.

Conhecendo esses fatores duas pesquisadoras criaram o Projeto Profito Pedra Branca. Conheci uma delas, Sandra Aparecida Magalhães Fraga, doutora em ecologia, conservação e manejo, às margens do Rio Paineiras fazendo coleta de material para sua tese, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais. A segunda pesquisadora, Annelise Caetano Fraga Fernandez, estava na época de criação do Profito fazendo o trabalho de campo também para sua tese de doutoramento no Programa de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Houve uma convergência de interesses entre a comunidade tradicional, os interesses da pesquisadora e a iniciativa do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz). Desse modo, em 2006 foi criado o Projeto Plantas Medicinais como alternativa Agroecológica para as comunidades do Maciço da Pedra Branca. Após

várias versões e nomes similares ao primeiro, em 2008, o projeto recebeu o nome fantasia de Profito, termo que usamos para designá-lo desde então.

O projeto criado por Farmanguinhos/Fiocruz teve um objetivo inicial de garantir renda para os agricultores do Maciço da Pedra Branca. Tinha uma vocação para a sustentabilidade, bem como de promover a mediação dessas comunidades tradicionais com o órgão gestor do Parque Estadual da Pedra Branca, na época conhecido como Instituto Estadual de Florestas (IEF). Atualmente após a fusão com outros órgãos de vocação ambiental, tornou-se Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

A equipe fundadora do Profito encontrou duas organizações de agricultores já consolidadas e um grupo com forte vínculo entre si. A Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (Alcri) era a organização mais antiga e uniu os agricultores de um sub-bairro chamado Pau da Fome, vizinhos a sede do PEPB. Foi criada em 1986, passou 12 anos desativada e depois foi reorganizada pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) que, na época mantinha um escritório em Jacarepaguá (Fernandez, 2010, p. 298).

A segunda organização já consolidada foi criada com o nome de Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca. Embora seu nome de origem quisesse abranger todo o Maciço, na realidade seu nome fantasia lhe dá uma territorialidade mais restrita. Hoje, após a criação da Agrovargem em 2007, passou a se chamar Agrop prata, numa referência ao sub-bairro de Rio da Prata, Campo Grande, cidade do Rio de Janeiro.

A Agrovargem, nome fantasia da Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande nasceu com a participação da comunidade no Profito. Com o desenvolvimento do diagnóstico participativo promovido pela equipe fundadora do Projeto, encontrou-se no Alto Mucuíba em Vargem Grande (RJ/RJ), um grupo coeso por laços de parentesco e de religiosidade. Eram agricultores e comunitários de algumas poucas famílias tradicionais. A própria criação da associação foi uma demanda do grupo que já tinha essa necessidade bastante contextualizada. Para eles, o acesso a direitos passava por essa institucionalização de sua forma peculiar de organização. Assim, após várias reuniões de formação em 12 de dezembro de 2007 foi criada a Agrovargem.

As três associações de agricultores, parentes e as comunidades onde se inserem foram vinculadas como uma rede comunitária através do investimento participativo dos projetos. Ao repetirem a presença em reuniões, seminários, viagens passaram a criar vínculo com os laboratórios de Farmanguinhos e por extensão com outros institutos e com o Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Essas relações não ficaram restritas à Fiocruz, se estendendo para outras organizações governamentais ou não inicialmente convidadas pela equipe fundadora do Profito. Outras parcerias foram se vinculando ao longo do tempo, focando em atores do entorno do Maciço da Pedra Branca mas incluindo relações com agricultores da Baixada Fluminense.

Essa territorialidade do Profito está centrada na agricultura do Maciço da Pedra Branca e no seu entorno onde se situa três unidades de Farmanguinhos, uma delas no Campus Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA). Estende-se à parte da região metropolitana do Rio de Janeiro desde que as organizações de agricultura da Baixada Fluminense, em especial de Magé, Nova Iguaçu e Queimados, mediante convite passaram a frequentar os seminários do Profito realizados em 2010 e 2012.

A comunicação em redes foi uma opção metodológica em 2009 quando o Profito alcançou seu primeiro orçamento institucional através do edital de Desenvolvimento territorial desenvolvido pela Coordenadoria de Cooperação Social, órgão ligado à presidência da Fiocruz. A partir dessa visão, o Profito passou a se inserir e ajudar a criação da Rede Carioca de Agricultura Urbana, derivada do trabalho do Programa de Agricultura Urbana da organização-não-governamental Assessoria a Agricultura Alternativa (ASPTA). O próximo pertencimento veio com a participação dos agricultores nas articulações de agroecologia da metropolitana, estadual e nacional.

Como previsto no projeto de 2009, essa comunicação em redes deu amplos resultados para os agricultores da Pedra Branca. Eles aumentaram sua participação no Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Banca; alcançaram representação nas Conferências locais, municipais, estadual e nacional de segurança alimentar; conquistaram assento no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-Rio). Esse conselho é fundamental para acesso da agricultura da cidade do Rio de Janeiro a determinados

direitos. Atualmente é presidido por um agricultor que iniciou sua participação política no Profito.

A partir da inserção em redes os agricultores do Maciço da Pedra Branca conseguiram as primeiras Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), um importante documento para acesso a crédito e mercados institucionais. Passaram a comercializar para colégios estaduais da região através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente cinco escolas do entorno adquirem alimentos orgânicos diretamente da agricultura da cidade. Esses avanços levaram o atual diretor da Agrovargem, Jorge Cardia, a afirmar: “Nós não somos mais invisíveis”.

Outra novidade é a territorialidade emergente das feiras orgânicas e agroecológicas que surgem por toda a cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Através da participação dos agricultores aprendemos que a feira é muito mais que um mercado. Esse vínculo mostrou que valorizam um mercado onde podem expressar sua cultura oral, sua dádiva, seu conhecimento. Aqui entendemos a feira como lugar de construção do conhecimento, como lugar de comunicação e trocas simbólicas. É, portanto, um espaço valorizado por essa pesquisa.

A percepção atual é que esse conjunto de atores constitui uma grande rede na qual se apresentam atores humanos e não humanos que se relacionam sob a influência direta tanto do conhecimento tradicional como da informação científica. Todos, naturalmente, com direito à participação nas políticas relacionadas às plantas medicinais. Essa dupla informação costuma gerar alguns impasses entre as redes e coletivos anunciando uma necessária tradução, mediação e simetria.

A metodologia do Profito se organizava em torno da gestão participativa. Foi um investimento de anos para gerar a atual relação entre os três núcleos de agricultura e moradia. Esse processo de formação foi a atividade principal que me conduziu de voluntária no Profito à profissionalização em Farmanguinhos. A equipe fundadora sentiu a necessidade de profissionalizar alguém das ciências humanas que implantasse essa gestão participativa. Assim em 2007 passei a integrar a equipe.

Essa pesquisa deriva dos desafios dessa convivência entre a tradição agrícola, as reflexões das ciências humanas e sociais com o laboratório. Foram os desafios e resultados dessa formação para a gestão participativa que fundamentam esse projeto.

A agricultura familiar e tradicional do Maciço da Pedra Branca e, por extensão, da região metropolitana do Rio de Janeiro é fragilizada por questões de mercado, de especulação imobiliária ou limitada pela implantação de unidades de conservação integral que perseguem o mito da natureza intocada. Ao mesmo tempo é atingida por relações técnicas orientadas por órgãos governamentais diferentes que nem sempre atuam no sentido de unir. A fragmentação e setorialização da gestão pública tem seu paralelo na resistência popular também fragmentada como todo o tecido social. São grupos especializados na luta por moradia, outros por alimentação saudável, outros por cultura viva, outros por questões ambientais. Outros coletivos e organizações ainda são voltados para a economia solidária e parecem ligar-se mais ao artesanato do que a uma visão intersetorial da produção para outra economia possível.

Esses grupos parecem corresponder à divisão contemporânea do conhecimento tão compartimentalizado em disciplinas, orientada para e por diferentes setores econômicos, apropriados em distintos espaços geográficos. Entre seus operadores estão aqueles voltados para a política urbana, de mobilidade, de abastecimento, de educação. São aqueles gestores de planos e recursos para implantar os aparelhos esportivos voltados aos jogos. São aqueles definidores dos serviços ambientais e voltados à cultura. São também atores coletivos na busca de garantir segurança alimentar e nutricional, ligando abastecimento às necessidades novas ligadas à agroecologia. Simultaneamente e no mesmo território existem os serviços de saúde pública e investimentos em pesquisas do campo da saúde coletiva.

É, portanto, um amplo leque de ações e serviços que podem convergir com o pensamento crítico da população organizada. Em cada um desses nichos de poder há cidadãos tentando fazer valer seu direito à participação. Esses cidadãos se conectam a uma rede ampla de resistência política e cultural. Porém, essa rede é complexa. A atuação na gestão participativa do Profito demonstrou que a agricultura da região metropolitana do Rio de Janeiro é uma agricultura ameaçada. Só recentemente começa-se a ter acesso aos programas de amparo ao próprio ato (prioritário) de produzir alimento. Muitos agricultores vivem sem documentação, sem segurança da posse da terra. Desse modo, não poderiam participar de uma

política pública de plantas medicinais. Precisavam atender a outras prioridades como estratégia de sobrevivência. Temas mais emergentes se sobrepuseram às plantas medicinais. O seu uso popular e tradicional dava conta de suas necessidades de autocuidado. Sua prioridade era o acesso a terra.

Por diversas vezes agricultores demonstraram seu vínculo com as plantas medicinais. No entanto, as lutas cotidianas para reprodução de seu modo de vida são tão exigentes que o trabalho com as plantas medicinais se torna secundário. As prioridades são o alimento, a moradia, a posse da terra. As pessoas querem atuar nas políticas e serviços locais voltados às plantas medicinais, mas não conseguem. Diante disso, a busca de uma participação política não fragmentada tendo por base uma unidade territorial é uma necessidade.

Essa pesquisa enquanto ferramenta de observação e análise propõe a um recorte temático e territorial do contexto descrito. Verificamos um conjunto de organizações populares, serviços governamentais, agentes de pesquisa científica, aparelhos públicos, objetos técnico-científico-informacionais que podem ser descritos e analisados como rede sociotécnica. Em meio às contradições inerentes ao território recortado esse grupo parece ser uma pequena parte que contém o todo. Como um holograma esse pequeno recorte pode iluminar o conjunto das relações de resistência nesse território. É um dos motivos que tornam esse empreendimento relevante.

Por opção dos agricultores que integram o Profito, o ambiente das feiras foi priorizado como espaço de interações entre produtores e consumidores de plantas medicinais frescas ou com beneficiamento primário. É nesse ambiente que aqueles detentores do conhecimento tradicional possibilitam um encontro com o consumidor que, por ter acesso à informação científica pode trazer algumas questões ao ato de compra.

Pressupõe-se que agricultores-produtores e consumidores articulem em seus argumentos tanto a informação científica como o conhecimento tradicional. Podem também ocorrer conflitos de autoridade ou de autoritarismo entre pessoas que atuem em um único parâmetro de informação. É importante lembrar que todos têm direito à informação científica, conforme declara um importante movimento internacional: “Las campesinas y campesinos

tienen derecho a la información completa e imparcial sobre bienes y servicios, para decidir qué y como quieren producir y consumir” (Via Campesina, 2009).

As conversas informais no ambiente das feiras inclui simultaneamente o conhecimento tradicional e a informação científica. Juntando todos esses fatores será configurada uma rede vinculando os diferentes atores através da informação e da comunicação. A prática empírica nos projetos desenvolvidos permite identificar quatro categorias de atores: O primeiro ator é produtor/fornecedor de plantas medicinais em propriedades urbanas e/ou periurbanas. O segundo ator é consumidor, adquirindo plantas medicinais através de trocas mercantis ou pela dádiva. O terceiro ator é atuante nas redes de agroecologia e contribui com o suporte para o consumo agroecológico de plantas medicinais. Tem o perfil técnico e um entendimento crescente do modo de construção social do conhecimento que permeia as articulações de agroecologia. O quarto ator é detentor de saberes biomédicos, ligado à saúde pública, seja na assistência, seja na vigilância sanitária.

Lembramos essa categorização não é estática mas processual. O consumidor é muitas vezes produtor. O produtor sempre é um consumidor. O mesmo é válido para os demais atores que oscilarão entre os vários papéis. Uma leitura e descrição dos contextos em que ocorre a interação observável serão úteis nessa investigação.

O problema de pesquisa é a coexistência entre a informação científica e o conhecimento tradicional nas práticas de comunicação informal sobre plantas medicinais nessas redes e, em especial nas feiras agroecológicas da região metropolitana. A observação pretende identificar como ocorre essa coexistência, se há disputa de sentidos, relação de domínio ou complementaridade e que rede sociotécnica pode ser desenhada, no território, a partir desses fluxos de informação e comunicação.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre informação científica e o conhecimento tradicional na comunicação informal que vincula os atores em redes sociotécnicas de plantas medicinais na região metropolitana do Rio de Janeiro.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- a) Sistematizar as ações do Projeto Profito descrevendo a relação de seus integrantes com o Sistema Único de Saúde.
- b) Identificar as práticas de informação e comunicação sobre plantas medicinais em feiras agroecológicas da região metropolitana do Rio de Janeiro.
- c) Desenhar a rede sociotécnica derivada da participação popular nos serviços e políticas de plantas medicinais na região metropolitana do Rio de Janeiro.
- d) Analisar a inserção do conhecimento tradicional na produção científica sobre plantas medicinais.

### **1.2 JUSTIFICATIVA**

A principal motivação para essa pesquisa vem da experiência pessoal em meu lugar de origem familiar, junto às organizações populares e movimentos sociais. Portanto, meu interesse pelo tema surge de uma existência híbrida e não moderna. Nasci em meio a uma comunidade tradicional na zona oeste do Rio de Janeiro. Cresci, no entanto com acesso à informação tecnológica e científica. Vivenciei atividades típicas do passado como algo que sobrevivia contemporaneamente através de práticas que incluem o uso de plantas medicinais. Ao mesmo tempo sou impelida cotidianamente a traduzir a produção acadêmica sobre plantas medicinais.

Interpelada em diversas ocasiões passei a uma militância de defesa da informação científica que ratifica o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais. Ao mesmo tempo reconhecendo a luta por empoderamento das classes populares que fica invisível na relação sociotécnica. Essa forma não sistematizada sempre me causou um grande desconforto. Percebi então que aí existe um objeto de pesquisa a ser investigado.

Essa vivência foi fortalecida através do período que integrei a equipe do projeto Profito. Primeiramente como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e em seguida como gerente do projeto. Compreendi as implicações da falta de acesso à informação científica e necessidade de estratégias de mediação através dessa atuação profissional.

O investimento local feito pelo Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde (NGBS/Farmanguinhos/Fiocruz) levou parte da equipe à percepção empírica de vazios do conhecimento sociotécnico sobre a integração entre conhecimento tradicional e informação científica. O número de pesquisas científicas sobre plantas medicinais excede as mais ousadas expectativas. Diferentes listas de plantas medicinais estudadas subsidiam interesses de uso na saúde pública e na indústria. Esse é o caso da Relação Nacional de Plantas de Interesse do Sistema Único de Saúde (Renisus). Algumas espécies integram a Relação Nacional de Medicamentos (Rename).

A essa percepção se aliou a permanência da mobilização dos agricultores e comunitários que integram o projeto como a exigir uma culminância concreta e obtenção dos objetivos traçados inicialmente para o Profito.

Outra justificativa para essa pesquisa é a sua relação contemporânea com o ambiente institucional internacional e nacional. Entre as diferentes iniciativas globais de proteção aos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais está a Conferência Internacional Sobre Cuidados Primários De Saúde, realizada na então União das Repúblicas Soviéticas (URSS), na cidade de Alma-Ata entre 6 e 12 de setembro de 1978. O documento síntese das deliberações desse foro inclui, em sua visão de saúde, os praticantes da medicina tradicional. Essa medicina tradicional é reconhecida pelo uso de plantas medicinais e outros elementos da agrobiodiversidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS), após essa declaração passou a

desenvolver mecanismos de inclusão dos conhecimentos tradicionais em diversos documentos e ações mundiais.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Eco 92 ou Rio 92, além de enfatizar a emergência das questões ambientais, trouxe ao cenário a proteção aos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Uma das culminâncias dessa conferência foi a assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) por 175 países incluindo o Brasil. Esse documento tornou a proteção aos direitos desses povos algo mais explícito, mas que, em nosso entendimento já estava implícito na ideia da medicina tradicional preconizada pela Declaração de Alma Ata.

A natureza da CDB está no âmago dessa pesquisa na medida em que trata do uso da biodiversidade onde o acesso sobre plantas medicinais tem o seu papel. O documento reconhece a intrínseca relação entre a biodiversidade e os povos e comunidades tradicionais. Considera também que o conhecimento tradicional é utilizado por atores não pertencentes a essas comunidades e, nessas condições, uma justa e equitativa divisão de benefícios deve ser promovida.

Dois anos depois da Eco-92, o Brasil se torna signatário do acordo TRIPS, sigla derivada de Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights, ou Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Essa rodada de negociações internacionais foi realizada no Uruguai, em 1974 e contribuiu para a fundação da Organização Mundial do Comércio. Mais adiante vamos analisar essas contradições no campo dos acordos internacionais que impactam direta ou indiretamente o cenário nacional da produção, circulação e consumo de plantas medicinais.

Simultaneamente, no Brasil, foram se constituindo as correspondências desse contexto internacional na legislação nacional. Essas ambiguidades globais espalham-se por diferentes documentos. Ao longo da pesquisa analisaremos a proliferação de políticas, programas e planos governamentais. Considerando as características da nossa federação e a nossa cultura de ação governamental, configura-se uma fragmentação dessas políticas e programas agravando a situação desses povos e comunidades tradicionais. Ou seja, os próprios textos programáticos dão indícios de uma luta de hegemonia e contra hegemonia

entre princípios que ora protegem os povos e comunidades tradicionais ora fazem deles presas fáceis de esquemas desenvolvimentistas.

No Brasil, o pacto federativo, em sua distribuição de ações públicas entre governos federais, estaduais e municipais não favorece uma integração das ações previstas nesses textos. Há políticas nacionais conflitantes a serem executadas por diferentes ministérios. As ações em si, devem obedecer ao pacto federativo. Estados e municípios tem a prerrogativa da ação local e por sua vez dividem a gestão em secretarias e subsecretarias, institutos. Esse quadro fragiliza ainda mais a produção e o consumo agroecológico de plantas medicinais.

Consideramos então os três entes federativos corresponsáveis pela execução de princípios protecionistas expressos na Constituição Federal e na adesão nacional aos acordos internacionais. Embora, como veremos adiante, a principal iniciativa que anima essa pesquisa tenha uma geografia intramunicipal, achamos indispensável recorrer a um recorte regional que possibilite em desdobramentos futuros pensar o papel do Estado do Rio de Janeiro nessa problemática.

As políticas, programas e alocação de recursos derivadas de decisões nacionais também são fatores que justificam esta pesquisa. Nesse sentido sublinhamos: Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares PNPIC(Brasil, 2006a), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Brasil, 2006b), ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (Brasil, 2007), ao Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Brasil, 2009), a Política Nacional de Produtos da Sociobiodiversidade (Brasil 2009). O tema também é relacionado à Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia - PNAPO (Brasil, 2012).

O Plano Nacional de Cultura (Lei 12343/2010), por sua vez, traz princípios que são aplicáveis ao tema das plantas medicinais: "valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores". Tem como órgão executor o Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN) que traçou uma metodologia para lidar com o conhecimento tradicional como patrimônio imaterial.

Outro desses investimentos está acontecendo por demanda das organizações populares e movimentos sociais junto com profissionais especializados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Um de seus órgãos, a Coordenação de Fitoterápicos, Dinamizados e Notificados (Cofid) tem avançado bastante na legislação referente a medicamentos derivados de plantas medicinais (ANVISA, 2013a). Por exemplo, a resolução RDC Anvisa nº 277, de 22 de setembro de 2005, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2013a) que estabelece o Regulamento Técnico para Café, Cevada, Chá, Erva-Mate e Produtos Solúveis. Descreve um conjunto de plantas passíveis de utilização como alimento (chá), atendendo ao que se convencionou chamar de baixa complexidade. Ou seja, as plantas tem indicação de uso como alimentos, sem a conotação de medicamentos. Aliam-se a estratégias de alimentação, nutrição e saúde preventiva.

Outra iniciativa da própria ANVISA recentemente colocou em consulta pública um processo de inclusão produtiva que pode beneficiar diversos produtos derivados da agricultura familiar dentre eles, a produção e beneficiamento primário de plantas medicinais. Estive presente em uma das oficinas que deu origem à consulta pública nº 37 de 26 de agosto de 2013 publicada no Diário Oficial da União de 27/08/2013 (ANVISA, 2013b). No dia 29 de outubro de 2013, participei da 14ª reunião colegiada do órgão durante o Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária. Nessa reunião a consulta pública foi aprovada por unanimidade dando origem à RDC 49/2013 (ANVISA, 2013c).

O órgão responde com esse processo a demandas da sociedade civil. Essa consulta pública é uma vitória dos movimentos sociais em sua luta por inclusão produtiva expressa na 11ª Conferência Nacional de Saúde e na de 1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. A forma pela qual essa consulta foi organizada permitiu a participação dos movimentos sociais e a identificação dos avanços e desafios apresentados nacionalmente na discussão.

Esta pesquisa também se justifica pela interseção do seu tema com a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Vigilância Sanitária, dentre essas os estudos sobre agricultura familiar e produção artesanal de alimentos e seus impactos na segurança alimentar (ANVISA, 2011, p. 11); Na mesma agenda há um item dedicado à comunicação e educação (1.4) onde se expressam como prioridades, “estudos sobre as demandas da sociedade por

informação sobre temas relacionados à vigilância sanitária e estudos sobre a mobilização social como estratégia para a prevenção do risco” (ANVISA, 2011, p. 13).

Para esse processo de decisão quanto ao escopo da pesquisa foi fundamental saber que há uma convergência de interesses no campo da agroecologia e a missão do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) (BRASIL, 2011). Agroecologia preconiza o papel das novidades no desenvolvimento endógeno e tem na segurança alimentar e nutricional o seu norte mais pragmático. Um dos objetivos desse plano, o PBSM, é “propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva” (BRASIL, 2011). Acreditamos que plantas medicinais tem um papel a desempenhar no combate à vulnerabilidade social em nosso país. É possível que esse papel se cumpra não como medicamento, mas como alimento e tema gerador importante para a comunicação em saúde.

Consideramos que uma parte da região metropolitana do Rio de Janeiro tem indicadores de vulnerabilidade que justificam uma ação compartilhada entre os entes federados e a sociedade organizada. Uma ação nessa região, tem o sentido de aprendizado pessoal, institucional e coletivo para ser reaplicado em territórios ainda mais vulneráveis. Esse projeto pode contribuir para mapear parcerias que dê início de um arranjo socioprodutivo local de plantas medicinais e fitoterápicos. Tem a missão de consolidar um conhecimento prévio sobre o ciclo produtivo e suas redes de apoio capaz de alinhar conceitos e criar parcerias institucionais.

Finalmente acrescentamos que estudar o tema à luz da informação e comunicação em saúde é uma busca por explicitar o papel estratégico que essas áreas exercem na gestão participativa e controle social como princípios do SUS e demandas da sociedade. A ciência da informação traz reflexões consideráveis sobre mecanismos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade como um processo em curso ou algo que acontece à comunidade científica, como um momento epistêmico (POMBO, 2005). Esta não é uma pesquisa sobre interdisciplinaridade. No entanto, pode qualificar o objeto quanto à relação entre as ciências que estudam plantas medicinais com uma atitude de solidariedade com os detentores do conhecimento tradicional. Desse modo pode dar subsídios para futuras investigações e implantação de projetos de desenvolvimento local.

## 2 CAMINHOS DA PESQUISA

Início esse capítulo prestando uma homenagem à amiga e agricultora Madalena Gomes, por termos uma prosa antiga sobre o caminho do pensamento. Naturalmente esse capítulo poderia ser intitulado procedimentos metodológicos. No entanto, o alinhamento desta pesquisa à uma aproximação com a forma de construção tradicional do conhecimento traz um contexto onde as metáforas e incertezas são bem vindas. Com a presença da expressão caminhos da pesquisa no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos (ICICT, 2012, p. 27), achamos mais adequado batizá-lo assim. As palavras do mestre da complexidade, Edgar Morin, conferem certa sustentação teórica a essa opção.

“A metáfora literária estabelece uma comunicação analógica entre realidades muito distantes e diferentes, que permite dar intensidade afetiva à inteligibilidade que ela apresenta. (...) Fornece, frequentemente, precisões que a língua puramente objetiva não pode fornecer”. (Edgard Morin)

### 2.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa-ação onde se deu a conjunção de aspectos da pesquisa documental ou bibliográfica com a observação participante e a entrevista semi-estruturada. Também recorremos a uma livre apropriação da sistematização como prática comum do campo da agroecologia, transformada em técnica de pesquisa-ação. Segundo Antonio Gil, a pesquisa-ação “procura diagnosticar um problema específico numa situação específica com vistas a alcançar algum resultado prático” (Gil, 2010, p. 42). Nesse sentido, ela se orienta para parâmetros e procedimentos diferentes das pesquisas tradicionais que buscam conhecimentos ditos objetivos. Enfatizamos a troca e a devolução das informações geradas para o próprio grupo que gerou os problemas recortados.

A pesquisa se alinhou com a busca de elementos que integram o convencional e o não convencional em pesquisa. Esses elementos, segundo Magda Soares (1992) são o locutor, o interlocutor e o gênero da pesquisa e se referem ao "um continuum" do convencional ao não

convencional, partindo da neutralidade pretendida, (...), para chegarmos à não neutralidade valorizada, que é um reconhecimento do eu como objeto de pesquisa possível, porque, na verdade o eu somos nós" (Soares, 1992, P.126).

Esse pensamento de Magda Soares traz uma abordagem que se coaduna com a busca do território agroecológico. Como pesquisadora, eu busquei me colocar numa posição de horizontalidade como locutora, buscando problematizar esse lugar privilegiado. Confesso que amarguei tempos de dúvida sobre que pronome utilizar, que vozes falariam por este meio privilegiado que é a escrita. Ao descrever na introdução a minha/nossa história no desenvolvimento do projeto Profito, entendi que somos nós, todos interlocutores que articulamos nossas vozes nesse texto. A esperança é de que eu tenha sido leal ao narrar os acúmulos, as críticas e as novidades produzidas na coparticipação. Essa é a pesquisadora não convencional.

Passamos ao pesquisador que se reconhece como individualidade que se dissolve construindo o coletivo com os outros, em compromisso, em solidariedade, em cumplicidade com os outros. E então o interlocutor se amplia: não apenas os pares da academia, não só os participantes da pesquisa, mas todos, todos aqueles que constroem a história, o conhecimento. E esse interlocutor impõe e permite um novo gênero, caracterizado pela libertação das normas e regras de estruturação e estilo acadêmicos (SOARES, 1992, p. 127).

Pela inclusão do tema no campo de pesquisa da agroecologia, buscamos uma ênfase na construção social do conhecimento. Para a gestão do conhecimento agroecológico no território os procedimentos metodológicos utilizaram a sistematização, como a livre apropriação já citada de uma prática realizada em todo o estado do Rio pelas instituições de pesquisa em agroecologia em parceria com os movimentos sociais e organizações de agricultores. O conceito de sistematização abaixo é resultado de experiências do International Institute for Rural Reconstruction:

a methodology which facilitates the ongoing description, analysis and documentation of the processes and results of a development project in a participatory way. This process leads to the generation of new knowledge,

which is then fed back and used to make decisions and improve performance<sup>1</sup> (SELENER et al, 1998, pág. 12 ).

A sistematização adaptada aos objetivos desta pesquisa teve uma associação livre com a pesquisa documental e a pesquisa participante (GIL, 2010). Foram revistos todos os documentos derivados das atividades do Projeto Profito e atividades correlacionadas. Selecionamos dezessete documentos para descrição das atividades do projeto e priorizamos sete para subsidiar a análise crítica proposta pela sistematização. Documento tem uma concepção ampla. É qualquer objeto capaz de comprovar um fato ou acontecimento (GIL, 2010, p.31). No entanto pela limitação técnica e temporal nos limitamos aos textos, como registros escritos da ação desenvolvida no Profito.

Ao mesmo tempo utilizamos recursos da ciência da informação para analisar os grupos de pesquisa e os periódicos especializados. Reunimos um grupo de interlocutores para apresentar os resultados da pesquisa documental. Nesse encontro elegemos prioridades, construímos demandas desse coletivo. Só então fomos a campo para buscar novas respostas através de observação participante e entrevistas semiestruturadas.

A sistematização pode ser vista como um tipo de pesquisa participante, pois, à semelhança do que Antônio Gil afirma "tem como propósito fundamental a emancipação das pessoas ou das comunidades que a realizam" (GIL, 2010, 43). A sistematização aplicada teve o sentido de devolver aos participantes do Projeto Profito e seus parceiros um conhecimento arrumado e priorizado a ser consolidado a partir das experiências realizadas entre 2009 e 2013. O mesmo autor atribui a Orlando Fals Borda (GIL, 2010, 43), a afirmação de que esse tipo de pesquisa propõe "uma postura de devolução do conhecimento dos grupos que lhe deram origem". Essa postura se harmoniza com os interesses da agroecologia, no sentido da horizontalidade dos saberes e busca do empoderamento dos agricultores-experimentadores.

---

<sup>1</sup> Uma metodologia que facilita a descrição contínua, análise e documentação dos processos e resultados de um projeto de desenvolvimento de forma participativa. Este processo conduz à geração de novos conhecimentos, que é então transmitido para trás e usada para tomar decisões e melhorar o desempenho.

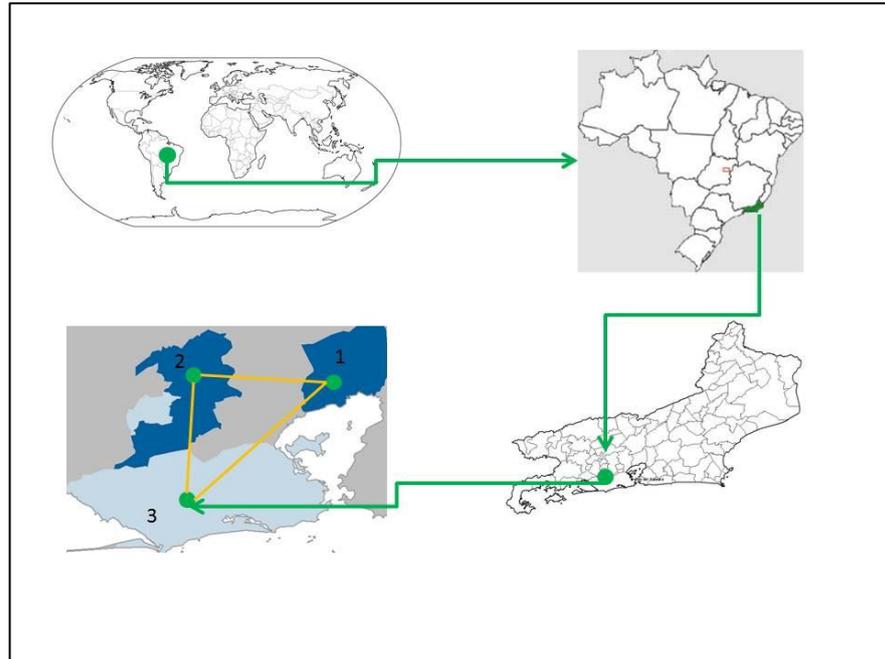
## 2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A região metropolitana do Rio de Janeiro segue como segunda maior do território nacional com seus quase 12 milhões de habitantes e dezenove municípios. Nela é registrada a maior taxa de urbanização 96,71% seguida de São Paulo com taxa de 95,94% de urbanização (FURTADO et al, 2013, p.40). Ainda assim configuram-se bolsões de vegetação e um contínuo conflito socioambiental sobre as áreas de preservação.

As camadas sociais menos abastadas sofrem um processo contínuo de exclusão socioespacial para as áreas menos valorizadas na metrópole, frequentemente localizadas em áreas de proteção a mananciais, áreas de proteção permanente (APPs), encostas e áreas de risco, gerando uma série de conflitos entre a agenda da sustentabilidade ambiental e o direito à moradia na metrópole (REFINETTI, 2006 apud FURTADO et al, 2013. p.99).

Dentre os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, percorremos nesta pesquisa os municípios de Nova Iguaçu, Queimados e a capital, Rio de Janeiro (Fig.1). O critério de seleção desses municípios deriva da relação já iniciada com o Projeto Profito, como descrito anteriormente, o cultivo, comércio e uso de plantas medicinais, a presença de feiras agroecológicas e a integração com a Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

**Figura 1: Mapa situacional do território de atuação da pesquisa.**



Nota: Situa a pesquisa na região metropolitana do Rio de Janeiro e demonstra os municípios de Queimados (1), Nova Iguaçu (2) e Rio de Janeiro (3). Fonte: Elaboração própria a partir de imagens da internet de fonte não identificada. A quarta imagem foi elaborada no Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil 2013.

Os municípios selecionados somam a população de 7.133.885 habitantes. Têm o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) similar à média nacional, dois deles na faixa de alto IDHM e Queimados considerado médio. O índice é alavancado pelo fator longevidade que é um derivado dos determinantes sociais de saúde. Esse indicador, a médio e longo prazo pode transformar o perfil das necessidades de saúde através do envelhecimento da população. O pior desempenho em todos os municípios fica com o fator educação. (tab.1). Nos subitens que compõe o fator longevidade considera-se alto o percentual de mortalidade infantil entre 13 e 16, 70 para mil nascidos vivos.

Tabela 1: Comparativo do IDHM dos três municípios selecionados com o Brasil

Lugar	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0.727	0.739	0.816	0.637
Nova Iguaçu (RJ)	0.713	0.691	0.818	0.641
Queimados (RJ)	0.680	0.659	0.810	0.589
Rio de Janeiro (RJ)	0.799	0.840	0.845	0.719

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. (PNUD, 2013).

Para uma região metropolitana como o Rio chama atenção o percentual dos extremamente pobres, quase 4% em média. Era de se esperar índices muito menores de extrema vulnerabilidade, como nesse caso o índice da capital, o Rio de Janeiro com apenas 1,25% de extremamente pobres que, ainda assim não pode ser considerado residual. No subitem vulneráveis à pobreza, o Rio alcança também um conjunto de índices acima da média nacional. Os demais municípios selecionados para esta pesquisa giram em torno da média nacional. Queimados mais uma vez destaca-se com os índices mais desafiadores. É o mais vulnerável entre os três (tabela2).

Tabela 2: Descrição de outros indicadores de vulnerabilidade

Lugar	Mortalidade infantil (2010)	% de vulneráveis à pobreza (2010)	% de extremamente pobres (2010)	% de crianças extremamente pobres (2010)	% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos (2010)
Brasil	16.70	32.56	6.62	11.47	17.23
Nova Iguaçu (RJ)	15.40	30.43	3.38	6.45	17.63
Queimados (RJ)	16.70	33.68	3.89	6.20	25.77
Rio de Janeiro (RJ)	13.00	16.41	1.25	2.81	12.02

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. (PNUD, 2013).

Os três municípios contam com agricultura urbana, periurbana ou rural. O Rio de Janeiro e Queimados apresentam-se na legislação municipal como totalmente urbanos, sem população rural, o que faz com que sua agricultura esteja localizada em um território oficialmente classificado como urbano. Esse fato traz uma constante tensão local entre os conceitos de rural-urbano. À revelia da normatização do território urbano, há agricultores familiares organizados nas associações já citadas e integrantes da Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana. Apresentam um comércio de venda direta em feiras aqui denominadas agroecológicas como distintas das feiras livres convencionais. As feiras agroecológicas são criadas e administradas com a cogestão dos agricultores familiares. O Rio de Janeiro conta também com o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas que, apesar de não ter o caráter de cogestão, reúne um número representativo de agricultores familiares de municípios da região metropolitana.

Tabela 3: Comparação entre ocupados no setor agropecuário, ocupados com renda de até 1 salário mínimo diante da população rural, urbana e total

Lugar	% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2010)	População total (2010)	População rural (2010)	População urbana (2010)
Brasil	21.91	13.55	190755799	29830007	160925792
Nova Iguaçu (RJ)	14.77	0.84	796257	8694	787563
Queimados (RJ)	14.07	0.63	137962	0	137962
Rio de Janeiro (RJ)	8.25	0.31	6320446	0	6320446

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. (PNUD, 2013).

## 2.3 FONTES DE DADOS

Utilizamos três fontes de dados:

1ª) Serão utilizados como dados primários: os documentos não publicados derivados do projeto Profito, de eventos aos quais os participantes da pesquisa estiveram ou estarão presentes e da consulta pública em andamento, que incluem a tipologia de:

- a) Atas e Registros de reuniões;
- b) Fotos e vídeos;
- c) Relatórios de execução de projetos e eventos (2009-2013);
- d) Emails;

2ª) o depoimento das pessoas colhido em três momentos:

- a) Duas reuniões participativas
- b) Observação Participante em quatro feiras agroecológicas.
- c) Entrevistas semiestruturadas.

3ª) Dados secundários

- a) Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes/CNPq

No acesso a dados primários buscamos identificar a coexistência entre a informação científica e o conhecimento tradicional. Desse modo se tornou necessário compreender a produção da ciência relacionada ao mesmo conhecimento tradicional. Utilizamos para esse fim o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq). Esse “constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no País. As informações nele contidas dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos

(pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil”<sup>2</sup>. Utilizamos a busca textual conforme o modelo disponível entre os meses de agosto de 2013 e janeiro de 2014.

#### b) Periódicos Científicos

Primeiro utilizamos o Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) um site onde “a gestão de informação e conhecimento, o qual envolve a cooperação e convergência de instituições, sistemas, redes e iniciativas de produtores, intermediários e usuários na operação de redes de fontes de informação locais, nacionais, regionais e internacionais privilegiando o acesso aberto e universal” (Bireme, 2006). A partir desse portal identificamos os periódicos especializados em plantas medicinais e temas afins, todos de acesso aberto: o *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*; o *El Boletín Latinoamericano y Del Caribe de Plantas Medicinales (BLACPMA)*. No Brasil, os periódicos identificados em nossa busca preliminar foram a *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, *Revista Brasileira de Farmacognosia*. Ambos indexados através do Portal Scielo.

## 2.4 COPARTICIPANTES DA PESQUISA

Os sujeitos integrantes da pesquisa, também chamados interlocutores, são agricultores que produzem e comercializam plantas medicinais nas feiras orgânicas e agroecológicas da região metropolitana do Rio de Janeiro; consumidores de plantas medicinais na Feira da Roça de Queimados; profissionais de órgãos públicos ligados à pesquisa em plantas medicinais,

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>

gestores e profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Queimados (RJ), representantes de organizações relacionadas à agroecologia.

A elaboração inicial da lista dos sujeitos resulta da observação empírica das ações locais do Programa Nacional de Plantas Mediciniais, com foco nas ações do "Projeto Profito" (Tab. 4).

A pesquisa abordou trinta e seis interlocutores divididos em quatro segmentos: agricultores, consumidores, técnicos e pesquisadores/gestores. Desses vinte e três foram entrevistados, sendo os demais integrantes da gestão participativa, ou seja, integraram as duas reuniões, atividades coletivas previstas no caminho da pesquisa.

A pesquisa buscou dar um equilíbrio de gênero, abordando 50% mulheres e 50% de homens. Isso será mais viável junto aos agricultores, pois há o pressuposto das experiências e interesses femininos no tema plantas medicinais. Todos apresentam letramento, embora a leitura não seja um hábito. A faixa etária dos interlocutores situa-se entre 30 e 55 anos.

Os agricultores tem estratificação salarial entre um e três salários mínimos. Moram em casas próprias em sua maioria, embora o padrão de construção coincida com os chamados assentamentos populares. Não possuem carros em sua maioria, nem empregadas domésticos ou auxiliares no cultivo. Também não possuem acesso à internet. Um dos integrantes da pesquisa não possui energia elétrica em seu domicílio.

Os técnicos, pesquisadores e gestores são em geral mais jovens que os agricultores, situando-se em média de 40 anos de idade. Tem renda superior, com mais de 5 (cinco) salários mínimos. São possuidores de carro, TV, acesso à internet. Tem nível de mestrado em geral à exceção dos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde de Queimados, com nível de graduação.

Tabela 4: Síntese dos interlocutores do projeto Profito 2009-2013 selecionados para a pesquisa

CATEGORIZAÇÃO	QUANTIDADE
Agrônomos AARJ (ASPTA)	2
Associados da AFERQ	2
Associados da Agroprata	2
Associados da Agrovargem	2
Associados da Alcri	2
Associado da Copagé	1
Associados da Univerde	2
Associados da AFERNI	4
Consumidores nas feiras agroecológicas	6
Farmanguinhos (pesquisadores)	6
Outros membros AARJ	3
Secretaria Municipal de Saúde de Queimados (Gestora)	1
Secretaria Municipal de Saúde de Queimados (Profissionais de saúde)	3
Total	36

Fonte: Elaboração própria utilizando dados selecionados e categorizados a partir de fontes primárias do Projeto Profito entre 2006 e 2013

## 2.5 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

Toda a amostragem desta pesquisa foi intencional. Essa intencionalidade se apresentou na escolha das palavras-chaves empregadas na seleção dos grupos de pesquisas, nos quatro periódicos científicos analisados, nos dezessete documentos não publicados do Profito, nos vídeos disponíveis e nas pessoas entrevistadas.

Essa intencionalidade da amostragem dialoga com a concepção de redes<sup>3</sup> sempre voláteis porque em movimento. Então uma ação descritiva ou analítica é sempre determinada por um ponto em determinado espaço temporal. O sujeito coletivo em determinado momento de sua evolução analisa um desenho de rede em outro momento pode descrever outro cenário. Outros atores veriam outra rede e, a qualquer momento, um actante<sup>4</sup> qualquer, em qualquer lugar do mundo altera a configuração de uma rede. Então essa intencionalidade diz respeito a assumir na pesquisa essa transitoriedade das redes descentralizadas.

Para a seleção dos grupos de pesquisa nos convém fazer uma rápida digressão sobre o papel de algumas palavras num contexto brasileiro do início da década de 1960 e nos tempos atuais da sociedade em redes. Em fins dos anos 50 e início da década de 1960, o educador Paulo Freire cunhou a expressão palavra geradora. Essas eram identificadas nos grupos e classes populares. Tinham o mérito de mobilizar vontades e coletivizar ações. A partir dessa experiência Freire alfabetizava adultos em apenas 45 dias.

Com o advento da internet foi se evidenciando o papel das palavras na formação das redes virtuais. Palavras formam redes de *hiperlinks*. São tão significativas que as tecnologistas da informação constroem tesouros (um tipo de dicionário técnico) para nomear coisas, fatos e processos. Existem *softwares* dedicados ao rastreamento de redes formadas pelas palavras-chaves. Como o inglês é a língua universal da internet, essas palavras são chamadas de *tags*. Daí advém o sucesso da rede virtual *Twitter* cuja metodologia de trabalho está voltada para as

---

<sup>3</sup> No próximo capítulo discutiremos esses conceitos, desde uma visão metafórica até um conceito de rede sociotécnica.

<sup>4</sup> Actante é utilizado para designar que elementos humanos, quase-humanos e não humanos (objetos) também exercem poder nas redes. Reconhecemos essa expressão primeiro no livro *Pasteurizing of France* (LATOUR, 1993).

*hashtags*, que nada mais são que palavras-chaves já marcadas como tal através de um sinal universalmente aceito para a tarefa.

Então se para Freire (2005) a palavra geradora mobilizava grupos populares e mobilizava desejos pessoais a ponto de facilitar a alfabetização, as *tags* da sociedade em redes materializa as redes virtuais. Há, nesta pesquisa o duplo contexto de mobilizar classes populares sem desconsiderar a condição contemporânea das redes globais através da internet. Então um grupo de palavras mobiliza uma rede e outro grupo de palavras mobiliza outras redes.

Nesse sentido utilizamos duas palavras-chaves para identificar o perfil dos grupos de pesquisa: plantas medicinais e conhecimento tradicional. A primeira tem um forte apelo popular. É um tema gerador e, portanto mobiliza uma rede popular. É diferente de uma rede organizada em torno da palavra farmacognosia ou fitomedicamentos. E isso não é uma discussão sobre o inegável mérito desses conhecimentos. Só não são populares. Estamos abordando aspectos de inclusão social e de reciprocidade aos povos e comunidades tradicionais. Desse modo buscamos termos sejam os mesmos utilizados pelas classes populares a quem se pretende incluir.

A segunda expressão, conhecimento tradicional, só recentemente tornou-se mais comum nas classes populares. Surgiu no contexto internacional da Rio 92, mas podemos dizer que ela serve aos interesses populares apesar de sua tradução corresponder a uma luta que não tem expressão nas comunidades locais. É a essa expressão que os tratados internacionais e iniciativas legais do Brasil se referem. Essa rede mobilizada pela junção das duas palavras plantas medicinais + conhecimento tradicional é que delimita nossa escolha no que diz aos grupos de pesquisa e aos periódicos científicos.

A seleção de pessoas corresponde às observações empíricas, realizadas entre 2009 e 2013 no contexto do Profito. A amostra dos entrevistados deriva dos registros de eventos, cursos e relatórios desenvolvidos pelo projeto. Os membros das associações de agricultores atenderam ao critério de cultivar e comercializar plantas medicinais. Os pesquisadores de Farmanguinhos tem relação direta com o projeto Profito, sendo que a única entrevistada, a Dra. Sandra Magalhães Fraga é uma de suas criadoras e atual coordenadora. Os consumidores

nas feiras agroecológicas foram indicados pelos agricultores como pessoas que repetidamente buscam plantas medicinais.

Os gestores da SMS Queimados selecionados são a titular da pasta, Dra Fátima Sanches, conforme autorização de pesquisa encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa, a coordenadora e a gerente da Estratégia Saúde da Família do município.

Os integrantes da Articulação de Agroecologia desempenham papel de liderança nessa organização que se dedica ao controle social de políticas públicas relacionadas à agroecologia. As pessoas foram selecionadas, pois o presente problema de pesquisa "demanda um grau expressivo de conhecimento do assunto e do ambiente ou dos processos estudados" (MAXWELL, 1996, p.72). A categorização dos sujeitos integrantes da pesquisa tenta "garantir que as conclusões representem adequadamente a gama completa de variações, em vez de apenas os membros típicos ou um subconjunto da população" (MAXWELL, 1996, p.72).

Segundo Antonio Gil (2010),

Uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados numa pesquisa-ação. A intencionalidade torna a pesquisa mais rica em termos qualitativos (GIL, 2010, 153).

## 2.6 CAMPO OBSERVACIONAL

O trabalho de campo foi realizado em três atividades: primeiro nas reuniões de gestão participativa, segundo nas feiras através da observação participante. E, a terceira atividade consistiu em vinte e três entrevistas semiestruturadas (Apêndice D).

A primeira reunião da gestão participativa a integrar a pesquisa foi realizada na sede do Campus Fiocruz da Mata Atlântica, na Estrada Sampaio Correa, s/n, Colônia Juliano Moreira, Jacarepaguá, RJ/RJ, no dia 9 de dezembro de 2013. Contou com 20 presentes. A segunda e última reunião de gestão participativa aconteceu na sede do Conselho Municipal

Rural de Queimados, no dia 20 de fevereiro de 2014. Contou com 25 presentes. As duas reuniões apresentaram representação de todos os segmentos selecionados para a pesquisa.

A observação participante nas feiras foi realizada em média duas vezes por semana. Essas feiras são: Feira Agroecológica da Freguesia, situada à Praça Professora Camisão, Freguesia (RJ/RJ), Feira Orgânica de Campo Grande, Rua Marechal Dantas Barreto, 95, Campo Grande (RJ/RJ), Feira da Roça de Nova Iguaçu, Rua Arcelino Pereira Neves, 176, Centro, Nova Iguaçu, RJ e Feira da Roça de Queimados, Rua Elói Teixeira, Centro, Queimados, RJ (Superintendência Federal de Agricultura no Rio de Janeiro, 2013).

Uma entrevista foi efetivada no Laboratório de Biologia (NGBS) no Campus Fiocruz da Mata Atlântica, Estrada Sampaio Correia, s/n, Colônia Juliano Moreira, Jacarepaguá, RJ/RJ; três entrevistas nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde de Queimados, Rua Hortensia, 254, Centro, Queimados, RJ; as demais nas próprias feiras, sítios ou residências.

## 2.7 ROTEIRO DA SISTEMATIZAÇÃO

Organizamos os procedimentos da pesquisa em cinco etapas relacionadas a cada um dos objetivos específicos. As três primeiras etapas corresponderam ao primeiro objetivo específico. A quarta etapa constituiu um conjunto de atividades para execução do segundo objetivo específico. A quinta etapa buscou atingir o terceiro objetivo. Na prática, ocorreu uma inter-relação entre as etapas. Essa questão já tinha sido prevista por Antonio Gil ao afirmar que, “na pesquisa-ação há um constante vai-e-vem entre as fases, que é determinado pela dinâmica do relacionamento entre os pesquisadores e a situação pesquisada” (GIL, 2010, p. 151).

A 1ª etapa consistiu em pesquisa documental: Coleta, seleção e organização dos documentos disponíveis, categorização e classificação por relevância para definir as informações que serão utilizadas nas demais fases da sistematização. Nessa primeira etapa serão selecionados os documentos do Profito entre 2009 e 2013, inclusive os eventos passados e contemporâneos.

Fez parte da primeira etapa da pesquisa, a investigação nas fontes de informação científica e nos periódicos *online*, especializados em plantas medicinais buscando a compreensão da produção e circulação de informação relacionada ao subtema conhecimento tradicional. Identificamos o *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, de acesso aberto. Para a América Latina há também o *El Boletín Latinoamericano y Del Caribe de Plantas Medicinales* (BLACPMA). No Brasil, os periódicos identificados em nossa busca preliminar foram a *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, *Revista Brasileira de Farmacognosia*. Ambos indexados através do Portal *Scielo*.

Para Antonio Carlos Gil (2010), a pesquisa documental é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, pois depende de dados já existentes. Mas a natureza das fontes distinguem as duas abordagens de investigação. Há casos em que um documento pode ser visto ora como bibliográfico ora como documental. De modo geral considera "fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou base de dados" (GIL, 2010, pág. 31).

Na 2ª etapa realizamos a reunião de gestão participativa inicial, similares aos grupos de discussão (WELLER, 2006). Constituiu um primeiro encontro com o coletivo dos integrantes da pesquisa para apresentação das informações coletadas. Reuniu vinte dos trinta e seis interlocutores identificados, superando a meta planejada (Apêndice G, Anexo A).

A 3ª etapa correspondeu a oito das entrevistas semiestruturadas (Apêndice D) para qualificar a experiência quanto aos seus principais resultados, dificuldades encontradas e resultados não esperados conforme os critérios de seleção da amostra já descrita. Todos os oito entrevistados são integrantes do *Profito* ou parceiros ligados à *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*. Estão identificados no Apêndice D.

A 4ª etapa correspondeu aos procedimentos necessários ao segundo objetivo específico. Foi implementada a observação participante e as entrevistas com os consumidores nas feiras agroecológicas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na 5ª etapa desenvolvemos a reunião de gestão participativa final, como já descrita, similar ao grupo de discussão (WELLER, 2006), correspondendo ao processo coletivo de tomada de decisão, chamado por Chavez-Tafur (2007, p. 14) de "novo conhecimento". Nesse

segundo encontro o coletivo formado pelos interlocutores selecionados para a pesquisa construiu sua análise crítica. O público presente nesse encontro incluiu um representante da Secretaria Municipal de Saúde de Queimados (RJ). Foram apresentados os resultados parciais das etapas acima através de duas pequenas palestras. Uma proferida pelo agricultor Francisco Caldeira e outra de minha autoria.

Para chegar a gerar um novo conhecimento, a sistematização deve incorporar uma análise crítica da experiência, por meio da apresentação de opiniões, juízos ou questionamentos sobre o que foi realizado e vivenciado. Essa é a base da aprendizagem. Por ser eminentemente crítica, a análise está baseada nos comentários ou pontos de vista daqueles que realizam a experiência, quer dizer, dos seus protagonistas (CHAVEZ-TAFUR, 2007, p.14).

Nesse segundo e último encontro, os dados parciais já tinham sido trabalhados e organizados. Não foi feita apresentação ao coletivo por entendermos que uma reunião tem um tempo médio de eficiência e eficácia. Reuniões muito longas tendem a ser ineficazes. No próximo tópico vamos especificar a forma de análise dos dados num primeiro momento feito a partir de parâmetros sugeridos por Chavez-Tafur (2007) e depois submetidos aos grupos de discussão.

## 2.8 PROCEDIMENTOS DE REGISTRO E ANÁLISE DE DADOS

Os registros foram feitos em diferentes tecnologias. Utilizamos a fotografia, o vídeo, o diário de campo. Em quase todas as atividades em cada uma das etapas, o registro foi feito diretamente nas tabelas organizadas ou adaptadas de Chavez Tafur (2007). Utilizamos, como disse Antonio Carlos Gil (2010), um caminho para a pesquisa documental: constituir quadro de referência. O autor enumera como etapas: seleção intencional de documentos, a construção de sistema de categorias e indicadores, que na sistematização como método, implica na determinação participativa. Gil (2010) finalmente propõe o tratamento de dados com *software*. Para análise dos dados utilizamos planilhas *Excel* para analisar os dados derivados dos grupos de pesquisa (Apêndice F).

Organizamos o resultado em tabelas. A principal delas serviu à análise dos dados obtidos nos documentos do Profito, na observação participante nas feiras e nas entrevistas semiestruturadas. Foi organizada com sete campos. Começamos registrando a data de coleta do dado, seja através do documento, da observação ou da entrevista. O segundo campo descrevia o contexto ou o lugar onde o dado foi obtido. Em seguida recortamos a unidade de análise, um fragmento de discurso, através de uma frase ou um conjunto delas onde se identificou a presença do conhecimento tradicional, ou a informação científica ou a coexistência das duas formas de informação. Em seguida registramos o segmento a que pertencia o declarante (A – Agricultor; C – Consumidor; T – Técnico ou G – gestor). A última coluna foi destinada a uma análise parcial, uma forma de categorização.

Para a parte destinada a identificar os produtores da informação científica e a sua comunicação em periódicos fizemos três tabelas. Duas voltadas apenas aos grupos de pesquisa e uma para os periódicos online. Como o universo dos grupos de pesquisa é limitado, analisamos separadamente cada um deles, previamente selecionados por atuar com plantas medicinais. Iniciamos com a classificação utilizamos a segunda palavra-chave – conhecimento tradicional. Encontramos um grupo de 47 grupos que associam o conhecimento tradicional a plantas medicinais como objeto de pesquisa. Esses foram registrados e analisados em uma tabela.

Os restantes 430 grupos não traziam o conhecimento tradicional como objeto de pesquisa ou então não tinham atualização no último ano. Isso aconteceu em 149 dos 430 grupos de pesquisa não priorizados. Os demais 241 grupos apenas não traziam o conhecimento tradicional como parte da declaração de intenção de pesquisa. Ainda assim fizemos uma categorização dos grupos analisando a sua relevância nas temáticas propostas para atuação. Utilizamos os campos: nome do grupo, motivo de não ter sido priorizado, justificativa e por fim categorizando em alta, média ou baixa relevância. O último campo continha também elementos que justifiquem essa classificação.

Já os 47 grupos de pesquisa priorizados receberam um registro e tratamento analítico mais apurado. A tabela foi feita com onze campos: o nome do grupo de pesquisa; ano de formação; a cidade e a instituição; a relação de todas as linhas de pesquisa e em seguida uma

linha selecionada, sendo que o próximo campo era a área e subáreas científicas relacionadas à linha. O sétimo campo registrou as palavras-chaves da linha selecionada. Em seguida uma unidade de registro relacionada a conhecimento tradicional obtida no resumo do grupo, nas descrições das linhas de pesquisa ou nas repercussões.

Os dados obtidos nos periódicos foram registrados em uma tabela criada com uma composição de cinco campos: o nome do periódico, a palavra-chave usada para a busca, o número total de artigos e a quantidade de artigos selecionados. Como a compilação foi feita em uma tabela relativamente pequena, inserimos esses resultados no próprio texto.

A sistematização proposta por Chavez-Tafur (2007) organiza os resultados em três tabelas. A primeira analisa os documentos selecionados. Coloca o título no primeiro campo; descreve o âmbito da intervenção proposta; identifica os participantes; situa a iniciativa no tempo; descreve a estratégia prevista e as linhas de ação definidas. A segunda tabela deriva de um campo da primeira. Esmiúça cada uma das linhas de ação identificadas em atividades. A terceira e última serviu à avaliação do projeto Profito durante os anos de 2009 a 2013. Oito entrevistados classificaram os indicadores propostos por Chavez-Tafur em negativos, positivos ou não identificados. Nesse último caso indicando pontos a serem esclarecidos futuramente.

A classificação descrita por Romeu Gomes (2008), a partir do quadro de Lawrence Bardin (1979) se mostrou útil e adequada para esta pesquisa. Ele propõe que os registros da pesquisa sejam classificados em linguístico escrito (LE), linguístico oral (LO), iconográfico (IC) e outros códigos semióticos (CS). Incluímos em nossa tabela de análise esse elemento descritivo.

A comunicação informal foi registrada na forma linguística escrita em diário de campo, como registro eletrônico em áudio ou vídeo e como fotografias, sempre que o interlocutor aprovou. Essa aprovação consta do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), documento descrito nesse projeto (Apêndice I). Os entrevistados e participantes da pesquisa também assinaram um termo de cessão de imagem também reproduzido em anexo. Utilizamos como unidade de registro a frase, parágrafo ou imagem, categorizada como

conhecimento tradicional ou informação científica. Cada unidade de registro foi ligada ao contexto onde se apresentou.

A decisão de manter o nome das principais pessoas envolvidas foi construída com diversas conversas e problematização. A intenção é deixar que os diferentes atores se reconheçam nessa pesquisa, abrindo espaço para a construção local do conhecimento relacionado a plantas medicinais. Em apenas um caso não foi possível manter o nome do entrevistado, decisão tomada também no diálogo entre pesquisadora e entrevistado.

Na sintetização de resultados optamos por gráficos e figuras sempre que a visualização favorecesse a análise qualitativa. É assim que apresentaremos uma mandala da (Fig. 23) que serve a avaliação qualitativa das áreas de pesquisa, subáreas, disciplinas e temas intervenientes no tema plantas medicinais e conhecimento tradicional. Os gráficos do conjunto dos grupos de pesquisa também se prestam a uma análise visual e imagética dos resultados.

Na mesma linha de pensamento utilizamos o recurso da nuvem de *tags* (Fig. 20). A imagem foi produzida no *software online* do *site wordle.net*. Inserimos no campo apropriado todas as palavras-chaves constantes nas linhas de pesquisa selecionadas. O software contou a frequência das palavras e fez com que o tamanho da palavra se tornasse diretamente proporcional à frequência. Desse modo, as palavras mais frequentes apresentaram-se com o maior tamanho e as minúsculas tem a menor frequência dentro do universo analisado pelo software.

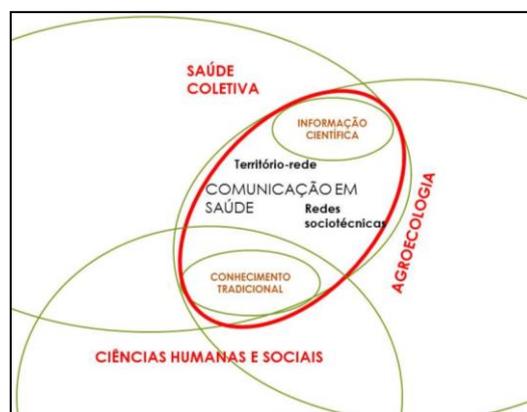
Por fim registramos que o tamanho das tabelas contraindicou a sua inserção no texto final da dissertação. No entanto elas ficam disponíveis a quem necessitar conferir o caminho da pesquisa, podendo requisitá-las a qualquer momento.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Construímos esta pesquisa partindo de observações empíricas, vivências, pesquisas e políticas sobre o tema plantas medicinais. Percebemos que há múltiplas abordagens do ponto de vista popular e implicação de distintas áreas do conhecimento nas pesquisas. Com a intenção de observar esse movimento que parte dessa multidisciplinaridade nós selecionamos conceitos de duas áreas do conhecimento – as ciências humanas e sociais, a saúde coletiva e um campo de pesquisas em ascensão, a agroecologia (Fig. 2). No interior desses campos e sempre relacionados a eles, nos detivemos no enfoque da comunicação em saúde e na informação científica como campos interdisciplinares e objeto do programa de pesquisa ao qual nos vinculamos.

Três conceitos chaves nos orientam: o conceito de conhecimento tradicional, intimamente ligado ao conceito de território. Investigamos a relação com a informação científica como um imperativo tecnológico. Não podíamos esquecer que esse imperativo ocorre em redes sociotécnicas, terceiro conceito elencado. Por serem fenômenos globais que impactam o local, mantivemos o conceito de território-rede como uma fase intermediária entre as comunidades locais (quase grupos) e as redes globais, sociotécnicas.

Figura 2: Diagrama da interação entre campos, ciências e disciplinas aportadas nesta pesquisa



Fonte: elaboração própria

Nossas primeiras buscas bibliográficas demonstravam aqui e ali a prevalência da comunicação como movimento na junção de pontos, nós e actantes (RAFFESTIN, 1993; LATOUR E WOLGAR, 1997) nas redes. Recortamos então esse campo de práticas e de pesquisa como o fenômeno mais disseminado a ser analisado do ponto de vista teórico.

### 3.1 A COMUNICAÇÃO COMO FENÔMENO MAIS AMPLO.

Apresentamos a comunicação como prática e como área de pesquisa. No primeiro caso é o fenômeno mais amplo que nos propomos a analisar. Inclui diferentes processos sob seu 'guarda-chuva'. Como campo de pesquisa é hoje necessariamente interdisciplinar. Como prática, ocorre em uma territorialidade específica e, nesse sentido articula tanto identidades em territórios, atendendo a especificidades socioculturais. Enquanto pesquisa, não pode, portanto ignorar as territorialidades ou contextos onde ocorre. Entre as questões específicas da comunicação, destacamos a oralidade enquanto cultura rural e das classes populares urbanas.

Como já descrito anteriormente, o projeto Profito fez opção por metodologias participativas desde sua primeira redação em 2006. Ao longo da primeira fase de sua implantação, a equipe aplicava uma adaptação do diagnóstico rápido participativo. Nos dois primeiros anos de implantação do projeto ocorria o que Bernardo Toro chamou de mobilização de vontades (TORO, 2005). Em meio à essas ações mobilizadoras, o diagnóstico foi realizado de forma relativamente rápida. A participação política e social, no entanto, tem sido um longo e continuado processo formativo. Compreendemos participação não apenas nos resultados de uma iniciativa ou na execução, mas também "nas decisões, a menos usada no Brasil contemporâneo, [que] implica o exercício do poder em conjunto, de forma solidária e compartilhada como participação-poder" (PERUZZO, 1998, P.77).

A experiência foi evidenciando que, pra o exercício dessa participação-poder, havia um investimento invisível e não sistematizado – a comunicação. Por ser uma área de investigação científica e de vultosos investimentos tecnológicos mereceu um esforço maior de aprendizado. Parte desse aprendizado demonstrou lacunas do conhecimento que redundaram

nesta pesquisa. Através da observação, a equipe Profito consolidou a visão de que o elemento mais relevante para a participação-poder está situado na esfera da comunicação informal. Isso ocorreria tanto nos espaços técnicos, nos laboratórios quanto naqueles ambientes sustentados pela cultura popular e naturalmente permeados por outros saberes.

As ações do Profito incluíam atividades e interseções com especialistas e pesquisadores de plantas medicinais que são ao mesmo tempo produtores e consumidores de informação científica. A observação empírica foi consolidando o mesmo entendimento. É a comunicação informal que rege as relações influenciando nas possibilidades de os agricultores participarem nas ações locais das políticas relacionadas à plantas medicinais. Essa visão foi confirmada através das leituras preliminares. O sociólogo francês, Bruno Latour, estudando as trocas em ambiente de produção e consumo de informação científica, confirma a visão anteriormente empírica, transformando-a em pressuposto para esta pesquisa científica.

A produção de uma informação nova é necessariamente feita pela interpretação dos encontros inesperados, das redes informais e pela proximidade social. O fluxo informal de informação não contradiz o modelo ordenado da comunicação formal. Parece-nos, antes, que a estrutura da comunicação mais informal nasce da referencia constante a substancia da comunicação formal. Do mesmo modo, a comunicação informal é a regra. A comunicação formal é a exceção, como racionalização a posteriori que é do processo real. (LATOURE, 1997, 289)

Tendo descrita a nossa necessidade e demanda por práticas de comunicação que instrumentem a participação, cabe-nos pensar o conceito de comunicação que serve aos cidadãos do campo da agroecologia e saúde coletiva. Como toda epistemologia nasce em um contexto histórico e social é conveniente resgatar também os marcos da comunicação como campo de investigação científica.

Segundo a pesquisadora Lena Vania Pinheiro, o período do pós-guerra foi marcado por uma corrida desenvolvimentista onde a propaganda e a contrainformação foi decisiva para fazer valer o conjunto de princípios, valores e práticas prevalentes à época. Nestas ações, países imprimiram ao mundo seus modelos de desenvolvimento. Outros países sucumbiram na subserviência aos demais configurando uma nova geopolítica (PINHEIRO e LOUREIRO, 1995).

Para compreensão da origem epistêmica dos conceitos do campo da comunicação aqui elencados é importante revisitar a autoria de Claude Shannon e Warren Weaver (1949) sobre a teoria matemática da comunicação (PINHEIRO e LOUREIRO, 1995; ARAÚJO e CARDOSO, 2007).

O ambiente do pós-guerra trouxe para o cenário mundial um novo modo de disputas políticas transnacionais em torno do desenvolvimento econômico. De um lado a guerra fria consumia e provocava inovações tecnológicas. De outro lado, os EEUU e a URSS avançavam sobre as chamadas "nações subdesenvolvidas" ou o "terceiro mundo" impondo um modelo desenvolvimentista exógeno<sup>5</sup>.

Nesse contexto Shannon e Weaver resolveram uma questão tecnológica para o trânsito de mensagens telegráficas. Daí saiu a clássica tríade "emissor-receptor-mensagem". Essa resposta tecnológica e de trânsito informacional conseguiu dar instrumentos ao cenário da guerra fria. O ambiente desenvolvimentista impresso às nações do chamado terceiro mundo foi então um contexto favorável para que essa matriz de comunicação se consolidasse.

Se no campo da informação a teoria matemática trouxe avanços, para o campo da comunicação trouxe um desentendimento que foi se espalhando por vários campos, setores e políticas públicas. A Revolução Verde e a evolução da saúde pública no Brasil contém diferentes exemplos da hegemonia desse conceito. Os livros escolares repetiram à exaustão esse modelo. O paradigma positivista, subliminar a essa teoria, impôs a esse conceito de comunicação um estatuto de verdade. Até o presente essa teoria ainda é hegemônica nos investimentos públicos. Comunicação se tornou então intimamente relacionada a desenvolvimento. Predominava a concepção de transferenciabilidade entre dois pólos, um ativo e outro passivo, receptivo. O resultado dessa concepção é a concentração dos meios de produção simbólica; campanhas e propagandas tornaram-se sinônimas de comunicação.

A América Latina apresentou nas décadas seguintes a evolução de outros parâmetros para a comunicação. Em 1969, Paulo Freire lançou o livro "Extensão ou Comunicação". Nesta obra questionou o modelo de imposição de valores de uma cultura sobre a outra.

---

<sup>5</sup> Análise da Dra Lena Vania Pinheiro em sala de aula no dia 12 de março de 2013 (IBICT).

Falando sobre os métodos da extensão rural na época, qualifica-os de domesticação e invasão cultural (FREIRE, 2011). Ratificou sua proposta de comunicação dialógica já implícita no livro *Pedagogia do Oprimido*. Note-se que a primeira edição foi publicada quando o educador ainda estava no exílio (FREIRE, 2005). Por muitos, é considerado um livro destinado ao campo da educação. No entanto ele traz questões importantes para a comunicação. A partir dessa visão, várias iniciativas da comunicação alternativa, comunitária ou dialógica passaram a utilizar princípios freireanos.

Freire, no entanto não deixou um modelo. Descreveu uma práxis. E, ela, como tal, exige constante movimento de reflexão-prática-reflexão. Por não ter um modelo, sua reprodução e prática foram se disseminando sem critério, mas ainda assim dando condições para a construção do novo paradigma. Além do campo da educação, as reflexões freireanas fizeram sentido para iniciativas chamadas de alternativas. No mundo rural proliferaram os diversos modelos de agricultura alternativa com valorização do conhecimento tradicional ou conhecimento local ecológico que por sua vez inspiraram e coproduziram a comunicação alternativa.

Foi através dos investimentos de comunicação alternativa que encontramos as condições para pensar nessa pesquisa a referência teórica entre informação e comunicação em saúde. Ou seja, partimos de uma práxis de educação informal, com inspiração freireana para chegar a uma necessária interseção com o campo da comunicação e informação.

### **3.1.1 O Modelo de Comunicação do Mercado Simbólico**

Retornamos ao projeto *Profito* ao lembrar que a equipe buscava em 2007 compreender os fenômenos da comunicação popular. À época estávamos na livraria da Abrasco, no prédio da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) a fim de buscar subsídios para os acontecimentos que mereciam explicação à luz da ciência da comunicação. Precisamos recordar que essa busca se passava entre uma pedagoga e um farmacêutico. Eis que "salta aos nossos olhos" o livro *Comunicação e Saúde* de Inesita Soares de Araújo e

Janine Cardoso (2007). A leitura desse livro trouxe novas possibilidades para a gestão participativa que se estava implantando no Profito. Registro esse episódio para recordar o papel do acaso, do inusitado e do subjetivo na construção do conhecimento. Trabalhamos para implantar alguns dos conceitos elencados no projeto Profito.

Foi no campo da agricultura alternativa que a pesquisadora Inesita Araujo traçou as primeiras linhas do que hoje é conhecido como Modelo de Comunicação do Mercado Simbólico. Esse modelo entende que a comunicação ocorre como se fosse um mercado caracterizado pela desigualdade de condições. "Seus membros não possuem as mesmas condições de produção, circulação e consumo dos bens. Não possuem o mesmo capital social, nem cultural, nem econômico; não possuem o mesmo capital simbólico". (ARAÚJO, 2002, p. 39).

Os sujeitos não têm as mesmas condições de produção e reprodução de seus sentidos para operar esse mercado. Inesita Araújo (2002) propõe o conceito de lugar de interlocução como um dos elementos fundamentais para a compreensão do modelo. Cada ator social ocupa uma posição mais periférica ou mais central conforme tenha menor ou maior poder de decisão e de fazer circular seus sentidos sobre um tema em questão. Interlocução, como conceito central no modelo do mercado simbólico, supõe fluxos contínuos de informação e conhecimento entre os atores contrapondo-se à teoria de Shannon e Weaver. Os fluxos se realizam em redes virtuais ou não, "são moldados e os moldam por contextos de natureza diversa" (ARAÚJO, 2002, p. 38).

O estudo das identidades sociais integra esse conceito central. Inesita Araújo inclui nele a reunião das propriedades específicas de "identidade" e as contextuais sobre subjetividade. Em que pese toda a discussão contemporânea sobre a oportunidade e veracidade do conceito de identidade, Araújo (2002) mantêm o conceito sem desconsiderar o papel dos contextos sobre esses processos identitários. Junto com "lugar de interlocução", reforçando uma visão contextual de identidade, vem o conceito de hibridismo entendido como negociação ou resistência. Ou seja, à imposição arbitrária de identidades, numa tentativa de homogeneizar as diferenças, se organizam especificidades contextuais, históricas, políticas, geográficas e enunciativas (ARAÚJO, 2002, p 78).

Dentre essas especificidades enunciativas, utilizaremos o conceito de intertextualidade como central e estratégico para a presente pesquisa. Araújo e Cardoso (2007) afirmam que, em um mesmo contexto circulam diferentes textos. Esses interagem e se modificam mutuamente, construindo a interlocução dos sentidos no ato comunicativo. Já a intertextualidade "fala da contiguidade dos textos, mas na memória das pessoas - cada enunciado ativa uma cadeia de remissões, que são uma força ativa na constituição dos sentidos" (ARAÚJO e CARDOSO, 2007, p. 68).

Ao exercermos o papel de escuta que é a base da gestão participativa somos guiados a uma infinita rede de semioses. Ao nos imbuirmos da necessidade de compreensão, somos paralelamente instados a eleger prioridades, essa ou aquela "linha de pensamento". Perseguimos então um único viés. No entanto a voz dos comunitários convidados à participação não tem esse único viés. A nossa voz informada pela ciência também não possui essa homogeneidade pretendida. São muitas as vozes que se manifestam em um único enunciado.

O conceito de Inesita Soares tem o papel de aterrissar a complexidade demonstrando que a palavra dita, o enunciado, o fragmento de um discurso é esse tecido de muitas vozes. Falar é portanto um exercício dessa polifonia. Ninguém fala de si mesmo, mas fala a partir de seu contexto existencial e situacional. Fala de sua história de vida e de sua prática social. A partir da autora apreendemos o papel do contexto no discurso.

Seu efeito se dá pela rede de semiose que é acionada a cada enunciação, que se nutre da memória discursiva. Qualquer texto tem seu intertexto, mas ele não é o mesmo para todos os interlocutores. Depende do seu conhecimento, sua experiência, cada pessoa tem sua rede textual particular. Então, um texto jamais terá um só sentido, porque o sentido vai depender de todos os contextos com os quais interage. (ARAÚJO, 2002, p. 58).

É por causa desse fenômeno da intertextualidade que o ato de conversar é na realidade uma negociação de sentidos. No que diz respeito às negociações sobre o tema plantas medicinais vamos observar a coexistência entre a informação científica e o conhecimento tradicional na comunicação informal em eventos ou feiras agroecológicas.

Aparentemente o acesso a informação é desigual, exercendo um papel junto ao conhecimento tradicional no consumo de plantas medicinais.

A desigualdade, aliás, é a tônica principal do modelo. Na tríade "produção-circulação-consumo", a maior desigualdade do ato comunicativo se consolida na circulação. Inesita Soares de Araújo pergunta: quem consegue fazer circular seus sentidos? Parafraseando a autora acrescentamos: Quem consegue transmitir ao conjunto da sociedade seus valores, sua visão de mundo e suas decisões relacionadas ao uso tradicional de plantas medicinais?

### **3.1.2 Práticas de Comunicação**

O termo comunicação como tantos outros aqui elencados possui sua própria polissemia. Tem uma amplitude de definições e escalas. De modo geral o termo comunicação aparece acompanhado de adjetivos. Tratamos de comunicação social, comum e difundida pela gestão governamental e empresarial. Temos a comunicação alternativa, ou comunitária com várias experiências pelo Brasil. Outros qualificam como comunicação dialógica. Nossa observação primeira se dá no campo da conversa informal, da palavra dita, do enunciado. Percebemos que aí se travam as lutas pela geração dos sentidos. “É o processo de produzir, fazer circular e consumir os sentidos sociais, que se manifestam por meio de discursos” (ARAÚJO, 2002, p. 288)

Para fins dessa pesquisa, consideramos também o significado dado pelo Bernardo Toro (2005). Para o autor, comunicação é o “saber objetivado em texto escrito, em objetos audiovisuais, em sistemas de arquivos magnéticos e também em ferramentas e equipamentos, na arquitetura na arte...” (TORO, 2005, p. 95). O que nos permite dialogar com a possibilidade de democracia das coisas e dos objetos.

Consideramos também os espaços de socialização como “lugares e instâncias em que transformamos os modos de pensar, sentir e agir em relação a nós mesmos, aos outros e à coletividade” (TORO, 2005, p. 94). Para essa transformação dos sentidos, são utilizadas tanto os meios comunicação de massa (mídia) como os micromeios. Ajustamos o foco dessa

pesquisa para esses micromeios de comunicação. O seu uso é entendido como práticas de comunicação: a interlocução pessoal, o email, o telefonema, o vídeo artesanal, a fotografia, a carta, o bilhete, o uso das redes virtuais.

Destacamos duas peculiaridades das práticas de comunicação. Primeiro elas ocorrem numa determinada territorialidade e depois tem o papel de formar redes sociais. Juntando esses dois aspectos, temos então a consolidação de territórios-redes através do poder da comunicação. Essa conceituação vem do geógrafo Claude Raffestin (1993). Primeiro o autor diz que território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 2)”.

Num espaço pré-existente podem coexistir tantos territórios quantas análises e intenções houver por parte de atores, programas e institucionalidades. Do ponto de vista desse trabalho as organizações populares envolvidas em agroecologia produzem um território, pelo menos. As iniciativas do campo da agroecologia são vistas como rede por se constituírem por atores, como instituições, trabalhadores de políticas públicas, agricultores, consumidores organizados em torno de interesses comuns.

A produção do território inclui conceitos e noções, como limites, pontos, malhas ou tessituras. A visão do território pode ser analisada a partir de um ponto como expressão do ego do ator que o delimita, seja individual ou coletivo. A observação do espaço em busca desse território implica em acesso a um conjunto de signos, monumentos, trajetos, ideologias e projetos.

Cada ponto se refere a uma nodosidade representativa de centros de poder. Não tem valor em si. Sua principal função na descrição de um território tem a perspectiva relacional. É a relação com os demais pontos identificados que de fato vai qualificar a produção espacial.

A relação ponto a ponto pode ser medida pela categoria distância como uma dimensão de vínculo entre os diferentes centros de poder. Essa distância pode ser física, temporal, psicológica ou econômica.

Ultrapassando as imposições dessas diferentes distâncias, os atores individuais ou coletivos criam vínculos entre si para produzir este território e estabelecem malhas ou

tessituras de redes. A tessitura territorial pode comportar níveis que são determinados pelas funções que devem se realizar em cada uma das malhas identificadas.

Essa tessitura composta pelas linhas que vinculam atores compõe o desenho de uma rede que, como projeção é sustentada por “um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e comportamentos que supõe a posse de códigos, de sistemas sêmicos” (RAFFESTIN, 1993, p. 2). Por intermédio desses sistemas ocorre a comunicação entre os atores na produção de seu território-rede.

Se concebermos a comunicação como o meio de veiculação desse sistema sêmico e ao mesmo tempo retroalimentada por esse sistema de valores, signos e códigos linguísticos ou não, teremos que analisar em cada território quais são as especificidades dessa comunicação. No território observado nessa pesquisa é importante analisar o impasse entre a escrita e a oralidade nos micromeios de comunicação.

Maria Martha D’Angelo Pinto, pesquisadora de filosofia da Universidade Federal Fluminense afirma que o fim da escrita hieroglífica e o surgimento da escrita fonética levaram a uma redefinição da linguagem oral (Pinto, xxx). Ou seja, a escrita modifica o próprio modo de expressão ou de objetivação do pensamento. Os atores nos territórios-redes tem sua ação e interlocução diferenciados conforme tenham domínio da escrita ou apresentam um modo de comunicação baseado na oralidade.

A observação empírica nos anos de atuação no projeto Profito demonstrou um predomínio da alfabetização. De tal modo, o que passaremos a qualificar como cultura da oralidade não é ausência de letramento. Na rotina, certos atores não utilizam a comunicação escrita. Encontramos em Jesús Martín-Barbero argumentos relevantes sobre o observado. Para o autor, “a oralidade é a fala de uma outra cultura que está viva hoje, não só no mundo rural, mas também no mundo urbano popular” (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 95).

Para o pensador latino-americano a interlocução é a espinha-dorsal da cultura oral (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 95). Enquanto Araújo (2002) afirma que a interlocução é feita a partir de um lugar, de uma posição, ora mais periférica, ora central, a depender dos contextos em que se apresentam. A partir desse duplo entendimento a posição do ator nas redes está também relacionada à sua conformação à escrita ou à uma tradição da cultura oral.

E isso é diferente da comunicação informal observada por Latour e Steve Woolgar (1997) como predominante. Nos contextos informados pela ciência, o pensamento objetivado, expresso nas conversas, segue o formato da escrita. Já nos contextos informados pela tradição o formato das narrativas não são não tem a mesma organização da escrita, dando origem à distinções de linguagem, pronúncia e prosódia.

Ao observar essas interlocuções com duplos parâmetros, mesmo dentro da mesma comunicação informal, aprendemos com Maurizio Gnerre (1991) que a linguagem é o arame farpado das relações de poder. Nessas interlocuções haverá sempre distinções originadas no lugar de fala de cada ator. Isso se manifestará no vocabulário empregado, na prosódia, mas também na organização interna da narrativa. Então ao se colocar em interação, os diferentes modos de comunicar irão conformar uma ou outra rede de sentido.

### **3.1.3. Redes: de metáforas ao regime sociotécnico**

Toda rede é uma imagem de poder. Quando compõe uma imagem territorial, revela as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder. Sua análise conduz a identificação de sua estrutura mais profunda. Quando um grupo exterioriza a estrutura dessas tessituras – nós, linhas, redes – abre espaço para visualização de outra estrutura mais interiorizada. É como se o autor vislumbrasse aí a subjetividade do observante ou do analista do território rede.

Pode-se falar como Raffestin de redes concretas e redes abstratas; Podem ser analisadas de redes de parentela, redes comunitárias. Rede social tornou-se um tema vulgarizado pela apropriação popular das ferramentas virtuais de relacionamento. Quase se tornaram sinônimas de relacionamento virtual, tacitamente escondendo a dimensão humana dos vínculos e interações.

Há um entendimento recorrente de redes em sua dimensão metafórica (ENNE, 2004; ACCIOLI, 2007, RECUERO, 2009). A primeira autora, Enne, cita Radcliffe-Brown, que "usou a noção de rede para expressar de modo impressionista o que sentia ao descrever

metaforicamente o que via." (RADCLIFFE-BROWN, apud ENNE, 2004) Parece combinar com o texto de Raffestin (1993) ao dizer que a estrutura externa identificada, corresponde a outra estrutura interna.

Para Regina Marteleto (2001), a rede social "passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados". Já a pesquisadora Inesita Araújo, afirma que "redes são espaços sociais e, como tais, são arenas dos embates e de lutas políticas. São espaços de articulação de campos e eixos de poder" (ARAÚJO, 2002, p. 301). A presente análise se detém no regime sociotécnico preponderante nessas redes e expresso nas ações de comunicação e informação.

Utilizar o conceito de rede permitirá a essa pesquisa compreender os vínculos estabelecidos entre os atores e a produção-consumo de plantas medicinais em sistemas agroecológicos. Os precedentes históricos e contemporâneos apontam para a existência de um conjunto de pessoas vinculadas ao cultivo, ao beneficiamento, ao comércio de plantas medicinais, e bem como a pesquisa, a vigilância sanitária, à assistência médica e farmacêutica, ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Outros atores relevantes são organizados em ongs e movimentos sociais. Esse conjunto é considerado como rede. A sua delimitação terá como busca um recorte territorial.

Nas Redes e redes reconhecidas no território, percebemos que os fluxos informacionais e de comunicação formal ou informal consistem em fenômenos sociotécnicos. Utilizaremos portanto principalmente o conceito de redes sociotécnicas que, para a finalidade dessa pesquisa é uma metáfora de relacionamento social. Unindo essa rede social à concepção de Bruno Latour que pressupõe a relação entre humanos, entre humanos e não humanos perpassados por elementos quase humanos, temos a rede sociotécnica (LATOURE, 1994).

Como diz a pesquisadora Fátima Branquinho, há

uma série infinita de possibilidades de articulação de conceitos científicos e não científicos que ligam as mais antigas tradições às tecnologias avançadas, humanos e não humanos, natureza e científico, popular e científico, num tecido único, um conjunto de híbridos" (BRANQUINHO, 2007, p. 19).

Escolhemos compreender essa metáfora em diferentes níveis. O nível mais local, mais próximo da relação homem-natureza-homem, centrado na família e na comunidade local tende a ser compreendida como grupo. O nível mais distante, impessoal, com características globais corresponde à rede sociotécnica em si. Naturalmente impacta o local mas dificilmente será analisada assim. O nível intermédio, onde ocorrem as intervenções de projetos e serviços pode ser integrado pelo conceito de território-rede, criando uma unidade compreensiva. Segundo Raffestin (1993) há uma rede desejada, que, em nossa interpretação tende a ser compreendida e operada como grupo. Um pouco mais distante existiria uma rede sustentável ou suportada. Essa, mais distante seria necessária para a obtenção de objetivos eleitos pelos atores.

A concepção de redes centradas nas pessoas é uma concepção elementar e rotineira. As Redes de agroecologia são centradas nas pessoas, seus signos, seus valores. Quanto maior a proximidade, maior a humanização da rede. Bruno Latour considera nessa proximidade, a emoção humana. *“By allying ourselves to words, to texts, to bronze, to steel, to places, or to emotions, we end up distinguishing shapes that can be classified, at least in peacetime”*<sup>6</sup> (LATOURE, 1988, p. 195).

Em todos os três níveis aqui compreendidos seriam encontrados os elementos humanos, não humanos e quase humanos. Objetos, máquinas, equipamentos eletrônicos, trens, telefones, cabos elétricos ou de transmissão de dados interferem nas redes diuturnamente. Cada um deles tem sua própria rede de constituição ou de alocação.

Há, por exemplo, muitos equipamentos e processos caros e raros alocados nos lugares de pesquisas em plantas medicinais. Não conheço muitos. Faço aqui uma livre apropriação da descrição dos instrumentos e laboratórios nas redes sociotécnicas de Latour (2000). Vou citar o High Performance Liquid Chromatography (HPLC) (Fig. 3). Assim como outros equipamentos, foi desenvolvido através de uma rede social histórica, com pessoas que inventaram processos e objetos que possibilitaram outros objetos que redundaram no conjunto

---

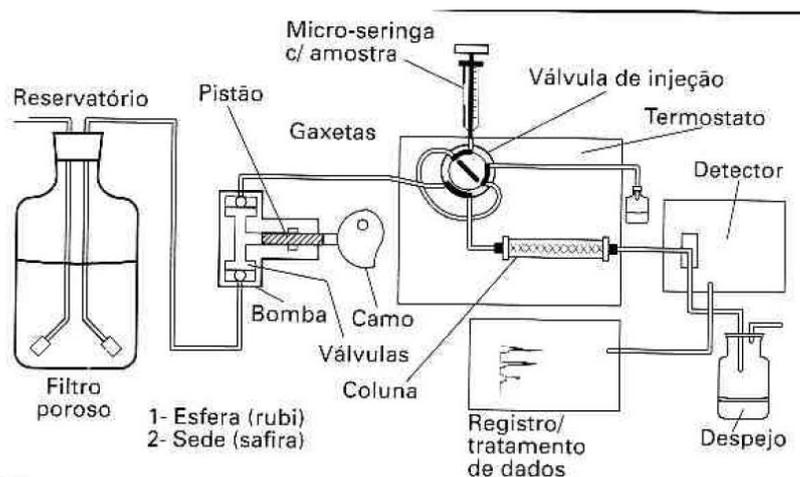
<sup>6</sup>Ao aliar-nos a palavras, textos, bronze, o aço, a lugares, ou emoções, acabamos distinguindo formas que podem ser classificadas, pelo menos em tempos de paz. (tradução própria)

de equipamentos que produzem a análise chamada de HPLC. É um conjunto de equipamentos e processos com cuidadosa distribuição dentro do laboratório. “O objetivo da cromatografia é separar individualmente os diversos constituintes de uma mistura de substâncias seja para identificação, quantificação ou obtenção da substância pura para os mais diversos fins”. “separar, isolar, purificar, identificar e quantificar os componentes de misturas muitas vezes bastante complexas”. (CRQ4, 2010).

Uma rede sociotécnica inteira está inserida na própria história de um conjunto de equipamento assim. Ter esses equipamento em um território é ter também em torno dele uma rede de desejos de uso e parcerias. Um determinado conjunto de aparelhos dispostos em laboratórios constituem os inscritesores, capazes de produzir dados e imagens que vão gerar novos sentidos e produtos (LATOURE, 1997, p. 45).

Esse é um exemplo de como os objetos (não humanos) contém informação e sua própria rede sociotécnica e como exercem poder nos territórios. Não podem deixar de ser considerados como elementos da rede sociotécnica.

Figura 3: Diagrama detalhado de um HPLC

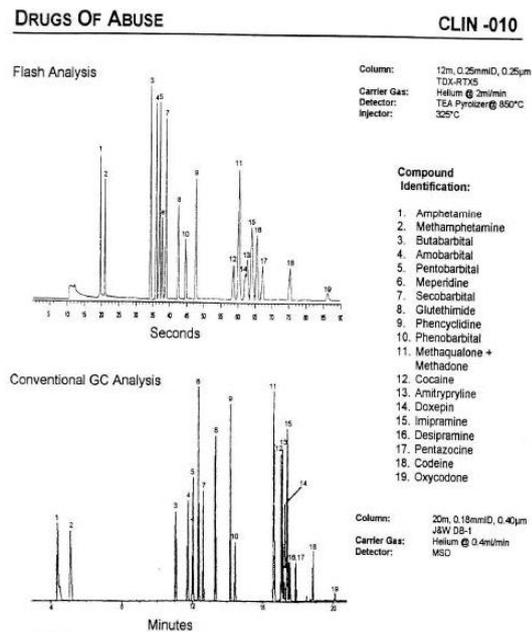


Fonte: CRQ4, Minicurso Conceitos Fundamentais do HPLC<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Disponível em [http://www.crq4.org.br/sms/files/file/conceitos\\_hplc\\_2010.pdf](http://www.crq4.org.br/sms/files/file/conceitos_hplc_2010.pdf)

Da mesma forma que Latour descreveu para outros aparelhos, os produtos do HPLC são inscrições. No caso o cromatograma (Fig. 4) é uma inscrição literária. A imagem é interpretada, segundo o autor como uma literatura.

Figura 4: Exemplo de imagem produzida pelo HPLC – o cromatograma



Fonte: Conselho Regional de Química 4, Minicurso<sup>8</sup>

O Maciço da Pedra Branca nos habilita outro exemplo. Em muitos locais não há estradas, não há torres de telefonia. Em outros pontos do Maciço não há sequer energia elétrica. Esses objetos e sua ausência configuram uma territorialidade. Tem consequência nas relações de poder o que se expressa na capacidade de mobilização, de comunicação e sociabilidade. O própria floresta da Pedra Branca é um elemento não humano em nossas redes, interpretado por diferentes sistemas sêmicos. Para alguns valores socioambientais, para outros valores conservacionistas que excluem o humano.

<sup>8</sup>[http://www.crq4.org.br/sms/files/file/conceitos\\_hplc\\_2010.pdf](http://www.crq4.org.br/sms/files/file/conceitos_hplc_2010.pdf)

Esses elementos organizados globalmente podem ser dialeticamente percebidos nos quase-grupos das redes comunitárias. Fazer esse movimento de idas e vindas requer um esforço multi e interdisciplinar bem como o compartilhamento de códigos. Não acreditamos ser necessário compartilhar essa análise com todos em todos os níveis. Para dar um sentido de unidade a esse olhar podemos utilizar o conceito de território.

Para os propósitos dessa pesquisa achamos também apropriado falar de regime sociotécnico como uma paisagem das redes sociais em que os agricultores e consumidores de plantas medicinais se inserem. Esse recorte teórico tem o propósito de dialogar com o vocabulário e os conceitos já incorporados pelo público preferencial dessa pesquisa. Então mantenho o conceito de redes sociotécnicos complementar ao de regime sociotécnico numa perspectiva utilitarista. Redes são como ectoplasmas, ora se apresentam num formato ora noutro. Regimes podem ser informados, descritos.

Regime é um termo relacionado à ciência da informação como "forma de se obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas, e padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas de informação" (MAGNANI, 2011, 596).

Há uma livre apropriação do termo nesse trabalho objetivando a observação desses fenômenos em sua integralidade no território. Nesse sentido ou nessa apropriação, a paisagem a que Magnani (2011) se refere inclui o conhecimento tácito e tradicional bem como a comunicação em saúde, com sua dimensão humana, mas também sujeitas ao imperativo tecnológico. Implica também na inclusão do não humano na forma de objetos técnico-científicos e informacionais.

### 3.2 CIENCIA E TRADIÇÃO – CAMINHOS ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

O papel da informação nas sociedades nem sempre foi muito claro. Após a primeira guerra mundial foram se articulando condições para o surgimento dessa nova ciência da informação, como um campo organizado de conhecimento e práticas.

Informação é um campo vasto e complexo de pesquisas, tradicionalmente relacionado a documentos impressos e a bibliotecas, quando de fato a informação de que trata a Ciência da Informação, tanto pode estar num diálogo entre cientistas, em comunicação informal, numa inovação para o setor produtivo, em patente, numa fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou numa biblioteca virtual ou repositório, na Internet. (PINHEIRO, 2002)

Nesse sentido, o pensamento de Pinheiro se aproxima tanto de Latour quanto de Raffestin. Para Latour os objetos exercem poder nos territórios e têm sua própria rede de relações. A rede pregressa formou o equipamento. E as redes contemporâneas imprimem sentidos nos territórios. Fazem portanto, parte do sistema sêmico que caracteriza o território (Raffestin, 1993).

Antes de entrar propriamente dito na discussão do conceito de informação, cabe-nos descrever o conceito de documentação que dialoga ainda mais com a visão de Latour para a vida dos objetos e seu poder nos territórios. Segundo Pinheiro e Loureiro (1995), esse termo é anterior à consolidação da ciência da informação sendo utilizado inicialmente em 1908. Para nossa finalidade utilizamos o um artigo de Suzanne Briet (1951), em *Qu'est-ce la Documentation* "documento é qualquer traço concreto ou simbólico preservado ou registrado com o propósito de representar, construir ou comprovar um fenômeno físico ou intelectual" (BRIET, 1951 apud PINHEIRO E LOUREIRO 1995).

Lena Vania Pinheiro (2002) descreve também que a evolução da concepção de informação científica deriva da origem da ciência moderna, no século 16. Com o iluminismo e o predomínio da razão, surgiram as primeiras sociedades científicas. A relação entre os cientistas dependia das reuniões nestas sociedades. A autoria intelectual e a comunicação científica eram possibilitadas pelas cartas, precursoras da documentação. Os primeiros periódicos científicos tornaram-se "legitimadores da ciência, na medida da avaliação e validação de resultados de pesquisas pelos pares" (PINHEIRO, 2002).

No final do século 19, o trabalho de Paul Otlet e Henri La Fontaine promoveu a evolução dessas formas de registro da informação, consolidada na Conferência Internacional de Bibliografia em Bruxelas, no ano de 1895. O evento culminou com a criação do Instituto Internacional de Bibliografia. Já na terceira década do século 20, ele se transformou no Instituto Internacional de Documentação (PINHEIRO, 2002).

O trabalho de Paul Otlet merece ser revisitado, pois sugere uma intenção de acesso aberto. Tem uma concepção de integração da informação com a comunicação e a educação em bases territoriais que interessa a essa pesquisa. Suas "propostas do Mundaneum, ao mesmo tempo "tesouro" e "instrumento", instituição guiada por "princípios de totalidade, simultaneidade, gratuidade, voluntariedade, universalidade e mundialidade" e da enciclopédia mundial, são perfeitas na tradução e antevisão da Internet como teia ou rede" (PINHEIRO, 2002, p. 67).

As contingências históricas para o advento da ciência da informação foram a revolução científica, a revolução industrial e a 1ª e 2ª guerras mundiais. O contexto do pós-guerra, com sua explosão bibliográfica e do esclarecimento da relação entre ciência, técnica e poder bélico fez as nações e organizações internacionais darem espaço no orçamento para iniciativas de estudo e controle da informação. Em 1935 foi criado, nos Estados Unidos, o *American Documentation Institute* (ADI), que depois mudou seu nome para *American Society for Information Science* - ASIS, conforme mencionado. A partir de 2000 acrescentou *Technology* ao mesmo nome, passando a ser designado pela sigla ASIS&T (PINHEIRO, 2002).

A inclusão do termo tecnologia nessa importante instituição, foi uma evolução histórica paralela já prenunciada em 1936, durante a Conferência da *American Library Association, Richmond, Virgínia*. Esse evento constituiu um grupo especial de profissionais especiais interessados na reprodução de documentos: editores, bibliotecários mas também fabricantes de equipamentos fotográficos (*Leitz, Graflex, Argus*)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Apresentação da profª Dra. Lena Vania R. Pinheiro, 26/3/2013, aula da disciplina Perspectivas da Ciência da Informação, IBICT/UFRJ.

Desde então, o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação está inexoravelmente ligado a Ciência da Informação. As questões do armazenamento, da transferenciabilidade e do acesso tornaram possível que informação tornasse um aspecto privatizado e passível de comércio. Isso nos parece fundamental para o interesse e investimentos no setor. É o chamado "imperativo tecnológico" anunciador da relação entre ciência, tecnologia e informação. É necessário acrescentar uma análise do poder exercido por essa tríade nos territórios onde predomina o conhecimento tácito, não codificado.

Há muitos conceitos de informação. Para o pesquisador Zhang Yuexiao, da *Chinese Academy of Social Sciences*, existe uma árvore de conceitos de informação históricos e contemporâneos dizendo que

Information is really an elusive and controversial concept. It boasts of an extensive literature but suffers from diversification of its definitions. It has been estimated that more than 400 definitions of information are presented by researchers from different fields and cultures. Misunderstandings in scientific and cultural communications are unavoidable under such circumstances. (ZHANG, 1988, p.479)

Segundo Rafael Capurro, "Informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo" (CAPURRO E HJORLAND, 2003). Admitimos que há essa pluralidade de informações circulando nos diferentes contextos. Compreendemos também que o caráter científico de algumas informações não é levado em consideração nos processos comunicativos. Desse modo passa despercebida a desigualdade de acesso aos produtos da ciência.

Para as finalidades dessa pesquisa, tomamos o conceito do documento "Contribuições para políticas de Informação, Ciência e Tecnologia" organizado por Maria Nélide G de Gomez e Claudia Canongia, (2001). Informação científica é "todo conhecimento que resulta - ou está relacionado com o resultado de uma pesquisa científica" (AGUIAR, 1991 apud GOMEZ e CANONGIA 2001). Informação tecnológica é "todo conhecimento de natureza técnica, econômica, mercadológica, gerencial, social, etc. que, por sua aplicação, favoreça o progresso na forma de aperfeiçoamento e inovação". (AGUIAR, 1991 apud

GOMEZ e CANONGIA 2001) e, por fim, informação científica e tecnológica "compreende todo tipo de informação que serve de matéria-prima (*new material information*) ou insumo para a geração de conhecimentos científicos e de tecnologia". (VAZ LEOPOLDO, 2001 apud GOMEZ e CANONGIA 2001)

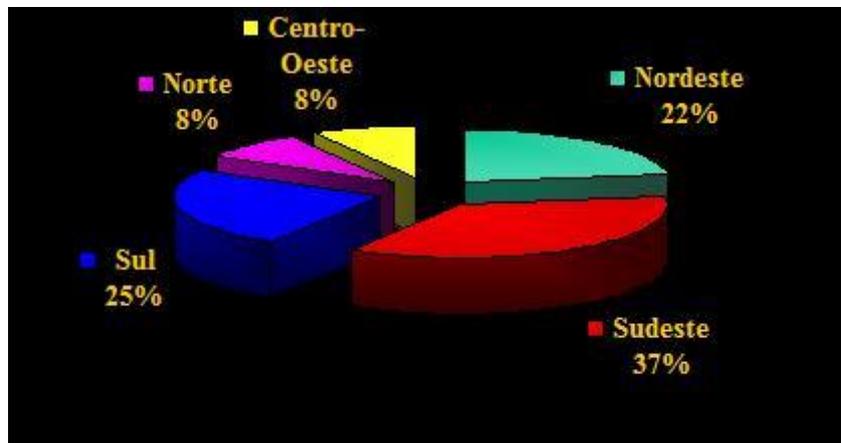
Compreendendo que é da pesquisa que se origina a informação científica, é importante elucidar quem são os produtores desse tipo hegemônico de conhecimento. O livro já citado de autoria de Tania Maria Fernandes (2004) traz uma paisagem dessa produção científica até o ano de 2002. Ela é fundamental para essa pesquisa por apresentar o cenário de produção da informação científica sobre plantas medicinais no Brasil. Durante o curso de Gestão da Inovação em Fitomedicamentos (Farmanguinhos/Fiocruz), que cursei em 2009, a autora fez uma apresentação do quadro de pesquisa mais atual segundo o diretório de pesquisas do CNPq (Tab. 6). O quadro é similar ao publicado (FERNANDES, 2008). Na mesma apresentação ela faz a comparação da ocorrência dos grupos de pesquisa de plantas medicinais por regiões do Brasil (Fig. 5).

Tabela 5: Quantidade e percentual dos grupos de pesquisa das regiões brasileiras em comparação com os grupos de pesquisa em plantas medicinais no ano de 2004.

REGIÕES	GRUPOS DE PESQUISA EM C&T		GRUPOS DE PESQUISA EM PLANTAS MEDICINAIS	
	Nº	%	Nº	%
Sudeste	10.221	52	129	37
Sul	4.580	24	87	25
Nordeste	2.760	14	78	22
Centro-oeste	1.139	6	29	8
Norte	770	4	29	8
Brasil	19.470	100	352	100

Fonte: CNPq/ Diretório versão 6/2004 citada na apresentação de Tania Maria Fernandes em 03 de julho de 2008.

Figura 5: Distribuição de grupos de pesquisa em plantas medicinais por regiões do país/ 2004



Fonte: CNPq/ Diretório versão 6/2004, apresentação de Tania Maria Fernandes em 03 de julho de 2008.

Através da análise da produção acadêmica e de sua circulação, podemos perceber uma paisagem de produção e uso de informação científica ou do conhecimento tradicional e suas citações na comunicação informal que animam as trocas mercantis ou a doação de plantas medicinais. Não é o objetivo dessa pesquisa, mas ela pode qualificar esse objeto para novos intervalos de investigação.

Especificamente no objeto empírico recortado nessa pesquisa, parte dessa ação comunicativa diz respeito ao chamado "conhecimento tradicional" sobre plantas medicinais. É um saber empírico transmitido entre gerações sobre o uso da sociobiodiversidade (ou agrobiodiversidade) de um território. De modo geral não são sistematizados pela linguagem formal.

Conhecimento Tradicional Associado é a informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético. Comunidade Local é grupo humano, incluindo remanescentes de comunidades de quilombos, distinto por suas condições culturais, que se organiza, tradicionalmente, por gerações sucessivas e costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas. (Medida Provisória 2.186-16)

A socioambientalista Juliana Santilli (2009) é pesquisadora, doutora em direito ambiental e ativista nos movimentos sociais que culminaram na proteção ao conhecimento tradicional. É também uma pesquisadora reconhecida mundialmente. Ela descreve como a Convenção Internacional da Diversidade Biológica (CDB) reconhece os direitos dos agricultores e comunidades tradicionais tornando visível e passível de proteção jurídica seu conhecimento tradicional (CT).

A CDB "Reconhece a interrelação entre recursos genéticos e CT, sua natureza inseparável para comunidades indígenas e locais, a importância do CT para a conservação da biodiversidade e para o uso sustentável de seus componentes e para a vida sustentável dessas comunidades". (SANTILLI, 2009)

A proteção jurídica derivada da CDB, e da Medida Provisória 2.186-16 diz respeito a essa tipologia do conhecimento tradicional que qualificam de associado. Embora existam formas individuais e coletivas de compensação econômica pelo acesso a esse conhecimento sobre os recursos genéticos, tem sido difícil confirmar a sua titularidade.

Um pouco esquecido no debate da proteção legal está o conhecimento tradicional disseminado. A médica Maria Carmem Pirassinunga Reis<sup>10</sup>, fundadora do Programa de Fitoterapia da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMSDC-RJ) referia-se a "conhecimento popular" como diferente do conhecimento tradicional. Na concepção desse projeto de pesquisa, o conhecimento popular seria o conhecimento tradicional disseminado, ou seja, que caiu em domínio público na sociedade.

Há autores que se referem ao *local ecological knowledge (LEK)* (CHALMERS e FABRICIUS, 2007). Esse conhecimento circula nos território também de forma oral ou em documentos e registros não são sistematizados como tecnológicos ou científicos, sendo considerados, portanto conhecimento tácito. No entanto, nem todo conhecimento tácito em circulação nos territórios estejam relacionados ao conhecimento tradicional. Tácito aqui está em oposição ao conhecimento codificado na forma de comunicação formal, informação tecnológica ou científica.

---

<sup>10</sup> Comunicação pessoal.

Para a socioambientalista Juliana Santilli (2009), "A CDB e a Medida Provisória 2.186-16 estão centradas em acordos bilaterais e contratuais entre "provedores" e "usuários" do recurso genético e/ou do conhecimento tradicional associado" (...) "As formas de repartição de benefícios são indiretas, tais como criação de mecanismos de participação real nas decisões que impactam a agrobiodiversidade" (SANTILLI, 2009).

Temos um pensamento que essa bilateralidade e compensação baseada em bens materiais não necessariamente implicam em reciprocidade com as comunidades locais ou com o empoderamento das mesmas diante da produção científica, das patentes ou dos produtos derivados de seu conhecimento. Tanto a reciprocidade como o empoderamento das comunidades tradicionais e locais são princípios valorizados na construção social do conhecimento agroecológico.

Reciprocidade é um princípio derivado da dádiva como característica de sociedades tradicionais descrita por Marcel Mauss no livro *Ensaio sobre a Dádiva* de 1925. Em termos bem simples trata-se de reconhecer que o princípio da doação esteve presente em todas as sociedades primordiais<sup>11</sup>. É um traço constitutivo dos modos de vida. Mais recentemente esse conceito foi ampliado nos estudos posteriores. Aqui consideramos o sentido descrito por Eric Sabourin, no artigo de 2008. Segundo ele sobrevivem nos mercados dois princípios econômicos, um mercantilista e outra da reciprocidade, permeado por ações de doação e solidariedade.

Para o autor não só as pessoas têm atitudes de reciprocidade e dádiva. Ele se utiliza das compras públicas da Política Nacional de Alimentação Escolar e do Programa de Aquisição de Alimentos para demonstrar que as instituições também têm atitudes de reciprocidade (SABOURIN, 2008). "Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como é a troca" (SABOURIN, 2010). E esses sujeitos então podem ser instituições do Estado.

---

<sup>11</sup> Evitamos o termo primitivo pelo seu teor pejorativo em nossa língua.

Unificando o conceito para outro setor de aplicação e de pesquisas, o francês Allan Caillé, que esteve recentemente no Brasil, traduz esse princípio como Cuidado aplicado no campo da saúde<sup>12</sup>. Abre-se um vasto campo de estudos ao relacionar as plantas medicinais em redes sociotécnicas caracterizadas pelo Cuidado e pela economia da dádiva. Não exploramos suficientemente esses sentidos mas os anunciamos aqui. Entendemos o conhecimento tradicional sobre a agrobiodiversidade associado também ao princípio da reciprocidade como característica primordial como se manifesta na memória e consequentemente nas práticas das pessoas.

Ao tratar que a tradição seja associada à agrobiodiversidade ou à dádiva lidamos com o conceito de memória estudada desde os tempos de fundação das ciências sociais. Há uma larga produção científica sobre o assunto. No trabalho cotidiano ligado ao conhecimento e uso tradicional de plantas medicinais fomos obrigadas a retomar a ideia de memória não como algo pertencente ao passado mas como uma vivência contemporânea.

Trouxemos então para esse campo de associação à tradição, o artigo de Andreas Huyssen (2000) que descreve como a sociedade está mudando de foco, deixando o “privilégio dado ao futuro que tanto caracterizou as primeiras décadas de modernidade do século XX” (HUYSSSEN, 2000, p. 9). Na mesma medida que abandona o mito do futuro há uma ênfase memorialista que o autor denomina “passados presentes”. “A partir da década de 1980 o foco parece ter se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes” (HUYSSSEN, 2000 p. 9). E, continua o autor:

De fato, questões de temporalidades diferentes e modernidades em estágios distintos emergiram como peças-chaves para um novo entendimento rigoroso dos processos de globalização a longo prazo que procurem ser algo mais do que apenas uma atualização dos paradigmas ocidentais de modernização. (HUYSSSEN, 2000, p.10)

---

<sup>12</sup> Palestra durante o Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas e Saúde ocorrido no Rio de Janeiro entre 13 e 17 de novembro de 2013. Caillé é autor de vários livros (dentre eles "Critique de la raison utilitaire". Paris: La Découverte, 1989; e "Antropologia do dom. O terceiro paradigma". Petrópolis: Vozes, 2002); e fundador do MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales).

Compactuamos desse enunciado ao pretender não um retorno a tempos passados, mas que o presente e o futuro possam se nutrir do tradicional para reinventar a existência.

A próxima sessão irá discutir a natureza de conhecimento tradicional como eminentemente tácito enquanto a informação científica aparece como explícita e codificada. Utilizamos um poema de Oliveira das Panelas<sup>13</sup> para iniciar essa discussão.

Por quê não dialogar,  
Num encontro magnífico,  
O seu saber científico  
Com o saber popular?  
Daí, pode germinar  
A melhor contrapartida,  
Proposta bem concebida.  
Pois queremos, na essência,  
Ciência com consciência  
Dirigida para a vida.

A informação passou a ser um ativo fundamental para o êxito dos empreendimentos. Daí deriva a ideia de 'sociedade da informação' para designar a época atual e também surge um campo de aplicação chamada de Gestão da Informação, cuidando desse ativo na forma de conhecimento explícito e codificado.

Outra abordagem é defendida pela pesquisadora Paula Xavier dos Santos que, sem negar a efetividade da gestão da informação, apresenta a necessidade da Gestão do Conhecimento. Afirma que a diferença entre dado, informação e conhecimento é uma questão de grau. "Surge o conceito de Gestão do Conhecimento agregando o conhecimento tácito como recurso a ser gerenciado" (SANTOS, 2010, p. 18).

Esta distinção entre conhecimento explícito e tácito demarca a diferença entre as abordagens de gestão da informação e gestão do conhecimento. A gestão do conhecimento, além de ter o conhecimento como objeto a ser gerenciado e compartilhado, pressupõe processos e estratégias para criação de novos conhecimentos. (SANTOS, 2010).

---

<sup>13</sup> Site: <[www.oliveiradepanelas.com](http://www.oliveiradepanelas.com)>

Para o campo da Gestão do Conhecimento, o tácito tem uma difícil visibilidade e expressão. É pessoal e quase não transferível. No entanto, a busca de certos atores é por *insight* e codificação. Para esses podemos afirmar que o conhecimento tácito promove inspiração para novidades e possíveis inovações. Para os agricultores detentores do conhecimento tradicional podemos falar em gestão do conhecimento agroecológico, como um exercício de experiências concretas intimamente ligadas às práticas de comunicação. “Nessa lógica, *experimentação* e *comunicação* passam a ser compreendidas como funções indissociáveis na gestão do conhecimento agroecológico que se processa nas redes de agricultores-experimentadores” (PETERSEN e SILVEIRA, 2007, p. 112).

O conhecimento tácito não é prerrogativa das populações tradicionais. Os especialistas, pesquisadores e gestores também possuem conhecimento tácito não sistematizado sobre seu objeto e seu território rede. Uma sutil diferença pode ser vista no fato que a gestão deste conhecimento tácito em espaços especializados o torna mais passível de codificação. A sistematização do conhecimento tácito das populações tradicionais sobre seu próprio território é objeto da etnobotânica, por exemplo. Ainda assim a gerência dos detentores de seu próprio conhecimento no território só tem sido contemplada em pequenas escalas.

O conhecimento explícito pode ser expresso em palavras e números, e facilmente comunicado e compartilhado sob a forma de dados brutos, fórmulas científicas, procedimentos codificados ou princípios universais (NONAKA et al., 1997 apud SANTOS, 2010).

Parece-nos que há uma lacuna a ser preenchida na construção do conhecimento que possa impactar positivamente a própria vida das comunidades e seu entorno, reconhecendo, validando<sup>14</sup> ou protegendo o próprio conhecimento tradicional e seus detentores. Essa lacuna a ser mais bem descrita está explícita no código penal, implícita na sutil presunção de crime, na impossibilidade técnica de comercialização de produtos beneficiados por parte da

---

<sup>14</sup> Alguns integrantes dos movimentos sociais anunciam que não precisam de nenhuma validação que tenha o Estado como "validador".

agricultura familiar, nas dificuldades impostas pela legislação de sementes, reproduzindo-se nos momentos de comunicação informal.

Há uma trajetória interdisciplinar e intersetorial entre as ciências da informação e da comunicação. Já que, no modelo do Mercado Simbólico, a comunicação é vista como ação humana comum, interpretamos que, nessa última área de investigação científica se concentram as principais demandas populares cobrando avanços na direção de uma epistemologia do social. Para Alvin Goldman (2010), essa é um contraponto a epistemologia clássica. Os adeptos da epistemologia social

buscam identificar as forças sociais e influências responsáveis pela produção de conhecimento assim concebida (...). Qualquer interação entre os indivíduos que afetam o estado de crença de alguns deles pode ser considerado uma relação social-epistêmica. Assim entendido, uma grande variedade de interações comunicativas seria assuntos ajuste para a epistemologia social (GOLDMAN, 2010, p. 11).

A pesquisa aqui proposta quer descrever essas interações comunicativas entre atores com diferentes sistemas sêmicos, detentores de conhecimento tradicional ou de informação científica e identificar como interagem nos processos de tomada de decisão. Entende o campo da comunicação como o território epistêmico onde ocorrem as citações ao conhecimento tradicional ou à informação científica. Essa visão é inspirada em Bruno Latour (1997), já citado, que afirma ser predominante a comunicação informal, só mais tarde sistematizada (LATOURE, 1997, p. 289). O autor está se referindo a comunicação no ambiente formal dos laboratórios o que nos permite uma apropriação para o ambiente das feiras que desejamos investigar.

Compreendemos que essa predominância de uma comunicação informal referindo-se sempre à informação científica ocorre também em outros setores além da pesquisa feita em laboratórios. Essa comunicação informal descrita por Latour (1997) é semelhante ao que Gnerre (1991) fala sobre linguagens especiais, como os jargões profissionais. Segundo o autor, “a função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativo mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade linguística externa ao grupo” (Gnerre, 1991, p. 23).

Tanto do ponto de vista de nossas observações empíricas quanto a partir da existência de dicionários técnicos ou os descritores vemos a saúde coletiva como portadora de linguagem especial e ao mesmo tempo grande consumidora de informação científica. De modo semelhante o campo da agroecologia também coleciona jargões e informação científica. Compreendemos que os dois campos se encontram em interseção nessa pesquisa. Desse modo achamos conveniente descrever alguns conceitos de cada um deles.

### 3.3 SAÚDE COLETIVA E AGROECOLOGIA COMO FRONTEIRAS

Iniciamos essa sessão com o contexto da saúde coletiva. Em seguida vamos descrever o campo da agroecologia, seus desafios práticos, teóricos e metodológicos. Vamos buscar a interação entre estes dois campos que circundam o nosso objeto de pesquisa, considerados como fronteiras mediadas pelo conceito de construção social do conhecimento. Esse conceito é tratado como processo entre o campo da saúde coletiva e da agroecologia. Vamos descrever alguns dos processos e acúmulos de pesquisas ambos relacionados à comunicação como fenômeno mais amplo que engloba a informação científica e tecnológica e se passa no ambiente de redes sociotécnicas.

Embora consideremos relevantes a relação multidisciplinar com a biologia, a agronomia ou a farmácia, vamos chamar de limites a dificuldade temporal-espacial dessa pesquisa ao tratar de assuntos desses campos.

Plantas medicinais são utilizadas e conhecidas como uma expressão da cultura dos povos e comunidades tradicionais. Quando seu uso expressa a busca por amenizar sintoma desagradável ou desconforto físico considerado como doença passa a ser de interesse do campo de pesquisa e prática da saúde coletiva. Aqui estamos dando preferência para esse campo e não para o campo da saúde pública, propriamente dita.

Há uma diferença conceitual entre saúde pública e saúde coletiva. A primeira refere-se à organização dos serviços de atendimento à população. Já o conceito de saúde coletiva

refere-se à um campo de construções teóricas interdisciplinares e intersetoriais com o objetivo de influir sobre a prática de organização dos serviços de saúde pública. Na saúde pública há uma ênfase em alocar pessoas, recursos tecnológicos e processos para responder ao manejo do processo saúde-doença. A saúde coletiva, por sua vez, enfatiza a produção do conhecimento na práxis de manejo sobre esse mesmo processo.

É "um campo ideológico comprometido com a transformação social. (...) O objeto da Saúde Coletiva é construído nos limites do biológico e do social e compreende a investigação dos determinantes da produção social das doenças e da organização dos serviços de saúde, e o estudo da historicidade do saber e das práticas sobre os mesmos. Nesse sentido, o caráter interdisciplinar desse objeto sugere uma integração no plano do conhecimento e não no plano da estratégia, de reunir profissionais com múltiplas formações". (PAIM E ALMEIDA FILHO, 1998, p. 309).

Os princípios do SUS tem algo a dizer sobre a construção social do conhecimento. Entre seus princípios doutrinários estão a universalidade, equidade e integralidade e os organizativos a descentralização, hierarquização e a participação (ARAÚJO e CARDOSO, 2007, p.61).

A descentralização foi traduzida ao longo dos anos desde a emissão da Constituição Brasileira em 1988 como municipalização dos serviços. Hoje há outras formas de implantação desse princípio. A Norma Operacional Básica - NOAS SUS 01/2002 tratou como a regionalização inter, intramunicipal e interestadual. São criadas as regiões, macrorregiões e microrregiões da saúde.

A regulamentação da Lei 8080/90 foi feita através do decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011. Ao definir a regionalização, esse decreto afirma:

Os entes federativos definirão os seguintes elementos em relação às Regiões de Saúde: seus limites geográficos; população usuária das ações e serviços; rol de ações e serviços que serão ofertados; e respectivas responsabilidades, critérios de acessibilidade e escala para conformação dos serviços. (BRASIL, 2011)

Essas expressões presentes no ambiente regulatório do SUS indicam uma ênfase no local como forma de produção do conhecimento da saúde da população. Outro princípio importante para a saúde coletiva e conseqüentemente para essa pesquisa é a integralidade, que se expressa nas relações de cuidado entre equipe técnica e usuários, mas também se expressa na forma como os serviços se organizam nos territórios.

Ao tomarmos o sentido da palavra saúde em sua forma mais ampla, encontramos aliado a essa definição, o conceito de determinantes sociais da saúde. Constituem um amálgama entre o coletivo, o ambiental, a autonomia dos indivíduos e grupos e a capacidade dos setores públicos providenciarem equidade. É o modo como a vida dos indivíduos se passa nos ambientes, com impacto direto sobre a sua condição de saúde.

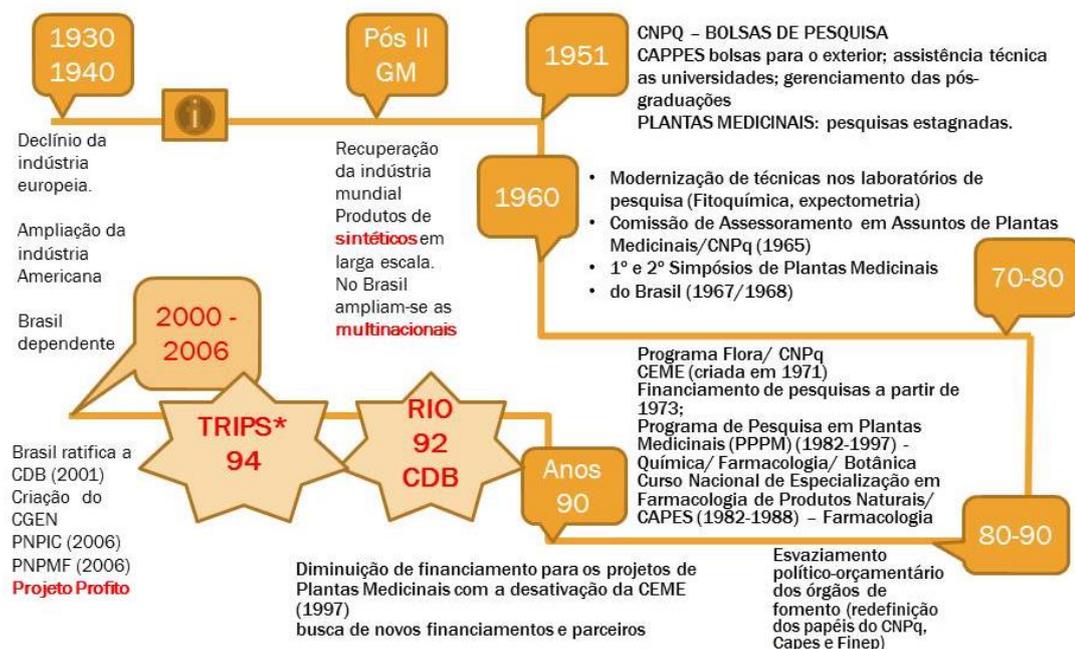
Para essa pesquisa, é importante essa compreensão do contexto situacional onde está o usuário do SUS, o cidadão em sua inserção sócio-política, ambiental, econômica e cultural. É nessa dimensão que o ciclo de produção-consumo de plantas medicinais tem maior relação com a saúde pública. Também tem expressão no princípio da integralidade quando esse princípio define os territórios de intervenção ou as estratégias de territorialização da saúde.

Em territórios periurbanos ou rurais são encontrados grupos populacionais com vínculo com as plantas medicinais. Alguns assentamentos urbanos também abrigam um conjunto de cidadãos que se utilizam das plantas medicinais. Esta é a conclusão da pesquisadora Fátima Branquinho (2007) ao desenvolver sua pesquisa no bairro de Vigário Geral, periferia da cidade do Rio de Janeiro. Esse trabalho levou a pesquisadora a afirmar que "A análise da cultura das ervas no limite urbano revelou a metrópole como um local de marcante ambigüidade" (BRANQUINHO, 2007, p. 13).

Se há o uso de plantas medicinais e remédios caseiros informados pela tradição, há também um acervo de pesquisas científicas produzidas ao longo dos anos. Outra pesquisadora, a Tania Maria Fernandez, dedicou sua tese de doutorado à compreensão das fontes de informação científica sobre plantas medicinais. Em seu livro, *Plantas Mediciniais - memória da ciência no Brasil* (FERNANDES, 2004), há uma historicidade da produção científica sobre o assunto. O histórico produzido pela pesquisadora auxilia a compreensão da evolução da produção da informação orientada a plantas medicinais. Aproveitamos o

pensamento da Tania Fernandes (2007), adicionamos dois eventos descritos pela socioambientalista Juliana Santilli (2009), as políticas promulgadas em 2006 e desenhamos uma linha do tempo que serve aos interesses desse trabalho (Fig. 6).

Figura 6: Linha do tempo representativa da evolução da produção científica do segmento plantas medicinais



Fonte: BRASIL, 2006a; BRASIL 2006b; FERNANDES, 2004; SANTILLI, 2009;

Tânia Fernandes (2004) traça um histórico da pesquisa brasileira sobre plantas medicinais. Cita o uso milenar dessas espécies nas diversas sociedades e se aprofunda no perfil da estrutura nacional de pesquisa a partir de meados do século XX. Situa como ponto de partida o ambiente internacional do pós guerra quando ocorreu uma depressão da indústria farmacêutica europeia (FERNANDES, 2004, p.33).

Segundo a autora, enquanto a indústria farmacêutica brasileira sofria um declínio, a pesquisa científica "financiada e coordenada pelo Estado, apresentou um aumento significativo" entre as décadas de 1960 e 2000 (FERNANDES, 2004, p.17). Descreve então o papel das agências de fomento, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes), a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Salienta também o papel da Central de Medicamentos (CEME), criada em 1976.

Na década de 1960, a autora destaca a criação dos Simpósios de Plantas Medicinais. Até o momento foram organizados 22 eventos similares, reunindo a produção acadêmica sobre plantas medicinais nas áreas de farmacologia pré-clínica e clínica, fitoquímica, biotecnologia, conservação dos recursos vegetais, cultivo e melhoramento, controle de qualidade, etnobotânica, etnofarmacologia, marcos regulatórios, saúde pública, desenvolvimento tecnológico. Esses foram qualificados como "espaços de excelência para trocas científicas na área de plantas medicinais no Brasil", diz a autora ao citar o depoimento de um pesquisador (FERNANDES, 2004, p.115).

### 3.3.1 Vigilância Sanitária

Parte das pesquisas realizadas sobre plantas medicinais tem como perfil a segurança do uso e o controle de qualidade de fitoterápicos e fitomedicamentos. Essas ações estão no campo de atuação da vigilância sanitária, assim como outros produtos úteis à alimentação e saúde humanas. Essas plantas, quando usadas *in natura* ou com beneficiamento primário (secas, rasuradas ou pulverizadas) são consideradas como produtos de baixa complexidade, situam-se entre o alimento, produtos isentos de prescrição e o uso como remédios caseiros. São esses usos de baixa complexidade que, segundo nossa interpretação, precisam de um contexto regulatório que favoreça a inclusão produtiva de agricultores familiares.

A 11ª Conferência Nacional de Saúde (2000) apresentou a demanda da sociedade em regularizar as iniciativas de beneficiamento de produtos da agricultura familiar. Em seguida a 1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária ratificou e ampliou o compromisso anterior:

Fomentar políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico que incluam financiamento para os distintos segmentos da cadeia produtiva, garantindo aos pequenos produtores rurais os meios necessários à manutenção de condições adequadas e seguras no processo de produção,

diminuindo os riscos sanitários ao consumidor e à sua saúde. Devem ser garantidas ações integradas entre os diversos setores que atuam na agricultura familiar, visando ao seu desenvolvimento e à qualidade dos alimentos produzidos. (1ª CONFERENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2001, p. 50)

Transformando em ação as propostas da sociedade civil, a ANVISA promoveu no dia 28 de janeiro de 2013, a Oficina sobre Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária cuja finalidade foi:

Aperfeiçoar o trabalho realizado pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS junto aos empreendimentos familiares rurais, setores associativistas, cooperativados e micro empreendedores individuais, visando a promoção da geração de renda, do emprego e da inclusão social, além de identificar ações que possam fortalecer as relações entre os demais órgãos e instituições governamentais e não governamentais, contribuindo desta forma com o Programa Brasil sem Miséria, através de políticas públicas que visam a erradicação da miséria e o crescimento econômico do país<sup>15</sup>.

A minha presença nessa oficina proporcionou um entendimento mais específico dos desafios propostos para as organizações ligadas à agricultura familiar e uso tradicional de plantas medicinais. Muito do que foi dito durante a oficina em parte com registro em apresentações e relatórios com pouca divulgação, proporcionam subsídios importantes para acompanhamento do processo de regulamentação das agroindústrias familiares onde se inclui o beneficiamento primário de plantas medicinais.

Um dos produtos dessa oficina foi uma minuta de resolução que, tornou-se a Consulta Pública nº 37, de 26 de agosto de 2013 publicada no Diário Oficial da União de 27/08/2013 (ANVISA, 2013). Durante a construção do texto para a minuta, fiz intervenções orais no sentido de buscar espaço para integração dos processos de formação, de informação e comunicação em saúde. Até o momento não houve acolhida a essas expressões no texto da consulta pública.

---

<sup>15</sup> Material impresso distribuído na Oficina de 27/08/2013.

Mais uma vez aparece a construção social do conhecimento como um critério importante para a saúde coletiva nessa relação com a agroecologia. Segundo o epidemiologista Luis David Castiel, Maria Cristina Guilam e Marcos Ferreira, no livro *Correndo o Risco, introdução aos riscos em saúde* (2010). Os autores citam a possível “avaliação de risco sem deixar de lado fatores subjetivos, éticos, morais e culturais” (CASTIEL et al, 2010, p. 17). E, mais adiante esses autores afirmam: “A mensuração dos riscos é, em última análise, um processo social. Riscos só existem decorrentes de ação humana que é, invariavelmente, social” (CASTIEL ET AL, 2010, p. 45).

Como eminentemente social aborda então essa relação entre fatores biológicos e culturais. A epidemiologia é um dos muitos limites dessa pesquisa, mas não podemos deixar de anunciar a relação. Ficamos mais animados ao saber que há pesquisadores dedicados a essa pesquisa, sem a qual seria irresponsabilidade pensar a inclusão produtiva de produtores agrícolas, povos e comunidades tradicionais. Assim se constituem redes de sentido que permitem aos atores afirmar: Eu não sei mas outros pesquisadores acessíveis no território sabem.

Como demonstrou Fátima Branquinho (2007), o tema das plantas medicinais articula saúde e cultura. A legislação nacional e internacional de proteção ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade traz impactos positivos à produção científica de plantas medicinais ora limitando ora potencializando o uso da biodiversidade brasileira na assistência farmacêutica.

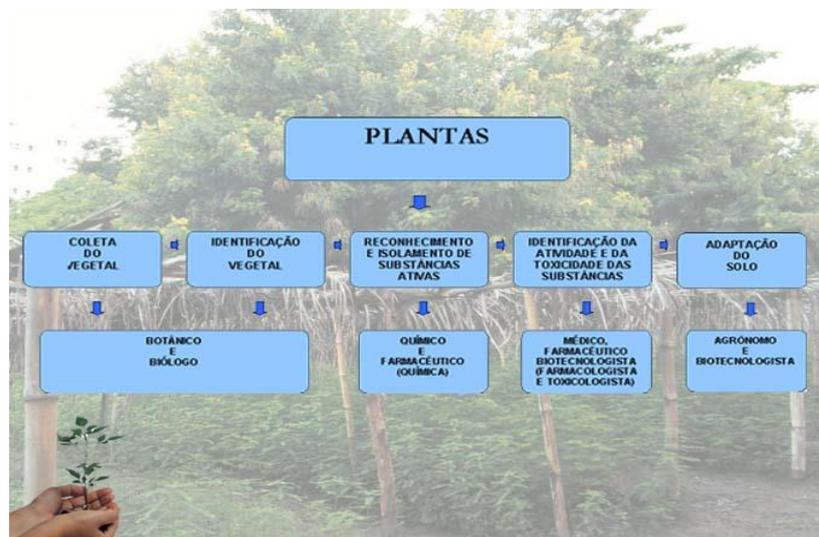
Diante desse cenário e diante dos princípios de participação e integralidade, o detentor do conhecimento tradicional (associado ou disseminado) pode ser mais ou menos visível seja na pesquisa, no ensino ou nas práticas assistenciais do SUS. Essa visibilidade também influencia seu empoderamento e vínculo diante dos serviços, como uma voz política no controle social.

O Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos foi promulgado em 2007. É coordenado pelo Ministério da Saúde em integração com mais onze ministérios e com ação fundamental da Fiocruz. Através desse programa incluímos outro papel para um grupo

populacional importante para o campo científico da Agroecologia, o campesinato, eventualmente descrito nesse texto como agricultura familiar.

Essa pesquisa traz a visão do camponês como detentor do conhecimento tradicional e produtor potencial de insumos para a assistência farmacêutica. Para ilustrar esse pensamento apresento uma imagem (Fig. 7). Segundo o pesquisador Muniz Sodré "a imagem torna-se instrumento da consciência de artistas ou cidadãos (...) para mostrar o que não foi visto na esfera do visível da comunidade" (SODRÉ, 2006, p.98).

Figura 7: Descrição da cadeia produtiva de produção de fitoterápicos



Fonte: Apresentação de Tania Maria Fernandes em 3 de julho de 2008 em Farmanguinhos/Fiocruz.

A imagem utilizada por Tania Maria Fernandez ilustra o intervalo de produção científica sobre plantas medicinais e anuncia ao mesmo tempo o que está invisibilizado. Para o conjunto de cidadãos que constroem coletivamente essa pesquisa é como se a mão que se estende ao ofertar a planta para a pesquisa e para o uso no SUS fosse uma senha ou um convite para novas investigações.

Para o escopo dessa pesquisa a figura da mão, no canto inferior esquerdo da imagem representa um camponês inserido em uma territorialidade, organizado ou não, sujeito a um regime de posse e uso da terra, da água e dos demais condicionantes para a produção, circulação e consumo de plantas medicinais. Consideramos aqui a intersectorialidade entre saúde e agricultura. No campo da pesquisa voltada a agroecologia essa dimensão é igualmente complexa, e convidamos o leitor a passear por esses conceitos.

A expressão plantas medicinais contém essa dualidade entre a agricultura e o extrativismo como setor econômico as formas de medicina, tradicional ou biomédica, do campo da saúde. A expressão plantas nesse contexto está ligada intrinsecamente a um ambiente cercado de elementos ecossistêmicos. Necessariamente o provimento de plantas para um desses sistemas médicos implica em um sistema produtivo, seja extrativismo ou cultivo agrícola, podendo ser mais ou menos sustentável.

A sustentabilidade caracteriza qualquer modelo de produção agrícola aplicado a essa obtenção de plantas medicinais. Ao longo de milhões de anos a humanidade tem domesticado e reproduzido sistematicamente espécies vegetais de interesse alimentar e econômica. Segundo Maria Nazareth Wanderley, entre o final dos anos 1950 e 1960, com a justificativa do aumento populacional a agricultura brasileira passou por uma etapa de definição de seu modelo agrícola (WANDERLEY, 2009). Essa etapa foi denominada Revolução Verde.

O resultado desse período pode ser visto como a crescente especialização das propriedades agrícolas, a mecanização, a concentração da terra, o êxodo rural. A produção brasileira cresceu muito desde então. Sua produção, destina-se preferencialmente para a exportação. Tornou o Brasil um dos países com maior uso de agroquímicos, causando outras vulnerabilidades para a saúde coletiva. Apesar disso, esse modelo não resolveu o problema da alimentação mundial. Desse modo, a partir de setembro de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) traz para seus 191 estados membros os Oito Objetivos do Milênio, sendo o primeiro deles a erradicação da pobreza extrema e o combate a fome (ONU, 2013). A presença do sétimo objetivo, na mesma agenda para o milênio - a sustentabilidade - também pressupõe certa complexidade para pensar o modelo hegemônico de produção agrícola.

No entanto, um movimento dialeticamente oposto a esse modelo agroexportador sempre esteve presente na história da agricultura. Diferentes formas de agricultura camponesa evoluíram para uma relação técnica científica, passando por diferentes denominações: agricultura tradicional, natural, alternativa, biodinâmica, agricultura de base biológica. Aos poucos investimentos práticos, institucionais e de pesquisa científica cunhou e trouxe crescente hegemonia para o campo denominado agroecologia.

Já em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, apresentou sua definição de agroecologia, aproximando o termo da fitoterapia no SUS.

trata-se de sistema que se baseia em um cultivo sustentável, que respeita o meio ambiente, em oposição ao modelo agrícola convencional, centrado no uso abusivo dos recursos naturais e de agroquímicos. A agroecologia prioriza as necessidades alimentares e nutricionais da população, selecionando as tecnologias utilizadas no processo produtivo, assegurando a preservação dos agroecossistemas em longo prazo. (BRASIL, 2006b, p. 42)

Para as finalidades dessa pesquisa, há relevância na construção social do conhecimento em agroecologia e que esse conhecimento se dá com intrínseca relação entre informação científica e conhecimento tradicional. É, portanto, uma ciência complexa e interdisciplinar.

Aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica. (GLIESSMAN, 1990 apud CAPORAL E COSTABEBER, 2004)

Esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável. (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p. 15).

Emerge do campo da agroecologia uma dimensão de "construção social do conhecimento" que é uma linha mestra para essa dissertação. Através desse conceito pretendemos integrar ou relacionar os demais campos do conhecimento convergindo para o objeto plantas medicinais em sistemas agroecológicos. Construção social é destas expressões

que correm o risco de tornarem-se banalizadas pela repetição sem que sua natureza mais efetiva seja perseguida e aplicada. A autora Fátima Branquinho (2007) prefere falar:

O que permanece sociologicamente essencial é o reconhecimento de que todos os universos simbólicos e todas as legitimações são produtos humanos, cuja existência tem por base a vida dos indivíduos concretos e não possui status empírico à parte dessas vidas. (BERGER e LUCKMANN, 1985 apud BRANQUINHO, 2007).

O conhecimento agroecológico é constituído com a valorização do conhecimento tradicional. Mas reafirma a necessidade da informação científica. Defende a horizontalidade entre as duas formas de conhecimento. No campo da agroecologia, a ciência não tem *status* de superioridade. Não há pressuposto de autoritarismo da ciência sobre o conhecimento ecológico local. Seu pressuposto seria uma tessitura da pesquisa acadêmica com a influência mútua de uma forma de conhecimento sobre a outra.

A agroecologia valoriza o agricultor experimentador. Esse tem sido ao longo da história, um domesticador de espécies e um melhorista nato. Para a pesquisadora Juliana Santilli (2009), a conservação *on farm*, ou no local de cultivo é uma ação de agricultores. Através do trabalho contínuo de seleção de sementes feito nas lavouras se produz tanto a conservação como o melhoramento de inúmeras espécies de interesse para alimentação e saúde (SANTILLI, 2009).

Paulo Petersen (2011) alia o potencial de novidades nas experimentações de agricultores camponeses como intrinsecamente ligada à comunicação. Para o autor, a novidade se difere da inovação.

La producción de novedades en el campo de la agricultura y del desarrollo rural se da a partir de la mutua adaptación entre los sistemas técnicos y los ecosistemas. De esto resulta que las novedades produzcan y dependan al mismo tiempo de un tipo de conocimiento de naturaleza contextualizado y artesanal: el conocimiento local. (PETERSEN, 2011, p. 104)

Um dos desafios do campo da agroecologia é o exercício de não especialização da agricultura, seja na prática dos cultivos, seja nas pesquisas que os legitimam. Plantas medicinais são espécies que interagem com outros produtos agrícolas e com as variedades de alimentos da dieta dos territórios. Estamos aqui, buscando a aplicação de alguns princípios da

agroecologia, focando essas espécies ditas medicinais sem esquecer as suas relações com outras plantas cultivadas para a segurança alimentar e nutricional nos territórios. Trata-se de enfocar plantas medicinais nos sistemas agroalimentares.

Agroecossistemas ou sistemas agroalimentares podem ser entendidos também como um território-rede interpretado no campo da agroecologia. Para o geógrafo Claude Raffestin,

Não se trata pois do "espaço", mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o espaço visto e/ou vivido. (RAFFESTIN, 1993, p.5)

Podemos chamar a esses bairros ou grupos de bairros ou simplesmente um conjunto de ruas de vizinhança, entendida como aquele espaço onde as pessoas adquirem mais familiaridade social e geográfica, e podem compartilhar uma história. Onde se vivem processos econômicos, políticos e sociais. Enfim é aquele ambiente que encerra a maior complexidade social de um grupo de pessoas, o lugar em que vivem suas vidas. (TORO, 2005, p. 73)

Plantas medicinais precisam de espaço para seu cultivo, manuseio, beneficiamento, pesquisa. Esse espaço, no entanto, não é algo isento de relações de poder que o submetem e transformam. São relações que impõe aspectos favoráveis ou desfavoráveis ao ciclo de produção e consumo de plantas medicinais. Podendo aparecer como elementos simétricos ou assimétricos, não humanos ou quase humanos (LATOURETTE, 1994).

Podemos exemplificar esse ponto com o exemplo dos sistemas agroflorestais medicinais (SAFs) como um dos produtos do Profito. Inicialmente eles demandavam um espaço de 400 m<sup>2</sup> para compor uma unidade demonstrativa em cada uma das comunidades locais onde havia intervenção do projeto.

O primeiro impacto veio da inviabilidade de assinar um termo de compromisso com o Instituto Estadual do Ambiente, gestor do Parque Estadual da Pedra Branca, unidade conservação integral e espaço onde se situam a maior parte dos agricultores (FERNANDEZ, 2009). Passaram-se 4 ou 5 anos de negociação com o órgão ambiental. Aos poucos todos foram compreendendo que deviam criar um plano alternativo chamado “Plano B”. Como a

necessidade de espaço geográfico era mínima, o coletivo Profito buscou áreas do entorno em sítios particulares ou institucionais.

O regime de posse e uso da terra bem como as condições sanitárias e ecológicas foram fatores territoriais que inviabilizaram a existência dos SAFs nos espaços priorizados inicialmente. Relações de poder pessoal ou institucional interferiam na implantação dessas tecnologias sociais. No entanto, mesmo com todos os desafios impostos pelo território rede, três sistemas agroflorestais medicinais estão implantados na zona oeste do Rio de Janeiro, como será discutido mais adiante.

Uma dimensão favorável ao florescimento das ações de PNPMF no território da zona oeste do Rio de Janeiro é a presença de Farmanguinhos. A partir de Farmanguinhos surgem novas relações com organizações não governamentais, organizações políticas, instituições de ensino pesquisa, laboratórios públicos. São Redes e redes. Redes que se entendem como organizações e então grafadas aqui com maiúsculas. E redes, com letra minúscula, dando a conotação de uma ferramenta de análise. Uma rede é uma oportunidade de perceber o que ocorre entre os nós (indivíduos ou coletivos) do ponto de vista da informação e da comunicação em saúde.

### 3.4 A JUNÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE PROCESSOS, DISCIPLINAS, SETORES

Utilizamos o pensamento de Olga Pombo (2005) quando diz que a interdisciplinaridade não é algo que buscamos, mas algo que acontece ao pensamento contemporâneo. Então, como descrito no início do capítulo, essa pesquisa traz uma proposta de interciências entre basicamente três campos: a Saúde Coletiva, a Agroecologia e a Sociologia. Na interseção entre essas grandes áreas, os campos da comunicação e da informação em saúde trazem o aparato conceitual necessário a um recorte nem sempre tão comum em trabalhos de dissertação. Fui me apropriando de conceitos como de território-rede e de redes sociotécnicas para delimitar o lugar onde ocorre a relação entre o conhecimento tradicional e a informação científica relacionada ao consumo de plantas medicinais.

A interdisciplinaridade se deixa pensar, não apenas na sua faceta cognitiva - sensibilidade à complexidade, capacidade para procurar mecanismos comuns, atenção a estruturas profundas que possam articular o que aparentemente não é articulável - mas também em termos de *atitude* - curiosidade, abertura de espírito, gosto pela colaboração, pela cooperação, pelo trabalho em comum. Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade. Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo. Não se trata de defender que, com a interdisciplinaridade, se alcançaria uma forma de anular o *poder* que todo *saber* implica (o que equivaleria a cair na utopia beata do sábio sem poder), mas de acreditar na possibilidade de partilhar o poder que se tem, ou melhor, de *desejar* partilhá-lo. Como? Desocultando o saber que lhe corresponde, explicitando-o, tornando-o discursivo, discutindo-o. (POMBO, 2005, p. 13)

Dessa forma buscamos evitar a especialização em busca de um conhecimento passível de ser integrado numa leitura territorial. É uma busca de “articulação dos conhecimentos especializados com aqueles outros saberes que provêm da experiência social e das memórias coletivas” (MARTIN-BARBERO, 2014).

O que está em jogo são as relações essenciais e existenciais. Por intermédio deles sente-se a vontade de afirmar a necessidade de relações simétricas com os seres, com os locais, o trabalho e o meio espaço-temporal. Retomar o poder pela base por meio do cotidiano e, sobretudo, recuperar uma malha territorial que possa permitir o exercício desse poder. Em resumo, trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas pelo Estado (RAFFESTIN, 1993, p. 33).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A INTER-RELAÇÃO ENTRE A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E A TRADICIONAL**

Perceber a transformação epistemológica em curso é perceber que lá, onde esperávamos encontrar o simples, está o complexo, o infinitamente complexo. Que quanto mais fina é a análise, maior a complexidade que se abre à nossa frente. (Olga Pombo)

Uma prática comunicativa dialógica inter-relacionada a ações de formação e capacitação inaugurou um tempo novo para agricultores e comunidade tradicional do Sertão Carioca. O ano de 2006, simultaneamente marcou a criação do projeto Profito e trouxe no cenário nacional as duas políticas orientadas à plantas medicinais (BRASIL, 2006a; BRASIL 2006b). Ao optar pelo diagnóstico rápido participativo como metodologia, a equipe criadora do Profito trouxe parte do dialogismo freireano para o território. Os resultados apresentam a discussão sobre o empoderamento local e a participação política desses agricultores e por extensão da comunidade tradicional.

Para sublinhar a importância do tema, repetimos que essa participação se faz possível com a atuação em redes em diferentes dimensões e perfis. São redes concêntricas que partem do local ao global. Situam-se na rede de parentela e redes comunitárias, quase grupos. Aparecem nos territórios redes que conjugam parentelas e comunidades como elemento mediador entre os locais e o global. E chegam então às redes sociotécnicas com seu caráter complexo e global. Nessa unidade territorial que parte do Maciço da Pedra Branca em direção à região metropolitana do Rio de Janeiro se torna possível compreender e atuar nessa dimensão local-global.

Organizamos então os resultados da pesquisa a partir da sistematização das ações e subprojetos do Profito. Em seguida apresentamos os resultados da observação participante nas feiras agroecológicas da região metropolitana do Rio de Janeiro. E, analisamos a informação científica nos grupos de pesquisa e periódicos sobre o conhecimento tradicional. Finalizando com a descrição da rede sociotécnica indicada pelos integrantes da pesquisa.

#### 4.1 DE UMA PRÁTICA COMUNICATIVA A UMA REDE SOCIOTÉCNICA

As atividades e conhecimentos socialmente construídos no âmbito do Profito estão registrados em diferentes objetos, textos, vídeos e fotos. Porém, boa parte dessa documentação não está acessível à população. Trazer luz a essa documentação cumpre parte do papel de dar publicidade ou de construir o público a partir das ações do projeto. O Profito gerou uma bibliografia na forma de uma tese de doutorado da socióloga Annelise Caetano F. Fernandez (2009), uma dissertação produzida pela geógrafa Alessandra Magalhães (2010), artigos (MAGALHÃES FRAGA, 2010), resumos expandidos em eventos (FERNANDEZ e BAPTISTA, 2010), monografias, trabalhos de conclusão de cursos.

Através da ação de extensão universitária vários pôsteres e relatórios de projetos de iniciação científica ou de extensão foram escritos. A participação desses acadêmicos em eventos gerou mais de 12 pôsteres, sendo que dois obtiveram o título de melhor trabalho na IX Semana de Extensão da UFRRJ e outros receberam menção honrosa. Esses documentos formais de uma forma ou outra obtiveram alguma circulação junto à academia. Outros documentos relevantes para o entendimento da ação realizada no território não tiveram qualquer circulação.

Para a experiência do Profito os documentos representam um processo de interlocução oral codificado em fotos, vídeos, textos. A codificação, na experiência vivenciada, é um processo de registro em código escrito partindo de intervenções populares orais ou imagéticas. Essa é uma característica do regime sociotécnico vivenciado que merece uma análise posterior. Havia um ambiente de predomínio da comunicação informal oral. Principalmente nas reuniões de gestão participativa era usual registrarmos as decisões e as principais demandas do coletivo. Chamamos esse processo de codificação da comunicação oral. Para além da escrita, o Profito produziu também fotografias digitais e vídeos artesanais. Nem sempre a qualidade possibilita a sua exibição, mas representam um repertório que pode subsidiar outros processos investigativos.

A esse conjunto de fotografias digitais produzidas por diferentes autores que registraram esse percurso de 2006 a 2013 denominamos doravante acervo Profito. Não há na

documentação nenhuma descrição metodológica para essa produção iconográfica. Aparentemente foi algo que brotou daquela conjuntura e não produziu uma reflexão por si. Ainda no campo das imagens associadas ao discurso, a videografia do Profito também é abundante. Trata-se de um conjunto de vídeos não sistematizados com a mesma proficiência das fotografias. Essa videografia pode gerar novas questões de pesquisa.

O acervo Profito não foi organizado e discutido nessa pesquisa por se tratar de um volume maior do que a capacidade técnica e metodológica dessa pesquisadora e por não compreendermos essa ação como prioritária. No entanto cabe registrar uma experiência de sistematização de imagens intitulada Paisagem cultural do sertão carioca: Luta simbólica através de imagens e outras narrativa. O trabalho foi realizado por duas estudantes de ciências sociais da UFRRJ, Fernanda Ferreira, Márcia Cristina Oliveira Dias e essa autora (Doc 1310).

Por fim existem os documentos de código linguísticos escritos compondo laudas e laudas de registros de reuniões, diários de campo, relatórios, subprojetos. Todo esse conjunto de documentos foi revisto e selecionados dezessete textos com um total de 398 páginas com a função primordial de descrição das atividades realizadas e registradas. Ao longo desse processo que julgamos necessário faremos alusão a esse material listado na tabela 7. Em seguida, foi realizada uma priorização, reunindo documentos indispensáveis à crítica constituída pelo conjunto dos integrantes do projeto nas duas reuniões participativas e em entrevistas. Essa priorização foi realizada segundo o modelo do anexo C, proposto por Chavez-Tafur (2007), conforme o caminho da pesquisa descrito no capítulo três.

Como resultado do ato de sistematizar, compreendemos melhor as razões da descrição das ações do Profito Pedra Branca. O processo descritivo dos documentos é o primeiro passo da sistematização proposta por Chavez-Tafur (2007). Sistematizar se torna então um processo distinto de codificar. Também não é o mesmo que organizar dados. Utilizamos a metáfora do texto como tecido, composto por matizes, linhas, cores. É de fato um processo que implica em construir coletivamente uma novidade.

Um conjunto de ações sistematizadas implica em uma composição de opiniões, ideologias, tempos e sentidos diversos. Há uma junção que torna possível a horizontalidade

dos saberes. Também se difere da análise por querer compor, tecer. Para o Chavez-Tafur (2007), autor dos procedimentos metodológicos empregados, só após esse exercício o novo conhecimento pode ser construído coletivamente.

Diante dessa vasta documentação achamos indispensável descobrir quão antiga é a convivência entre informação científica e conhecimento tradicional no âmbito do projeto. A análise documental demonstra que o conhecimento tradicional tem merecido atenção da equipe técnica do Profito desde a sua gênese em 2006 (Doc 0611). É, no entanto a partir do ano de 2010 que ele aparece com maior frequência. O conhecimento tradicional ganha relevância a partir da redação do projeto *Ampliação e fortalecimento das atividades agroindustriais das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca /RJ*, coordenado e proposto pela Dra. Annelise Fernandez ao Programa de Extensão do Ministério de Educação (Proext/Mec) (Doc 1104).

A partir dessa redação, o termo volta a aparecer durante o Seminário Fitoterapia no SUS quando o relatório final apresenta 19 citações ao conhecimento tradicional. Nesse evento, doze agricultores assinaram a lista de presenças. No entanto, o excesso de pessoas que compareceram na portaria do CFMA para inscrição no momento de abertura do seminário inviabilizou a listagem real dos presentes. Estima-se que cerca de 20 agricultores participaram do seminário. Vários desses agricultores são organizados na Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). Creditamos a essa vivência um maior número de citações ao conhecimento tradicional.

A mesma incidência de alusões ao conhecimento tradicional parece ter ocorrido no 1º Encontro de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade e Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelo NGBS no ano de 2012. Esse evento ocorreu também no Campus Fiocruz da Mata Atlântica. O relatório final registra 12 citações ao conhecimento tradicional. Sendo que duas dessas citações descrevem diretamente a relação com a informação científica objeto dessa pesquisa (Doc1212). Em um momento o relatório anuncia que o acesso à plantas medicinais muitas vezes ocorre “sem determinação botânica especializada, calcada apenas no conhecimento tradicional, ou na identificação leiga”. E, mais adiante o relatório anuncia a necessidade de “integração do conhecimento tradicional+ conhecimento científico”.

Esses dois eventos, em especial contaram com a participação de um grupo de agricultores da região metropolitana que se organizam na AARJ, como citamos acima. A codificação da palavra deles nesses relatórios além de identificar essa relação também parece demandar um encaminhamento eficaz dessa coexistência na comunicação que permeia projetos, programas e serviços relacionados à plantas medicinais.

Tabela 6: Documentos selecionados derivados de registros do Profito Pedra Branca entre 2009 e 2013 e incluindo o documento que cria o projeto em 2006.

Documento	Descrição	Citações ao conhecimento tradicional	Citações relacionando CT a IC	Número de páginas
Doc 0601	Projeto Plantas Medicinais nas Comunidades do Maciço da Pedra Branca redigido em 2006	1	0	36
Doc 1310	Relatório Final apresentado à Coordenação de Cooperação Social (Fiocruz) como prestação de contas das ações pactuadas no Edital CSDT/Fiocruz 02	1		50
Doc 0909	Programa I Seminário Profito	0	0	1
0910b	Projeto Profito Pedra Branca Curso_Edital_CSDT 01	0	0	16
Doc 0911	Conteúdo veiculado no site de Farmanguinhos em 18/11/2009	0	0	1
Doc 1004	Relatório Técnico Fevereiro a Abril de 2010. Ref: “Realização de ações locais do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos- PROFITO”	0	0	5
Doc 1104	Proj_Assoc_PB_Edital Proext 2011	5	0	38
Doc 1005	Relatório Técnico Maio 2010	0	0	10
Doc 1006	Relatório Técnico Junho 2010	0	0	11
Doc 1007	Relatório Técnico Julho 2010			10
Doc 1008	Relatório Técnico Agosto 2010	1	0	5
Doc 1105	Relatório Técnico Maio 2011	0	0	18
Doc 1109	Projeto Modelo Socioprodutivo Agroecológico de Plantas Medicinais submetido ao Edital CSDT/Fiocruz 02	1	1	18

Documento	Descrição	Citações ao conhecimento tradicional	Citações relacionando CT a IC	Número de páginas
Doc 1112	Relatório Final do Seminário Fitoterapia no SUS realizado nos dias 21 a 22 de julho de 2011 no Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Descrevendo os processos que antecederam o seminário e uma análise qualitativa do evento.	19	1	79
Doc 1208	Relatório Final do Projeto SAF Edital CSDT/FIOCRUZ 01	0	0	26
Doc 1212	Relatório Final do 1º Encontro de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade e Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro	11	2	24
Doc 1310	Relatório final Edital CSDT 02 - 2011. Subprojeto: Modelo Socioprodutivo Agroecológico de Plantas Medicinais.	1	1	50
<b>Total</b>	<b>17 documentos</b>	<b>40</b>	<b>5</b>	<b>398</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de análise dos documentos do Profito Pedra Branca.

Recuperamos um trecho do subprojeto escrito em 2011 para contextualizar o papel da tradicionalidade nesses grupos de agricultura urbana e periurbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse projeto começa a romper com a ideia predominante de que tradicionalidade seria coisa do passado.

Da mesma forma é importante destacar que a tradicionalidade deste grupo não se encontra apenas no passado, mas ganha novos sentidos a partir da incorporação de valores ambientais que ressignificam sua história e relação frente aos órgãos ambientais que administram o território do Parque Estadual da Pedra Branca (Doc. 1104)

Essa ressignificação constituída no território com a atuação do Profito entre o ano de 2006 e 2009 não contou com recurso financeiro que fizesse avançar em seus propósitos. A tese de doutorado *Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da*

*evolução urbana do Rio de Janeiro*, traz a descrição e análise dos dados do diagnóstico participativo realizado (FERNANDEZ,2009) durante a primeira fase do projeto. Um dos resultados mais consistentes desse período foi o início da participação política dos agricultores. Permaneceram na gestão participativa do Profito. A cada convite feito, lá estava a comunidade apoiando, atendendo, dando opiniões. Em diferentes momentos perguntavam: “quando começamos a plantar?”

Eram sempre lembrados que a próxima etapa seria estudar e se capacitar para o plantio, beneficiamento e comercialização. Logo tivemos o perfil de um curso definido com humor por um de seus integrantes, Paulo José Martins Filho, o Paulinho:

Esse curso, dizia, pode ser bem prático. Pode ser aqui na varanda da casa do Pedro [Mesquita]. O agrônomo mostra p’ra gente como se faz. Ele diz: cava. Nós vamos ali na roça e cavamos. Ele diz, planta e nós plantamos. Simples assim, teoria e prática, teoria e prática (BAPTISTA, 2010).

Paulinho tornou-se assim coautor de um aspecto muito importante para a metodologia da práxis. E, mesmo sem saber, foi refletindo sobre o que fazíamos acrescentando ao duplo princípio teoria e prática o princípio da reflexão. Outro princípio introduzido por nosso agricultor-experimentador foi a educação-em-qualquer-lugar.

A escuta e os diálogos freireanos tornaram-se recurso pedagógico primeiro durante o diagnóstico participativo realizado desde 2006 e acentuado na preparação do curso durante o ano de 2009. Os documentos selecionados registraram uma rodada de investigação sobre as demandas e expectativas de agricultores e agricultoras e em seguida uma dinâmica de priorização elegendo os itens que dariam forma ao plano de curso. Alguns elementos indicados pelos agricultores eram coincidentes com a redação prevista no projeto de 2006 (Doc. 0601).

Os relatórios descritivos desse período demonstram que os integrantes do projeto solicitaram o “Conhecimento das ervas: “às vezes conhecem com um nome, às vezes tem outro nome”. Essa demanda parece indicar uma certa erosão do conhecimento tradicional e uma insegurança causada pela presença de diferentes nomes de plantas na mídia televisiva. Por outro lado outro registro apresenta o pedido de condições para avançar no conhecimento:

“catalogar plantas medicinais do local, fotografar, estudar; pesquisar como os moradores já usam estas plantas; a propriedade de cada erva”.

Essas foram as expressões usadas pra demandar conteúdos e ações para o curso prático que estava sendo planejada. Do mesmo modo, o agricultor, Paulo José Martins Filho, já citado, faz mais do que demandas. Dá um indicativo do princípio de dádiva associada a seu conhecimento tradicional de plantas medicinais.

Viu o Globo Repórter? Uma rezadeira conversava com a médica; era uma espécie de troca. A rezadeira se doa e se desgasta. Daí vai procurar a médica que a escuta. Com a conversa a rezadeira volta para casa recarregada. A gente se doa, se doa. Chega uma hora que você está descarregado. O desgaste faz você para e pode até adoecer e não vai ter remédio para você. Acho que tem que ter uma técnica de escuta do outro lado. Já trabalhei com ervas e era voluntário. Se eu puder ter um rendimento que amplie as minhas ideias melhor. Não vejo o Projeto Plantas Medicinais como um negócio. Depoimento de ex-integrante da Pastoral da Criança (BAPTISTA, 2010).

A preocupação com o acesso a mercados aparece muito claramente. Fica também implícita que a comercialização não é a prática do território em questão: “para quem vai vender plantas medicinais; Como vender, como transformar em produto”. O projeto original redigido em 2006 já trazia a questão dos mercados como objetivo. Na realidade do Profito nasceu com a visão da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A geração de renda foi uma preocupação central.

No entanto, um pedido feito na época não só era novo para a equipe técnica do projeto. Ele trazia também um elemento não esperado e nem adequado à competência institucional da Fiocruz. Os integrantes do Profito pediram: “Como ser reconhecido como agricultor pelo governo.” (BAPTISTA, 2010). Pedido esse que foi corretamente interpretado como uma demanda por políticas públicas inclusivas para o território do sertão carioca.

Não é de se esperar que haja um pedido como esses em um curso de cultivo de plantas medicinais. No entanto, o que fez a equipe técnica acolher esse pedido foi a decisão metodológica pela chamada participação-poder (PERUZZO, 1998 ). Ao acatar a demanda por reconhecimento estatal da agricultura da cidade o Profito teve uma profunda modificação em

seu escopo inicial. Para começar o subprojeto orientador do curso prático de cultivo ganhou o segundo objetivo específico da iniciativa, promovendo comunicação em rede, que será analisado mais adiante. Outras demandas também se situavam fora do domínio do cultivo das plantas medicinais.

As sugestões e visões dos agricultores foram somadas ao planejamento antecipado pela equipe técnica. Desse modo o curso foi planejado (BAPTISTA, 2010). Esse conjunto de ideias resultantes foi sistematizado em forma de documento e reenviado aos demais parceiros, técnicos, pesquisadores, pessoas da sociedade civil com atuação no setor e que vinham acompanhando o projeto por anos.. A visão metodológica da época era que as sugestões recebidas dos parceiros de então, fossem condensadas em um novo documento e submetidas à plenária do I Seminário Profito. Assim foi feito. Após o seminário que vamos analisar mais na frente surgiu o ementário.

A primeira inspiração para denominar cada conjunto articulado de conteúdo pela expressão área teve por finalidade evitar a expressão disciplina. Tínhamos a noção de que essas áreas tinham fronteiras permeáveis e que o planejamento deveria ser conjunto. Constituimos então o curso prático de plantio e comercialização de plantas medicinais com quatro áreas: agroecologia, fito, pós-colheita e gestão.

A área agroecologia foi coordenada por Valério Morelli, mestre em agronomia, colaborador de Farmanguinhos. Tinha por objetivos:

Refletir sobre o potencial de produção de um sistema agroecológico em comparação a sistemas convencionais através de uma visão crítica do sistema de produção vigente; Identificar e compreender os processos e fatores ecológicos que afetam a produção racional de plantas medicinais e discutir o papel de cada um no sistema local de produção; Construir ferramentas de avaliação de eficiência (produtiva e ecológica) do sistema de produção para eventuais ajustes ou correções (BAPTISTA, 2010)

Uma outra área recebeu o nome fantasia “Fito” e ficou na responsabilidade de Sandra Magalhães Fraga, bióloga, doutora em ecologia, manejo e sustentabilidade.

O conteúdo desta área temática trata do histórico da fitoterapia e sua importância para a humanidade, de como a pesquisa química e farmacêutica

dão respaldo a esta atividade, e de como a agricultura pode se beneficiar ao entender a relação da fitoquímica com a qualidade da matéria prima cultivada. História da fitoterapia no mundo, uso das plantas por populações tradicionais, legislação específica (ANVISA, CGEN, Lei da Biodiversidade, Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, etc.) Pesquisas etnofarmacológicas e etnobotânicas. Inovações nas pesquisas com plantas medicinais e fitoterápicos. Testes para verificação dos marcadores químicos das espécies medicinais (quantidade e qualidade) e sua relação com cultivo, beneficiamento e certificação. (BAPTISTA, 2010).

Annelise Fernandez, doutora em sociologia e eu, organizamos e ministramos todos os encontros e oficinas da área denominada gestão cuja presença no curso de plantas medicinais objetivou atender a demanda do grupo de ter reconhecida pelo Estado a sua condição sociocultural de agricultor (a). Segundo o documento:

O conteúdo da área de conhecimento denominada GESTÃO descreve o histórico de formação de identidades no território do PROFITO; passa pela elucidação de ferramentas de diagnóstico .continuado da realidade local; demonstra os instrumentos jurídicos e institucionais necessários à consolidação de nova territorialidade que promova maior justiça social e preservação ambiental. As atividades práticas buscam consolidar os vínculos e canais de comunicação entre as associações de pequenos produtores do PEPB, estabelecer contatos, estreitar relações com atores, instituições, organizações governamentais e civis atuantes na realidade local (BAPTISTA, 2010).

A área pós-colheita tinha uma dupla missão, tratar das questões de boas práticas de manejo e beneficiamento e das questões de mercado.

Serão discutidas e analisadas as formas de beneficiar as plantas medicinais com qualidade, de forma que esta matéria prima possa ser certificada, e que os agricultores possam realizar suas atividades com segurança e de forma simples, através da construção de suas próprias ferramentas e formas de beneficiamento adequadas a qualidade exigida na área (BAPTISTA, 2010).

Apesar de constante busca e realização de mais de uma forma de integrar esse conteúdo, a área então denominada pós-colheita ficou sem responsável direto. Não funcionou durante os primeiros meses do curso. Em seguida foi desmembrada, sendo que parte do conteúdo foi ministrada por Sandra Magalhães Fraga na área Fito e parte foi iniciada pela

gestão. No entanto, a plenitude dos conteúdos da área mercados não foi estudada, deixando uma lacuna a ser futuramente preenchida por outro subprojeto do Profito.

Chamamos a atenção para o fato que a documentação analisada até 2009 em momento algum cita informação científica. No entanto, o acesso a base de dados e extensa bibliografia acadêmica fundamentou a implantação do curso em todas as áreas. Como discutido anteriormente o nome dado aos resultados da pesquisa acadêmica é informação científica e portanto ela estava presente no gênese da fase de capacitação do Profito. A informação tecnológica derivada em especial do Ministério da Saúde também contribuiu para a implantação da experiência. A informação estava presente embora não nomeada e não tratada como tal.

Retornando aos parágrafos explicativos das quatro áreas que compõe o ementário do curso proposto identificamos já um ambiente multidisciplinar. Acatando o pensamento de Olga Pombo (2005) ao dizer que o importante é se por a caminho de um ambiente disciplinar para a interdisciplinaridade, afirmamos que o Profito fez isso. Primeiro analisamos a presença de uma nomeação já composta entre áreas diferentes. Identificamos isso inicialmente no próprio campo da agroecologia, que mais e mais se apresenta como ciência complexa. Não é apenas uma junção da agronomia com a ecologia. Há muito mais nesse cenário de interação entre ciências. Não nos cabe analisar, apenas citar esse pertencimento já contribui para os nossos resultados.

A área denominada “Fito” foi talvez a mais exigente em informação científica originada em campos diferentes. Vejam que aparece nessa descrição, a fitoterapia que, em termos contemporâneos está associada à medicina ocidental com vastas contribuições de outras ciências. No mesmo parágrafo é citada a química e a farmácia, logo em seguida reunidas num terceiro campo, a Fitoquímica. Além dessas aparece a agricultura, por si um setor amplo de práticas influenciadas pelas ciências. Novamente, como em agroecologia, aparecem as integrações já aceitas academicamente como a etnofarmacologia e etnobotânica.

Os autores dessa ementa acrescentam também a tradicionalidade que, a nosso ver é mais bem entendida pela antropologia e demais ciências sociais. Por si, a multidisciplinaridade cria um desafio para a construção social do conhecimento. Mais ainda

quando não é vista e tratada como tal. Mais tarde, durante a entrevista realizada com a Dra. Sandra Magalhães Fraga essa apresentou a necessidade de preservar a energia psíquica de cada envolvido. Estava se referindo aos pesquisadores que necessitam produzir informações específicas e que demandam muito tempo de trabalho. Debruçar-se sobre análises de contexto ou sobre a interdisciplinaridade entre seu trabalho e o de outros leva a um desgaste e possível ineficiência. Segundo ela é impossível observar o todo quando se tem a tarefa de produzir algo específico. No entanto admitiu existir algo específico no todo que pode ser o recorte de trabalho de algumas pessoas. É o que buscamos ao tratar de rede sociotécnica.

Paralelamente ao acesso, uso e circulação da informação de diferentes áreas do conhecimento, uma dimensão pedagógica aplicada em algumas oficinas sofria a influência de Paulo Freire e outros autores construtivistas. A área gestão, em especial, se fez centrada na expressão dos comunitários com seus temas geradores, submetidos à problematização para gerar o novo conhecimento. Cabe-nos sinalizar que foi esse investimento que ilustrou a necessidade de uma junção entre a informação, a educação e a comunicação, a fórmula IEC citada por Araújo e Cardoso (2007). Embora não possamos entrar aqui na análise da educação não formal implantada no Profito é importante destacar a origem de nossas preocupações infocomunicacionais.

#### **4.1.1 Educação em qualquer lugar**

É muito comum associar-se os processos de educação a um prédio denominado escola. O Profito, assim como tantas outras iniciativas de educação não formal optou por um caminho de formação e capacitação promovido em diferentes espaços, alguns com infraestrutura e outros não. Foram dezoito encontros pedagógicos quinzenais alternando atividades no Campus Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA) com salas com infraestrutura, quadros, datashow, espaço para alimentação e atividades ao ar livre. É também no CFMA que está a coleção de plantas medicinais de Farmanguinhos onde foi realizada parte do processo de ensino-aprendizado sobre identificação e determinação botânica, cultivo, e atividades pós-colheita de plantas medicinais.

Alternadamente outros encontros pedagógicos foram realizados nas comunidades de agricultura tradicional do Maciço da Pedra Branca e seu entorno. Nesses encontros predominavam atividades de campo, mais práticas que expositivas. Mesmo no campo algumas oficinas ou palestras aconteciam, às vezes à sombra das árvores. Um exemplo disso foi a oficina de agroecologia realizado no barracão do sítio do Jorgelino Matos, o Marinho, um prédio rústico destinado ao manejo da banana após a colheita. Esse local serviu então a um momento importante de ensino-aprendizagem protagonizado pelo agrônomo Valério Morelli (Fig. 8).

O mesmo aconteceu no aconchego em um sítio em Rio da Prata, sub-bairro de Campo Grande, também no entorno do Maciço da Pedra Branca. Outro lugar que se tornou espaço de educação foi a Comunidade Astrogilda, no Alto Mucuíba, interior do Parque Estadual da Pedra Branca em Vargem Grande. O assentamento que preserva sua paisagem cultural na arquitetura, nos jardins e na rede de parentela tornou-se um símbolo da tradicionalidade da região.

Figura 8: Educação em qualquer lugar, encontros pedagógicos nos sítios e espaços de produção agrícola.



Fonte: Acervo Profito

Essa atividade de alternância consolidou um conjunto de dezoito encontros pedagógicos realizados entre 2010 e 2011. Esses encontros estão descritos em relatórios enviados para a Coordenadoria de Gestão Social da Fiocruz e para a Fiotec, gestora dos recursos financeiros. O mesmo relatório era enviado a cada bimestre às associações de agricultores, por isso a combinação de textos e imagens que favorece uma leitura mais dinâmica dos relatórios (Doc 1004 a 1008 e doc 1105).

#### **4.1.2 A Natureza-cultura: implantação de SAFs Medicinais**

Um questionamento feito pelos agricultores na fase que antecedeu o curso de capacitação foi que espécies seriam cultivadas. A seleção de espécies a serem trabalhadas foi feita pelos pesquisadores da área de biologia e agronomia através do cruzamento de informações técnicas e científicas de diferentes fontes.

O modelo pressupõe uma matriz de decisão capaz de cruzar informações originadas no conhecimento popular e tradicional com os estudos científicos, com as demandas epidemiológicas do SUS, com as de caráter agrônomo, bem como as informações do mercado das espécies propostas. Considera-se também se a referida espécie ocorre no bioma em questão, no caso deste território, Mata Atlântica (Doc. 1109).

Após a fase de seleção das espécies, uma das atividades de maior impacto sociotécnico introduzidas pelo Profito foi a determinação botânica das plantas já identificadas pelos agricultores. Dentre os documentos selecionados há o relatório de uma oficina de reconhecimento botânico. Essa oficina objetivou atender ao pedido das comunidades agrícolas, ou seja, promover a real identificação das espécies que utilizam. Esse pedido, como dissemos, já denotava certa erosão do conhecimento local. Esse foi um ponto de encontro entre o previsto anteriormente pela equipe. Dentre as atividades de maior relevância para a convivência entre a ciência e a tradição aconteceu durante a primeira oficina da área fito, coordenada pela Dra. Sandra Magalhães Fraga.

Essa oficina aconteceu no Campus Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA). Os agricultores presentes foram primeiro a campo fazer a coleta de algumas espécies de seu conhecimento. Ao retornarem à sala onde a atividade foi iniciada, reuniram-se em grupos para desenhar os elementos que levaram à primeira identificação. Em seguida discutiram entre si essa decisão sobre a nomeação popular das plantas. Apresentaram para os restantes e a pesquisadora foi checando essas identificações com a informação botânica. Buscou-se uma perfeita combinação entre informação científica e conhecimento tradicional.

A determinação botânica é o processo que acontece quando é coletada uma parte da planta mais utilizada para sua identificação, normalmente composta de folhas, flores e/ou frutos. Ocorre uma série de procedimentos para produzir um artefato conhecido como exsicata contendo fragmento da planta, local de coleta, número de ordem do herbário, nome do coletor, et. Ao final do processo um especialista atesta a identidade científica da planta que passou pelo tal processo.

Essa talvez seja a atividade mais simples e de baixo custo capaz de qualificar o produto dos agricultores familiares. É uma necessidade das redes de produção e consumo de plantas medicinais. Segundo a pesquisadora Florencia Cuassolo, da Universidad Nacional del Comahue, na Argentina, *“La correcta identificación constituye una herramienta clave al momento de promover el consumo de estos productos en perfectas condiciones de calidad y por consiguiente, seguridad para la salud de la población”* (CUASSOLO, 2010, p.174). Trata-se portanto de uma atividade com grande potencial de inclusão para agricultores e consumidores.

Conforme o documento 1303, a dinâmica para a construção de exsicata é: coleta, prensagem, secagem, confecção da exsicata, envio de exsicata para determinação, exsicata determinada, armazenamento do material. O mesmo documento produzido pelo acadêmico de biologia Rodrigo Marins, explica: “tivemos uma maior participação dos agricultores, contando como foram feitas as coletas de plantas nas visitas realizadas pelo projeto, tirando dúvidas sobre o número do coletor e demonstrando interesse a respeito de como prensar e herborizar a planta após a coleta”. Ou seja, essa atividade despertou interesse deixando pessoas com formação específica para realizar e multiplicar essa tarefa.

O uso seguro de plantas medicinais é totalmente dependente dessa determinação botânica. Os processos de identificação tradicional são respeitáveis. Quanto mais associado à biodiversidade é o conhecimento tradicional mais é seguro. No entanto o que esses territórios vivenciam é o desmatamento progressivo, o êxodo dos locais tradicionais de moradia. Há um processo de desestímulo ao uso das espécies medicinais para alívio de sintomas dolorosos entendidos como doença. Diante desses fatores ocorre um processo de erosão do conhecimento tradicional. Uma determinada espécie que era encontrada em determinado local já não está lá. Parte do conhecimento contextualizado no território se perde com a espécie removida. Isso pode causar riscos à saúde do consumidor. A determinação botânica, o geoprocessamento e a circulação dessas informações em cartografias sociais podem contribuir para o uso seguro de plantas medicinais. São tecnologias sociais em desenvolvimento com grande valor agregado ao conhecimento tradicional.

O processo de popularização da determinação botânica no âmbito do Profito é um exemplo bem claro de uma informação territorial que partiu do conhecimento local disseminado no território e harmonizou-se com o acesso à informação científica dos herbários especializados. A exsicata é uma síntese entre a informação local e a científica. Podemos verificar a comunicação associada a essa interação no vídeo “A saúde está entre nós”, da série Curta Agroecologia<sup>16</sup>. O documentário teve a direção de Tiago Carvalho e foi co-produzido pela Articulação Nacional de Agroecologia e a Vídeo Saúde Locadora (ICICT/Fiocruz).

O vídeo retrata uma oficina de determinação e confecção de exsicatas. Estão presentes os comunicadores, os especialistas, biólogos e os agricultores. No diálogo que inicia após dez minutos e quarenta e seis segundos do início do vídeo (10’46”) a agricultora e jornalista Irma Ferreira discute a variedade de guaco presente em sua propriedade. Qual a diferença em ter um guaco que é dessa espécie e ... levigata e glomerata. A pesquisadora Sandra Magalhães-Fraga traduz a questão: “Vale a pena a gente buscar.. um glomerata ou basta ter um levigata”? Em seguida responde: “Várias listas do SUS para expectorar, bronco dilatador... as duas espécies servem. Eu sempre vi mais estudo sobre glomerata, mas na lista do SUS tem as duas”.

---

<sup>16</sup> Disponível em <https://vimeo.com/70507705>

Em seguida o agricultor José Antônio Pereira, apelidado Russo afirma: “Essa aqui eu colhi no sítio. Prensamos. Foi levado para o Jardim Botânico, feito o reconhecimento: Verdadeira aroeira já identificada lá no sítio”. Sandra complementa: “O Russo tem na propriedade dele uma árvore identificada corretamente de onde ele pode tirar muda. Vai ter a confiança”.

Analisamos que vídeo é ao mesmo tempo um documento e uma prática de comunicação. Esse, em particular, representa uma atividade de educação não formal onde um dos principais ingredientes é a informação científica consolidada no reconhecimento de espécies botânicas. Ao mesmo tempo as espécies prensadas e reconhecidas foram indicadas pelos detentores do conhecimento tradicional disseminado no território. Esses conduzem os pesquisadores ao território tradicional e se deixam levar a um território de outra epistemologia, o conhecimento científico botânico. Apreendem uma técnica de reconhecimento que pode ser repetida para outras espécies de seu interesse. O seu conhecimento tradicional não é alterado em nada enquanto o território fica com uma competência local a beneficiar as futuras gerações. Esse trecho demonstra bem a questão central dessa pesquisa.

Toda uma rede sociotécnica emana dessa simples peça de comunicação. Há uma rede pregressa e uma que se constrói a partir do momento em que o vídeo entrou em circulação. Segundo Latour (1993) nenhum conhecimento científico, nenhum objeto é constituído fora das redes. Nossa tarefa não é analisar a rede demonstrada pelo vídeo, mas ela se torna um caso bom para pensar o próprio conceito de redes.

Sandra Magalhães-Fraga ao complementar a comunicação oral do conhecimento tradicional com as expressões glomerata ou levigata está se inserindo e inserindo os agricultores em uma rede de formação de sentidos que transcende as fronteiras institucionais e nacionais e rompe os limites temporais. Traz para o diálogo com os agricultores o trabalho acurado de cientistas como Landorf, Lineu e todos os taxonomistas que trabalham sob os parâmetros das chamadas ciências duras. Ao mesmo tempo cria outras redes ilustradas, por exemplo, com a fala do Russo (José Antônio Pereira) durante o I Simpósio de Plantas Medicinais da Bahia. O agricultor afirmou: “Meu nome está lá no Jardim Botânico (do Rio de

Janeiro)”. E, analisando outros códigos semióticos presentes em sua comunicação oral, registramos um sorriso e o brilho em seus olhos ao fazer essa afirmação.

O mesmo agricultor José Antonio Pereira, o Russo, que afirma possuir agora uma espécie determinada em sua lavoura, pode produzir mudas a partir dessa espécie botanicamente reconhecida, afirmou a Dra. Sandra. E, para a implantação do cultivo de plantas medicinais em sistemas agroecológicos, a reprodução dessas espécies é um assunto a ser considerado com muito cuidado.

Uma das primeiras iniciativas do agrônomo Valério Morelli na introdução de sua área agroecologia foi o estímulo à produção de mudas. No entanto, os micro viveiros comunitários só chegaram a atingir certa estabilidade após o terceiro semestre de implantação do curso, já durante o ano de 2011. Hoje temos a geração de renda através da venda comunitária de espécies alimentares e medicinais produzidas. No entanto, entraves legais impactam a produção de mudas e sementes. Há uma lacuna do conhecimento local a ser preenchida se quisermos chegar a uma produção agrícola de espécies medicinais.

O Laboratório de Biologia<sup>17</sup> (NGBS/Farmanguinhos/Fiocruz) tem como uma de suas áreas de excelência o cultivo de plantas medicinais. Por essa razão, os experimentos de plantio se sucediam. O curso de capacitação implantado se beneficiou diretamente dessa competência institucional. Uma das atividades que integram a prática, a pesquisa e o ensino foi a o plantio dessas espécies medicinais em regimes de imitação das florestas.

#### 4.1.2.1 Sistemas Agroflorestais Mediciniais – O humano e o não humano

Os sistemas agroflorestais medicinais (SAFs) reúnem o humano e o não humano, a informação científica e a comunicação, natureza e sociedade, insumos tecnológicos e mobilização comunitária. Também admite uma interação entre instituições diversas por se inserirem em um modelo socioproductivo agroecológico de plantas medicinais. SAFs (Fig. 9).

---

<sup>17</sup> As competências agronômicas do NGBS estavam lotadas nesse laboratório até 2013. Eventualmente novos arranjos institucionais podem ter sido organizados.

são um consórcio de árvores, arbustos, ervas e espécies escandentes, também conhecidas como trepadeiras. Essas plantas tem importância alimentar e cultural, de uso humano e são igualmente importantes para a agrobiodiversidade. A grande porcentagem de espécies de uso medicinal dispostos em 400 m<sup>2</sup> é uma das qualidades do experimento do Profito. Diante dessa característica ele é conhecido como SAF medicinal (Doc 1108). A diversidade de espécies de cada um deles difere de local para local, pois algumas plantas já estavam previamente no terreno onde cada um dos sistemas foi implantado.

Figura 9: Sistemas Agroflorestais Medicinais (SAFs) implantados no entorno do Maciço da Pedra Branca.



Fonte: Acervo pessoal

Foram implantados quatro SAFs medicinais no entorno do Maciço da Pedra Branca. O primeiro foi feito na área de cultivo de plantas medicinais de Farmanguinhos, no Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Como unidade experimental, dele se extraíram cálculos de produtividade, exercícios de análise de biodiversidade, manejo e outras características que atingem um dos limites dessa dissertação que não pretende entrar em áreas da agronomia ou da biologia, conservação e manejo.

Após a compreensão derivada desse primeiro experimento, três novos SAFs foram implantados. Um deles no bairro de Rio da Prata, outro em Vargem Grande e o terceiro em outro espaço do CFMA. A implantação e manejo desses espaços são feitos pelos agricultores mobilizados pelo Profito. Esses recebem uma diária nos momentos de lida com o manejo do experimento.

Os SAFs integram a tecnologia social em desenvolvimento no Profito, temporariamente identificada como modelo socioprodutivo agroecológico de plantas medicinais:

Constitui-se de elementos interdependentes que partem da organização local de agricultura familiar e reúne-se em rede a outros elementos e aparelhos comunitários como: herbários comunitários, viveiros de mudas, unidades demonstrativas (UDs), os demais SAFs, unidades de saúde, escolas, feiras agroecológicas, organizações de agricultores como a Rede Ecológica ou os Grupos de Usuários dos programas de fitoterapia locais, possíveis indústrias e institutos de pesquisa ou universidades (neste território Instituto de Tecnologia em Fármacos). A união destes elementos é possível através da metodologia de gestão participativa e se materializa através de um sistema de comunicação e informação a ser construído coletivamente. A utilização de cartografia social aliada ao geoprocessamento é um dos elementos de integração temática e possibilita visualizar os fluxos informacionais do sistema (Doc 1109).

É dessa forma que entendemos a rede sociotécnica em sua manifestação local, como convém à agroecologia. O modelo, segundo a Dra Sandra Magalhães Fraga, pode ser então uma experiência local, comunitária. A compreensão atual é que um conjunto de modelos implantados nas localidades pode vir a constituir um arranjo socioprodutivo local, que necessita da presença de indústrias e outros empreendimentos especializados. Pode-se dizer que esse modelo pressupõe um regime ou paisagem sociotécnica. Observamos que pela primeira vez um subprojeto do Profito articula informação e comunicação como elementos sociotécnicos.

Nesse sentido, os SAFs e os modelos socioprodutivos que lhes dão sustentação partem do humano, enquanto mobilização de vontades e relações horizontais com a pesquisa, criando uma quase simetria com a natureza-cultura. Fatores quase humanos como o regime de posse e uso da terra, o regime das águas, a condição sanitária dos locais de plantio, a relação

participativa com o SUS interfere no modelo previsto. Mas os SAFs, associam-se ao mercado enquanto entidade constituída socialmente. Pretendem explorar o uso da tecnologia da informação e da descentralização da comunicação.

Uma real simetria, se é que existe, precisa ser uma conquista histórica que não depende apenas do território, mas de outra globalização possível. Em que pese o impacto das questões mundiais nos territórios o Profito tem encontrado espaço, disponibilidade e procedimentos que garantem uma quase simetria, visando a inclusão produtiva dos agricultores nas políticas de plantas medicinais em sistemas agroecológicos.

Do mesmo modo que, em meio à natureza ocorre o uso intensivo da informação científica e da reciprocidade, como elementos sociotécnicos, os ambientes destinados à produção do conhecimento científico, os laboratórios, também podem apresentar a reciprocidade institucional. Nas atividades de implantação dos SAFs ocorrem diálogos de interação entre o conhecimento tradicional e a informação científica. Os SAFs consistem ao mesmo tempo em uma ação de popularização da ciência bem como na constituição de tecnologias sociais derivadas dessa integração sociotécnica.

Assim como a implantação dos SAFs, as atividades pós-colheita também adquiriram um caráter institucional de reciprocidade com o conhecimento tradicional. É o que descrevemos na próxima seção.

#### **4.1.3 Laboratórios quase simétricos**

Imaginemos que Bruno Latour aplicasse sua pesquisa antropológica nos laboratórios da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos e em especial no Laboratório de Biologia, ambos departamentos do NGBS/Farmanguinhos/Fiocruz. Ele constataria a existência de inscrites (LATOURE, 1997, pag. 45) – aparelhos cuidadosamente dispostos em um laboratório que produzem dados, imagens que são transformados em textos e serem inseridos em uma literatura. Para o autor francês, o principal produto do laboratório é o artigo científico, ou seja a literatura produzida pelo laboratório através da reunião de inscrites. De

fato, lá estariam o moinho, a balança, uma recém-adquirida secadora. Todos bem dispostos e próximos à área de colheita de plantas medicinais.

Selecionamos como documento o vídeo O Beneficiamento da Cúrcuma<sup>18</sup> para demonstrar algo diferente das experiências de Latour (1997). Os inscrites documentados apresentam outro regime sociotécnico. O conjunto de equipamento da PAF estava disponível para atender às demandas dos pesquisadores, mas também serviam aos interesses dos agricultores ligados ao Profito. O vídeo descreve uma boa parte do ciclo produtivo do açafão da terra (*Cúrcuma longa* sp).

Essa espécie vegetal tinha sido trabalhada pelos usuários do Centro Municipal de Saúde Cecília Donnângelo, em Vargem Grande onde Maria do Céu Simões participava do Programa Municipal de Fitoterapia (SMSDC-RJ). Tempos depois a agricultora reconheceu a planta em uma das visitas à área de cultivo de Farmanguinhos. Com autorização levou um pequeno rizoma do açafão da terra. Plantou, colheu, tornou a plantar e colher. Três safras depois, ela colheu 96 kg do produto em um quintal urbano.

A equipe Profito promoveu um mutirão de colheita na lavoura da Maria do Céu. Em seguida fizeram o procedimento de pré-lavagem, completando a higienização no laboratório de processamento (NGBS/Farmanguinhos/Fiocruz). Tendo feito todo o processamento do material coletado a equipe gravou esse vídeo artesanal para repassar o conteúdo para os demais integrantes do Profito. A devolução do material seco e pulverizado aos agricultores tem um aspecto de agregação de valor à produção que ganha uma sobrevida e um acúmulo tecnológico.

Mais uma vez nos referimos a Bruno Latour para lembrar que a ciência tem duas faces. Uma quando pronta e acabada e outra enquanto está incompleta em fase de elaboração. Pois o vídeo demonstra algo que caracteriza esse território – produtos agrícolas de uso medicinal e alimentar produzidos na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, persistem outras questões, como por exemplo, as sanitárias.

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=9YSJuSgiyjjg>

O cultivo urbano traz para o trabalho institucional uma necessidade de verificação das questões ambientais que impactam o uso das plantas medicinais ou de qualquer outra espécie alimentícia. Destacamos em especial as condições de salubridade da água que se utiliza para o beneficiamento e as próprias questões do solo onde ocorre o cultivo. A produção precisou ser analisada do ponto de vista sanitário e bioquímico. Trata-se, portanto de um experimento incompleto, como uma das faces de Jano citado por Latour.

Incerteza, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias é isso o que vemos quando fazemos um flashback das caixas pretas certinhas. (...) São tão diferentes quanto as duas faces, uma vivaz e outra severa, de Jano bifronte. “Ciência em construção”, a da direita; “ciência pronta” ou “ciência acabada”, a da esquerda; essa é Jano bifronte, a primeira personagem a nos saudar no começo de nossa jornada”. (LATOUR, 2000, p. 16).

Esse desafio trouxe novos elementos sociotécnicos para o território. Novos inscritesores entraram na rede com a parceria do Laboratório de Biologia e do NGBS com o Instituto Nacional de Controle de Qualidade e Saúde (INCQS/Fiocruz). O material vegetal produzido nessa experiência da agricultora Maria do Céu teve sua primeira coleta enviada para análise a ser feita pelo INCQS no início de 2012. Também foi desenhado um projeto de parceria onde a instituição faria algumas ações: Avaliar microbiologicamente, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, as plantas medicinais desde sua produção até o produto final nos estágios: 1- planta medicinal; 2- material pré-processado; 3-material processado e 4- produto final. (Doc. 120528).

Esse é outro limite teórico dessa pesquisa, que não vai entrar em assuntos de controle de qualidade. No entanto cabe registrar que esse processo de análise gera uma informação científica que vai circular entre os agricultores e agricultoras em linguagem acessível ao grupo social. O INCQS cumpre um papel dentro do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Essa iniciativa pode gerar conhecimento e metodologias úteis ao processo de inclusão sanitária iniciado pela Anvisa durante a consulta pública nº 37/2013 e ratificado então na RDC 49/2013 (ANVISA, 2013 c). O propósito da RDC está descrito em seu artigo segundo:

Esta resolução visa expandir as diretrizes e os objetivos do Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011 – “Plano Brasil sem Miséria”, por meio do eixo inclusão produtiva, visando à segurança sanitária de bens e serviços, para a promoção da geração de renda, emprego, trabalho, inclusão social, desenvolvimento social e econômico do país e auxiliar na erradicação da pobreza extrema.

Alguns de seus princípios estão consolidados no artigo 4, inciso II e no artigo quinto, inciso V. Cabe-nos registrar que mais uma vez o princípio da reciprocidade institucional vai se alastrando no território como um elemento que ameniza o rigor da técnica. Redes mais sociais que técnicas podem se formar. Alguns princípios que se referem à segurança sanitária anunciam uma relação com a pedagogia ou com a comunicação dialógica. Os dois artigos a seguir tratam desses princípios, a busca de harmonização ou de proteção aos conhecimentos tradicionais anunciam um ambiente de reciprocidade.

Harmonização de procedimentos para promover a formalização e a segurança sanitária dos empreendimentos de produtos e serviços prestados por microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário, respeitando os costumes, os conhecimentos tradicionais e aplicando as boas práticas de vigilância sanitária; (RDC 49/2013, artigo 4º inciso II) (ANVISA, 2013c).

Proteção à produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares (RDC 49/2013, artigo 4º inciso II) (ANVISA, 2013c).

Trata-se de um setor de pesquisas e práticas que merece ser acompanhado para verificar o quanto a sociedade brasileira vai conseguir negociar os sentidos da tradicionalidade com os poderes informados por um único parâmetro científico. Nesse sentido há uma relação conflituosa entre aqueles que preconizam a manutenção do papel histórico do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e os que defendem outra avaliação do risco sanitário e a integralidade em saúde. Relembramos que há na epidemiologia estudos voltados para o acompanhamento do risco com sua interface com a cultura, como uma construção social (CASTIEL ET AL, 2010, p. 17; 45). Essa disputa (ou controvérsia) vai criando suas redes. Atuação essa que o Profito se dedica há anos como veremos na próxima seção.

#### 4.1.4 Comunicação em rede

A tarefa de atender às demandas territoriais dos agricultores integrantes do Profito muitas vezes extrapolava a missão institucional de Farmanguinhos e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Reconhecemos, na época a multi-institucionalidade necessária para que os agricultores fossem reconhecidos como agricultores pelo Estado. Então, em paralelo e de modo integrado ao curso, a equipe assumiu um segundo objetivo específico: Promover estratégia de comunicação em rede capaz de socializar conceitos, possibilitar escuta dos diversos atores da cadeia produtiva e criar condições para a implantação de arranjo produtivo local (BAPTISTA, 2010).

A equipe Profito assumiu que havia uma intersetorialidade e interdisciplinaridade necessária entre as diferentes áreas de pesquisa científica e enquanto setores de aplicação e a comunicação. O próprio curso colocou então a comunicação como conteúdo. Por ter assumido o compromisso metodológico pela gestão participativa, essas estratégias se tornaram indispensáveis. Havia uma busca pela descentralização dos meios de comunicação e do acesso à informação e conseqüentemente por equidade:

Um dos pressupostos que norteia este processo é que o acesso à informação e aos meios de decisão é desigual. Sendo assim, os grupos terão acesso à intervenção diferenciada considerando que equidade pressupõe tratamento diferente ao que é diferente. A diferenciação no tratamento aos segmentos de diferente perfil irá transferir mais dados, insumos e ferramentas de gestão ao que tem menor informação e menor acesso às fontes de decisão. A capacitação embasada no campo da educação popular é vista em sua aproximação com o campo da comunicação em saúde onde o diálogo terá papel central. (BAPTISTA, 2010).

Com a intenção de atingir esse objetivo, dividimos a comunicação em três ações: a comunicação à época denominada presencial exercida através de trocas nos encontros pedagógicos, nas visitas técnicas, intercâmbios e eventos. A segunda previa comunicação virtual em rede, o que só aconteceu parcialmente, através de emails, conteúdo no site de Farmanguinhos, matérias veiculadas em outras mídias. A terceira ação foi a implantação de um banco de dados, a ser inserido em um site próprio, com informações derivadas das coletas,

da determinação botânica, do geoprocessamento das espécies determinadas e cultivadas. Essa ação não foi aprovada pelo NGBS (Farmanguinhos/Fiocruz) e permanece sem implantação.

Esse planejamento pressupunha um regime interdisciplinar entre a informação, a educação e a comunicação, partindo do direito tipificado no Modelo de Comunicação do Mercado Simbólico (ARAÚJO, 2002), a escuta institucional qualificada, a sistematização, geração de dados, que seriam então analisados para gerar informação, que pressupúnhamos seria acolhida pela gestão. E, em seguida, retornaria aos integrantes do projeto, sejam agricultores, sejam técnicos e facilitadores ou usuários das políticas de plantas medicinais e fitoterapia. No entanto não foram encontradas fórmulas de circular as vozes e discursos codificados entre os integrantes do Profito e os gestores institucionais.

As visitas e intercâmbios locais ou regionais e a presença em eventos contribuíram com a criação de novos vínculos de pertencimento. Do mesmo modo como transitamos em torno do Maciço da Pedra Branca, fizemos algumas visitas técnicas e intercâmbios. Intercâmbios também são visitas, mas preservam a relação direta entre agricultores-experimentadores ou consumidor-agricultor. Os agricultores do Maciço da Pedra Branca constituem novas territorialidades, criando novos pertencimentos e desenhando esse território rede que se estende por parte da região metropolitana e chega a outros estados brasileiros.

O intercâmbio é um processo fundamental no empoderamento dos produtores agroecológicos, fundado na troca, na reciprocidade e dádiva. Tem um aspecto indispensável na construção do conhecimento agroecológico, diferindo do difusionismo da Revolução Verde e indo na direção da comunicação pleiteada por Freire em Extensão ou Comunicação (FREIRE, 2011). Também se relaciona com a afirmação de Bernardo Toro (2005) onde quem está inserido em redes tem maior acesso a direitos e cumpre melhor seus deveres.

Intercalados com as visitas e intercâmbios foram realizadas atividades de representação. Em muitos eventos externos apenas parte dos integrantes do curso podia comparecer. Ao retornar era comum que fossem incentivados a relatar ao coletivo suas experiências. Isso aconteceu, por exemplo, após assistirmos a palestra da Dra Juliana Santilli na Escola Nacional de Botânica (IJBRJ) em 2010. Após esse evento, dois integrantes do

curso, Irma, Francisco Caldeira fizeram uma exposição do que ouviram da socioambientalista e pesquisadora.

Meses depois a participação nas conferências de segurança alimentar e nutricional (CONSAN) foi motivo tanto de preparo prévio como de devolução posterior ao coletivo. Após a conferência nacional realizada em Salvador, Irma, Francisco e Bernardete Montesano descreveram os avanços obtidos junto a CONSAN. O mesmo trabalho de constituição da representação prévia foi feito em relação à Conferência Distrital de Saúde das Áreas Programáticas 4.0 e 5.2<sup>19</sup> que cobrem parte do entorno do Maciço da Pedra Branca. Realizamos uma reunião preparatória no âmbito do Profito para esclarecer e sensibilizar para a participação nas conferências. Foram eleitos dois representantes – Paulo José Martins Filho representando a Agrovargem e Rita Caseiro representando a Agroprata respectivamente nas conferências distritais da AP 4 e 5.2.

Diferente da participação no CONSEA-Rio, a presença de representantes do Maciço da Pedra Branca nas conferências e nos conselhos distritais de saúde não apresentou, até o momento, nenhum ganho político às comunidades agrícolas. O conselheiro eleito para o CODS 4 não chegou a assumir o assento no conselho.

#### 4.1.3.1 Relação com o SUS nos documentos

A aproximação com o Sistema Único de Saúde através da atenção primária à saúde e vigilância sanitária é uma decisão metodológica do Profito desde 2006. Esse foi um aspecto que me atraiu para o projeto. Os primeiros eventos que constituíram o perfil atual do coletivo, contavam sempre com a coordenação do Programa Municipal de Fitoterapia que era convidada para integrar a equipe do projeto. Os registros iconográficos, as listas de presenças e os relatos e relatórios escritos dão conta da persistência dessa busca e da constituição da relação.

---

<sup>19</sup> Correspondendo respectivamente aos bairros de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio (AP4) e Campo Grande e adjacências (AP 5.2).

Um momento importante dessa relação aconteceu em março de 2008, quando realizamos uma palestra com o Conselho Distrital de Saúde da AP4 (Doc. 1112). Foi daqueles momentos raros de consenso, com proposta definida, hospitais, postos de saúde, médicos, farmacêuticos entusiasmados e se propondo a parte do trabalho necessário. Ao retornar com o relato do CODS-4 para o ambiente interno de gestão do projeto, os articuladores desse encontro ouviram duras críticas à iniciativa. Houve acusação de que o nome do departamento de Farmanguinhos estaria sendo “usado” (sic).

Os trabalhadores que atuaram na interlocução com o Conselho Distrital de Saúde da AP4 entenderam que estavam sendo acusados de promoção pessoal, de agir em interesse próprio. Ao contrário disso, a interpretação da Lei Orgânica da Saúde é que as ações de saúde em um território devem ser aportadas pela instância do controle social correspondente. Uma ação intramunicipal deveria atender aos conselhos distritais correspondentes à ação, ainda que promovidas por um órgão federal.

Doravante se ouviu à exaustão que o SUS tinha morrido<sup>20</sup>. Ou seja, que o modelo de assistência à saúde expressa na Constituição Federal e na Lei Orgânica da saúde não estava imperando mais. Ou, pelo menos as ações locais tecidas por aquele órgão público não estariam sob a égide desses princípios legais. Com muita persistência e diálogo da gestora do projeto, a Dra Sandra Magalhães Fraga, com seus superiores e com o diretor de Farmanguinhos, em especial, continuamos articulados com o programa de fitoterapia da SMSDC-RJ.

Acreditamos que o auge dessa relação ocorreu em 2010 (Doc. 1112). Estávamos certos da possibilidade de assinar um termo aditivo à cooperação técnica que já é sacramentada entre a Fiocruz e a SMSDC-RJ. Documentos foram recolhidos, definimos as ações, os materiais e as formas de cooperação. Contribuímos com a redação do plano plurianual do programa de fitoterapia do município do Rio de Janeiro. Porém, o lugar de interlocução da equipe era bem periférico. As estratégias de lutas simbólicas não ousaram atingir os sentidos centrais dessa negociação.

---

<sup>20</sup> Anotações em diário pessoal

Apesar de toda harmonia construída entre as equipes, a hierarquia do Profíto não foi proativa e os meses e anos se passaram. Não houve como alguém tomar a decisão institucional de unir os dois projetos. Até então o impedimento não partia de gestores da SMSDC-RJ. Com o apoio do diretor de Farmanguinhos, Hayne Felipe, começamos a elaborar o II Seminário Profíto que segundo o cronograma (Baptista, 2010) iria tratar da relação com o SUS e acesso a mercados.

Já na mesa de negociação com a Coordenadoria da Área Programática 4 (CAP 4.0) – órgão gestor local do SUS – para preparar o II Seminário (Anexo E), outro órgão da Fiocruz, a coordenação do Programa de Implantação do Campus Fiocruz da Mata Atlântica assumiu o protagonismo do processo, deu um caráter nacional ao evento que passou a chamar-se “Seminário Fitoterapia no SUS”<sup>21</sup> (doc. 1112). Trouxe atores de vários estados do Brasil, representação do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de Itaipu Binacional, Universidade Federal da Bahia entre outros. A questão local ficou submersa em um discurso amplo demais para que uma equipe diminuta e não empoderada politicamente pudesse dar conta.

Os agricultores do Profíto continuaram sem uma interlocução local com o serviço de atenção primária à saúde. Esse foi o último momento em que a equipe junto com os agricultores integrantes da iniciativa teve uma interlocução coletiva com a gestão local do SUS ou com o Programa de Fitoterapia da SMSDC-RJ.

Apesar disso, três resultados concretos e pragmáticos saíram desse seminário. O primeiro não diz respeito ao SUS. Contribuiu, no entanto, para responder aos agricultores a sua demanda de ser reconhecidos pelo Estado como agricultores. A presença de Daniela Vasconcellos, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA) e dos agricultores da cidade de Tombos (MG), Margarida e Vanderli Pereira Pinheiro, o Derli, em uma reunião paralela ao Seminário contribuiu para consolidar a decisão dos agricultores em obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Hoje há ainda mais segurança de que esse é o passaporte do agricultor para políticas públicas que transcendem o crédito. Cinco agricultores da cidade estão com seus nomes

---

<sup>21</sup> As palestras foram documentadas pela Vídeo Saúde Distribuidora da Fiocruz.

inseridos na base de dados “DAPweb”<sup>22</sup>, de caráter nacional. Dentre esses está Cristina Santos, a primeira mulher agricultora da cidade do Rio de Janeiro a ser titular da DAP. Naturalmente isso não foi resultado direto do Profito, mas de sua opção por atuar em redes de acesso à políticas públicas. A ação da Rede Carioca de Agricultura Urbana e da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro foi decisiva nesse processo.

Os outros dois resultados ligaram diretamente agricultura à fitoterapia no SUS. Logo em seguida, o Ministério da Saúde lançou um edital para promoção de arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterapia. O Programa de Fitoterapia da SMSDC-RJ, com a ajuda da Fiocruz, articulou os agricultores da cidade de Friburgo para participarem desse edital, tornando-se potenciais fornecedores de plantas medicinais para a SMSDC-RJ. Os agricultores da cidade do Rio de Janeiro permaneceram fora da interlocução com o gestor local do SUS como fornecedores de plantas medicinais e enquanto usuários da política de plantas medicinais.

O terceiro resultado pragmático uniu a Secretaria de Saúde de Niterói a Cooperativa Univerde de Nova Iguaçu. A presidente da Univerde, Alzeni Fausto foi eleita em um encontro de Magé para representar as agricultoras e agricultores da região metropolitana na mesa do seminário. Houve extensas negociações internas para que o Profito pudesse dar esse espaço para uma voz representativa das organizações de agricultores familiares da região metropolitana. Alguns organizadores do encontro questionavam: será que eles têm algo a dizer sobre o assunto?

À custa de luta interna conseguimos que Alzeni Fausto estivesse na mesa. Sua palestra e fala, reproduzida em vídeo e transcrita em relatório (Magalhães-Fraga e Baptista, 2011) foram recebidas com muito respeito pelos presentes no seminário. Grande parte da plateia aplaudiu de pé o pronunciamento da agricultora. “O agricultor não é um ‘jeca tatu’ recebe o pacote. Reflete e se abre quando quiser”, afirmou a diretora da Univerde, dialogando com a ideia de uma agricultura de “subsistência” que impregnou a memória coletiva (Vídeo Fitoterapia e plantas medicinais, 2012).

---

<sup>22</sup> Disponível em <http://smap14.mda.gov.br/dap/extrato/pf/PesquisaTitular.aspx>

Mais do que aplaudir, representantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) visualizaram uma oportunidade concreta. Aproximaram-se da Univerde e em poucos meses tinham escrito um projeto conjunto que inclusive ganhou um prêmio. Com a repetição do edital da DAF/MS, a Univerde, a UFF, Farmanguinhos e a Secretaria Municipal de Saúde de Niterói compõe um arranjo produtivo local onde a Univerde fará o fornecimento de insumos vegetais para o SUS como preconiza o Profito desde 2006.

As extensas agendas, a falta de visibilidade do uso tradicional e não assistido de plantas medicinais, a invisibilidade do Cuidado enquanto categoria feminina, as dificuldades políticas interna e externas, a falta de opção pelo SUS, a ênfase na produção industrial de fitomedicamentos, a busca de patentes e outros fatores que transbordam dessa pesquisa mantêm os agricultores do Rio sem acesso a atenção primária em saúde em seus territórios agroecológicos. Outra investigação seria necessária para elucidar esses fatores.

Encerrando essa seção de análise documental e descrição das ações do Profito, compreendemos que o registro rotineiro das ações é uma forma de acompanhamento tanto da equipe técnica quanto dos integrantes do projeto. No entanto, se não é dada circulação a esses documentos não giramos a roda da ciência não influenciemos a gestão. Logo não há gestão participativa de fato, apenas um ensaio.

A codificação das vozes num ambiente onde a comunicação é eminentemente oral é um elemento sociotécnico importante. No entanto, para a gestão participativa, precisam ser criadas formas onde os gestores possam acessar documentos sintéticos onde as demandas populares estejam registradas, proporcionando uma escuta institucional que naturalmente deve ser seguida de resposta aos participantes.

A análise do conteúdo dos documentos traz ao novo cenário a segurança de que os principais elementos constituintes do regime sociotécnico implantado no Profito foram arrolados já em 2006. A primeira versão do projeto “valoriza, também, o conhecimento comum sobre as condições locais, como ponto de partida para um plano de ação conjunto”. Em outro parágrafo se propôs a agir “sempre levando em consideração o conhecimento e experiência local, bem como os interesses e condições dos atores sociais”. Como tema a ser

explorado no curso realizado propôs “revalorização dos conhecimentos tradicionais do homem do campo” (Doc 0611).

Esse compromisso em sua origem é somado ao que a médica Maria Carmem Pirassununga Reis, criadora do Programa Municipal de Fitoterapia do Rio de Janeiro, anunciou durante reunião do Conselho Distrital de Saúde da AP4. Na ocasião a médica fez distinção entre a Medicina Tradicional, que é confiável e a Medicina Popular, que no meio urbano é distanciada do conhecimento tradicional e pode gerar riscos a saúde dos usuários. Não é um compromisso pequeno, no entanto manter em vista que uma rede sociotécnica qualificada por uma dualidade na forma de construção do conhecimento pode ser a questão central a ser trabalhada. Nesse sentido, esse imperativo ético diante da saúde dos agricultores e usuários do SUS parece ser passível de encaminhamento.

A coexistência entre informação científica e tradicional surge de algum lugar, de algum tipo de acesso a uma ou a outra. As ações de popularização científica desenvolvidas tiveram alguns resultados no território. Como descrito, o Profito foi uma iniciativa que propôs em redes um “regime sociotécnico”. Também desde 2006, o Profito qualifica esse regime:

As entrevistas, visitas e aplicação de questionários deverão ocorrer num clima de descontração, confiança e serenidade para que todos os participantes possam expor seus conhecimentos e esclarecer suas dúvidas, de maneira reflexiva e consciente. Para isso a linguagem utilizada deve ser próxima a utilizada pelas comunidades a fim de não causar intimidação e constrangimento entre os entrevistados. (Doc 0611)

Mantendo em vista esses compromissos o Profito apoiou uma forma de relação sociedade-natureza e a promoção de simetria entre elementos humanos e os não humanos. Tudo isso, no entanto não depende apenas de ações locais, mas de uma avaliação mais global por onde passa a informação científica. Não é nosso escopo fazer essa análise mais global. No entanto também não poderíamos deixar de anunciar os efeitos dos elementos globais sobre o local.

Precisamos ressaltar a materialidade da comunicação oral exercida pelo projeto durante alguns anos. Primeiro o grande investimento em transporte exercido por Farmanguinhos sem o qual, os resultados do Profito não seriam os mesmos. Da mesma forma,

aconteceu o desenvolvimento de uma competência por mobilizar os grupos através de uma boa infraestrutura telefônica, muitas vezes invisibilizada como componente sociotécnico. O terceiro elemento foi o apoio dado ao projeto pela assessoria de comunicação (ASCOM). Tanto as matérias veiculadas no site de Farmanguinhos (Doc. 1101), como o *design* e o material gráfico disponibilizado contribuíram para o desenvolvimento das atividades (Fig. 10).

Figura 10: Exemplos de produção de material gráfico pela ASCOM/FARMANGUINHOS/FIOCRUZ



Fonte: Acervo Profito

Aliás, a coordenadora do Profito, Dra Sandra Magalhães Fraga, durante a entrevista realizada, considerou necessário diminuir a exposição do projeto nas mídias por considerar que isso despertava disputas internas junto a outras iniciativas de plantas medicinais da Fiocruz. Compreende-se então a necessidade de equidade na distribuição de recursos que incluem os meios materiais de comunicação.

Trabalhar essa sistematização como um dos objetivos dessa pesquisa foi primeiro buscar a prática como norte. Todo esse percurso metodológico foi informado por essa experiência vivida e refletida. Houve um investimento de recursos públicos na ação do Profito

e julgamos que isso não é algo que se dispense. Porém mais especial do que recursos onerosos é a mobilização de vontades feita no território. Consideramos de forma muito especial o trabalho já realizado e que demanda de concretizar os seus objetivos estabelecidos. Essa concretização da proposta iniciada pode se beneficiar dessa reflexão sobre o regime e rede sociotécnica delineados ao longo desses anos. Analisar a coexistência da informação científica e do conhecimento tradicional tecendo essas redes no contexto do Profito pode anunciar medidas que levem o projeto a concluir sua missão com êxito, deixando no território um rasgo de otimismo e consideração pela possibilidade de interação com o Estado. Parece que a responsabilidade é sentida por todos os atores envolvidos.

E essa responsabilidade induz à reflexão crítica feita por seus protagonistas, agricultores e parceiros. Essa reflexão está descrita na primeira parte da próxima seção. Nela a fonte de dado é a narrativa dos indivíduos.

#### 4.2 DA MEMÓRIA À COMUNICAÇÃO INFORMAL

A segunda fonte de dados que compõe essa pesquisa provém dos depoimentos dos interlocutores e participantes de nossas redes sociotécnicas em três tipos de atividades: as duas reuniões participativas descritas nos procedimentos metodológicos, outra na observação participantes nas feiras agroecológicas e o terceira através do conjunto das narrativas obtidas em 23 entrevistas individuais realizadas (Apêndice D).

A partir da pesquisa documental descritiva da experiência do Profito, foram priorizadas cinco linhas de ação realizadas entre 2009 e 2013. São elas: o curso de capacitação, os produtos e novidades, a inserção em redes, o acesso a mercados e o direito à saúde. Cada uma dessas linhas de ação, seguindo o roteiro proposto por Chavez-Tafur (2007), foi analisada segundo suas atividades, materiais e recursos demandados e utilizados, seus principais resultados, as dificuldades encontradas e os resultados não esperados (Anexos 2,3,4).

O curso de capacitação já descrito na análise documental do item anterior foi analisado em entrevistas com cinco dos entrevistados a partir de quatro atividades, a escuta prévia, o seminário, a seleção dos candidatos, o curso em si. A avaliação dos entrevistados indica que o processo de escuta foi fundamental para a realização do curso, dando não só subsídios para o planejamento mas tratando também de contextualizar o conhecimento local e o técnico-científico. No entanto foi identificado que essa visão metodológica não foi facilmente compartilhada entre os técnicos e entre os parceiros potenciais. A comunicação de uma visão pedagógica implícita nessa escuta e na horizontalidade dos saberes não tem sido bem sucedida. Outros técnicos e pesquisadores que atuavam na própria implantação do curso não utilizaram essa metodologia participativa. Algumas parcerias não se consolidaram por discordância da própria metodologia.

O primeiro seminário do Profito, realizado em 2009, é citado como um dos principais aprendizados no exercício da gestão participativa. Segundo Sandra Magalhães Fraga esse foi o grande momento do projeto. Seus principais resultados são o número de presentes, a paridade entre agricultores e demais técnicos e pesquisadores, a cobertura no site de Farmanguinhos, a consolidação do ementário de modo participativo e o plano de curso também consolidado tendo como transversalidade a participação popular no evento.

Após o seminário a atividade de seleção dos candidatos também gerou um novo aprendizado. Primeiro foi feita nova divulgação do curso através de cartazes e folders. As associações de produtores apresentaram então uma lista de candidatos que foram entrevistados pela pedagoga Laura Juliani, gerando uma classificação dos candidatos diante de critérios que foram também constituídos participativamente. Os principais resultados dessa linha de ação foram identificar que a demanda por esse tipo de estudo é maior que a oferta. A manutenção da participação dos não selecionados para o curso não aconteceu. E, os jovens selecionados e priorizados não permaneceram junto ao projeto e raramente atuam nas associações. Foram duas dificuldades encontradas.

Para os entrevistados, o principal resultado do curso foi a organização local. Segundo Francisco Caldeira ex-diretor da Agrovargem e atual presidente do CONSEA-Rio, o Profito foi uma escola muito importante nas questões democráticas. “Os agricultores estavam seguindo um processo lento de desaparecimento”. E o projeto foi considerado responsável

pela relação atual entre as três associações e sua inserção em redes mais amplas. O agrônomo Márcio Mendonça da ASPTA afirma que a técnica deve estar a serviço de um processo social. Durante a Revolução Verde a tecnologia estava em primeiro lugar. O Profito fez diferente, incentivou a organização popular para então apresentar a técnica.

Resultado impressionante, que deixa um legado para a cidade do Rio de Janeiro muito importante. Não é obvio que quem tentasse fazer conseguiria. O Profito fez muito bem feito. Tem instituições públicas que atuam com agricultura aqui na cidade que nunca fizeram isso. Não foi só o trabalho de capacitação... Sacações (sic) de como fazer isso. Qualquer um pode fazer capacitação. Qualquer instituição pode propor capacitação (...). Vem o aspecto da participação em redes. Foi uma grande sacação (sic). Trabalha com capacitação mas não deixa eles sozinhos. O grande êxito da etapa de capacitação se dá pela visão à frente dessa capacitação. É promover essa capacitação sem esquecer a mobilização e organização social. A técnica está à serviço de alguma coisa. A técnica não vem para ensinar as pessoas. Não traz a técnica em primeiro lugar. O desenvolvimento da tecnologia a Fiocruz faria com um pé nas costas. Esse não é o lance do Profito. A técnica está a serviço de um processo social. Aí a técnica é ótima. Veja a tecnologia na agricultura. A revolução verde colocou a tecnologia em primeiro lugar, a serviço da venda das empresas.

Essa tecnologia apresentada também aparece como um resultado importante, a confecção das exsiccatas para a identificação e determinação botânica, as plantas secas dentro de padrões de qualidade, a manipulação dentro das boas práticas de fabricação. “Isso foi bastante trabalhado durante o curso e com um impacto bastante grande”, afirma Rita Barbosa, agricultora.

Foram apresentadas como dificuldades do desenvolvimento do curso: primeiro executar um orçamento para uma equipe reduzida foi um impeditivo para aumento da qualidade das ações pedagógicas. Sandra Magalhães Fraga relembra o trabalho necessário à inclusão de um grupo grande de pessoas que não tinha Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento indispensável para que recebessem a bolsa de estudos. Também não tinham comprovante de residência e conseqüentemente não possuíam conta bancária. Essas eram exigências para o pagamento das bolsas de estudo. Outras dificuldades podem ter sido

resultantes dessa limitação, como a não manutenção das parcerias inicialmente propostas, a não permanência dos jovens.

O tempo para executar o projeto foi escasso, mas não foi o único responsável pelas dificuldades, outra limitação foi o próprio entendimento dos conflitos derivados do estado de multi e interdisciplinaridade do projeto. Alguns conceitos não eram aceitos como legítimos para a implantação do projeto. O conceito de mercado, por exemplo, foi um imbróglio mal resolvido. Após essa análise aprofundou-se a certeza de que *“the marketplace is only a consequence of the establishment of networks; it does not explain their formation”*<sup>23</sup> (LATOURE, 1988, p. 172).

A segunda linha de ação identificada foram os produtos e novidades gerados pelo Profito. Os produtos foram: as mudas e seus viveiros residenciais, os sistemas agroflorestais medicinais, as plantas in natura, as plantas secas e rasuradas na forma de sachês, a cúrcuma, o sabonete líquido (Fig. 11). Alguns entrevistados apresentaram também o próprio processo de gestão participativa como uma novidade em si.

Figura 11: Três dos produtos em desenvolvimento entre os agricultores - mudas, sabonetes líquidos e sachês de plantas secas rasuradas.



Fonte: fotos 1 e 3 acervo próprio, foto 2 acervo Profito

<sup>23</sup> “o mercado é apenas uma consequência da constituição de redes; não explica a sua formação”. Tradução própria.

Todos os produtos comercializáveis do Profito esbarram em legislações restritivas. Essa foi a principal dificuldade descrita pelos entrevistados. Desde a produção de mudas aos sachês e sabonetes todos tem dificuldades legais para se inserir nos mercados. Há necessidade de investimentos na qualidade, na disponibilidade, na autonomia das pessoas que fabricam o que implica em contribuir para que as comunidades agrícolas tenham suas instalações dentro da nova concepção de boas práticas de fabricação derivadas da RDC 49/2013 (Anvisa, 2013b). O que por si só é um elemento sociotécnico a ser mais bem compreendido.

A terceira linha de ação priorizada foi a inserção em redes. Algumas organizações do território tem o nome de Rede: A Rede Carioca de Agricultura Urbana, a Rede Ecológica e a Redes Fito. É importante registrar que não temos como aprofundar uma análise do relacionamento com o Sistema de Redes Fito. Além das fronteiras epistêmicas já anunciadas, temos também limites alguns disciplinares como os já citados com a biologia e com o controle de qualidade. Apresentamos aqui um novo limite posto por Farmanguinhos que apesar de ter assinado o termo de consentimento livre e esclarecido não conseguiu oportunizar uma agenda para essa pesquisa. Consideramos que o tempo dessa pesquisa não favoreceu esses aprofundamentos. Trata-se então do indizível e o indescritível que os territórios trazem de uma maneira ou de outra.

Essa linha de ação perseguida pelo Profito ao longo dos anos deixou no território um importante aprendizado, dizem seus protagonistas. Os materiais e recursos empregados nessa atividade dizem respeito primeiro a ter acesso a um sistema sêmico, que muitas vezes é mais pressentido do que comunicado. Como anunciou Raffestin (1993), as redes tem esse sistema sêmico. Trata-se de um conjunto de códigos, linguagem, conceitos, valores que são transmitidos com mais ou menos intencionalidade durante os momentos de troca e diálogo. E, muitas vezes estão relacionados a imagens que falam antes que o discurso possa esclarecer dúvidas.

Os nossos principais interlocutores nessa análise estão assinalados no apêndice D. Segundo o depoimento de Francisco Caldeira, o grupo do Profito entrou em contato com a Rede Carioca de Agricultura Urbana durante o I Encontro de Agricultura na Cidade. Percebe-

se nesse discurso que há uma interdependência entre erro e acerto de uma forma metafórica. De fato o primeiro contato com o grupo que se tornaria a Rede CAU foi no I EEASC em 2007. Os agricultores ligados ao Profito chegaram no segundo encontro, no ano de 2010, onde se tomou a decisão de criar a Rede CAU. A metodologia empregada nesses encontros foi de tal modo comunicada que não deixou margens à dúvida. Aquela era a Rede mais do que desejada para os princípios anunciados desde 2006 no Profito.

No entanto houve resistência interna na equipe técnica do Profito, na hierarquia e em algumas parcerias. De outro lado, acomodar-se ao sistema sêmico constituído historicamente pelo grupo que se nomeou Rede CAU não foi fácil. Apenas a repetição (nosso instante de eternidade) possibilitou essa integração.

Segundo Bernardete Montesano, uma das principais articuladoras da Rede CAU, essa, com a inserção dos agricultores do Profito, adquiriu um perfil anteriormente inexistente. “A Rede era uma coisa mais restrita, muito ligada à Pastoral [da Criança]. Um trabalho de extrema importância mais restrita aos quintais”. Segundo outra observação, a Rede ressignificou o conceito de agricultura urbana. Já não era o lúdico, o vínculo e a preservação dos saberes. A Rede CAU tornou-se tudo isso e mais o acesso a mercados, as feiras, a certificação orgânica, o acesso a políticas públicas, as compras públicas, a legislação urbana e ambiental e seu impacto sobre a agricultura.

Nada tem apenas um lado. Problemas novos surgiram. Um desses recebeu uma descrição metafórica. Francisco descreveu o excesso de agendas externas à comunidade gerada por essa inserção em Redes como se fosse “um pássaro de arribação”. Essa é a principal dificuldade identificada nessa atividade. Em segundo plano a dificuldade de pautar o tema direito à saúde e em especial (e paradoxalmente) o tema plantas medicinais. Não conseguimos identificar se essa dificuldade diz respeito ao sistema sêmico ou se são meramente prioridades organizacionais.

A relação da Rede Ecológica com o território da Pedra Branca é quase tão antiga quanto a ação do Profito. O diagnóstico participativo identificou a Rede Ecológica já em 2007 que assim como o Instituto Maniva, ligado ao movimento internacional *Slow Food*, estiveram em reunião na sede da Agropрата (Diário de Campo, 2007-2008). No entanto, só 2011,

quando na interação da Rede CAU, tomou-se a decisão de montar um núcleo de compras coletivas no próprio espaço da Feira Orgânica de Campo Grande. A partir daí essa relação se capilarizou entre os agricultores do Maciço.

Esse momento é mais uma demonstração da difícil acomodação aos sistemas sêmicos que aparece na inserção em redes. O grupo de compras coletivas no próprio ambiente da feira foi duramente criticado por integrantes da própria feira e pelos chamados pilares da Rede Ecológica. Com o passar dos anos e muita comunicação informal nem sempre amável, a decisão mostrou-se acertada. Um segundo grupo de compras coletivas foi formado com sua entrega no ambiente da FAFRE.

Os principais resultados dessa inserção em Redes foi o fortalecimento do próprio sistema sêmico que une os actantes nesse território. Sem poder alongar essa análise, afirmamos que esses signos dizem respeito a uma relação simétrica sociedade-natureza. É uma atuação no sentido da agrobiodiversidade que rejeita a visão conservacionista excludente do humano. O ambientalismo assimétrico parece incompatível com um território assolado pela especulação imobiliária. Outro valor que une os protagonistas dessas redes é a horizontalidade dos saberes e a ênfase na centralidade do conhecimento local ecológico na construção social. Um terceiro valor é a economia da dádiva, também chamada de reciprocidade ou de solidariedade. Aqui diferente dos limites é uma abertura dessa pesquisa ao desconhecido. Prevemos esses três valores como pilares e aguardamos a crítica necessária de nossos interlocutores.

Esse sistema sêmico então perpassa nossos outros códigos semióticos, nossas camisas, bandeiras, refeições, agendas, redes virtuais. Começa a atingir os documentos públicos, como os relatórios das conferências de saúde e de segurança alimentar, mas também decretos municipais e diários oficiais.

As compras públicas realizadas pelas escolas estaduais no entorno do Maciço da Pedra Branca se tornou uma concretização da agricultura na cidade (ASPTA, 2012). Para alguns foi o fim da invisibilidade histórica a que se destinou a agricultura e a tradição local. Nesse sentido o atual diretor da Agrovargem, Jorge Cardia, respondendo a uma matéria de O

Globo<sup>24</sup> questiona: “A roça é invisível? para mim não é invisível”<sup>25</sup>. O objetivo específico de comercialização de plantas medicinais não foi plenamente atingido. Além disso, o pedido dos agricultores de reconhecimento de sua atividade pelo governo foi citado como um ganho para as competências territoriais desenvolvidas.

É justamente essa a quarta linha de ação priorizada na sistematização – o acesso aos mercados. Segundo depoimento dos actantes presentes na primeira reunião participativa prevista em nossos procedimentos metodológicos, “bem ou mal o acesso a mercados já começou”. Essa frase que, diante dos presentes alcançou um consenso, é um indicador da interpretação de mercados como uma construção social e não uma entidade autônoma, acima do bem e do mal gerenciada e analisada por especialistas. Esse é um conceito que nas redes de agroecologia está imerso no princípio da economia da dádiva. Uma característica inicialmente atribuída a comunidades ditas primitivas e que é ressignificada e permanece tal qual um passado presente (HUYSSSEN, 2000). Ou como quer Latour são características não modernas.

Eric Sabourin nos alerta para esse princípio:

A venda dos produtos agropecuários não pode ser confundida apenas com o mercado de intercâmbio capitalista. No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações diretas entre produtor-consumidor. (SABOURIN, 2008 )

Cada uma das duas lógicas, reciprocidade ou intercâmbio, pode ser verificada na realidade. Portanto, as duas podem se prevalecer de vantagens respectivas e, sobretudo, de precedentes, alguns deles sendo, provavelmente, irreversíveis. O propósito não é, obviamente, negar essa realidade ou propor um retorno às formas originais da economia. Hoje, em termos de desenvolvimento rural não se trata de reivindicar a exclusividade de um princípio ou de outro, mas sim de atentar para uma dupla referência. Como sublinha Temple (1997), o reconhecimento político e público, da economia de reciprocidade, permitiria desenhar uma interface de sistemas e abrir um debate entre os partidários de uma e de outra lógica, para tratar da natureza das organizações locais, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos, em particular dos recursos naturais. Em outras palavras, permitiria enriquecer o debate sobre as escolhas

---

<sup>24</sup><http://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>

<sup>25</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=\\_xcWiq48KLU](https://www.youtube.com/watch?v=_xcWiq48KLU)

possíveis e sobre as ferramentas adaptadas em matéria de sustentabilidade da agricultura e do planeta (SABOURIN, 2008a).

O mesmo autor demonstra que estruturas estatais se inserem nessa dupla lógica de mercado, tais quais passados presentes ao assumir as compras institucionais da agricultura familiar como preveem programas e políticas legitimados no país recentemente (PNAE, PAA, PNPMF). A própria busca de Farmanguinhos, do INCQS, da UFRRJ de agregar valor e dar qualidade aos produtos e novidades insere-se no princípio da dádiva. “De fato, cria-se uma territorialidade de reciprocidade em torno de um produto específico” (SABOURIN, 2008a).

O Profito pretendeu atuar nessa dupla lógica de mercado e até o momento tem alcançado resultados no campo dos mercados curtos, nas feiras, nas compras institucionais da própria Fiocruz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que através da pesquisadora Nina Silva, por duas vezes adquiriu um lote de mudas de espécies medicinais cultivadas por agricultores para eventos da instituição. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro recentemente anunciou disponibilidade para compras da agricultura familiar.

Para os entrevistados os principais resultados da linha de ação acesso a mercados foi a construção da feira da Freguesia, a possibilidade de participar do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Imagina-se que a próxima feira a ser estabelecida trará novos desafios justamente pelo sistema sêmico fortalecido entre os actantes e não acolhido pela legislação municipal.

O papel da Rede Ecológica na construção de um mercado ético, justo e solidário na região se faz sentir no campo das plantas medicinais em basicamente dois produtos. Um deles a produção de mudas agroecológicas. Desde 2010, vários agricultores integrantes do Profito tem se dedicado a produção de mudas de espécies alimentícias, condimentares/medicinais. Compõe um modelo produtivo na forma de micro viveiros residenciais.

Duas mulheres alcançaram uma dedicação ímpar nessa atividade, trata-se de Dalila Silva e sua nora Maria Regina da Silva, conhecida como Lia. A produção de mudas foi iniciada na varanda de sua residência. Primeiro destinaram a pequena comercialização para as compras feitas por Farmanguinhos (Fiocruz). A instituição por diversas vezes distribuiu mudas como brindes em eventos, contribuindo para animar a sua produção. Em seguida elas

passaram a expor mudas em feiras e eventos. Alcançaram a visibilidade da Rede Ecológica que passou a adquirir uma quantidade mensal. As duas agricultoras urbanas fizeram um arranjo com um proprietário de um sítio e inauguraram o “safinho”, como batizaram o micro viveiro.

A quinta e última linha de ação eleita foi o direito à saúde. Não foi uma linha específica nos subprojetos aprovados durante o período aqui sistematizado. Pelo contrário, essa demanda explícita vem da inserção em redes. Como já descrito esse foi um resultado do II Encontro Metropolitano de Agroecologia. Talvez tenha sido um dos momentos de maior adesão dos agricultores do Profito a um encontro fora do território cotidiano de ação do projeto.

Entre outras demandas registradas na Carta Política, "Implementação da Estratégia Saúde da Família nas áreas rurais, de uma forma articulada com conhecimentos e práticas alternativas locais, como a produção e o uso das plantas medicinais". Sabendo que não é usual no Maciço da Pedra Branca que se faça demandas no campo da saúde como direito, investigamos a origem desse registro. Claudemar Mattos, secretário executivo da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e Bernardete Montesano explicaram que a fonte dessa ideia veio do Movimento dos Sem Terra (MST) e de um documento da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As duas organizações são também integrantes da AARJ.

Durante a primeira reunião do Profito apresentamos a questão composta de três atividades: a medicina tradicional, a atenção primária à saúde, melhor representada pela Estratégia Saúde da Família (ESF) e a vigilância sanitária. Na realidade a expressão veiculada nessa reunião do dia 9 de dezembro de 2013 foi: práticas de saúde tradicional. No entanto para harmonizar o conceito com a informação científica sobre o termo aqui colocamos medicina tradicional. Em que pese todo o risco e os benefícios de um sistema de nomeações, nos apoiamos na observação e vivência para defender a existência de práticas de medicina tradicional no território-rede aqui investigado.

O sistema sêmico predominante no território enfatiza a segurança alimentar e nutricional como principal forma de acesso à saúde. A identificação dos actantes com a alimentação saudável é quase como sinônima de saúde. As plantas medicinais são usadas

principalmente como complementares, em sistemas de prevenção ou de fortalecimento imunológico. Em muitos momentos durante a observação participante nas feiras perguntávamos: você usa plantas medicinais? A resposta muitas vezes era: “não, quase não fico doente” e apresentava toda uma justificativa em torno da alimentação saudável.

No entanto, Madalena Gomes descreveu as situações de adoecimento e cura em sua rede comunitária de cuidado que são relevantes para se pensar a existência da medicina tradicional na região metropolitana do Rio de Janeiro. O mesmo reforço vem do depoimento de Sampaia Correa descrevendo a cura do neto.

Nessa data aplicando a problematização necessária aos procedimentos metodológicos, indagamos Madalena sobre recente necessidade de atendimento emergencial de um jovem de sua rede comunitária de cuidados. Aparentemente o grupo acatou primeiro a necessidade de coerência da equipe técnica atuante no Profito. Não seria viável assumirmos uma postura de que apenas a alimentação, plantas medicinais e recursos místicos possam consistir em direito à saúde. Citando uma professora do PPGICS: seria a defesa de uma medicina pré-sulfa (sic).

Nesse quadro de resistência ao conhecimento biomédico negociamos como prioridade as práticas de autocuidado típicos da medicina tradicional. Metodologicamente isso será realizado em uma perspectiva de relação com profissionais de saúde e da área de saúde, lotados ou não em órgãos do SUS. Registarmos aqui a existência de agricultores de renda bastante reduzida que são assinantes de planos de saúde de clínicas populares o que nos parece uma *in-equidade*.

Quanto à vigilância sanitária é vista como um fiscal punidor que pode acabar com as feiras. Não se insere no contexto do direito à saúde. Integralidade não é um conceito que circule entre os actantes de nosso território-rede. No âmbito do Profito anuncia-se uma oportunidade de ação potencialmente simétrica do INCQS. Um elemento importante foi a própria participação na consulta pública 37. Esse processo parece dar ao território um acesso renovado aos princípios da integralidade. Também compreendemos que há um alinhamento local a redes globais que defendem o processo de medicina tradicional como fatores contemporâneos que favorecem também a integralidade no território.

Finalmente antes da decisão final coletiva na segunda reunião participativa, toda essa sistematização parcial foi avaliada segundo dez indicadores propostos por Chavez-Tafur (2007). São eles: A participação da população local, a participação das mulheres na experiência, a organização local, o envolvimento das autoridades, a sustentabilidade das atividades, a replicabilidade da experiência, a geração de renda, a convergência de atores entre si e a convergência entre os atores e a gestão do projeto.

Quatro desses indicadores dizem respeito, de uma forma ou de outra, à participação política dos agricultores. Um deles, organização local, é em nossa interpretação, a condição indispensável para a participação política. Sem organização não há participação social ou política. O Profito foi mais bem avaliado nesse indicador. O projeto é apontado como o responsável por “unir” as três associações de agricultores do Sertão Carioca. “Não tínhamos organização local”, dizem, “Ela se deu a partir disso. Desde então se evoluiu muito. Promovemos a união das pessoas, experimentamos produção compartilhada”, afirmou um entrevistado.

Por outro lado, Bernardete Montesano apresentou um aspecto negativo ao lembrar que o Profito teve o foco exclusivo nos agricultores, negligenciando suas famílias e os consumidores. Essa visão crítica é fundamental na avaliação também dos demais indicadores. Tanto na participação local quanto na participação dos mulheres o Profito apresentou limitações segundo os entrevistados.

Apesar do curso contar com mais de 50% de mulheres, não se trabalhou a influência das questões de gênero na formação em curso. Sugerem então compreender o uso que as mulheres fazem das plantas medicinais em suas famílias. Ao mesmo tempo ampliar a organização das mulheres através da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro que conta com um grupo de trabalho voltado para a luta feminista.

Algo similar foi dito sobre a população local. A avaliação dos entrevistados é que não se sabe o que a população local pensa sobre o Profito. É um aspecto desconhecido. Considerando que a participação é um direito uma entrevistada pergunta: Como podem se inserir nessa ação enquanto política pública? Essa mesma questão apareceu na avaliação da

organização local. Apontaram como aspecto desconhecido a forma de agregar os consumidores à essa temática.

Talvez essa seja a principal crítica ao Profito: a ausência de publicização de seus feitos. A tal ponto isso parece forte junto aos grupos atingidos pela comunicação parcial desenvolvida que em quatro situações registradas na observação participante, pessoas estavam cobrando transparência. Não estavam falando de execução orçamentária, mas a ter o direito a participar das discussões e novidades relacionadas a plantas medicinais.

É a mesma visão apresentada durante a segunda reunião de gestão participativa dessa pesquisa, já citada, mas que convém repetir esse trecho: “Queremos pautar as plantas medicinais nas políticas públicas e usá-las em nosso dia a dia. No entanto que seja para todos e coletivamente, e não para um pequeno grupo ou de forma não transparente”. Pela repetição da expressão em contextos diversos, assumimos que o Profito foi considerado de atuação privada e não pública. Por se tratar de uma demanda para o campo da comunicação trataremos novamente desse assunto mais à frente.

Ainda analisando as entrevistas sobre os indicadores de qualidade, interpretamos o envolvimento das autoridades como a participação dos gestores de serviços e políticas públicas no local. Foi o indicador com pior desempenho. Segundo quatro dos entrevistados foi baixíssimo o envolvimento desses gestores.

Apesar dessa crítica, apontaram que o Profito atuou numa unidade de conservação integral (UCI). Como tal havia a alegação conservacionista. Através do Profito, essas comunidades tradicionais nessas unidades de conservação se tornaram visíveis contribuindo para o avanço de um debate socioambiental. Segundo Claudemar Mattos essa contribuição para o debate beneficiou todo o Estado do Rio de Janeiro.

Esse reconhecimento da atuação de Farmanguinhos e por extensão da Fiocruz ao pautar o direito ao uso da agrobiodiversidade ficará no território como um valor em si. A equipe técnica do Profito pediu autorização ao então Instituto Estadual de Florestas (IEF), atual INEA<sup>26</sup> para a implantação do cultivo agroecológico de plantas medicinais nas

---

<sup>26</sup> A organização governamental responsável pela gestão do PEPB fundiu-se a outros órgãos estaduais com competências similares formando o Instituto Estadual do Ambiente.

propriedades dos agricultores inseridos no Parque Estadual da Pedra Branca. Após anos de negociação chegaram a uma redação conjunta de um termo de cooperação técnica entre as três associações de agricultores, o órgão ambiental e a Fiocruz como mediadora.

A procuradoria da Fiocruz, após análise acurada, aprovou o teor do documento. O mesmo não ocorreu junto a gestão das áreas protegidas do governo estadual. Sem esse aval do INEA, até essa data, o Profito não obteve êxito na implantação dos SAFs nas propriedades dos agricultores como previsto anteriormente.

Apesar desse contratempo, há um entendimento que a experiência do Profito trouxe uma visão socioambiental para todo o estado do Rio de Janeiro. Algo se fortaleceu na luta de tantas comunidades locais que vivem no entorno imediato ou mesmo no interior de unidades de conservação integral. E, esse benefício é do âmbito do fazer crer, do poder simbólico enquanto manifestação de um conceito mais amplo de comunicação.

Quatro situações decorrentes das dinâmicas e narrativas durante a primeira reunião participativa foram apresentadas para priorização. Uma foi designada como saúde tradicional, expressão com o sentido das práticas populares de cuidado com a própria saúde, o que inclui o uso de plantas medicinais. A segunda opção seria o acesso à saúde pública, incluindo a relação com as unidades de saúde das comunidades ou a demanda por Estratégias Saúde da Família (ESFs) conforme consolidado na Carta Política do III EMA. Outra situação foi a relação com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) importante para a consolidação dos produtos e intimamente relacionada com a última situação apresentada, o acesso a mercados.

A primeira sugestão veio da agricultora Madalena Gomes ao priorizar a saúde tradicional, seguida por Luiz Santana e Cláudio Avelino da Costa que pediram prioridade ao tema acesso a mercados. Uma intensa troca de impressões e diálogo se desenrolou sendo três argumentos determinantes: o primeiro a noção de que prioridade não exclui as outras demandas; acesso dos produtos agrofamiliares do Maciço da Pedra Branca a mercados “bem ou mal já começou”, disseram os presentes. O projeto da ASPTA tem foco nesse acesso a mercados, diz Bernardete Montesano. Annelise Fernandez também fez ver que o uso e

---

O Inea foi criado pela Lei Estadual nº 5101 de 4/10/2007, mas apenas em 2009 foi instalado.

afirmação das plantas medicinais no âmbito cultural pode fortalecer o acesso a mercados. Ficou então decidido focar em práticas tradicionais de autocuidado na saúde a partir de 2014.

A segunda reunião participativa prevista em nosso caminho de pesquisa ocorreu sob a coordenação de Claudino Nicolau e Rosângela Mangilli, ambos da Associação Feira da Roça de Queimados. Estivemos reunidos no dia 17 de fevereiro de 2014 na sede da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura de Queimados (Fig. 12). O objetivo foi construir o que Chavez-Tafur (2007) considera como “novo conhecimento” sobre as ações, serviços, projetos e políticas de plantas medicinais em nosso território. As instituições públicas e da sociedade civil presentes tiveram oportunidade de expressar seu comprometimento com o tema. Ouvimos o Sr Francisco Caldeira descrevendo o Projeto Profito e suas novidades. Apresentamos a síntese dos resultados parciais dessa pesquisa como primeira entrega dos resultados aos coautores e integrantes do trabalho.

Figura 12: 2ª reunião participativa na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Queimados (RJ)



Fonte: Acervo próprio.

Após esse período de exposições abrimos uma análise dispendo os desafios e oportunidades, produzindo o resultado sistematizado no documento chamado “O consenso de Queimados”:

“Queremos pautar as plantas medicinais nas políticas públicas e usá-las em nosso dia a dia. No entanto que seja para todos e coletivamente, e não para um pequeno grupo ou de forma não transparente. Nesse dia integramos o território da zona oeste com a Baixada Fluminense como parte da Articulação Metropolitana de Agroecologia que vive a realidade da produção, uso e comercialização de plantas medicinais.

Identificamos que não há valorização do saber popular. Há um descrédito e falta de confiança, também entendida como falta de entendimento da eficácia simbólica, falta de credibilidade e diferentes interpretações sobre a legitimidade do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais. Apontamos como solução ações para estimular a cultura utilizando a comunicação e a informação como repertório.

Chamamos a atenção para a saúde do produtor. Conforme consta na Carta Política do II Encontro Metropolitano de Agroecologia, reivindicamos: “Implementação da Estratégia Saúde da Família nas áreas rurais, de uma forma articulada com conhecimentos e práticas alternativas locais, como a produção e o uso das plantas medicinais”. Isso exige entre outras coisas a formação dos profissionais de saúde.

No entanto, plantas medicinais como são processadas muitas vezes não são de fácil acesso para as pessoas. Há necessidade de fornecimento de drogas vegetais no SUS. Que haja formas de compra direta da agricultura familiar. Os diversos usos das plantas, suas diversas linguagens e possibilidades de vários arranjos também devem ser estimulados e alinhados às práticas agroecológicas.

Frisamos a importância do estudo das diferentes plantas e seus usos. Um estudo importante é sobre a legislação relacionada ao registro, propriedade intelectual e patente. Solicitamos trabalho nas escolas sobre a temática das plantas medicinais.

Tudo isso deve ser feito enfatizando a promoção dos intercâmbios e trocas de conhecimento e incentivo ao modo de produção agroecológico. A ênfase deve ser posta nos registros das experiências que já existem no território. O modo de produção agrícola deve proporcionar a geração de renda como direito legítimo de agricultoras e agricultores.

Como nem tudo é consenso, ficamos de amadurecer as concepções sobre a expressão fé. Para alguns essa palavra dá margem para interpretar como “religião”. Para outros é legítimo esperar que a saúde coletiva seja feita com integralidade (um princípio do SUS) o que inclui entender o humano e cuidado do ponto de vista das diferenças inclusive religiosas.

Desse modo o novo conhecimento gerado diz respeito ao nível intermediário de nossa visão de redes multiníveis. O coletivo anunciou o recorte de um território que agora compreendemos ser um território de reciprocidade em torno do uso tradicional de plantas medicinais. Isso se torna possível a partir de que se avance no sentido de coexistência e inter-relação entre a informação científica e o conhecimento tradicional. Nesse cenário, as instituições governamentais passariam a assumir esta reciprocidade preconizada pelo coletivo.

#### 4.3 FEIRA AGROECOLÓGICA: TROCAS SIMBÓLICAS E COMUNICAÇÃO ORAL

Feira e Freire, Freire e feira, é um trocadilho que faz muito sentido. Percebo ao caminhar a dimensão do tema gerador “alimentação” para essa comunidade discursiva que se reúne no campo da agroecologia. Visitar uma feira com seus cheiros, sabores, cores, texturas é mergulhar nessa rede de geração de sentidos que não está centralizada na palavra. Ou seja, todo o ambiente da feira estaria sintonizado na geração de sentidos. A alimentação saudável, livre de agrotóxicos vincula agricultores, consumidores, técnicos, pesquisadores.

As feiras orgânicas e agroecológicas pertencem a uma ampla rede de sentidos. Cada vez mais pessoas se dão conta que os agrotóxicos são um atentado contra a sua segurança alimentar e nutricional e conseqüentemente contra a sua saúde. As diferentes formas de avaliação de conformidade orgânica trazem no selo uma síntese de informação e comunicação que remete à essa rede. Qualifica a feira e conseqüentemente agrega valor à produção do agricultor familiar.

A feira, vista como um lugar de circulação de bens agrícolas e simbólicos não foi posta a priori no ambiente de gestão do Profito. Houve em 2009, uma primeira aproximação do setor com a participação junto a Comissão de Produção Orgânica do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CPORG/MAPA) quando a equipe do Profito protagonizou a Semana de Alimentação Orgânica em 2009<sup>27</sup>. Na ocasião houve uma celebração na Feira Orgânica de Campo Grande. Anos depois, agricultores de Vargem Grande apresentaram a demanda de uma feira da Roça no bairro. Essa demanda acabou sendo renegociada. Aong ASPTA e a Rede Carioca de Agricultura Urbana, que é a organização que inclui os agricultores que verbalizaram a demanda, priorizaram a implantação da Feira Agroecológica da Freguesia<sup>28</sup>.

Um pouco antes da inauguração da FAFRE, Márcia Cristina Oliveira Dias, estudante de ciências sociais e extensionista da UFRRJ, produziu o registro de uma reunião. Esse é um fato muito comum nesse trabalho em redes e um elemento sociotécnico valorizado. Nesse texto Márcia codificou o pedido oral de um agricultor, Claudino Avelino da Costa: gostaria de poder ensinar as pessoas o uso das plantas. Ter alguém que os orientasse sobre para que serve cada tipo de planta. Ex. “a folha de goiabeira serve pra que?” Se ele soubesse para que servem as plantas animaria as pessoas a comprar e utilizar o produto”.

Feirante do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, Claudino estava defendendo o comércio em feiras. Chegou a levar para comercialização algumas espécies secas, rasuradas e ensacadas. Na embalagem ele fez questão que colocassem seu nome como produtor. Atitude essa que ao mesmo tempo que cumpria uma exigência da certificação participativa de garantia orgânica, denotava também empoderamento diante de tantas restrições legais para o comércio justo de plantas medicinais.

A partir desse pedido expresso por Claudino e dessa iniciativa começamos a olhar a feira como lugar de circulação não só da planta em si como produto da agricultura familiar. Enfim a feira tornou-se um duplo mercado: lugar de negociação de plantas e de saberes. Segundo Claudino, a comercialização da planta estaria associada de perto com a informação

---

<sup>27</sup> Registro em <http://www.youtube.com/watch?v=FCGHUsxytxg>

<sup>28</sup> Matéria no site da ASPTA: <http://aspta.org.br/2014/01/vamos-a-feira/>

veiculada junto com ela. Estaríamos então diante de um Mercado Simbólico. O agricultor-feirante estava mais uma vez fazendo uma demanda e articulando em sua comunicação oral a informação associada à comercialização.

Todas as quatro feiras visitadas durante da pesquisa apresentaram comércio de plantas medicinais (Fig. 13). A Feira Orgânica de Campo Grande, a mais antiga delas tem um comércio pequeno mas constante dessas espécies. Observamos entre os meses de dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, a alocação dos produtos, os diálogos que se seguiam à compra das espécies, registramos as espécies comercializadas. Nessa feira observamos a comercialização de tinturas destinadas à homeopatia popular. Acontece também um arranjo entre os produtores-fornecedores de plantas frescas e a produtora das tinturas.

Figura 13: As quatro feira agroecológicas da região metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo pessoal. Nota: Feira Agroecológica da Freguesia (no alto à esquerda); Feira da Roça de Queimados (no alto à direita). Feira Orgânica de Campo Grande (em baixo à esquerda). Feira da Roça de Nova Iguaçu (em baixo à direita).

A Feira Agroecológica da Freguesia é a que apresentou maior número de plantas medicinais em diferentes barracas. Também encontramos lá derivados artesanais de plantas medicinais. O agricultor José Antonio Pereira além de comercializar plantas frescas e mudas

também vende o sachê de plantas desidratadas produzidas a partir das atividades do Profito. A agricultora Juliana Diniz produz e comercializa uma coleção de farinhas cujo uso é medicinal, comercializando também os sachês de plantas desidratadas. Na mesma feira encontramos dois sabonetes artesanais feitos com extratos de plantas.

Na Feira da Roça de Queimados todas as barracas vendiam uma ou outra planta medicinal. Não existia concentração de plantas em uma única barraca. No entanto a veiculação de conhecimento sobre plantas e seus usos contribuíam para a encomenda. Identificamos uma conversa usual sobre os benefícios dessa ou aquela espécie e sua influência sobre a saúde. Nessa feira encontramos um xarope tradicional preparado por Rosângela Mangili, descendente de indígenas do Paraná e radicada em Queimados há mais de 25 anos. Esse também é o período que produz o xarope medicinal criado por seus antepassados.

A Feira da Roça de Nova Iguaçu tinha uma única feirante com apresentação de plantas medicinais frescas em sua barraca. Diferente das demais apresentava outra barraca com o comércio de remédios caseiros, sabonetes e xampus. Um desses preparados recebe o nome de “arriba-touro” e é a típica garrafada contendo uma mistura de diferentes ervas medicinais. Observamos a compra desse produto por diferentes homens, normalmente jovens e eventualmente acompanhados. Nenhum deles quis conversar a respeito.

Um produto comum entre as três feiras é o noni (*Morinda citrifolia*). Assim como já aconteceu com o confrei e com o inhame, aparentemente o uso do noni tornou-se um modismo em nossa região. A espécie é um arbusto originário do Sudeste Asiático (McClatchey, 2002). O cultivo do fruto está sendo adaptado à zona oeste do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense sendo comercializado na forma de suco ou in natura. Foi a planta com destinação medicinal mais comercializada em três feiras.

É o caso típico de uma espécie globalizada e portanto mais citada que alcança maiores índices de comercialização que as plantas cujo lugar de origem são os biomas brasileiros eventualmente não estudadas e não citadas. Estudo de Andrei N. Tchernitchin (2010) apontou a maior porcentagem de venda são aquelas que incluem mais componentes e espécies de uso reconhecido globalmente.

Entre as demais foram citadas 64 espécies e as mais citadas foram a cidreira, a panaceia, o chapéu de couro e a alfavaca. Notem que esse não é um levantamento etnobotânico e não há aqui o propósito de descrição de espécies nem de sua identificação botânica ou usos.

Há casos de espécies vegetais com intensa semelhança e variados nomes populares, às vezes designando mais de uma planta. A erosão do conhecimento tradicional disseminado pode causar problemas de identificação e conseqüentemente de saúde aos usuários das plantas. Selecionamos aqui um dos documentos derivados da Feira Agroecológica da Freguesia demonstrando como as cópias do livro “Plantas medicinais no Brasil”, de autoria de Harri Lorenzi e Francisco Mattos (2008), doado pelo Profito às associações de agricultores são fonte de informação para os consumidores. O agricultor José Antonio Pereira costuma disponibilizar cópias do livro (Fig. 14). Segundo ele, os consumidores estão sempre perguntando e foi justamente para facilitar esses processos de consulta que a obra de referência foi doada. Trata-se, portanto de acesso à informação científica no ambiente das feiras.

Figura 14: Utilização de cópias de um livro especializado na informação científica aos consumidores na FAFRE.



Fonte: Acervo pessoal.

Constantemente seu pai Arlindo Pereira está junto na barraca da feira. Sendo uma das pessoas de referência do conhecimento tradicional de uma das comunidades do Maciço da Pedra Branca. Quando o José Antonio Pereira apresenta o recorte do livro, ocorre então esse processo de cotexto, quando a informação aparece explícita. No entanto essa informação científica apenas se materializa nesse micromeio (a cópia) pela presença prévia nas memórias individuais e coletivas.

Outra agricultora, Dalila Sylvia Santos, em seu trabalho no cultivo e comercialização de plantas medicinais fez um interessante relato. Contou que estava muito ansiosa para conhecer o pau-ferro, uma planta introduzida no SAF medicinal da comunidade onde reside, Rio da Prata. Perguntei se ela não tinha curiosidade de pesquisar o livro que a associação ganhou. Ela confirmou o acesso ao livro mas não demonstrou interesse em utilizar a obra para obter informações. Problematizando essa situação identificamos que o formato do livro não é adequado para todos os perfis. Dalila sugeriu uma informação mais condensada, tipo um folheto ou cartilha.

Os dois casos demonstram não só a relação entre a informação científica e a tradicional, mas a demanda por popularização da ciência em formatos adequados ao perfil sociocultural dos produtores e consumidores. E, como esse perfil tem grande ênfase na comunicação oral, a conversa é o seu principal meio de comunicação que passaremos a analisar na próxima seção.

#### **4.3.1 Práticas De Comunicação Nas Feiras Agroecológicas**

Entendemos a comunicação como Mercado Simbólico, um modelo conflitual onde os interlocutores tem acesso desigual. Por isto, perseguimos "a possibilidade de se mudar as regras do jogo, a partir da periferia do poder; possibilidade dos mais fracos intervirem na construção de um mundo cujo princípio de ordem seja o reconhecimento recíproco". (ARAÚJO, 2002). Esse reconhecimento e essa reciprocidade encontra na feira um ambiente

propício. Ela é um lugar de valorização da tradição agrícola possibilitando ao agricultor familiar, um novo lugar de interlocução.

Nos apoiamos na problematização do já citado Claudino Avelino da Costa ao dizer: “os médicos ouvem a gente lá na feira, até artista aparece e fica assim admirando o que a gente faz”. O agricultor, que atua no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, na zona sul carioca, está se referindo ao reconhecimento que adquire na interlocução com outros consumidores.

Ao acompanhar as conversas informais que se passam no ato da compra de plantas medicinais percebemos esse lugar de interlocução onde o agricultor é mais central. Ele se coloca no lugar de saber-poder sobre a sua produção. O consumidor ao perguntar e declarar seu desconhecimento se põe na periferia do saber. Isso se dá não apenas em relação às medicinais, mas na compra dos demais produtos orgânicos e agroecológicos.

Observamos o sistema total ou o conjunto de relações entre produção-consumo de alimentos onde plantas medicinais estão presentes. Há muitas frutas, verduras e legumes não convencionais em circulação nessas feiras. Conhecemos novas espécies do sistema agroalimentar local no caminho da pesquisa. Experimentamos esse lugar de não-saber ao indagar o que é pitomba, bacupari, coco tucum, espécies não convencionais comercializadas nas feiras. Vivenciamos a satisfação do lugar central do conhecimento tradicional sobre a agrobiodiversidade explicitado pelos agricultores.

Quando consumidor oferece a atenção, o olhar, a pergunta e se põe no lugar da ignorância, forma-se essa relação onde o agricultor exerce a dádiva do seu conhecimento que não está ligado a mercantilização. Ele doa seu conhecimento explicitado na palavra. Vivenciamos na feira da Freguesia um momento que demonstrou isso. Uma consumidora pergunta por capim limão. Na banca há uma planta parecida. O agricultor Washington Adam, cujo apelido é Gaúcho, informa a senhora que se trata de citronela e não capim limão. Conversam sobre a citronela e suas propriedades repelentes. A senhora não compra a planta fresca. Em contrapartida encomenda uma porção de repelente para animais domésticos que Gaúcho vende a R\$ 5,00 (cinco reais). E diz: “Depois eu te ensino a fazer”. Ou seja,

comercializa e ao mesmo tempo socializa a fórmula do repelente veterinário<sup>29</sup>. Identifico esse fato com a reciprocidade na economia e no cuidado. A lógica mercantil não é ceder fórmulas e receitas, mas escondê-la na busca do lucro.

Não encontramos nenhum episódio público de controvérsia ou conflito. No entanto foi como se a insegurança estivesse presente como um dos elementos quase humanos descritos por Bruno Latour (1997). Essa falta de segurança aparecia no silêncio dos consumidores e nas declarações dos agricultores. Madalena Gomes, contou um episódio, que permanece em sua memória. Era, segundo ela o início da implantação da Feira Orgânica de Campo Grande, havia a exposição e venda de remédios caseiros. “Um pessoal, acho que lá da serra, Petrópolis ou Teresópolis, que vinha e vendia essas pomadas, tinturas. Um químico de uma universidade avisou: ‘Vou retirar isso daqui’. Tempos depois o grupo deixava de trazer os produtos para a feira”.

Sônia é consumidora de plantas medicinais frescas. Conhece há mais de dez anos a produção dos sítios dos agricultores com quem estabelece esse arranjo comunitário. Eles fornecem a planta fresca. Ela produz tinturas homeopáticas. Afirma: “Eu sou uma mulher da roça, mesmo na cidade fica aquela lembrança da avó, do chazinho. Antigamente era a avó, era o chazinho... Fica já gravado”. E faz um gesto de retorno, de reminiscência.

A Cuidadora é estudante dos cursos de extensão de homeopatia popular ministrado pela Universidade Federal de Viçosa. São cursos muito solicitados no território rede por onde caminhamos na pesquisa. Conta que há seis anos tem estudado o uso das plantas e aplicado em seus atendimentos como terapeuta holística. Também apresenta uma busca de informação na internet através da ajuda da filha e o uso do livro *Plantas Medicinais do Brasil* (LORENZI E MATTOS, 2008). Problematizamos o conhecimento recebido dos pais e avós. Porque não procurar aumento de conhecimento junto a especialistas também tradicionais, como erveiros e raizeiros? Sônia então responde: “para me sentir segura”.

Em outro momento ela recorda a série exibida pela revista eletrônica Fantástico, das organizações Globo. Entre o dia 29 de agosto e 25 de setembro de 2010, uma série de

---

<sup>29</sup> Estaria o agricultor produzindo mais uma novidade?

programas e as matérias apresentaram ao Brasil as mazelas do uso popular e tradicional de plantas medicinais. Foi a exibição da série “É bom para quê?” (SEGATTO, 2010) cujo protagonista, foi Drauzio Varella, conhecido como o médico mais popular do Brasil. O episódio investiu com vigor na demonstração das deficiências da prescrição, da dispensação e da pesquisa científica de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, nas universidades. Estas matérias provocaram um conjunto de manifestações, respostas e debates na internet. Organizações e instituições do setor se manifestaram publicamente. Um conjunto de populares também colocou seus pontos de vistas nos comentários diretos no site da Revista Época ou nos inúmeros blogs que replicaram as matérias produzidas pelas Organizações Globo de Jornalismo.

A narrativa jornalística não fez acusações diretas, mas em dois momentos a edição sugeriu práticas de charlatanismo ou curandeirismo associada a médicos e pesquisadores. Na primeira sequencia, o médico Drauzio Varella afirma que a “popularidade dos chás e das infusões não tem sido acompanhada de pesquisas. A falta de pesquisa abre espaço para tratamentos inúteis, para a demora em buscar assistência médica adequada e para a prática do charlatanismo”. Exatamente ao fim da palavra charlatanismo, surge a imagem do pesquisador da Embrapa Osmar Lameira com a legenda: “o agrônomo Osmar Lameira receita preparados com plantas na sede da Embrapa em Belém”.

A série do Fantástico continuou por semanas nessa linha de ação. A Embrapa, tempos depois, apresentou uma defesa do seu pesquisador. O Ministério da Saúde também veiculou uma nota tempos depois, sem mencionar a série fantástica, mas para a comunidade discursiva ficou claro a que e a quem se dirigia. A consumidora Sônia não foi a única a lembrar essa série. Outro consumidor nas feiras, não identificado, também lembrou o episódio. A expressão curandeirismo volta e meia aparece nas conversas informais e até em eventos oficiais.

Sobre esse assunto entrevistamos Rita Caseiro, diretora geral da Associação dos Agricultores de Rio da Prata. Rita é herdeira da comunidade tradicional do Maciço da Pedra Branca onde recebeu de pais e avós a tradição do autocuidado através das plantas medicinais. Cultiva algumas espécies para seu próprio uso ou para doar à rede comunitária. A nossa

interlocutora, no entanto, também é advogada. Mantém volumosos livros jurídicos ao alcance das mãos. Entre eles o código penal brasileiro.

A advogada relembra que está no inscrito o artigo 273 dizendo que “a venda de produtos não registrados é crime grave contra a saúde pública” (Cód. Penal Art. 273 § 1º B-1). Relê também que “exercer o curandeirismo, prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância; usando gestos, palavras ou qualquer outro meio ou fazendo diagnósticos” (Cód. Penal Art. 284). No entanto lembra que o código penal é estabelecido pela Lei 2840 de 1940. Está cheio de contradições. “Essa não é a única contradição com a Constituição Federal”, afirma Rita Caseiro.

E essa presunção de crime foi reforçada no imaginário de alguns entrevistados através desse evento midiático protagonizado pelo médico Dráuzio Varella. Algumas pessoas no entanto apresentam bastante segurança no uso das plantas medicinais e na sua comercialização.

Analisamos trinta e sete trechos de entrevistas buscando o duplo registro da informação científica e do conhecimento tradicional expressa na comunicação informal dos produtores e consumidores. Adicionamos na mesma tabela dois fragmentos de documentos do Profito e um da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Organizamos os dados em uma tabela, iniciando pela data (formato: ano, mês, dia), citando o local onde a entrevista foi realizada, o código do registro, a citação ao conhecimento tradicional e a informação científica e uma análise parcial. Iniciando a citação colocamos a letra indicativa do segmento que o entrevistado pertence. Agricultor (A), Consumidor (C) ou Consumidor e Técnico (CT). Na análise parcial iniciamos pela expressão indicativa da categorização feita no fragmento de texto.

Identificamos três categorias: a coexistência, a menção simples a informação científica ou ao conhecimento tradicional e finalmente o conflito ou disputa entre as duas formas de informação. Para identificarmos o conhecimento tradicional utilizamos como indicador a menção aos antepassados ou à etnia, ou a alguma reminiscência passada. A agricultora Rosângela Mangilli, por exemplo, produz e comercializa um xarope de guaco há 25 anos. Ela se apresenta como neta de indígenas e afirma que seu pai de codinome Baiano,

era um reconhecido especialista local. “Se for na minha casa é só perguntar pela filha do Baiano. Todos o conhecem. Ele era muito consultado sobre o uso de ervas”. Compreendemos que a palavra tradição não aparece muitas vezes no vocabulário dos entrevistados. No depoimento acima, a alusão à etnia é uma forma de reivindicar a tradicionalidade. A informação científica apareceu sobre a forma de alusão ao profissional médico, o sistema de nomeações típicas do sistema biomédico.

Em dezenove casos apareceu a coexistência entre informação científica e conhecimento tradicional. Desses, dez casos foram proferidos por agricultores e nove por consumidores. Dentre os consumidores dois também são técnicos. Outros dois manipulam e comercializam produtos derivados de plantas medicinais.

A situação problema que deu origem a esse recorte de pesquisa foi registrado na forma linguística escrita em um documento do Profito.

O agricultor fala que gostaria de poder ensinar as pessoas o uso das plantas. Ter alguém que os orientasse sobre para que serve cada tipo de planta. Ex. “a folha de goiabeira serve pra que?” Se ele soubesse para que servem as plantas animaria as pessoas a comprar e utilizar o produto. O profissional esclarece que a Fiocruz como instituição não pode dizer para que serve cada planta. Não pode fazer prescrição. Ele fala sobre o livro que tem as plantas catalogadas e que foi produzido para os agricultores.

Essa é a situação típica que uma pesquisa não convencional pode dar conta. Repito a citação de Magda Soares (1992) para defender “um reconhecimento do eu como objeto de pesquisa possível, porque, na verdade o eu somos nós” (Soares, 1992, P.126). Preciso me posicionar na primeira pessoa. Eu poderia ter dito isso. Na realidade eu repeti isso muitas vezes. Esse episódio é um indicador da dualidade a que são submetidos os envolvidos profissional ou voluntariamente no campo das plantas medicinais e na medicina tradicional. A minha própria dualidade provocou a identificação de uma situação potencialmente conflituosa. Um sentido semelhante apareceu no diálogo com o presidente da Associação Feira da Roça de Queimados (Aferq).

O diretor-presidente da Aferq, Claudino Nicolau, pediu informações sobre o açafraão da terra (*Cúrcuma longa*). Entrego um impresso da Embrapa, explico que não me sinto à

vontade para falar de minha experiência. Explico que, naquela situação eu estava como pesquisadora e não enquanto membro da comunidade tradicional. Minhas palavras soaram como uma senha. O Claudino disse:

Você chegou onde eu queria. Tem uma senhora aqui na feira que vive dizendo: essa planta serve para tal doença, aquela para isso... Pensei em fazer uma plaquinha onde diria: Feira não é lugar de receita.

Relatou que esse tipo de informação prejudica a feira. Em nossa interpretação o discurso apresenta uma repressão à liberdade de expressão e um desconhecimento dos direitos culturais.

Outra situação típica de uma relação não harmônica entre a ciência e a tradição está registrada em vídeo. Trata-se de uma liderança que passou pelo curso de capacitação do Profito e que, durante uma palestra afirmou: “O desenvolvimento desse mercado deve ser à luz do conhecimento científico, é muito importante respeitar a tradicionalidade... o chazinho da vovó salvou muita gente, mas matou também...”. Mais adiante reforça a ênfase na ciência ao afirmar: “O produto é feito com identificação botânica”.

Madalena Gomes apresenta a contradição entre o Cuidado recebido tradicionalmente no passado presente e a proibição legal, referindo-se ao curandeirismo no código penal. Questiona: “Antigamente não tinha médico. Minha avó fazia remédio do mato, eu faço também. É proibido porquê?”

Valdecy Souza compra plantas e as transforma em remédios caseiros, xampus, sabonetes. Ela relata: “A freguesa perguntou: É comprovado cientificamente? Eu respondi: Para mim é [comprovado cientificamente] eu usei e deu certo”. Essa expressão é muito comum nos diálogos da feira. Demonstra uma noção da ciência como se fosse um sistema total. Como se, diante de um conjunto de remédios caseiros produzidos a partir de diversas plantas a pergunta “é comprovado cientificamente” fosse apropriada. É um choque de epistemologias distintas e um senso comum sobre a ciência. O sistema de conhecimento tradicional atua na totalidade da coisa conhecível. A pesquisa científica vê a particularidade.

Na Secretaria de Saúde de Queimados, três dos depoimentos deixaram a certeza de que o fenômeno dessa coexistência pertence não só a agricultores. A secretária de saúde de Queimados apresentou um conhecimento tradicional sobre plantas medicinais recebidos horizontalmente, ou seja, dentro da mesma geração. E, diferente de muitos médicos demonstrou uma capacidade de escuta dos usos de seus próprios pacientes.

Na faculdade não recebi nenhum conteúdo sobre plantas medicinais. Sou médica aqui em Queimados há mais de 20 anos. Cheguei logo que me formei. Então encontrei as pessoas falando sobre isso. Fui ouvindo e aprendendo. Até que um dia meu filho apresentou um problema e as pessoas me disseram que eu usasse uma determinada planta. Eu usei, pensando, não poderá fazer mal. Agora uso fitoterápicos da Centroflora, mas as farmácias aqui não vendem esses produtos além de serem caros. Então não dá para prescrever.

Marisa Pimentel, Diretora do Departamento de Atenção Básica - SEMUS Queimados/RJ também demonstra vínculo com o tema plantas medicinais. “Eu sou de Nova Iguaçu. Meu pai plantava. Há alguns anos comecei a me interessar por alimentação saudável. Passei a plantar também”. Aqui é remédio de mato para cá, remédio de mato para lá. Segundo a diretora, os agentes comunitários de saúde tem fortes vínculos com o tema. Nunca foram capacitados para tratar do assunto e também não tem acesso a uma fonte de dados sobre o assunto.

Nádia Ferreira, gerente do Núcleo de Atenção à Estratégia Família da Saúde também descreve como seu quintal é repleto de plantas medicinais. Seus pais que vivem há muitos anos na cidade de Queimados mantêm o cultivo doméstico e urbano. Nádia no dia da entrevista estava resfriada. E disse: “Agora mesmo tomei um chazinho para a gripe”.

Assim como a secretária e os profissionais de saúde, doze depoimentos apresentaram apenas uma ênfase no conhecimento tradicional, não apresentando qualquer problematização com a informação científica. Algo como se outra informação sequer existisse. Não é que houvesse conflito ou dualidade. A informação não apareceu no discurso.

Bem diferente de todos os demais foi o depoimento do agrônomo Márcio Mendonça. "Desde cedo despertei para o meu autocuidado. Fui criado junto com minha avó. Ela usava as

plantas medicinais no cuidado com a família. Então mesmo antes da faculdade eu já usava. Logo comecei a estudar Botânica. Fiz depois vários cursos com erveiros e raizeiros". Márcio continuou dizendo que o ideal é que não houvesse essa diferenciação entre a informação científica e o conhecimento tradicional. "São apenas formas de conhecer", afirmou.

Proveniente dos documentos do Profito, destacamos dois trechos. Um deles tem a a palavra do diretor de Farmanguinhos, Hayne Felipe, registrados no site de Farmanguinhos. "É muito importante mostrar que os fitoterápicos não são apenas o chazinho da vovó. Temos uma boa oportunidade para mostrar o potencial científico das plantas medicinais e explorar este potencial".

O documento do Profito que descreve as ações do último subprojeto aprovado pela Cooperação Social da Fiocruz assim se pronunciou:

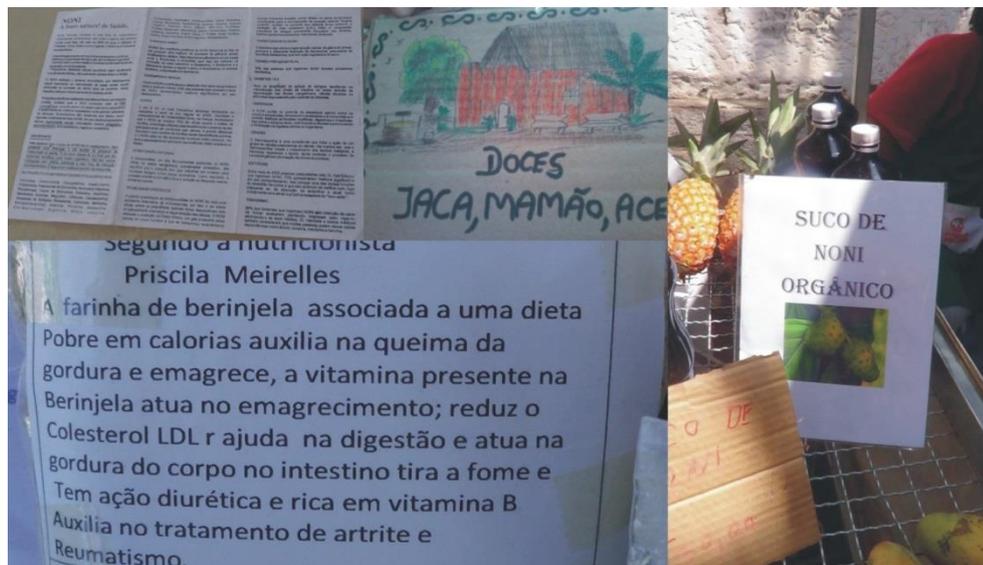
O modelo pressupõe uma matriz de decisão capaz de cruzar informações originadas no conhecimento popular e tradicional com os estudos científicos, com as demandas epidemiológicas do SUS, com as de caráter agrônômico, bem como as informações do mercado das espécies propostas. Considera-se também se a referida espécie ocorre no bioma em questão, no caso deste território, Mata Atlântica. Após seleção das espécies, os agricultores fazem o processo de exsicatas para identificação e determinação botânica.

Outras práticas de comunicação, além da conversa informal, aparecem nas feiras agroecológicas. Seu registro nesta pesquisa pretende demonstrar que, mesmo sem recursos os agricultores tem seus micromeios de comunicação. Os meios materiais identificados nessas práticas são: impressos em papel eventualmente plastificados, placas de madeira, cartazes, bilhetes, cartas enviadas por correio e fotografias (Fig. 15). O uso de emails e outras ferramentas virtuais como site, blogs, redes virtuais, entre os agricultores é quase inexistente. O telefone celular é mais disseminado que o fixo, em desuso. O sms<sup>30</sup>, serviço de mensagens curtas, mais conhecido como 'torpedo' é pouco utilizado.

---

<sup>30</sup> Do inglês short message service

Figura 15: Micromeios de comunicação nas feiras observadas.



Fonte: Acervo pessoal.

No entanto, no que diz respeito às parcerias e apoiadores das feiras o uso de emails, sites, blogs é muito disseminado. Escreve-se muito na internet sobre a agricultura da região metropolitana do Rio. Captamos uma relação entre as feiras e as redes virtuais demonstrada na figura 16. Uma das feiras onde atuam agricultores que integram o Profito apresenta o quadro melhor ilustrado de conexão da feira com um site de relacionamentos. Uma réplica dessa ligação apareceu também na Feira Orgânica de Campo Grande, como uma novidade dessa época conectada.

Figura 16: Representação das feiras conectadas a ambientes virtuais.



Fonte: Fotos da esquerda são do acervo próprio. As demais são imagens publicadas no site de relacionamentos Facebook.

Acompanhamos as duas páginas do site de relacionamentos *facebook* que levam o nome de duas das quatro feiras observadas. A mais antiga das páginas chama-se Feira Agroecológica da Freguesia<sup>31</sup>. Até março de 2014 contava com 1031 seguidores. A mais recente é a página da Feira Orgânica de Campo Grande<sup>32</sup> com 145 adesões ou curtidas até o momento final dessa pesquisa. Acompanhamos as duas páginas diariamente entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014. Durante esse período a primeira página apresentou 126 postagens e a segunda 191. Escolhemos intencionalmente três dessas postagens para demonstrar a diferença de perfil entre uma página e outra.

A página da feira de Freguesia apresentou nesse período uma ênfase nas pessoas que produzem os alimentos. Demonstrou eventos realizados na própria feira e reproduz conteúdo político sobre as redes e articulações a que pertencem os feirantes. Tem 67% de postagens originais. A página da Feira Orgânica de Campo Grande tinha apenas 24% de postagens

<sup>31</sup><https://www.facebook.com/feiraagroecologicafreguesia?fref=ts>

<sup>32</sup><https://www.facebook.com/pages/Feira-Org%C3%A2nica-de-Campo-Grande-RJ/1400430803531793?fref=ts>

próprias. Enfatizou a qualidade do alimento orgânico. Não enfatizou as pessoas da feira, embora elas apareçam eventualmente. Em nenhuma postagem desde a sua criação, a página de Freguesia se refere à plantas medicinais. Na ocasião era a feira que mais comercializou plantas medicinais das quatro observadas no caminho da pesquisa.

Encontramos também um misto de informação e comunicação em impressos anunciando o noni. Um dos feirantes que comercializa essa fruta e sucos prontos, nos cedeu essa cópia. Fizemos então o clássico teste do *google*. Colocamos na ferramenta de busca um fragmento de texto extenso o suficiente para identificar o impresso. Quase não foi surpresa ao deparar que o conteúdo do folheto distribuído é integralmente retirado de um *blog*, chamado Ultramedicinal<sup>33</sup>.

#### 4.3.2 Imagens do SUS entre feirantes e consumidores

Do processo de observação participante junto aos consumidores ficou um aprendizado muito importante. Nada, porém causou uma impressão tão forte como a fala de um consumidor que prefere não se identificar, registrada no diário de campo. Vamos chamá-lo de Jonas Moura. Formado em administração, servidor público, pode ser considerado de classe média alta. Tem três empregos, renda acima da média, carro, plano de saúde, escolaridade superior. Encontramos esse senhor quase todos os sábados que estávamos na Feira Orgânica de Campo Grande. Ele tinha acabado de comprar folhas de babosa (*Aloe vera*) do agricultor Arnaldo Avelino da Costa, integrante do Profíto desde seu início.

Depois que o consumidor me descreveu o seu uso de plantas, como se sentia em relação ao uso diário do suco verde, como se sentia muito mais saudável, eu ousei perguntar sobre sua relação com a medicina ocidental. Jonas me olhou e calmamente disse: “Olha, eu tenho uma imagem. Isso é um negócio”. Passou então a descrever como via a biomedicina.

---

<sup>33</sup><http://ultramedicinal.blogspot.com.br/>

Como principalmente isso custa caro para sua família e como se sentia aprisionado num sistema de consumo de substâncias químicas.

Nosso interlocutor mal conheceu o pai que faleceu quando ainda era bem pequeno. A perspectiva do aprendizado intergeracional que costuma caracterizar o uso tradicional é portanto bem diminuta no caso. Perguntei em seguida por que ele comprava plantas medicinais na feira. Sua resposta foi a relação de confiança construída com esses agricultores há mais de seis anos e os resultados em seu bem estar. Notamos aqui outro tipo de confiança construída na interlocução com o conhecimento tradicional. É diferente da confiança derivada da informação científica inserida num rótulo oficial ou em uma excisata, por exemplo.

No início da entrevista já tinha registrado a observação do entrevistado sobre o papel do que denominamos dádiva naquele pequeno mercado local. Ele colocou o mundo médico ocidental que qualificou de negócio em oposição com o modo de vida dos agricultores e a relação de Cuidado estabelecida ali. Segundo ele na feira é “um ajudando o outro”. Outro fator de confiança demonstrado por Jonas é o resultado obtido em seu bem estar.

Em relação ao vínculo com a medicina e com o SUS, a situação descrita por Jonas Moura, é diferente do caso a seguir. Conheci Maria Auxiliadora na Feira da Roça de Queimados. Com 76 anos, Maria é agricultora, nordestina, erradicada em Queimados há 46 anos. Em seu ponto de venda na feira vende frutas e legumes não convencionais por excelência. Em uma de minhas vivências observei um ramo de folhas de guandu separado em um canto da barraca. Presumi que era para fins medicinais e perguntei. Maria me deu uma aula sobre a folha de guandu e seu uso para dores. Essa era a encomenda de uma consumidora que mais tarde chegou para pegar as folhas de guandu. Contou as queixas da mãe que passava por período de fragilidade na saúde e para o qual os médicos não conseguiam dar respostas.

Percebi o vínculo que Maria apresentava com o conhecimento tradicional de plantas. Fomos então nos aproximando e criando uma relação afetiva. Fiquei sabendo que perto de seu sítio e residência havia a sede da ESF Santo Expedito. Propus então um trajeto ecológico no sítio e comunidade do Chapadão, lugarejo do bairro de Santo Expedito no município de Queimados.

Sáímos de ônibus do centro de Queimados em direção ao bairro de Santo Expedito. Pela primeira vez eu estava visualizando a periferia da periferia metropolitana. Se Queimados já é tido como um município periférico, o bairro visitado já estava situado próximo à fronteira com Nova Iguaçu, outro município da região metropolitana do Rio de Janeiro. De todos os lugares que conheci em Queimados esse foi aquele com maiores características rurais. A falta de calçamento, a poeira, o tamanho dos sítios, as distâncias, a predominância do transporte de bicicletas e carroças anunciavam essa ruralidade identificável, mas não legalmente assumida pelo município como descrevemos acima.

Providencialmente descemos em frente à ESF de Santo Expedito. Maria me convidou a conhecer a unidade de saúde. Um pouco reticente aceitei. Ela chegou e convidou Amanda Soares, nome fictício para sua agente comunitária de saúde (ACS). Em poucos minutos a ACS chegou me dando a oportunidade de também criar minha própria imagem mental sobre o vínculo desejado com a saúde pública. Não, não tirei uma fotografia. Não seria adequado. O abraço e a prosa entre Amanda e Maria Auxiliadora deixaram em mim uma clara imagem do que seja o vínculo.

Mais tarde Maria contou sobre o diretor da unidade e sobre o suporte que ele rotineiramente dá a ela e seus vizinhos. Apesar de morar sozinha e ter uma idade que já inspira cuidados, sinto que Maria está segura por ter essa rede comunitária de cuidado.

Entre os quatro municípios visitados, nessa pesquisa, são os agricultores de Queimados que tem a cobertura da ESF mais regular. Os agricultores de Marapicu estão na área adstrita de uma ESF mas reclamam a temporalidade da presença do médico. Os moradores desse bairro de Nova Iguaçu descreveram a intermitência da presença dos médicos e agentes comunitários de saúde na comunidade.

Também de Nova Iguaçu, a entrevistada Alzeni Fausto afirma que a prioridade é o uso das plantas para o autocuidado. Tem plano de saúde e quase não utiliza. “Lá em casa quase não vamos a médico. Tenho uma netinha e cuido com poejo, cidreira, guaco”. A experiência agroecológica da Univerde, cooperativa agrícola dirigida por Alzeni, é cercada de três unidades da ESF. Nenhuma delas dá cobertura no assentamento agrícola. Segundo a agricultora, há planos de expandir a ESF até o seu local de moradia. Quanto a segunda parte

da demanda da carta política do II EMA, adequação às práticas tradicionais, Alzeni afirma que acha isso muito difícil. Diz que Nova Iguaçu tem uma resistência muito grande à fitoterapia.

A região de Magé, onde mora nossa entrevistada Juliana Medeiros Diniz também é servida por agentes de saúde mas não apresentam atendimento regular. Juju, como é chamada, não recorda sequer o nome de sua agente de saúde.

O entorno do Maciço da Pedra Branca já foi qualificado por uma diretora do CMS Cecília Donnangelo como um vazio sanitário<sup>34</sup>. No trato diário com agricultores locais identificamos certa animosidade com o SUS. Alguns tem se orgulhado de permanecer por mais de 30 anos sem ir ao médico (Fernandez, 2010). Outra agricultora com a renda bastante baixa fez um plano de saúde em uma Clínica de bairro por sentir que não seria atendida pela unidade de saúde pública mais próxima. Jacira paga então R\$ 50,00 para uma clínica popular do entorno do Maciço da Pedra Branca.

Recordamos que há uma dupla demanda registrada pelo III Encontro Metropolitano de Agroecologia para as comunidades da agricultura familiar: "Implementação da Estratégia Saúde da Família nas áreas rurais, de uma forma articulada com conhecimentos e práticas alternativas locais, como a produção e o uso das plantas medicinais" (AARJ, 2012). Essa demanda é encontrada em algum lugar. Observar esse fenômeno do vínculo com o SUS pode levar os demais agricultores a se contagiar com a possibilidade de avançar na relação beneficiando suas comunidades. Outras alternativas de interlocução dos agricultores com o SUS aparentemente não deram frutos.

Queimados então se torna um caso oportuno. Revendo os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal descrito acima (páginas15-18), vejam o percentual de vulneráveis à pobreza 33,68%, a mortalidade infantil igual à média nacional que é extremamente alta. E a percentagem de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos muito superior à média nacional, ou seja 25,77% contra 17,23% do Brasil.

---

<sup>34</sup> Arquivo pessoal (Diário de campo e gestão)

Para os entrevistados, a vigilância sanitária local não traz os sentidos da integralidade em saúde. Alzeni diz que a Vigilância Sanitária local fez uma palestra com os feirantes e que nunca incomodou. Renato, presidente da AFERNI relata que nunca foram incomodados mas que “eles estão doidos para tirarem a gente daqui”... Jorge da Costa Pinto: acha complicado "mexer com esse assunto". Pode atrapalhar os feirantes.

Como vemos os sentidos da saúde no território nem sempre são aqueles informados pelos manuais e programas oficiais. Do reduzido acesso à serviços de saúde pública surge uma demanda por acolhimento das práticas tradicionais em meio à construção de novidades do campo agroecológico.

#### 4.4 REDES TRAÇADAS PELA PARTICIPAÇÃO-PODER

Seguindo no rumo das práticas nos territórios, durante a primeira reunião participativa ocorrida em 9 de dezembro de 2013, os integrantes do Profito apontaram as organizações que, segundo sua percepção teria uma aproximação com seus interesses, e prioridades. A quantidade de citações à mesma organização foi considerada como indicador de proximidade. Assim, compreendemos que as três organizações que pontuam essas redes são a Fiocruz, a ASPTA e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A tabela (Tab. 8) abaixo foi elaborada durante esse encontro, quando, também, alguém cobrou que se listassem os institutos da Fiocruz aliados a essa perspectiva da reciprocidade. O pedido se tornou um consenso. Embora ninguém tenha dito isso da UFRRJ, podemos compreender, pelo tamanho da universidade, que o caminho de mapear essas redes intra institucionais é válido para uma e para outra.

Permeando essas organizações estão as Redes-organizações que variam do quase grupo, como a Rede Carioca de Agricultura Urbana até as Articulações de Agroecologia, tanto metropolitana, quanto estadual e a ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. Essas são as ligas, os vínculos que ligam as pessoas. A menor quantidade de citações obtidas por essas Redes-organizações ocorreu por conta do poder acumulado pelas organizações

institucionalizadas. Essas movimentam orçamentos consideráveis, utilizando recursos de comunicação social. As redes e articulações populares não têm essa ação, eventualmente passando despercebidas no território. No entanto, o fato de conseguirem fazer sentido para o coletivo participante dessa pesquisa já demonstra o seu lugar de interlocução.

As organizações menos citadas na tabela 8 correspondem a dois grupos. Um primeiro de organizações que não são reconhecidas como tal no território por corresponderem eventualmente ao trabalho uma pessoa dedicada que não reivindica o nome de sua instituição na comunicação local. E o segundo grupo correspondendo ao que Raffestin chamou de rede suportada. Aquela que está diametralmente oposta ao grupo e à rede desejada, mas que é indispensável para a obtenção dos objetivos e nesse caso à consolidação do território de reciprocidade associado à biodiversidade.

Tabela 7: Lista de organizações que compõe a rede sociotécnica do território de reciprocidade na região metropolitana do Rio de Janeiro.

<b>Instituição ou organização</b>	<b>Relevância</b>	<b>Observações</b>
Fiocruz	9	Foi apresentada a necessidade de se esclarecer os institutos.
UFRRJ + PROEXT/ UFRRJ	8 (3 + 5)	As pessoas inicialmente falaram apenas Universidade Rural e só em seguida começaram a falar do Programa de Extensão liderado por Annelise Fernandez.
ASPTA	8	
Rede Carioca de Agricultura Urbana	5	
Rede Ecológica	5	
Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro	4	
INEA	4	Houve um questionamento sussurrado: O INEA é parceiro?
Governo Estadual	2	
Governo Federal	2	

Instituição ou organização	Relevância	Observações
Rede Fitovida	2	
Cooperativa Cedro	1	
ABIO		
Agroprata		Pela primeira vez alguém distingue o Profito das associações. Parece correto pois cada vez é mais evidente que há pessoas nas associações que não tem vínculo com o projeto.
Agrovargem		Pela primeira vez alguém distingue o Profito das associações. Parece correto pois cada vez é mais evidente que há pessoas nas associações que não tem vínculo com o projeto.
Alcri		Pela primeira vez alguém distingue o Profito das associações. Parece correto pois cada vez é mais evidente que há pessoas nas associações que não tem vínculo com o projeto.
Associações de Agricultores da Região Metropolitana		Ficou faltando descrevê-las.
Capina		
Ciep 165 Brigadeiro Sérgio de Carvalho		
Colégio Estadual Prof Teófilo M. da Costa		
Consea-Rio		
Conselho Consultivo do PEPB		
Instituto Maniva		
IPHAN		
Oficina do Cuidado – Núcleo de Promoção da Saúde		
Posto de Saúde (CMS Cecília Donnangelo)		
Prefeito		
Rede Ecosol Zona Oeste		
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Economia Solidária (SEDES)		

Instituição ou organização	Relevância	Observações
UFRJ Vigilância Sanitária		

Fonte: Descrição realizada durante a primeira reunião da pesquisa em 9/12/2013.

A partir da tabela acima, por iniciativa própria<sup>35</sup> desenhamos um diagrama de rede em três níveis. O primeiro corresponde ao que Raffestin (1993) chama de rede desejada (Fig. 17). Trata-se da metáfora para aqueles relacionamentos onde o sistema sêmico está mais bem delineado, mais negociado. É a rede que tende para o grupo por sua homogeneização de valores, signos, práticas. Naturalmente, em nossa observação isso não quer dizer ausência de conflitos. Quer dizer que há uma identificação das potenciais interlocuções e maior incidência de mediação entre os atores.

A figura abaixo corresponde, na interpretação pessoal desta autora, às proximidades entre pessoas em instituições. Organizamos as três representações das redes com cores significativas de um certo lugar de interlocução. As organizações públicas municipais foram grafadas na cor azul. São elas: a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a Vigilância Sanitária do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e o Centro Municipal de Saúde Cecília Donnângelo. Aparece também a Secretaria Municipal de Saúde de Queimados (Semus). As instituições federais tem apenas um círculo azul: São a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz.

As organizações da sociedade civil tem a linha externa verde. São elas: A ong ASPTA, a Capina, a Cedro, o Pacs, a Abio. Há algumas organizações que se autodenominam rede: A Rede Carioca de Agricultura Urbana, a Rede Ecológica, a Rede Fitovida, Rede de Economia Solidária da Zona Oeste. Todas as associações de agricultores estão circuladas de

<sup>35</sup> Realizamos uma oficina para analisar as proximidades e distâncias entre as organizações. No entanto, as fotos utilizadas como registro da análise coletiva se corromperam, impedindo sua reprodução. Assim, essa análise pessoal, precisa ser cotejada com a visão dos demais integrantes do Profito.

verde mas com o seu interior também preenchido de verde. Exceção para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), presente na Baixada Fluminense, circulado de amarelo por ser rede desejada para apenas parte do Coletivo Profito. Não há com o MST um relacionamento próximo para a maioria dos atores presentes na reunião que anunciou essa rede desejada.

As demais organizações de agricultores são: Associação de Agricultores do Chapadão, Associação Feira da Roça de Queimados, a Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu, a Associação de Marapicu, a Cooperativa dos Agricultores de Magé (Copagé). No município do Rio de Janeiro estão situadas as duas organizações que fundaram o Profito: Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (Alcri) e Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca (Agroprata), bem como a organização criada a partir do projeto, a Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (Agrovargem). Essas três últimas organizações junto com a UFRRJ e a Fiocruz são as fundadoras do Profito, assinaladas com a letra “P”.

Ao fundo, como elemento de liga dessas organizações, com limites difusos representamos também em verde a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Os limites não definidos demonstram a característica de movimento da AARJ, bem como o nosso próprio desconhecimento de sua abrangência.



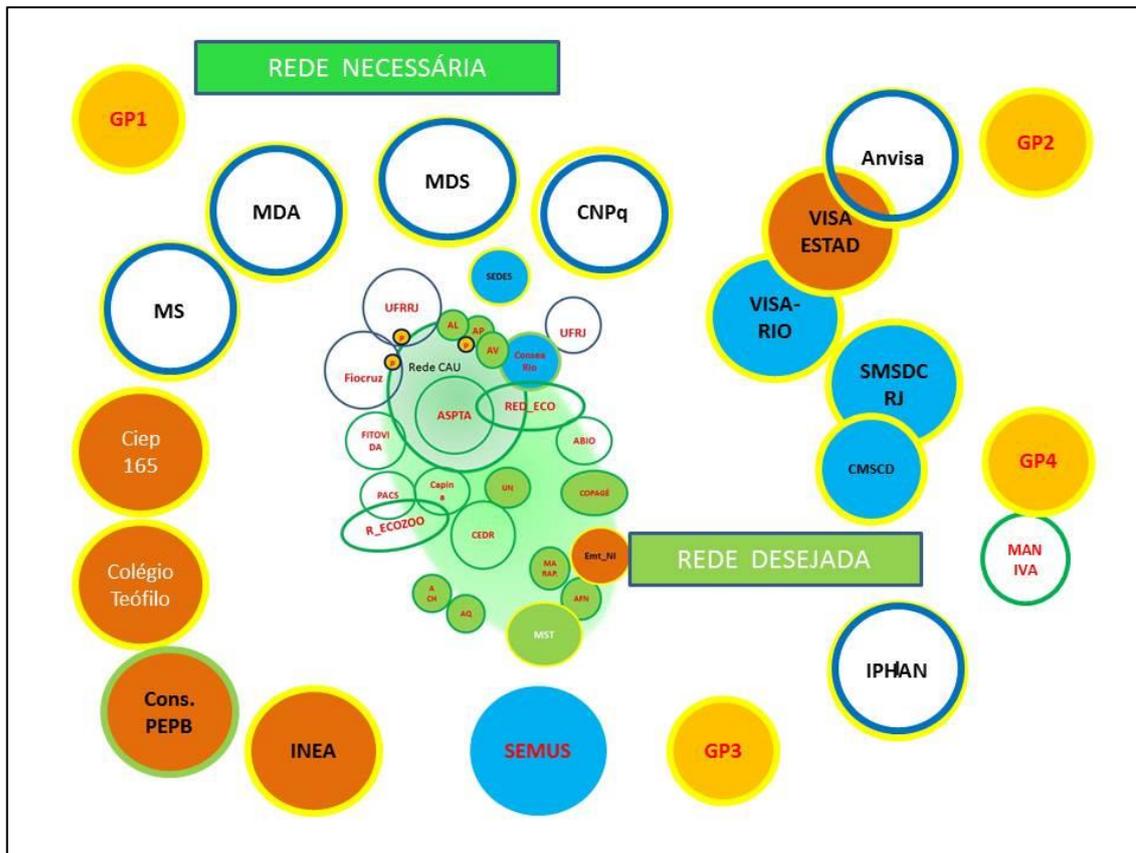
utilizada por Raffestin (1993). Neste trabalho utilizamos a expressão rede necessária por dar um sentido mais pragmático à distinção feita pelo autor. No caso tratado, nossa circunscrição são as políticas e serviços ligados à plantas medicinais. A meta originária foi o cultivo agroecológico de plantas medicinais, o que implica em geração de renda, participação política e sustentabilidade ambiental, financeira e social. Então as organizações listadas na figura têm alguma competência ligada a essa meta originária do Profito.

A rede necessária ao cultivo agroecológica de plantas medicinais está descrita com os seguintes organizações: A Secretaria Municipal de Saúde de Queimados, a Anvisa, o Ministério da Saúde, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), o Instituto Nacional de Patrimônio Histórico (IPHAN), a Visa-Rio, a SMSDC-RJ, o CMSCD, o Instituto Estadual do Ambiente, o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca, o Ciep 165 Brigadeiro Sérgio de Carvalho, o Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, a Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro.

Essas instituições estaduais foram representadas com a cor castanha, assim como os quatro grupos de pesquisa estão com a cor amarela. Acrescentamos esses grupos como intenção futura para relacionamento. A proximidade deles está posta por dispositivos de informação. Ou seja, o que esses grupos informaram produz uma ligação, uma conexão. São eles: GP Cidade, Aldeia e Patrimônio (Universidade Federal do Pará), o GP Medicina Veterinária Preventiva/Saúde Pública (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), o GP Etnoikos: Pesquisas em Etnociências (Universidade Federal de Viçosa), o GP Recursos genéticos e conhecimento tradicional associado (Universidade Federal de Roraima).

Registrar essas instituições e organizações não significa que elas estejam totalmente voltadas às metas originárias do Profito. Pelo contrário, a concepção de redes multiníveis precisa ser aplicada ao ambiente intrainstitucional. Na reunião que delineou essa rede registramos um pedido: temos que entender dentro da Fiocruz quem está do nosso lado. Logo se tornou consenso que os integrantes do Profito compreendem a necessidade de mapear essa rede interna da Fiocruz. E, por extensão, as demais instituições podem ter o mesmo mapeamento.

Figura 18: Diagrama da rede necessária e sua relação com a rede desejada



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa

Outra limitação da rede narrada pelos integrantes do Profito é a ausência dos objetos como portadores de informação e comunicação e portanto formadores de redes sociotécnicas. As redes não se limitam a essa análise parcial e localizada. O nosso antropólogo dos laboratórios, diz que as redes não são necessariamente universais. “A network can thus be “quite general” without ever having to pass through a “universal.” However rarefied and convoluted a network may be, it nevertheless remains local and circumscribed, thin and fragile, interspersed by space<sup>36</sup>.” (LATOUR, 1993, p. 171)

<sup>36</sup> Assim a rede pode ser bastante geral, sem ter que passar por um universal. Contudo, uma rede pode ser rarefeita e complicada, no entanto, permanece local e circunscrita, fina e frágil, intercalada por espaço.

Essa impossibilidade temporal não nos impede de refletir que a presença de aparelhos, de eletrônicos, instrumentos de pontas, mas também jacás e embornais produzem o território-rede tanto quanto as pessoas. Instituições e organizações também são portadoras como ninguém de elementos quase-humanos, leis, regras, sistemas sêmicos, regimes sociotécnicos. Mais uma vez nos ancoramos no pensamento latouriano para afirmar que o leitor não precisa decidir se estamos falando de pessoas ou de circuitos impressos, ou de hábitos, ou de discurso (LATOUR, 1993).

Nesse sentido, o terceiro nível identificado representa a rede sociotécnica sobre a humana (Fig. 19). Aqui buscamos o “fio de Ariadne” que faz o vínculo entre esses elementos. É assim que Latour se refere às redes sociotécnicas. Para o autor “a questão é sempre a de reatar o nó górdio, atravessando tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura” (LATOUR, 1994, p.9).

Utilizar a semiótica do espiral tem o poder dos sentidos que apareceram para essa pesquisadoras em tempo-espço diverso. Primeiro a indicação participativa de uma oficina chamada campanha de criação coletiva realizada em 2008. Os elementos sêmicos mais repetidos pelos integrantes do projeto apresentaram o espiral, mais tarde apropriados por uma designer. O espiral tornou-se então o principal elemento de identidade visual do Profito (Fig. 19). Em segundo lugar a aproximação com o Modelo do Mercado Simbólico criado por Inesita Soares de Araújo (2002) trouxe o espiral como elemento de discussão das relações de poder que perpassam as relações de comunicação.

Figura 19: A imagem do espiral como origem da atual logomarca do Projeto Profito

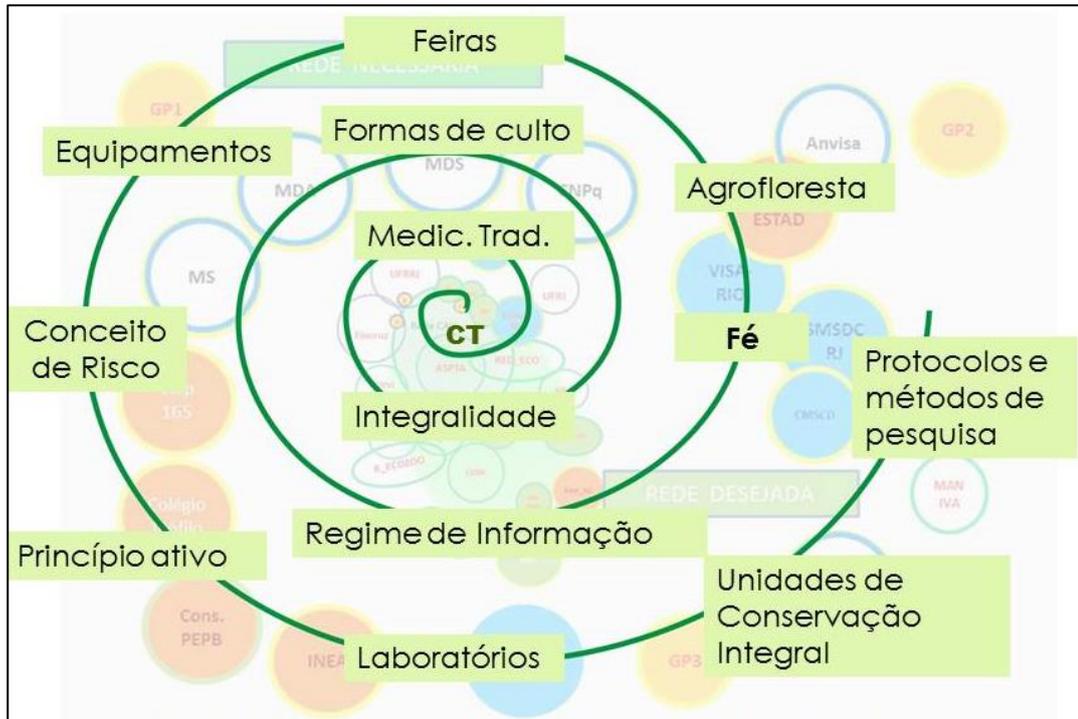


Fonte: Baptista, 2010

E, por fim, encontramos em Fátima Branquinho a representação gráfica de uma rede sociotécnica de plantas medicinais (BRANQUINHO, 2007). Por essa incidência de sentidos nos apropriamos aqui da figura da pesquisadora para registrar que “o fio de Ariadne”, percorre caminhos constantes por sobre as redes de pessoas e organizações (Fig. 20). Não há espaço entre as redes multiníveis. Há momentos diferentes de percepção e análise. Para Branquinho, o seu espiral representa “os quase-objetos que compõe a rede sociotécnica das ervas” (BRANQUINHO, 2007, p. 131).

Nessa livre apropriação utilizamos um lugar central – o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais. Mais próximas desse lugar central as medicinas tradicionais e o princípio de integralidade do SUS. Num segundo escalão buscamos uma representação de simetria entre formas de culto e o regime de informação, assim como o conceito de risco segundo a epidemiologia social e a fé. Tanto o conceito de risco como a fé aparecem com uma vasta diversidade nas interlocuções populares.

Figura 20: Diagrama de rede sociotécnica integrada à rede de pessoas e instituições



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa e da livre adaptação da rede sociotécnica concebida por Fátima Branquinho (2007)

As feiras aparecem em nosso diagrama com um lugar de destaque nesse “fio de Ariadne. Não estão em lugar central, mas em lugar de grande legitimidade para essa ampla negociação de sentidos do uso seguro, sustentável e solidário de plantas medicinais. As feiras são crivadas de objetos, de humanos, de valores, de informação, de comunicação formal e informal, de oralidade. Constituem o ambiente mais complexo de nossa observação participante. Embora tenhamos visitado apenas quatro feiras institucionalidades, a experiência mostra que esses mercados são constituídos pelas redes. Hoje estão aqui e amanhã estarão acolá. Esses mercados são construídos socialmente pelas redes, embora não expliquem sua aparição (LATOUR, 1993).

Numa relação diametralmente oposta às feiras, registramos a presença dos laboratórios. Nada se fez ou se fará sem eles. Através do desafio posto pelo Programa Brasil sem Miséria (BRASIL, 2011) e denominado inclusão produtiva, os laboratórios terão o papel de regular o que se tornará produto nos mercados em ascensão, em especial nas feiras agroecológicas. Assim, entre as novidades construídas horizontalmente por agricultoras e

agricultores e as inovações regidas por um mercado impessoal, muitas redes sociotécnicas poderão ser delineadas.

Nossa observação participantes nas feiras permite afirmar que o conhecimento tradicional é preponderante na comunicação informal. Para Latour a comunicação informal é preponderante nos laboratórios. O que distingue os dois ambientes é que, nos laboratórios, há um alusão constante à comunicação formal. Ou seja, nos laboratórios, o tempo todo estará se fazendo alusão à informação. E, segundo ele, essa informação é cara (LATOUR, 1997). Analisar a natureza, o fluxos e fontes da informação é, nesse sentido, central nesta pesquisa.

#### 4.5 A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O CONHECIMENTO TRADICIONAL EM PLANTAS MEDICINAIS

Esse procedimento metodológico foi inspirado na leitura da obra da pesquisadora Tania Fernandes (2007) que fez uma análise dos grupos de pesquisa com foco em plantas medicinais comparando – os ao total dos GPs do Brasil. Mais recentemente verificamos que Jislaine Guilhermino (2011) em sua tese de doutorado também olhou para o DGP/CNPq ao analisar o sistema de inovação em fitoterápicos. A plataforma tem ferramentas que possibilitam a compreensão de outras características dos produtores de informação científica. Primeiro o interesse específico da pesquisa presente diz respeito a coexistência com o conhecimento tradicional. Então só buscamos grupos que atuavam sob o signo das plantas medicinais e do conhecimento tradicional associado à elas. Inúmeros grupos de pesquisa com atuação impecável em sua área de estudos ficaram de fora apenas porque nosso recorte é a coexistência entre informação científica e conhecimento tradicional. Para verificar a pertinência da análise buscamos verificar até que ponto haveria essa convivência no próprio contexto de produção da informação científica. Ou seja, verificar o que diz a informação científica sobre o conhecimento tradicional.

O diretório de grupos de pesquisas é uma plataforma do CNPq destinada a sintetizar informações e a comunicar o perfil do trabalho dos pesquisadores do Brasil, suas instituições, áreas de interesse e projetos. Cada grupo é formado por uma ou mais linhas de pesquisa, que

por sua vez agregam um ou mais pesquisadores. A plataforma permite a recuperação da informação através do nome dos grupos, das palavras chave e dos títulos das linhas de pesquisa que compõe cada um. Até março de 2014, a plataforma<sup>37</sup> não permitia resgatar dados inseridos nos campos onde se inscrevem seus objetivos, repercussões ou setor de aplicações. Através da busca da palavra chave plantas medicinais foram recuperados 579 registros de grupos de pesquisa. Quando tentamos filtrar para o tema específico “conhecimento tradicional” apenas doze grupos foram identificados. Dessa forma passamos a analisar os diferentes campos em cada uma das linhas de pesquisa desses grupos em busca do perfil desejado.

O primeiro achado foi a percepção das grandes áreas do conhecimento predominante nos grupos que trabalham com plantas medicinais (Tabela 6). Verificou-se a predominância das ciências biológicas. Em segundo lugar vêm as ciências da saúde seguidas de perto pelas ciências agrárias. A atividade de pesquisa estruturada a partir da grande área das ciências humanas e sociais aplicadas é extremamente reduzida nesse setor. Do total dos grupos de pesquisa apenas 1,2% tem como área do conhecimento predominante as ciências humanas. Apenas dois grupos de pesquisas olham para plantas medicinais e seu universo temático a partir dos parâmetros e métodos das ciências sociais aplicadas. Um desses dois grupos pertence ao ICICT, lugar de onde falamos. Trata-se do grupo liderado pela Dra Maria Cristina Guimarães, do Laboratório de Informação em Saúde. Uma das linhas de pesquisa é denominada Informação em biodiversidade e saúde, mantendo plantas medicinais como uma de suas palavras-chave.

---

<sup>37</sup> O Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil recebeu recentemente uma melhoria em seus mecanismos de busca. Sua configuração atual está diferente do período da realização desta pesquisa.

Tabela 8: Distribuição dos grupos de pesquisa por grande área do conhecimento.

Grande área predominante no grupo de pesquisa	Quantidade
Ciências biológicas	228
Ciências da saúde	150
Ciências agrárias	121
Ciências exatas e da terra	66
Ciências humanas	7
Engenharias	5
Ciências sociais aplicadas	2
Linguísticas, letras e artes	0
Total	579

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no DGP/CNPq

Registramos uma abundância de expressões e formas de se referir ao conhecimento tradicional. Voltaremos mais adiante ao tema, porém, no que diz respeito aos grupos de pesquisa verificamos uma noção disseminada através de marcadores como: conhecimento popular, saber popular, conhecimento ecológico, herança popular, tradições orais, conhecimento cotidiano de populações tradicionais e conhecimento botânico tradicional.

Verificou-se a predominância das etnociências como termos descritivos dos grupos e principalmente nomeando linhas de pesquisa. A predominância da etnobotânica pode ser observada na nuvem de tag<sup>38</sup> (Fig. 20) construída a partir do conjunto de palavras chaves dos grupos mais focados em conhecimento tradicional. Essa discussão interessa ao campo da ciência da informação pois é um dos modos pelos quais se torna possível a recuperação da informação. Ou seja, a palavra que descreve é a mesma que permite ao usuário identificar o que busca, agregando conteúdo e formando redes.

A partir das palavras-chave abaixo fica evidente que diferentes metodologias transitam no campo da etnobotânica embora não se identifiquem ou se nomeiem como tal. A etnobotânica é uma junção de métodos etnográficos em relação interdisciplinar com a botânica. É, segundo o vocabulário controlado Descritores em Saúde – DECS<sup>39</sup>, o “estudo do

<sup>38</sup> A nuvem de tags é uma análise estatística da frequência de repetição das palavras, transformando a contagem na dimensão das palavras na figura. O tamanho da palavra expressa a sua repetição. Ferramenta disponível em <http://www.wordle.net/create>

<sup>39</sup> Disponível em <http://decs.bvs.br/>.

conhecimento das plantas e dos costumes agrícolas de um povo. Nos campos da etnomedicina e etnofarmacologia, a ênfase está na medicina tradicional, na existência e usos medicinais das plantas, extratos vegetais e seus constituintes, tanto anteriormente como nos tempos modernos”. Então, por excelência, a etnobotânica e, por extensão, as etnociências estão representando o conhecimento tradicional. Na perspectiva da árvore do conhecimento estão vinculadas à botânica (Fig. 22).

A etnografia, por sua vez, é uma disciplina da antropologia cultural, consiste no “estudo do fenômeno cultural que caracteriza as atividades sociais aprendidas, compartilhadas e transmitidas de um grupo étnico em particular com foco nas causas, consequência e complexidades da variabilidade humana social e cultural” (DECs). Seria de se esperar uma vinculação metodológica entre as duas disciplinas. Isso, porém só aparece nos grupos com alguma raridade.

Figura 21: Palavras chaves predominantes em 47 grupos de pesquisa selecionados. Fonte: DGP/CNPq



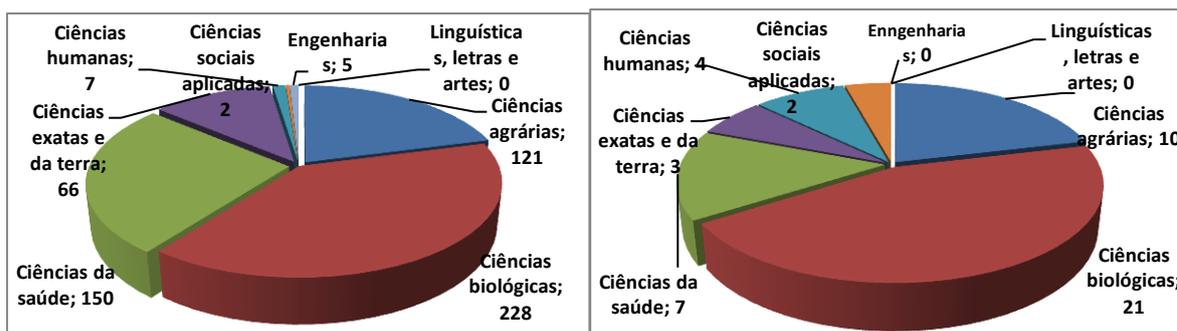
Fonte: Elaboração própria a partir da reunião das palavras chave dos 47 grupos de pesquisa selecionados e submetendo à ferramenta de produção da nuvem de tags do Wordle.Net.

Adicionando as palavras conhecimento tradicional como um tema específico de nossos interesses, como refinamento da busca junto aos grupos inicialmente identificados, foram filtrados apenas 12 grupos; Buscando plantas medicinais + conhecimento local, retornaram outros 12 grupos e por fim com a adição de saber popular, recuperamos a informação de

quatro grupos de pesquisa. Isso ocorreu porque, como descrito acima, apenas determinados campos são objeto de busca na plataforma DGP/CNPq.

Consultamos então cada um dos 577 grupos de pesquisa para uma análise mais acurada do papel do conhecimento tradicional e termos similares enquanto objeto de pesquisa. Verificamos então que 47 dos grupos (Fig. 21) não só tratavam do tema como tinham alguma relação de reciprocidade com os povos e comunidades tradicionais detentores desses conhecimentos. Proporcionalmente as áreas com menor presença do conhecimento tradicional enquanto objeto de pesquisa, foram as ciências da saúde e as ciências exatas e da terra, respectivamente com 4,7 % e 4,54%. Enquanto as áreas biológicas e agrárias correspondem a 9,28% e 8, 24% de grupos com atuações específicas no tema plantas medicinais. Confirmando os pressupostos iniciais, as humanas e sociais aplicadas correspondem a uma proporção maior de inclusão do tema como objeto de pesquisa, uma vez que a relação sujeito-objeto nas ciências humanas tem centralidade histórica na pessoa, seus modos de vida, suas relações e sociedade em que está inserida. São poucos grupos que tratam de plantas medicinais, mas os que o fazem dão lugar privilegiado ao conhecimento tradicional.

Figura 22: Gráfico comparativo entre o total dos grupos de pesquisa sobre plantas medicinais distribuídos por área do conhecimento. À direita a relação entre os grupos de pesquisa de cada área do conhecimento que citam o conhecimento tradicional.



Fonte: Elaboração própria a partir do DGP/CNPq

Como já descrito, a Convenção da Biodiversidade assinada pelo Brasil e outros países durante a Rio 92 foi o marco histórico que obrigou a considerar o direito desses povos

e comunidades tradicionais no ambiente da pesquisa. Foi esse o momento histórico do reconhecimento e acolhimento ao conhecimento tradicional. Que passa de fonte a ator central no acesso aos recursos genéticos da biodiversidade. Então seria justificável o surgimento de diversos grupos voltados ao conhecimento tradicional ou a inclusão dessa palavra chave em grupos pré-existentes. De certa forma a pesquisa demonstra isso.

Verificamos que apenas um dos quarenta e sete grupos selecionados é anterior à assinatura da CDB. Trata-se do grupo Farmácia da Terra (FARTERRA), da Universidade Federal da Bahia, criado em 1988, portanto quatro anos antes do Brasil ratificar a CDV. Atualmente é liderado pela Dra Mara Zélia de Almeida, pesquisadora da área de Farmácia. Outros dois foram criados em 1993 tendo, portanto mais de 20 anos de atuação: Um deles é denominado “Medicina veterinária preventiva e saúde pública”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O segundo é da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e tem o nome de “Plantas Medicinais”. Outros 14 grupos tem mais de 10 de existência. Dez deles tem entre 5 e 10 anos de operação e dezoito deles existem há menos de cinco anos. Registramos que entre o início dessa pesquisa e o momento final de análise e síntese, quatro novos grupos de pesquisa surgiram ou adicionaram plantas medicinais em suas linhas e escopo de pesquisa. Estão, no entanto, fora de uma análise mais acurada por parte desse trabalho, mas indicam um interesse crescente no tema das plantas medicinais.

Os grupos de pesquisa selecionados foram classificados por sua relevância para o perfil desse trabalho. Consideramos de alta relevância os grupos que apresentavam o tema conhecimento tradicional como objeto de pesquisa, ou como palavra-chave, aparentando reciprocidade com os povos e comunidades locais ou tradicionais. Ao mesmo tempo sugerindo certa complexidade na análise, evidenciada pela multidisciplinaridade ou pela metodologia apresentada.

Os de média relevância foram considerados aqueles que citando conhecimento tradicional ou termos similares, apresentavam uma maior simplificação nos aportes disciplinares e nem sempre apresentando uma atitude recíproca. Os de baixa relevância anunciam um interesse no conhecimento tradicional ligado a plantas medicinais e, ao mesmo tempo, não sustentam esse foco nas áreas e subáreas do conhecimento que se integram à linha de pesquisa ou a sua metodologia não deixa antever como atingiriam esse ideal. Registramos

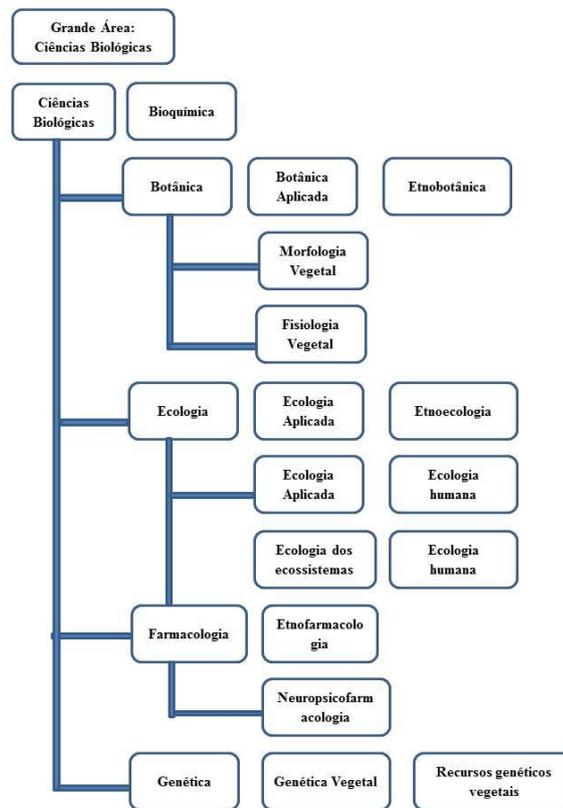
como restrição ao procedimento utilizado na busca que nem sempre ocorre um registro acurado na plataforma. Desse modo, os resultados são do que está registrado e não necessariamente do que acontece nas rotinas dos grupos.

Vinte e dois desses grupos foram classificados como de alta relevância. Quatro deles podem ser tomados como focos, espelhos por sua identidade quase total com a experiência em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro. Desses quatro, três têm como área predominante as ciências humanas.

Iniciamos a análise desses quatro grupos-foco falando das árvores do conhecimento em determinadas linhas de pesquisa ou no conjunto de linhas do grupo. O primeiro integra as ciências agrárias, com a subárea da medicina veterinária às ciências humanas, e especificamente à antropologia. Todos os outros três já trazem a predominância das ciências humanas. O segundo tem como configuração a sociologia e especificamente a sociologia do conhecimento postas em interação com as subáreas das ciências biológicas, a ecologia, a ecologia aplicada e a etnoecologia.

Outro dos quatro grupos-foco configura sua multidisciplinaridade em diferentes linhas de pesquisa. Uma trazendo as ciências humanas na educação, especificamente no ensino-aprendizagem e foco nas técnicas de ensino. Em outra linha as ciências biológicas, outra contemplando as ciências da saúde e uma quarta linha de pesquisa destinada às ciências agrárias. O estudo da árvore do conhecimento em cada no conjunto das linhas de pesquisas dos grupos selecionados permite cotejar as possibilidades de pesquisa com os problemas informados pela prática no contexto do Projeto Profito. Elaboramos uma figura representativa da área de biologia (Fig. 22).

Figura 23: Árvore do conhecimento da área biologia em 47 grupos de pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir da análise das árvores do conhecimento em 47 grupos de pesquisa.

E, finalmente, o grande destaque da busca foi um grupo de pesquisa aqui tratado como de altíssima relevância. É um dos raros grupos que tratam de plantas medicinais e ao mesmo tempo trazem a comunicação para sua investigação. Trata-se do grupo chamado Cidade, Aldeia e Patrimônio, da Universidade Federal do Pará, que traz simultaneamente duas áreas do conhecimento como predominantes: Ciências Humanas → Antropologia e as Ciências Sociais Aplicadas → Comunicação. Não apenas pela presença da comunicação, mas por outras similaridades ele pode ser considerado um espelho para a continuidade desse trabalho. Conforme anunciam:

Ao considerar a Cidade e a Aldeia evita-se a hierarquização e usa-se da Etnologia para produzir novas visões sobre a Amazônia, sem desprezar a tradição em favor do novo, usa-se da tradição para inventar o novo, experiência que se constitui orientação de vida e trabalho. Estudar direitos diferenciados, sociabilidades diversas, alianças e famílias, gênero e gerações, cuidados com a saúde e a doença é produzir Etnologia implicada com os destinos da região, pois as interfaces são cuidadosamente esculpidas a partir

da pesquisa, permitindo trabalhar no campo da Educação Patrimonial e em Saúde. (Grupo de Pesquisa Cidade e Aldeia)

Da busca junto aos demais grupos selecionados surgiram cinco categorias de análise: a reciprocidade, a presença da informação ou comunicação, a territorialidade e, por fim, a multi → interdisciplinaridade. Explicamos essas categorias nos próximos parágrafos.

Alguns pesquisadores se dedicam a simples coleta de dados e informações derivadas do conhecimento tradicional associado à biodiversidade. Buscam tão somente o acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade estando sujeitos ou não ao CGEN. Não é essa a discussão desse trabalho. Outros pesquisadores, ao invés disso, buscam beneficiar o próprio detentor desses conhecimentos em uma dimensão comunitária ou territorial. Dessa distinção nasceu a categoria aqui descrita como reciprocidade para identificar o perfil dos grupos de pesquisa. Consideramos nessa categoria aqueles grupos com uma declarada disposição socioambientalista, aqueles que tratam da saúde e Cuidado com os povos e comunidades estudadas, que buscam a inserção econômica dos produtos desses povos ou que defendem o “modo de vida como balizadores do desenvolvimento regional”. A preocupação recorrente com o resgate, a preservação da tradição alia-se a uma busca da articulação entre os saberes científicos e as tradições orais.

Quanto ao tema saúde é altamente considerado mesmo entre os grupos que não tem o conhecimento tradicional como objeto de estudos em suas linhas de pesquisa. Há uma recorrência no interesse de utilizar plantas medicinais na promoção da saúde. Alguns naturalmente têm uma noção difusionista, no sentido de difundir conhecimento, boas práticas ou defender a tríade qualidade, eficácia, segurança. Outros anunciam que existe um empirismo que pretendem evitar com as práticas científicas. Esse conceito não se coaduna com a visão da construção social do conhecimento. Ainda assim é de muita relevância o papel da saúde e do SUS nesses grupos. Um deles chega a essa inter-relação ao sugerir que “vislumbramos estratégias de cunho metodológico que resgate o saber e práticas tradicionais de utilização de plantas medicinais, articulada ao percurso terapêutico descrito pelas

populações de formas de adoecimento e cura”<sup>40</sup> (Grupo de Pesquisa em Medicamentos, Saúde e Sociedade).

A segunda categoria aplicada aos grupos está na presença da informação ou da comunicação como premissa, ou objetivo. Embora muito invisibilizadas as áreas da informação e da comunicação aparecem aqui e ali. Surge uma preocupação com o repasse de informação e com “recuperar informações em comunidades (negras, índias, coloniais e mestiças) e divulgar por meio de eventos, cartilhas, oficinas e cursos”<sup>41</sup>. Associa-se o desenvolvimento de projetos de inclusão social ao acesso à informação além do cultivo e uso racional das espécies medicinais do cerrado<sup>42</sup>.

Um dos grupos mais reconhecidos nacional e internacionalmente, denominado Química dos produtos naturais<sup>43</sup>, propõe-se à trabalhar com “análise de informações de campo em comparação com dados científicos e tecnológicos, visando apoiar o desenvolvimento de projetos multidisciplinares”. Em suas palavras-chaves enfatiza: informações científicas sobre usos tradicionais; informações de campo sobre usos tradicionais; informações tecnológicas sobre usos tradicionais.

Essa categoria aparece mais focada no GP Estudos de informação e avaliação em ciência e tecnologia e saúde (ICICT/FIOCRUZ), na linha Informação em Biodiversidade e Saúde. Esse grupo não trata especificamente da expressão conhecimento tradicional. Enfatiza, no entanto "Estudar os fatores, políticos, técnicos e científicos que determinam a formulação da agenda de pesquisa em saúde no Brasil, propondo modelos de intervenção que possibilitem uma convergência da agenda de pesquisa com as necessidades de saúde da população".

Comunicação, por outro lado, é ainda menos considerada nos grupos de pesquisa, mesmo os selecionados. O GP Cidade, Aldeia e Patrimônio, já citado, é um dos poucos que abraça a comunicação ao tratar do assunto. Entre aqueles que não trabalham com o tema “conhecimento tradicional” e, portanto não selecionados precisamos anunciar o trabalho de alguns grupos como o Grupo de Estudos e Pesquisas de Plantas Aromáticas, Medicinais e

---

40 Grupo de Pesquisa em Medicamentos, Saúde e Sociedade

41 Plantas Medicinais e Homeopatia

42 GP Conservação do Cerrado

43 Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR)

Tóxicas (Geplamt) e o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid). O primeiro trata da popularização da ciência, articula informação e comunicação e qualifica o material de divulgação destinada à sociedade anunciando textos bem simples. O Cebrid possui também uma linha de pesquisa especificamente voltada para a divulgação de informações para a população em geral, através de livretos informativos, boletins periódicos, banco de publicações sobre drogas de autores nacionais, atendimentos individualizados (cartas, e-mails, telefonemas, etc.) além de entrevistas, palestras e cursos.

A penúltima categoria é território. Para o campo de experimentação que recebeu o nome de Profito, território tem sido empiricamente trabalhado como a única possibilidade de lida com a unidade, frase emblemática de Milton Santos e outra autoras (1994) que tem orientado nossos esforços. Alguns grupos são específicos na citação, como por exemplo, o Núcleo de estudos em comunidades e povos tradicionais e ações socioambientais (NECTAS) que “estuda territórios contemplando a condição de ruralidade como relação mais direta com a natureza; quer como fonte de produção material, quer como referência cultural no desenvolvimento humano”.

Outros apenas identificam uma região ou um recorte territorial específico. Nesse sentido citamos o caso de um grupo que diz: “os pesquisadores que estudam o meio físico fornecerão subsídios para o entendimento da relação entre o meio biótico e abiótico, nos permitindo entender a dinâmica e funcionamento desse sistema, dessa unidade de estudo que é a bacia do lago Tupé. Isso nos proporcionará a compreensão do todo”. Embora não apareça essa expressão território, inferimos que essa unidade de estudo é um território.

A multidisciplinaridade é um tema recorrente entre muitos dos grupos de pesquisa, mesmo entre os não selecionados aqui. Textualmente há alegação de multi, inter ou transdisciplinaridade em 62 grupos não selecionados. Dos 47 selecionados, dezenove alegam e demonstram que utilizam métodos ou conteúdos de diferentes disciplinas para atingir seus objetivos de pesquisa. Parte dessa multidisciplinaridade é a integração com ciências cujos princípios e métodos são bem parecidos. Exemplificamos com um grupo que integra a química, a farmacologia, a toxicologia, a imunologia e a parasitologia. Essa é a multidisciplinaridade típica. Outros grupos admitem a busca por um caminho metodológico

ainda mais complexo, com a possibilidade de criar resultados para a própria epistemologia. Vejamos o que um grupo apresenta ao dizer:

Constroem-se conhecimentos interdisciplinares entre ciências naturais e sociais, de modo que as repercussões dos trabalhos do grupo, apoiados nessa concepção de pesquisa, são tanto de natureza teórica como metodológica: produz conteúdo teórico-reflexivo sobre diferentes temas e, na medida em que inclui o pensamento complexo como fundamentação epistemológica e acolhendo procedimentos técnicos do pensamento positivo, exercita a formulação de novas metodologias (Fonte: DGP/CNPq).

Assim como a experiência local do Profito, essa complexidade disciplinar parece ser condição para aplicação e resolução de demandas populares no que diz respeito a plantas medicinais. O mesmo grupo descrito acima admite isso na aplicabilidade de seus resultados:

Suas repercussões são também de natureza aplicada, gerando subsídios para políticas públicas sobre: qualidade socioambiental, desenvolvimento rural, relações e coexistência entre o rural e o urbano, condições periurbanas, no território. Além de poderem subsidiar o planejamento local e regional suas repercussões são também de difusão do conhecimento através de ação de extensão em comunidades e setores profissionais.(Fonte: DGP/CNPq).

Outro grupo admite que institucionalizar a interdisciplinaridade é uma das repercussões desejada. Outro, de forma análoga anuncia que a formação multiprofissional favoreceu o intercâmbio interinstitucional. A parceria dentro da universidade e com organizações não governamentais é também um resultado da interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade praticada pelo grupo consegue integrar a etnometodologia/etnografia, através de parcerias com a antropologia social da Universidade, às práticas de criação, prevenção e de cura em produção e saúde, (...), mormente pelo emprego de plantas medicinais, condimentares e aromáticas entre outros recursos que integram o saber/cultura popular no meio rural. (...) Organizações Não Governamentais também são parceiras em atividade relacionada a alimentos no meio rural, sua sustentabilidade ecológica, econômica, social e cultural, com qualidade sanitária, na perspectiva da atenção primária em saúde e da agroecologia. (Fonte: DGP/CNPq).



empoderamento dos detentores de conhecimentos tradicionais. Possibilita abrir espaço para a constituição de um trabalho respeitoso a diferentes formas de fazer ciência com horizontalidade entre os saberes. Ilustra o fato de que as diferentes áreas são todas produtoras de informação científica, e, como diz Bruno Latour (2010), o que predomina no mais asséptico laboratório é a comunicação informal. Então, se trata de investigar os mesmos fenômenos a partir de outros lugares de interlocução.

#### 4.5.1 Os periódicos científicos – elementos da rede sociotécnica

Além de observar o ambiente da produção da informação científica, trouxemos para o escopo dessa pesquisa a análise dos instrumentos de circulação dessa informação. A comunicação científica ou comunicação pública da ciência (ARAÚJO e CARDOSO, 2007) tem um papel privilegiado na construção social do conhecimento. Os periódicos são um elemento importante para a concepção de rede sociotécnica. Segundo Latour (1997), a conversa informal predominante nos laboratórios de pesquisa sempre se referia a algum artigo publicado em revistas renomadas (LATOURE, 1997,46). Aliás, segundo ele, alguns aparelhos estrategicamente instalados nos laboratórios seriam chamados de inscritesores na medida em que sua função era produzir artigos e literatura ( LATOURE, 1997, 43).

Realizamos uma busca na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Seus mecanismos de busca contemplam os registros inseridos nos campos do título, assunto e no resumo. Acrescentamos o acesso à plataforma específica dos periódicos de acesso livre, investigando o *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, *El Boletín Latinoamericano y Del Caribe De Plantas Medicinales* (BLACPMA), *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais* (RBPM), *Revista Brasileira de Farmacognosia*.

Na BVS identificamos 53 846 artigos e teses orientados a à plantas medicinais. Ao utilizar o termo conhecimento tradicional para refinar a busca recuperamos 50 artigos, ou seja, menos que um milésimo do total dos arquivos. Contrapomos a esse dado outro, de Geoffrey A.

Cordell, da Universidade de Chicago, que cita pesquisa de Farnsworth (ano) e outros afirmando:

That globally there were 119 compounds from 90 plants which were used as single entity medicinal agents. Significantly, 77% of these were obtained as a result of examining the plant based on an ethnomedicinal use, and are employed in a manner that approximate that use. (...) There is in both medicine and pharmacy, not to mention in the lay public, a serious lack of acknowledgment and appreciation that such compounds continue to come from natural sources<sup>44</sup> (FARNSWORTH et al., 1985 apud CORDELL, 2000).

Além desse resultado acrescentamos que 97% do total dos artigos identificados na BVS estão em base de dados internacionais (52 251). Nas bases de dados brasileiras apenas 156 artigos. Novamente outro dado se compara a esse, sabendo que o Brasil é o país mais citado quando o assunto é a região de acesso ao conhecimento tradicional. No ranking, antes do Brasil aparecem apenas os continentes Ásia, América do Sul, África e Europa em ordem decrescente. Segundo Jislaine Guilhermino, “ Brasil é líder absoluto em publicações internacionais em plantas medicinais na América Latina (41,6%)” (GUILHERMINO, 2011, pág 85).

Na busca feita na plataforma própria de cada um dos periódicos selecionados permanecemos com o duplo procedimento: plantas medicinais como primeira palavra de busca e em seguida utilizamos conhecimento tradicional como refinamento da busca. Em alguns periódicos utilizamos também a *tag* conhecimento popular. Ao analisar os títulos dos artigos descobríamos repetições, ou seja, o artigo era simultaneamente marcado com os dois termos de busca. Abandonamos o procedimento para evitar duplicidade de esforços. Por outro lado essa duplicidade confirmou um de nossos pressupostos discutidos acima quando apresentamos o conhecimento popular como sinônimo de conhecimento tradicional disseminado.

---

<sup>44</sup> Globalmente, existem 119 compostos de 90 plantas que foram usadas como medicamentos. Significativamente, 77% dos quais foram obtidas, como resultado da análise da planta com base numa utilização etnomédica, e são utilizadas de um modo que se aproxima da utilização. (...) Há em medicina e farmácia, para não falar no público leigo, uma grave falta de reconhecimento e valorização do fato que esses compostos continuam a vir de fontes naturais. (Tradução própria).

Ao fim da análise dessa primeira fonte de dados secundários percebemos a invisibilidade das ciências humanas e sociais na rede nacional de pesquisa sobre plantas medicinais. Como demonstrado acima, a etnografia é um estudo da antropologia e por extensão é o tipo de conhecimento das áreas humanas e sociais comumente consideradas ciências moles em contraposição às ciências duras<sup>45</sup>. No entanto, a associação com as ciências ditas duras parece predominar os aspectos típicos das ciências duras, ou seja o número reduzido de hipóteses capaz de dar tratamento estatístico aos seus resultados. A verificação dos estudos de etnobotânica sugere uma predominância de estudos quantitativos, uma visão a ser aprofundada em estudo posterior. Aparentemente são bastante valorizados na busca de novas moléculas e germoplasmas que tendem a subsidiar a busca por produtos ou patentes. No mesmo mecanismo de busca, 233 grupos de pesquisa são voltados para produtos e processos biotecnológicos como setor de aplicação de seus resultados. Trinta e seis por cento dos grupos com palavra chave “etnobotânica” e 100% dos grupos com palavra chave “etnofarmacologia” estão voltados para a geração de produtos.

---

<sup>45</sup> Segundo Latour as ciências duras são assim chamadas por selecionarem em seu rol de explicações um número reduzido de hipóteses. As ciências moles tem tal número de possibilidades de explicação que tornam difícil seu enquadramento na dita objetividade das exatas e biomédicas.

## **5 ELEMENTOS CRÍTICOS PARA APOIO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INCLUSÃO PRODUTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES**

O convite feito aos agricultores do Maciço da Pedra Branca para participação em um projeto institucional descortinou uma série de situações ligadas ao contexto da participação política em si. Trouxe à tona as demandas prioritárias do grupo específico que passou a integrar o projeto. Abriu um leque de ações e lutas difíceis de serem incorporados em um único projeto. Essa iniciativa do Profito abrange um conjunto de ações e serviços que são as manifestações locais das políticas nacionais ligadas a plantas medicinais. Essas políticas aparecem fragmentadas no plano nacional. Essa fragmentação se agrava no local. Diante disso, os resultados dessa pesquisa-ação apontam a necessidade de territorializar essas manifestações públicas (populares e científicas) relacionadas a plantas medicinais.

Nessa perspectiva, o presente capítulo aponta algumas medidas práticas, bem como os elementos críticos para que as ações populares ou serviços públicos relativos a plantas medicinais tenham essa dimensão territorial. 1. O regime sociotécnico implícito nas políticas de comunicação dos diferentes atores, principalmente os que atuam na dimensão do público (o sus, as universidades, etc). plano de comunicação que tenha a feira como esse espaço central de trocas simbólicas

A reunião participativa final da pesquisa construiu coletivamente uma nova deliberação que foi descrita no documento denominado Consenso de Queimados. Resumimos a demanda apresentada por aquele coletivo como a identificação de um território de reciprocidade ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais como elemento do sistema agroalimentar da região metropolitana do Rio de Janeiro. Diversas ações são necessárias para encaminhar essa demanda. Alguns ligados à prática da agricultura, outros nos setores da saúde, da educação, pertinentes à agroecologia em redes. Para o escopo dessa pesquisa, os campos da informação e da comunicação tecem os vínculos entre os demais setores e constituem a rede apontada.

Os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa foram participativos e isso diz respeito principalmente a pessoas. Por isso, a rede delineada nesse processo é, sobretudo

uma rede de pessoas. É formada por elementos humanos, mas, em geral, está vinculada a uma institucionalidade. E, em cada um desses vínculos institucionais há um regime sociotécnico que constitui a atuação das pessoas nas redes. Observamos e descrevemos como resultados os diferentes paradoxos entre a informação científica e o conhecimento tradicional nessas interações simbólicas entre os diferentes atores. Um dos elementos críticos que desejamos destacar é justamente esse.

Percebemos que é possível que, ao tratar de plantas medicinais, a instituição torne visível, legível e audível o seu sistema de valores, o seu entendimento sobre essas ambiguidades. Constatamos que há uma distância entre o que as pessoas falam em nome da instituição e o que praticam. Preconizamos que, um anúncio explícito do regime sociotécnico por parte das instituições pode contribuir para uma interação mais efetiva entre agentes públicos e comunidades tradicionais.

A atuação com políticas e serviços ligados a plantas medicinais traz um imperativo de lida com o conhecimento tradicional. Concluimos que é importante clarificar isso. Isso deve constar nos planos de comunicação e informação das instituições públicas. Parece ser uma das condições para a reciprocidade ao conhecimento tradicional. E essa ação se passa no campo da comunicação seja ela formal ou informal. Nos setores públicos se torna possível inferir o sistema sêmico institucional. Ou seja, qualquer iniciativa ligada a plantas medicinais precisa prover formação para seus próprios agentes sempre que esses precisarem do relacionamento com os detentores do conhecimento tradicional disseminado ou associado à biodiversidade.

Quando a comunicação se refere à participação social ou política. Ela tem a função de dar sentido aos temas de intervenção. E produzir sentido se refere a processos de interlocução e não apenas ter acesso a um pensamento institucional hegemônico. Esses processos dependem de uma descentralização de práticas e recursos comunicativos destinados à população de quem se requer a participação. Os planos institucionais de comunicação e informação bem como o seu orçamento precisam refletir seu sistema sêmico ou seu regime sociotécnico. Ou seja, o público é intrinsecamente vinculado a reciprocidade e isso se refere a política de comunicação informação e a todo o regime sociotécnico.

Diante disso construímos coletivamente a demanda por essa descentralização da comunicação em saúde relacionada a plantas medicinais na região metropolitana do Rio de Janeiro. O Consenso de Queimados anunciou “Queremos pautar as plantas medicinais nas políticas públicas e usá-las em nosso dia a dia. No entanto que seja para todos e coletivamente, e não para um pequeno grupo ou de forma não transparente”. Ou seja, está solicitando inclusão e transparência. Está demandando investimentos específicos em comunicação. Já que é a comunicação, o setor que dá publicidade aos fatos e oportunidades.

Por outro lado, como há interesses diversos em disputa é necessário que essa comunicação seja multicêntrica. Ela deve atender aos diferentes grupos de interesse: a quem cultiva, aos que beneficiam essas plantas, a quem comercializa. Quem consome também de certa forma comunica seus vínculos com o produto. O consumo pode ser encarado como um feedback, um diagnóstico dos vínculos com o conhecimento tradicional. Precisa ser acatado pelas instituições que tem o dever de promover a saúde coletiva.

Esse grupo de interesse envolvido na saúde coletiva, seja em unidades de saúde, laboratórios ou agentes da vigilância sanitária, precisa de uma política de comunicação em saúde para atender a todos os seus públicos. É potencialmente nesse setor que aparecem os maiores conflitos na interlocução entre esses atores públicos do campo biomédico e os detentores dos conhecimentos tradicionais. Trazer à luz, eventualmente através de uma campanha, a dimensão do direito à expressão cultural pode amenizar potenciais rupturas. É importante relacionar também o princípio da integralidade do SUS com sua dimensão de Cuidado associado ao princípio da dádiva.

Um sentido novo foi conferido às feiras no campo da agroecologia. Percebemos esses pequenos mercados constituídos socialmente como nós de uma grande rede sociotécnica criada e recriada constantemente. A feira é um ponto de articulação entre os diferentes segmentos ligados as plantas medicinais nessa baixa complexidade do uso tradicional ou ligado ao sistema alimentar. É um espaço público que proporciona diferentes lugares de interlocução. Ali, por exemplo, o agricultor está em sua posição central. Ali ele tem o conhecimento e o poder de fazer crer. Tem o poder simbólico. Ao mesmo tempo a cultura da oralidade está presente na feira para todos os segmentos e pertencimentos.

Diante disso um elemento crítico para a inclusão produtiva é a constituição um plano de comunicação que tenha a feira como esse espaço central de trocas simbólicas. E, que, ao mesmo tempo seja capaz de animar os diferentes trânsitos e fluxos de infocomunicação. Nesse sentido sugerimos a continuidade da tecnologia social em desenvolvimento no Profito, desde 2010 e baseada nesses conceitos de comunicação. É uma integração entre a ação comunitária, a pesquisa e a extensão universitária com uma experimentação em feiras agroecológicas.

Essa ação ocorreria basicamente em três processos. O primeiro é a criação do vínculo entre o universitário-extensionista e os agricultores. Nessa etapa, o estudante se insere na rede social do agricultor. Para isso, participa de outros eventos além da feira. É o caso da participação nas festas locais, nos encontros, eventos, nas reuniões dos conselhos locais de políticas públicas, como o Consea-Rio e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Queimados. Colocamos assim em movimento um fluxo retroalimentando práticas → teoria → reflexão → práticas.

A partir desse exercício passaríamos a constituir processos de mediação participante, de um lado visualizando as iniciativas e demandas comunicativas, de outro lado comunicando oralmente as informações veiculadas em meio digital. A disponibilidade de impressos com maior número de imagens, textos sintéticos e com uma tipo de letra que facilite a leitura também pode consistir numa tecnologia leve a ser melhor apropriada pelo grupo. Essa experiência foi realizada no Maciço da Pedra Branca com os jornais murais. Em outros territórios há iniciativas similares. A novidade é fazer da feira o principal centro de produção e circulação desses impressos.

Há, no território em questão, experiências de descentralização da comunicação com tecnologias de baixo custo. Em uma dessas experiências foram distribuídas três câmeras fotográficas de baixo custo para duas feirantes e uma terceira para um grupo de jovens organizados nas redes de agroecologia. Os experimentadores nos devolvem os arquivos. Nessa devolução relatam oralmente as motivações e contextos das imagens. Essas narrativas são gravadas e associadas às imagens. A culminância dessa ação será a divulgação das imagens no *site*, uma exposição fotográfica nas feiras. As imagens e conteúdos colocados no *site* serão divulgados em um boletim bimestral a ser distribuído nas feiras.

Dentro desse plano de comunicação experimental, a informação científica e tecnológica precisa ter um tratamento específico. Como identificamos aqui há uma vasta produção de pesquisas sobre plantas medicinais. No entanto, a comunicação pública dessa ciência não é objeto de planejamento, orçamento. Não ocorre nas ações e serviços locais das políticas de plantas medicinais a devida popularização da ciência. Quando a participação popular é um norte essa ação de divulgar a ciência numa linguagem adequada e com meios também adequados ao perfil sociocultural de seus usuários se torna um imperativo.

Alguns críticos consideram que isso vai alterar o conhecimento tradicional. Associam o tradicional ao passado. Como algo cristalizado, pronto e acabado. Consideramos dois aspectos ao contrapor essa crítica: o direito à informação e do modo de construção do conhecimento tradicional.

Nesse campo da pesquisa científica identificamos três tipos de fragmentação. A primeira, mas conhecida e já bastante estudada é disciplinar. Por seu caráter acadêmico voltaremos a ela no próximo capítulo. As duas fragmentações são setoriais e institucionais. Exemplificamos com o objetivo específico do Profito em 2006. Gerar renda através da comercialização e plantas medicinais cultivadas em sistemas agroecológicos. Diversos setores são invisíveis nesse simples enunciado.

A rede sociotécnica delineada é também um modo de enfrentar a fragmentação institucional. A mandala disciplinar criada pela pesquisa tem uma função acadêmica, mas também pragmática. Será utilizada para diagnosticar o estado do conhecimento local, o perfil dos atores no território e identificar os vazios do conhecimento. A partir desse diagnóstico novas competências locais podem ser estimuladas. Desse estímulo, novos conhecimentos socialmente construídos são gerados.

A melhor forma de agregar conteúdo difuso é a internet. Não há como negar a importância da rede mundial de computadores na possibilidade de construir um conhecimento em redes. A pesquisa demonstrou que as palavras chaves fazem esse papel agregador de conteúdos. Há uma defesa a ser feita das *tags* como formadoras de redes globais. E, por formá-las também permitem o seu mapeamento e diagnóstico. A segunda e mais comum

forma de agregar ou integrar conteúdo originado de fontes diversas é a criação de um único *site*.

O Programa Profito Agrobiodiversidade, gerenciado pela UFRRJ, é a versão mais recente e ampliada do projeto Profito Pedra Branca. Em suas metas está a implantação do *site* [sertaocarioca.org.br](http://sertaocarioca.org.br). Esse *site* busca atender algumas funções. Uma delas a popularização de informação científica originada no ambiente multidisciplinar já citado. E, nesse sentido põe em circulação conteúdo que atende aos direitos de agricultores e consumidores. Ao mesmo tempo integra a própria rede de pesquisa. A segunda função é a criação de uma rede virtual como materialidade das redes sociais identificadas nas feiras. O *site* também servirá de plataforma para tecnologias promotoras da mediação escrita-oralidade: arquivo de áudios, vídeos artesanais ou não, cartografia social, imagens registradas pelos próprios agricultores.

O lançamento do *site* vai inaugurar o terceiro processo: a experimentação de tecnologias leves na mediação com os eletroeletrônicos que farão o fluxo informacional acontecer. Mas esse é um elemento crítico para a participação políticas nesse setor tão intensivo de informação científica. Falta inclusão digital e mais que isso, há o perfil cultural dos integrantes dessas iniciativas locais. Tratamos da cultura da oralidade como predominante em determinados territórios. A internet, por outro lado, é um meio com predomínio de uma informação altamente codificada e escrita. Surge então uma necessária mediação do meio. Se a internet é um meio, transmitir através da comunicação oral, o conteúdo iternáutico é mais uma mediação. Por isso a expressão: “mediação do meio”.

Nessa tentativa de atender a esses elementos críticos, iniciaremos um processo de avaliação continuada onde agricultores e consumidores irão criticar e apontar soluções para os problemas que certamente surgirão. Ao fazerem essa crítica eles estarão construindo conhecimento e se apoderando das tecnologias e dos meios materiais para a consolidação da tecnologia social em curso. E, por fim, uma pesquisa científica com metodologias participativas fará a análise final da experiência. Analisará a oralidade materialmente registrada nos áudios e vídeos e veiculada nas feiras. A análise discutirá também o acesso a informação por esse público e a adequação desse acesso à cultura da oralidade.

A inclusão desse conteúdo de diferentes áreas do conhecimento em um único *site* onde diferentes setores dialogam a respeito pode se utilizar dos acúmulos da ciência da informação. Desse modo, essa atividade pragmática que é a criação de um *site* pode se nutrir de pesquisas científicas e retroalimentar essas pesquisas gerando novos objetos e problemas. Alguns elementos para novos intervalos de pesquisa científica serão abordados na conclusão, cujo caráter é acadêmico.

## 6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa qualificou seu objeto desvelando diferentes níveis ou camadas de investigação necessária ao entendimento mais completo do problema. Não houve uma intenção de generalização ou transferência de resultados. Por outro lado, trata-se de uma configuração particular. Os resultados aqui apresentados servem à construção do conhecimento local, contextualizado e territorializado. As suas diferentes facetas têm o território como elemento unificador.

O nível das práticas ou da ação local foi trabalhado através da livre apropriação da sistematização como técnica de pesquisa-ação. Esse procedimento serviu à participação política dos integrantes do Profito. Ter como pressuposto que a prática ou a ação territorializada é um lugar de construção do conhecimento é algo comum às inúmeras pesquisas mundo a fora. Ligamo-nos a uma rede global de pesquisa que desconhece um conhecimento atópico, de lugar nenhum, descontextualizado ou até universal. Pelo contrário essa rede parte do conhecimento tradicional e retorna a ele num ciclo virtuoso de construção do conhecimento.

A investigação sobre a participação nas ações locais das políticas públicas orientadas á plantas medicinais teve como núcleo central a comunicação informal como trânsito de diferentes sentidos já dados ou aqueles conhecimentos em construção. Cada um desses fios, dessa teia comunicativa tem fontes diversas que se confundem e se entrelaçam. Relembramos o conhecimento tradicional local e ecológico como fonte derivada da memória criada e recriada constantemente. Outra fonte revista aqui foi a informação científica, mas não podemos deixar de lembrar o papel que o senso comum da ciência tem na constituição de sentidos. Essas fontes têm esse sentido macro e têm seus atores no território utilizando majoritariamente a comunicação oral.

Relembrando o problema que originou essa pesquisa foi a coexistência entre a informação científica e o conhecimento tradicional nas práticas de comunicação informal nessas redes e, em especial nas feiras agroecológicas da região metropolitana. A observação

participante realizada permitiu identificar essa relação entre um tipo de conhecimento codificado, predominantemente escrito e outro de transmissão oral e com predomínio do conhecimento tácito.

Essa maior incidência da comunicação oral ocorre em toda a cadeia produtiva de plantas medicinais. Sobretudo as feiras são lugar dessas múltiplas vozes e saberes enunciantes da polifonia. São tantos os assuntos e interpretações que constantemente se perde o “fio da meada” da observação participante. Como anunciou Antônio Carlos Gil, durante a pesquisa ocorrem diferentes momentos de idas e vindas entre os procedimentos. Reuniões, intercâmbios, viagens, seminários, encontros, são, sobretudo lugares de comunicação oral onde essas fontes se apresentam e se interpelam entre si. Assim como nos laboratórios predomina um tipo específico de comunicação oral e nem sempre se referem à artigos científicos.

Tanto a comunicação formal como a informal constitui uma arena de disputa por hegemonia ou pelo poder de fazer crer. Os registros da pesquisa formalizaram e codificaram os diálogos da comunicação informal na produção e comercialização de plantas medicinais. Permitiram assim, avaliar o estado da circulação da informação científica e do conhecimento tradicional. A pesquisa sobre as práticas de comunicação identificou as necessidades originadas na participação dos agricultores, povos e comunidades tradicionais em qualquer serviço, política ou investigação científica que impacta seus modos de existir.

Ao mesmo tempo, a comunicação enquanto prática se abriu à percepção dos múltiplos fios, linhas e vozes que dão sentido aos territórios conformados. As práticas compõem textos verbais, escritos ou não, eventualmente impressos em imagens, monumentos, produtos, objetos ou quase objetos. Aprendemos que não há objetos sem redes de sentido. Essas redes são macro tecidos globais melhor compreendidos no campo da informação científica. Os objetos não existem fora das redes.

As práticas comunicativas das periferias do poder e da urbanização da região metropolitana do Rio de Janeiro anunciam mais do que conhecimento tradicional disseminado ou associado à agrobiodiversidade. Anunciam que um novo modo de produção avança pelas feiras, sítios, instituições e laboratórios reunidos em redes. A dádiva, considerada arcaica e

característica dos povos primordiais, foi identificada como o principal componente a constituir as redes de agroecologia. As práticas de comunicação demonstram que a dádiva segue ressignificada nos territórios de reciprocidade ao conhecimento tradicional. São os lugares de interlocução que definem e ressignificam essas dádivas. No pensamento de Raffestin (1993), é o sistema sêmico que se manifesta nas redes.

Ou seja, o passado permanece em sua manifestação contemporânea e presente. Para a comunidade discursiva da agroecologia, a dádiva não é uma característica do passado, mas uma perspectiva de dar futuro ao planeta terra e à sociedade humana tão maltratada pelo *homo economicus*. Nesse sentido reconhecemos as redes sociotécnicas com suas dimensões humanas, não humanas e quase humanas. Mas ao associarmos sílcio, conectores, cabos e máquinas, também associamos valores, emoções e escolhas éticas e estéticas designando o mundo e a sociedade que constituímos ao assumir nosso lugar de atores nessas redes.

A comunicação informal, evidencia, discute e ressignifica determinados valores. Esses valores são identificáveis até mesmo na produção e circulação da informação científica. No que diz respeito às plantas medicinais, seu setor de pesquisa tem a produtividade demonstrada em capítulos anteriores. Há um volume de artigos científicos que não atendem ao princípio de reconhecimento recíproco aos detentores do conhecimento tradicional. No entanto essa perspectiva integradora existe e é significativa. Encontrar um periódico<sup>46</sup> onde mais da metade (62%) de sua produção sobre plantas medicinais tem como objeto o conhecimento tradicional é um indicador que o problema recortado para essa pesquisa está sendo investigado em outros territórios. Não estamos fora de uma rede global. Isso é um resultado importante já que nada se faz fora das redes.

No Brasil quatro grupos de pesquisa estão trabalhando com caminhos do pensamento muito semelhantes a essa proposta. Isso quer dizer que além de estarmos próximos a uma rede global, também temos potenciais parcerias nacionais. Vamos compreendendo, ou melhor, vamos empreendendo com outros um tecido, rede global de reciprocidade em redes sociotécnicas.

---

<sup>46</sup> O Blacpma, da Universidade do Chile, apresentou 683 artigos sobre plantas medicinais e deles 477 tinha como conhecimento tradicional como parte da pesquisa abordada.

Dessa análise dos periódicos e grupos de pesquisa emana um fluxo multi→interdisciplinar como uma das condições para o exercício da reciprocidade aos detentores do conhecimento tradicional. Há diversos modos de aglutinação entre disciplinas e ciências indicando um rumo transdisciplinar para as pesquisas com plantas medicinais. Entre essas, algumas aliando uma porção etno à diferentes ciências. É o caso da etnobotânica, da etnofarmacologia, etnobiologia. As pesquisas desses campos por pressuposto interdisciplinares não apresentou necessariamente reciprocidade.

A falta de citação ou de definição do que seja conhecimento tradicional em um artigo científico é relevante. Para a análise aqui desenvolvida é um indicador da invisibilidade desse conhecimento tradicional. Torna invisíveis as relações territoriais e os processos cognitivos que construíram uma informação oral relacionada à agrobiodiversidade e eventualmente recebida vertical ou horizontalmente de sua rede de parentela ou comunitária. Conseqüentemente descola a coisa conhecida do seu conhecedor, portanto, não promove a saúde dos próprios informantes, nem a sua inclusão produtiva e não o empodera. Portanto não é recíproca.

No entanto, o território de reciprocidade ao conhecimento tradicional da região metropolitana do Rio de Janeiro pode se beneficiar da proximidade das ciências sociais e humanas com as etnociências do ponto de vista da pesquisa e da prática. Nesse sentido há um ganho em se chamar o resultado das pesquisas de informação científica. Permite, por exemplo, trabalhar com as ferramentas do campo da ciência da informação para o trânsito entre a produção a circulação e o consumo dessas informações.

A bibliometria e a análise de citações podem ser úteis a esse mapeamento de redes globais de reciprocidade ao conhecimento tradicional. É possível seguir mundo afora os etnocientistas utilizando as ferramentas bibliométricas e as tecnologias da informação e da comunicação. Mapear aqueles que atuam no sentido da economia da dádiva e aqueles que visam apenas produtos, na perspectiva da economia mercantil é uma sutil oportunidade para o entendimento das redes globais. É nesse sentido que a reciprocidade qualifica uma rede sociotécnica.

Nas ações futuras na região metropolitana do Rio de Janeiro convém um aprofundamento com a etnobotânica e a etnofarmacologia em um recorte local integrado às ciências humanas e sociais. Num primeiro momento seria importante mapear as disciplinas e técnicas que compõe essas subáreas do conhecimento. Em seguida, cotejando com a prática estabelecida, relacionar com princípios, ferramentas, práticas do campo das humanas e sociais. Como contra prestação aos agricultores familiares e aos povos e comunidades tradicionais elegeríamos a promoção da saúde e a inclusão produtiva nos territórios recortados para esse experimento.

Nem a saúde coletiva, nem a inclusão produtiva podem prescindir dos laboratórios. E, se um laboratório foi capaz de mobilizar recursos para serem recíprocos aos agricultores detentores de conhecimento tradicional, outros podem fazê-lo. Eventualmente nesse momento, em muitos lugares essa relação de reciprocidade atinge máquinas e cérebros dominando a comunicação informal nos laboratórios produtores de informação prontos a apoiarem a produção de novidades entre os agricultores-experimentadores. Faltam redescobrir essas novas redes.

Pensar as redes como metáfora foi um ganho para essa pesquisa participativa. Tratamos de diferentes intervalos. Assim como se afirmou que informação é o que cada um demanda como informação, reivindicamos que rede seja aquilo que a pessoa vê como rede. Em nosso território há os que defendem que rede seja sinônimo de grupo. Para outros, rede é uma organização, ou quase grupo. Há um intervalo comunitário das redes. E, por fim, as redes sociotécnicas que incluem os já citados objetos e quase objetos. São globais, portanto. Uma circunscrição territorial para essas redes globais é possível, como descrevemos em nossos resultados.

Metodologicamente essa pesquisa não pretendeu criar aprofundamentos sobre as redes. Optamos por uma análise mais extensa e horizontal, levantando diferentes elementos dessas redes. Os procedimentos realizados nessa pesquisa deram conta de quatro camadas: a intervenção – o que foi feito no território; a sistematização – O que se sabe sobre o que foi feito ou como é interpretado; o contexto atual – redes e feiras como construções sociais; e, finalmente, a possível influência global sobre esse contexto – a informação científica descrita nos grupos de pesquisa e nos periódicos.

A distância entre a prática do uso tradicional de plantas medicinais na segunda metrópole brasileira tem algo a dizer à prática da pesquisa global. Trata-se de dialeticamente deixar a prática informar a academia e a academia ser recíproca às práticas tradicionais.

Durante um congresso internacional de interdisciplinaridade ouvi do pensador Jean Pierre Leroy fundador da ong FASE: “Não queremos apenas a interdisciplinaridade entre as ciências sociais e humanas. Queremos que a química, a física, a engenharia dialoguem com outras ciências”. Tomamos esse desafio de levar essa bandeira adiante, percebendo pragmaticamente que redes existem nesses quarenta e sete grupos de pesquisa que tem o conhecimento tradicional como objeto de pesquisa.

Mesmo os atores informados pela ciência naturalizam seu próprio acesso a ~~à~~ esse conhecimento. Utilizam mais o senso comum da ciência do que a IC propriamente dita. A invisibilidade das relações interdisciplinares que atravessam o conhecimento local sobre plantas medicinais levam os informados pela ciência a utilizar esse senso comum nos intervalos que “desconhecem”. Há visões preconcebidas das ciências humanas e sociais, predominando a visão das ditas “ciências duras”. E, quando os cientistas “duros” tratam dos objetos das ciências “moles” o fazem como senso comum.

Apenas uma pequena parte da produção global investigada aqui considera o conhecimento tradicional. A produção local não foi investigada. No entanto, a partir das mesmas técnicas empregadas se torna possível um diagnóstico e acompanhamento continuado das pesquisas locais.

Questionamos aqui a coisificação do conhecimento tradicional em detrimento de sua dimensão de Cuidado e de dádiva. Vamos insistir em trabalhar um conceito de reciprocidade ao conhecimento tradicional. Renomeamos o conhecimento tradicional disseminado ou associado à agrobiodiversidade. Passamos a considerá-lo como conhecimento tradicional associado à dádiva que melhor o caracteriza e que melhor o liga a uma inexorável dimensão ética. Concluimos que os objetos ou quase objetos também não são imunes a essa dádiva. Poderemos seguir essa luta simbólica atrás de nossas redes utilizando as ferramentas da pesquisa científica, das práticas e da ação política.

Por fim cabe-nos anunciar os limites dessa pesquisa. Não seria adequado pretender que a rede sociotécnica aqui fosse representativa da realidade. Nem Raffestin (1993) nem Latour (1997, 2010) concordariam com essa visão estática. Essa é a visão de um ego, a partir de um ponto, em tempos de paz. Nesse exato momento um actante qualquer partindo de qualquer ponto do planeta pode e está alterando essa configuração.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Afrânio Carvalho. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta como base em análise funcional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n.1, p. 7-15, jan./jun. 1991.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Vigilância Sanitária**. Brasília: Núcleo de Educação, Pesquisa e Conhecimento - NEPEC/ANVISA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Consolidado de normas da Coordenação de Fitoterápicos e Dinamizados**. Brasília: Anvisa, 2013a.

\_\_\_\_\_. Consulta Pública nº 37 de 26 de agosto de 2013. Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2013. 2013b. Disponível em [http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id\\_aplicacao=12601](http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=12601) acesso em 28 Ago 2013b.

\_\_\_\_\_. Recomendação da Diretoria Colegiada. RDC 49/2013. **Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências**. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049\\_31\\_10\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html). Acesso em 17/12/2013.20013c.

ARAÚJO, I. S; CARDOSO, J. **Comunicação em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mercado Simbólico**: interlocução, luta, poder - um modelo de comunicação para políticas públicas. 2002. 352 f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ASPTA. **Agricultores da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro realizam a primeira entrega de produtos para o PNAE**. Disponível em <http://aspta.org.br/2012/09/agricultores-da-zona-oeste-da-cidade-do-rio-de-janeiro-realizam-a-primeira-entrega-de-produtos-para-o-pnae/>. Acesso em 30 de setembro de 2012.

BAPTISTA, Silvia R. N. **Capacitação em rede para inserção de agricultores em APL de plantas medicinais e fitoterápicos**. Monografia (Especialização em gestão da inovação em fitomedicamentos). Instituto de Tecnologia em Fármacos, 2010.

BIREME / OPAS / OMS (Brasil). **Comunidades Virtuais**. / BIREME (org.). São Paulo : BIREME / OPAS / OMS, 2006.

BRANQUINHO, Fátima. **O poder das ervas na sabedoria popular e no saber científico**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. **Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 05 de junho de 1992**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm) acesso em 6/6/2013.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 6040 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) acesso em 3/6/2013.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm) acesso em 3/6/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971 de 03 de Maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>. Acesso em 20/08/2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Brasília : Ministério da Saúde, 2009. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/plantas\\_medicinais.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/plantas_medicinais.pdf).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Brasília, junho de 2009. Disponível em [http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/sociobiodiversidade/PLANO\\_NACIONAL\\_DA\\_SOCIOBIODIVERSIDADE- julho-2009.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/sociobiodiversidade/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE- julho-2009.pdf) acesso em 3/6/2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº - 7492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm) Acesso em 13 Out 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº - 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Desenvolvimento\\_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Decreto\\_n\\_07\\_794\\_de\\_20-08-2012.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Decreto_n_07_794_de_20-08-2012.pdf). Acesso em 07 out 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **The concept of information**. ARIST, v.37, p. 343-411, 2003.

CASTIEL, Luis D; GUILAM, Maria Cristina R; FERREIRA, Marcos S. **Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**; tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHALMERS, Nigel e FABRICIUS, Christo. **Expert and Generalist Local Knowledge about Land-cover Change on South Africa's Wild Coast: Can Local Ecological Knowledge Add Value to Science?** *Ecology & Society*. Vol 12 n 1. <http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss1/art10/>. Acesso em 19/05/2013.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2007

Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. **I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária: Relatório Final**. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2001.

CORDELL, Geoffrey. **Biodiversity and drug discovery - a symbiotic relationship**. *Phytochemistry*, 463-480, Chicago, 2000.

CUASSOLO, Florencia; LADIO, Ana e EZCURRA, Cecilia. Aspectos de la comercialización y control de calidad de las plantas medicinales más vendidas en una comunidad urbana del NO de la Patagonia Argentina. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, vol. 9, núm. 3, pp. 165 -176, Universidad de Santiago de Chile. Chile, 2010.

ENNE, Ana Lúcia. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, V 7 n° 2; pág 264-273, 2004.

FARNSWORTH, N.R., Akerele, O., Bingel, A.S., Soejarto, D.D., Guo, Z., *Medicinal Plants of Therapy*. **Bulletin of the World Health Organization**, 1985.

FERNANDES, Aliana; GUIMARÃES, Flávio Romero; BRASILEIRO, Maria do Carmo Eulálio (orgs). **O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação**. São Paulo: Biruta, 2002.

FERNANDES, Tania Maria. **Plantas Mediciniais: Memória da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**, 2010. 1 v. Tese (Doutorado em Sociologia), - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_ e BAPTISTA, Silvia. Capacitação em rede com pequenos produtores de uma unidade de proteção integral: uma reflexão sobre metodologias participativas. Anais do V ENANPPAS - Encontro Nacional da Anppas, 2010. Disponível em

<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT5-499-445-20100903164034.pdf>

FITOTERAPIA e plantas medicinais. Vídeo Saúde Distribuidora da Fiocruz, 2012. 4 DVDs

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

\_\_\_\_\_, **Extensão ou Comunicação**. 15. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Fernando et al (orgs). **Território metropolitano, políticas municipais** : por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano . Brasília : Ipea, 2013. Disponível em <http://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/territorio-metropolitano-politicas-municipais.pdf>. Acesso em 01/09/2013. Acesso em 19/05/2013

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GLIESSMAN, S. R. **Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal**. In: GLIESSMAN, S. R. (ed.). *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. New York: Springer-Verlag, 1990. p.366-399.

GOLDMAN, Alvin. **Epistemologia Social, a Enciclopédia de Stanford da Filosofia** (Edição Verão 2010), Edward N. Salta (ed.) Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/epistemology-social/> Acesso em 28 março 2013 11h 43min

GOMES, Romeu. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In DESLANDES, S; MINAYO, M.C.S.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOMEZ, Maria Nélide G de; CANONGIA, Claudia, (Org.) **Contribuição para políticas de ICT**. Brasília: IBICT, 2001.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUILHERMINO, Jislaine de Fátima. **Sistema de Inovação em Fitomedicamentos: uma análise dos desafios e da complexidade da inovação a partir da biodiversidade brasileira**. Dissertação (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LATOUR, Bruno. **Pasteurization of France**. Cambridge: Harvard University Press. 1988.

\_\_\_\_\_, **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_, **Ciência em Ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Unesp. 2000.

\_\_\_\_\_, e WOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: A produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. (Pags 1-70; 163-169; 265-282)

LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. **Plantas Medicinais no Brasil: Nativas e Exóticas**. Nova Odessa, Instituto Plantarum: 2008.

MAGALHÃES-FRAGA, Sandra Aparecida P.; OLIVEIRA, Milena Ferreira S. Escolas Fitoparceiras: Saúde, Ambiente e Educação através das Plantas Medicinais. **Revista Fitos**, Pesquisa Desenvolvimento e Inovação em Fitoterápicos, São Paulo, v. 5, n.1, p. 46-58, 2010.

MAGNANI, M.C.B.; PINHEIRO, M.M.K. Regime e Informação: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v.7, n2, setembro, 2011, Rio de Janeiro, p. 593-610. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/392/320> Acesso em 18 fev 2013.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001

MARTIN-BARBERO, Jesus. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo : Edusp, 1974.

MAXWELL, J. **Qualitative Research Design**. Newsbury Park, CA: Sage, 1996.

PAIM, J.e ALMEIDA FILHO, N. Saúde Coletiva, Uma Nova Saúde Pública ou campo aberto a novos paradigmas. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 32 n. 4, p. 299-316, 1998.

PATZLAFF, Rubia Graciela; PEIXOTO, Ariane Luna. A pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, mar. 2009 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702009000100014>. Acesso em: 28 nov. 2012

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PETERSEN, Paulo F. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PETERSEN, Paulo F. e DIAS, Ailton (orgs). **Construção do conhecimento agroecológico: Novos papéis, novas identidades**. Articulação Nacional de Agroecologia: Gráfica Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Metamorfosis agroecológica: Un ensayo sobre agroecologia política**. Trabajo de Tesina presentado a la Universidad Internacional de Andalucía como parte de los requisitos para obtención del título de Master en Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural. 2011.

\_\_\_\_\_ e SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema. in PETERSEN, Paulo F. e DIAS, Ailton (orgs). **Construção do conhecimento agroecológico:**

Novos papéis, novas identidades. *Articulação Nacional de Agroecologia: Gráfica Popular*, 2007, p 103-130.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro , LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília: v.24, n.1, p.42-53, jan./jul.1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainfomacao>> acesso em 3 Maio 2013.

\_\_\_\_\_. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da ciência da informação : disciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e aplicações. In : PINTO, Virgínia B.; CAVALCANTE, Lídia Eugenia; SILVA NETO, Casemiro (Orgs.) **Ciência da Informação** : abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações. Fortaleza : UFC, 2007. p. 71-105

PINTO, Martha D'Angelo. Escrita, Memória e Educação: dos hieróglifos aos textos eletrônicos. **Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia**. Universidade do Minho, 2005.

<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/viiicongreso/pdfs/222.pdf>

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. LIINC em Revista, v.1, n.1, p.3-15, mar., 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc>>.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REFINETTI, M. L. **Moradia e mananciais**: tensão e diálogo na metrópole. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006.

SABOURIN, Eric. **Economia solidária no meio rural brasileiro: uma análise a partir da noção de reciprocidade**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.facesdobrasil.org.br/midiateca/cat\\_view/927-economia-solidaria/956-artigos-documentos-e-relatorios.html?start=20](http://www.facesdobrasil.org.br/midiateca/cat_view/927-economia-solidaria/956-artigos-documentos-e-relatorios.html?start=20). acesso em 18/12/2012.

SABOURIN, Eric. Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.23 nº 66, fev. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/08.pdf>. Acesso em 18/12/2012.

SABOURIN, Eric. Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade. *Anais do 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Curitiba, 2010. Disponível em <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20de%20desenvolvimento%20rural%20e%20reciprocidade.pdf>. Acesso em 18/12/2012.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Paula Xavier; REIS, Maria Elisa. Gestão do Conhecimento: ainda um obscuro objeto de desejo? **RECIIS**, Rio de Janeiro, v.4 , n.5, p. 14-22, dez. 2010.

SEGATTO, Cristiane. Ervas medicinais: os conselhos de Drauzio Varella. Revista Época. Rio de Janeiro: Globo. 2010. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI162899-15230,00-ERVAS+MEDICINAIS+OS+CONSELHOS+DE+DRAUZIO+VARELLA.html>

SELENER, Daniele et al, Documenting, evaluating and learning from our development projects: A participatory systematization workbook. In Van der Meij, Bertie et al (orgs), **Documentation, Sistematización, Capitalisation: A compilation of methods and approaches.** Netherlands: ILEIA, Centre for Information on Low External Input and Sustainable Agriculture, 2008.

SHANNON, Claude E., WEAVER, Warren. **The mathematical theory of communication urbana**, University of Illinois Press, 1949.

SORTE JUNIOR, Waldemiro Francisco. Traditional knowledge for promotion of socioeconomic inclusion of local communities. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v 46, n. 3, junho de 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102012005000030>. Acesso em 07 de fevereiro de 2014

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RIO DE JANEIRO. Feiras da Roça, Agroecológicas e Orgânicas no Estado do Rio de Janeiro. [**Guia de Endereços**]. Rio de Janeiro, 2013, 1 folder.

TCHERNITCHIN, Andrei N. Contribución de BLACPMA para el nuevo derecho de propiedad intelectual y de patentes farmacéuticas a los Pueblos Originarios y Ancestrales. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, vol. 9, núm. 5, 2010, p. 326, Universidad de Santiago de Chile, Chile.

TORO, Bernardo. **A construção do público: cidadania, democracia e participação.** Rio de Janeiro: Senac, 2005.

VIA CAMPESINA. **Declaración de los Derechos de las Campesinas y Campesinos.** Yacarta - Indonesia, 2009 Disponível em <http://viacampesina.net/downloads/PDF/SP-3.pdf> Acesso em 6/6/2013.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 32, n. 2, Aug. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000200003>. Acesso em 24/10/2012.

ZHANG YUOXIAO. **Definitions and sciences of information.** Injormorron Processing & Managementl Vol. 24, No. 4, pp. 479-491, 1988

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com pesquisadores técnicos e gestores

O projeto de pesquisa “**Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional**” trabalha com uma visão de plantas medicinais nas apresentações in natura ou com beneficiamento primário, o que pode ser caracterizado como baixa complexidade. Seu consumo estaria ligado à segurança alimentar e nutricional o que inclui as práticas culturais dos povos e comunidades tradicionais. A prescrição no Sistema Único de Saúde (SUS) estaria ligada à consulta de nutrição. Não se trata, portanto, de medicamentos.

1. Avaliação das ações locais da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápico e do Projeto Profito;
2. Atores indispensáveis ao avanço da produção e consumo de plantas medicinais em instância local;
3. Ações da instituição ou organização na produção, circulação ou consumo da informação científica;
4. O papel da comunicação na instituição;
5. A proteção do conhecimento tradicional e o empoderamento dos povos e comunidades tradicionais;
6. Relação local com o SUS:
  - a) A Carta Política do Encontro Metropolitano de Agroecologia e a Assistência Primária em Saúde.
  - b) Os avanços da Anvisa e a Vigilância Sanitária local;
7. Lugar de interlocução no ciclo produtivo agroecológico de plantas medicinais.

## **APÊNDICE B – Roteiro para observação participante**

1. Há comércio de plantas medicinais na feira ou na vizinhança?
2. Observar o conjunto dos produtores feirantes
  - 2.1. Quantos são?
  - 2.2. O que comercializam?
  - 2.3. Quem e quantos comercializam espécies medicinais
  - 2.4. Qual a proporção estimada entre plantas medicinais e demais produtos
3. Registrar que plantas orientadas à prevenção ou cura de sintomas desagradáveis, dolorosos ou definido como doença estão disponíveis na feira.
  - 3.1. Verificar controvérsias entre nomes das espécies
  - 3.2. Quais dessas plantas constam nas Resoluções e normatizações da Anvisa?
4. Que práticas de comunicação utilizam?
5. Registrar frases, observações, cartazes, cartilhas, folders ou menção a uma dessas práticas com relação ao conhecimento tradicional ou informação científica.

### **APÊNDICE C – Roteiro para entrevista semiestruturada – consumidores**

1. Importância das plantas medicinais na própria alimentação, no autocuidado com a própria saúde, no agro ecossistema local.
2. Há pessoas da própria família ou vizinhança que demandam essas espécies?
3. Há algum especialista local? Quem indica ou prescreve?
4. Fornecedor: o interlocutor vende ou compra, doa ou recebe doação?
5. Qual a origem ou fonte do conhecimento sobre plantas medicinais ou remédios caseiros.
6. Como identifica a planta solicitada ou prescrita?
7. Qual a relação com assistência primária do Sistema Único de Saúde?
8. E com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária?
9. O produtor-fornecedor e/ou o consumidor sentem-se seguros ao vender ou consumir plantas medicinais?
10. Qual o maior problema associado a esse ciclo de produção-circulação-consumo de plantas medicinais?

### APÊNDICE D – Lista de entrevistados

	Data	Nome	Instituição	Segmento
1	14-02-26	Nádia Aparecida C. P. Reis	Semus-Queimados	Técnica
2	14-02-26	Marisa Pimentel Amaro	Semus-Queimados	Técnica
3	14-02-13	Fátima Cristina D. Sanches	Semus-Queimados	Gestora
4	14-01-03	Tania Maria de Souza	-	Consumidora
5	14-01-03	Rosângela de Almeida	-	Consumidora
6	13-12-21	Lúcio de Sampaio Filho	-	Consumidor
7	13-12-23	Valdecy Ferreira de Lima	Aferni	Consumidora
8	13-12-18	Alzeni da Silva Fausto	Aferni/Univerde	Agricultora
9	14-01-22	Francisco Caldeira de Souza	Agrovargem/Profito	Agricultor
10	13-12-14	Sonia Nascimento de Oliveira	Feira Orgânica de Campo Grande	Consumidora
11	13-12-14	Dalila Sylvia de Oliveira Silva	Agroprata/Profito	Agricultora
12	14-01-04	Arlindo Pereira	Alcri-Jpa/Profito	Agricultor
13	14-01-04	José Antônio Pereira	Alcri-Jpa/Profito	Agricultor
14	13-12-09	Washington Dutra da Silveira Adam	Feira Agroecológica da Freguesia	Agricultor
15	14-01-15	Sandra Santos Fernandes	-	Consumidora
16		Rosângela Mangili	Aferq	Agricultora
17		Renato Baldez de Moraes	Aferni	Agricultor
18		Sandra Aparecida C. Magalhães Fraga	Farmanguinhos/Fiocruz - Profito	Pesquisadora
19		Maria C. Rosa	AARJ- Emater – Nova Iguaçu	Técnica
20	14-02-20	Márcio Mattos Mendonça	ASPTA – AARJ – Profito	Técnico
21	14-01-27	Claudemar Mattos	ASPTA – AARJ/Profito	Técnico
22		Jorge da Costa Pinto	Associação de Moradores da Freguesia	Consumidor
23	14-01-27	Bernardete Montesano	AARJ/Profito	Técnica

## APÊNDICE E – LISTA DE PLANTAS CITADAS

Ordem	Plantas citadas	Quem citou?	Local	Data	Profito
	Abre Caminho	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Alecrim do Campo	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	alfavaca	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	ALFAVACA	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	alfavaquinha	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	anis	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Aniz Muda	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Arnica	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Arnica do Mato	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Aroeira	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	s
	Arruda	Sônia	FOCG	14/12/2013	
	Assa Peixe	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Babosa	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
		Jorge Costa Pinto			
	boldo	CONS	FAFRE	04/01/2013	
	Camomila	Dalila	FOCG	30/11/2013	
	Cana do Brejo	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Capim Limão	Dalila	FOCG	30/11/2013	
	Capim Limão	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Carobinha	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Carqueja	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	s
	Carrapeta	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Cavalinha	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Chapéu de couro	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Chapéu de couro	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Chapéu de couro	Sônia	FOCG	14/12/2013	
	Cidreira	Dalila	FOCG	30/11/2013	s
	Cidreira	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Cidreira	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
		Jorge Costa Pinto			
	Cidreira	CONS	FAFRE	04/01/2013	
	Colônia	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Desata nó	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Elevante Muda	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	erva cidreira	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	s
	Erva de São João (Hipérico)	Sônia	FOCG	14/12/2013	
	Erva de São João (ver foto)	Arnaldo	FOCG	14/12/2013	

Ordem	Plantas citadas	Quem citou?	Local	Data	Profito
		Jorge Costa Pinto			
	erva doce	CONS	FAFRE	04/01/2013	
	Erva Doce Muda	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Erva Prata	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	erva tostão (dinheiro em penca)	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Folha de Graviola	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Guaco	Dalila	FOCG	30/11/2013	s
	Guiné Pipiu	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Insulina	Rosângela	Sítio		
	Jaborandi Peludo	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	jurubeba	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Lima da pérsia (folha)	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Maçã	Jorge Costa Pinto	FAFRE	04/01/2013	
	Mané joaquim	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	manjerição	Dalila	FOCG	30/11/2013	
	manjerição	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Melão de São Caetano	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Nega Mina	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Panaceia	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Panaceia	Sônia	FOCG	14/12/2013	
	Pata de Vaca (Cipó)	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	s
	Pau d'alho	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Picão Preto	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Pimenta	Dalila	FOCG	30/11/2013	
	Poejo	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Romã	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Romã	Maria Lua	FOCG	14/12/2013	
	Saião	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Saião Muda	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Santa Maria	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Santa Maria	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	Sete Sangrias	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Tansagem	Arnaldo	FOCG	30/11/2013	
	Tansagem	Alzeni	FRNI	18/12/2013	
	tucupi	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	
	Vence demanda	Gaúcho	FAFRE	07/12/2013	

APÊNDICE F – Imagem do conjunto de tabelas de organização e análise de dados

	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1	Linha de pesquisa selecionada	Área de pesquisa	Palavras - chave da LP selec.	Resumo, repercussões ou descrição (unidade de registro)	CT /LEK	relevância	justificativa		
2	Estudo prospectivo de cadeias	Ciências Agrárias; Agronomia	cadeia produtiva;	Paralelamente, busca-se ampliar o registro	BUSCA AMP	Alta	CT e ciências sociais aplicadas - economia, desenvol		
3	Conservação do Cerrado	Ciências Biológicas; Farmaco	Etnobotânica; Plantas me	Objetivo: Desenvolver projetos de inclusão	etnobotânica	Alta			
4	etnofarmacologia	Ciências da Saúde; Farmácia	Resgatar o conhecimento	O trabalho do grupo vem contribuindo para	conhecimento	Alta			
5	pesquisa participativa sobre pr	Ciências Agrárias; Agronomia	autonomia em saúde; co	LP: Pesquisar e recuperar informações em	conhecimento	Alta - autonomia			
6	Plantas medicinais, fitoterápic	Ciências da Saúde; Enfermag	Conhecimento popular; C	O Núcleo tem por objetivo pesquisar a saúde	Conhecimento	Alta - interdisciplinar; Reciprocidade: Enfatiza a complexidade do cuidado, considera			
7	Extensão rural	Ciências Agrárias; Recursos	bioprospecção; cooperat	A importância da biodiversidade é universal	etnobotânica,	Alta, CDB	Organização social visando o aproveitamento sustent		
8	Modos de Vida e Biogeografia	Ciências Exatas e da Terra; C	Enocconhecimento; Plan	O grupo de pesquisas está em busca de pri	sociobiodivers	Alta, embora não cite o CT.			
9	Informação em biodiversidade	Ciências Sociais Aplicadas; C	atenção à saúde; biodiver	A avaliação da pesquisa produzida nas instituições de Ciê	Alta, embora não se refira a CT traz abordagem que possibilita essa análise. Aproxima				
10	Estudos etnobiológicos em sis	Ciências Biológicas; Genética	agrobiodiversidade, sabe	buscando interagir os olhares das diversas	saber tradicio	Alta, guardiões da biodiversidade  http://cpamit.sede.embrapa.br/			
11	Etnobotânica	Ciências da Saúde; Farmácia	Fitoterapia no SUS	objetivo difundir nas comunidades urbanas	herança cultur	Alta, integração das práticas do serviço com a pesquisa e a extensão. Uma das LPs tem			
12	Tecnologia de Fitoterápicos	Ciências da Saúde; Farmácia	Etnofarmacologia; Etnof	Objetivo da LP selecionada: Compreendend	saber e prátic	Alta, na medida que uma área das ciências duras assume o objetivo relatado.			
13	sociambiental	Ciências Exatas e da Terra; C	Comunidades costeiras;	Levantamento de informações sócio-ambie	etnobotânica	Alta, pela complexidade e multidisciplinaridade			
14	Etnobotânica	Ciências Biológicas; Botânica	botânica aplicada; comun	Estes estudos aprofundam o conhecimento	comunidades	Alta, traz uma versão da etnobotânica integrando a categoria conhecimento na práxis de			
15	Estudos etnoecológicos no De	Ciências Biológicas; Ecologia	conhecimento popular; c	Conhecer a relação da população com os re	preservação d	Alta, valoriza a cultura local. Tem LP agroecologia.			
16	Levantamento Etnobotânico,	Ciências Biológicas; Farmaco	etnobotânica, cerrado,	Está integrado a Rede Fitocerrado que tem	RESGAATE	Alta. Preciso entender o que char	Outra LP CHAMA-SE INSEÇÃO DE FITOTERÁP		
17	Conhecimento científico e coe	Ciências Sociais Aplicadas;	desenvolvimento humano	O grupo focaliza relações entre sociedade e natureza com	Alta: CONFERIR PRODUÇÃO D	Cita complexidade, relação rural urbana, etc			
18	ISA: Antropologia e sociedades	Ciências Humanas; Educação	plantas medicinais, pant	O grupo de estudos em Povos e Comunidades Tradiciona	Alta: Lp selecionada; Inventariar	Árvore do conhecimento;Ciên	Outra LP:		
19	etnofarmacologia	Ciências Exatas e da Terra; Q	auto-sustentabilidade e et	Levantamentos etnofarmacológicos e anális	usos tradicion	Alta: trabalha com a análise de INFORMAÇÕES. Elisabetski, Eliane.			
20	Material entre pedras	Ciências Humanas; Antropot	Concepções de Saúde e I	o considerar a Cidade e a Aldeia evita-se a	Etnologia impl	Altíssima - ciências sociais aplicadas, comunicação			
21	ETNOGRAFIA APLICADA	Ciências Agrárias; Medicina	Antropologia aplicada; Et	A interdisciplinariedade praticada pelo grup	práticas consi	Altíssima, O resgate dos saberes	Árvore do conhecimento LP: Ciências Agrárias; Me		

## APÊNDICE G – Convite da Primeira reunião da gestão participativa da pesquisa

### Profito Pedra Branca - Convite

---



Prezada amiga, prezado amigo,

A próxima segunda feira é um dia muito importante para nós que integramos o Projeto Profito. Temos a oportunidade de olhar para todo o nosso percurso passado indagando o que foi bom, o que podemos melhorar. Trata-se de um processo que em agroecologia é chamado de SISTEMATIZAÇÃO. Para apoiar a primeira dinâmica do dia solicitamos que você traga um objeto significativo de uma vivência passada com o Profito. Pode ser um objeto mesmo ou uma fotografia, enfim algo palpável que tenha um sentido para você. Além dessa dinâmica teremos outras ações descritas no programa anexo.

Com isso pretendemos construir um novo conhecimento sobre as plantas medicinais nos agroecossistemas do entorno do Maciço da Pedra Branca. Essas novas demandas deverão ser atendidas por dois novos projetos. Um já está pronto, com recursos definidos e será administrado pela Annelise Fernandez, via Universidade Rural. O segundo vamos escrever com muitos corações e mentes.

Outro resultado esperado desse novo momento é a inclusão das experiências ligadas ao Profito na Plataforma Agroecologia em Rede (<http://www.agroecologiaemrede.org.br/>).

Contamos com vocês na segunda feira, 9/12/2013 às 9h no Campus Fiocruz da Mata Atlântica.

Atenciosamente,

ALCRI-JPA, AGROPRATA, AGROVARGEM, Laboratório de  
Biodiversidade/NGBS/FARMANGUINHOS/FIOCRUZ,  
Programa de Extensão/UFRRJ/ITR, Rede Carioca de  
Agricultura Urbana.

## APÊNDICE H – Programa da 1ª reunião de gestão participativa na pesquisa

### Profito Pedra Branca - Convite

---



#### Programa da Reunião da Gestão Participativa (Gespar) Campus Fiocruz da Mata Atlântica, 9 de dezembro de 2013.

9h – Abertura – apresentação e aprovação da pauta (Coordenação Sandra)

9h15min – Dinâmica “linha do tempo” (Coordenação Annelise)

Será apoiada por objetos trazidos pelos participantes<sup>1</sup> e fotos previamente selecionadas.

9h45min – Nossas experiências com Plantas Medicinais (Coordenação Francisco)



Cinco ou seis agricultoras e agricultores vão expor suas experiências recentes com plantas medicinais. Provavelmente serão Madalena, Maria do Céu, Dalila, Sr Arlindo e Russo, Sr Arnaldo e Bichinho.

10h45min - Power point – (Apresentação Sílvia)

Apresentação dos documentos produzidos entre 2009 e 2013 destacando as linhas de ação que nos parecem prioridade.

11h 05min – Priorização (Coordenação Annelise)

Diálogo sobre quais são as prioridades do coletivo Profito para 2014.

- ✚ Trabalhar em torno da saúde coletiva em três aspectos – o cuidado com a própria saúde através de meios tradicionais, a relação com a saúde pública (assistência) e com a vigilância sanitária (produtos).

11h 50min – Proposta de encaminhamento da confraternização do final do ano

12h – Almoço

13h30min – Que rede de relacionamentos nós temos? Que rede precisamos?

Dinâmica de produção de diagrama de rede sociotécnica.

15h – Encerramento.

---

<sup>1</sup> Solicitar que tragam objetos que façam recordar um período do Projeto Profito.

## APÊNDICE I – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Convidamos \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
residente a \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_  
a participar da pesquisa “**Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional**”, cujo objetivo geral é analisar a relação entre informação científica e o conhecimento tradicional na comunicação informal que vincula os atores em redes sociotécnicas de plantas medicinais na região metropolitana do Rio de Janeiro. Especificamente pretendemos sistematizar as ações do Projeto Profito e sua inserção em rede sociotécnica descrevendo a relação de seus integrantes com o Sistema Único de Saúde; identificar as práticas de informação e comunicação sobre plantas medicinais em uma feira agroecológica da região metropolitana do Rio de Janeiro, destacando o papel do conhecimento tradicional nessas práticas e, por fim, consolidar o novo conhecimento gerado na sistematização, salientando as críticas ao regime sociotécnico vigente e apontando as demandas relativas ao campo da informação e comunicação em saúde.

Os depoimentos e opiniões serão relacionados aos discursos de outras pessoas para qualificar a construção do conhecimento agroecológico sobre plantas medicinais no território. Eventualmente, parte do discurso poderá ser citado como exemplo de questões de relevância para as ações locais da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. No contexto dessa pesquisa não há necessidade de sigilo para as declarações emitidas pelo entrevistado.

A participação do entrevistado (a) é voluntária e a recusa em participar do estudo não trará prejuízo algum para a sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. O projeto está sendo acompanhado pela instituição ao qual ele se vincula e por um comitê de ética. Ao concordar e assinar esse termo o participante da pesquisa poderá se dirigir a essas instituições, abaixo relacionadas, sempre que necessário.

\_\_\_\_\_  
**Silvia Regina Nunes Baptista**  
**Responsável pela pesquisa**  
**Contatos: 21 – 9718 3168 silviaregina10@gmail.com**

De acordo,

\_\_\_\_\_  
**Integrante da pesquisa**

**Rio de Janeiro, 03/01/2014**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE  
Centro de Informação Científica e Tecnológica (ICICT/FIOCRUZ)  
CNPJ: 33.781.055/0014-50

Endereço: Pavilhão Haity Moussatché - Av. Brasil 4365, Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 21045-900  
E-mail: [icict@icict.fiocruz.br](mailto:icict@icict.fiocruz.br) Telefone: 3865-3131

**Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz (CEP/EPSJV)**  
**Avenida Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – 21040-360 – Sala 316**  
**Tels: (21) 3865-9710 e 3865-9705 • Fax: (21) 3865-9701**  
**cep@epsjv.fiocruz.br • [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)**

### APÊNDICE J – Termo de cessão gratuita de imagem

Pelo presente instrumento, eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ residente a \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_ concedo gratuitamente a Silvia Regina Nunes Baptista, RG 052553898, CPF 04252817870 domiciliada à Estrada do Pacuí, 901 Vargem Grande, Rio de Janeiro - RJ responsável pela pesquisa **“Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional”**(“CESSIONÁRIA”), desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ), a utilização de minha imagem em foto e vídeo por prazo indeterminado a contar da assinatura deste documento.

O objetivo dessa cessão de imagem é proporcionar aos integrantes da pesquisa uma devolução do conhecimento gerado pela pesquisa em formato adequado através de vídeo. Esse documento é anexo ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A cessão da imagem é gratuita, em conformidade com a Lei nº 9.608, de 18/02/98. A presente prestação é atividade não remunerada, e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, administrativas, previdenciárias ou afins.

Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 2014.

---

CEDENTE

---

Sílvia Regina Nunes Baptista - CESSIONÁRIA  
21-99718 3168 ou 21-3489 3168  
Email: [silviaregina10@gmail.com](mailto:silviaregina10@gmail.com)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE  
Centro de Informação Científica e Tecnológica (ICICT/FIOCRUZ)  
CNPJ: 33.781.055/0014-50

Endereço: Pavilhão Haity Moussatché - Av. Brasil 4365, Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 21045-900  
E-mail: [icict@icict.fiocruz.br](mailto:icict@icict.fiocruz.br) Telefone: 3865-3131

## ANEXOS

### ANEXO A – Convite da 2ª Reunião de gestão participativa. Ilustração de Rosângela Mangilli



**CONVITE**

A Associação Feira da Roça de Queimados (AFERQ) e o Projeto Profito Pedra Branca convidam para sua reunião de gestão participativa. Na ocasião retomaremos o planejamento para um futuro Arranjo SocioProdutivo Local de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para Queimados e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

**PAUTA:**

Abertura – Claudino Nicolau (Presidente da AFERQ)  
 Dinâmica de apresentação – Rosângela Mangilli (AFERQ) 30 min  
 Orlando Sá – Secretário de Agricultura de Queimados SEDRAG (5min)  
 Representante Secretaria Municipal de Saúde de Queimados\* (5min)  
 Annelise Fernandez – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (5min)  
 Sandra Magalhães Fraga – Farmanguinhos/Fiocruz (5min)  
 Bernardete Montesano – Articulação Metropolitana de Agroecologia (5min)  
 Palestra: Francisco Caldeira (15 min)  
     Profito – Plantas Medicinais, agroecologia e desenvolvimento local  
 Palestra: Alzeni Fausto (15 min)\*  
     A experiência da Univerde e o Arranjo Produtivo Local  
 Dinâmica: Desafios e Oportunidades – Silvia Baptista (15 min)  
 Priorização e encaminhamentos: Bernardete Montesano (Articulação Metropolitana de Agroecologia)  
 Encerramento – Claudino Nicolau e Rosângela Mangilli

**Data:** 17 de fevereiro de 2014 – 10h à 13h  
**Local:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura de Queimados (SEDRAG)  
**Endereço:** Rua Francisco Gabriel, s/nº, bairro Vila Camorim, Queimados  
**Telefone:** 2779-8484.

\* Falta confirmação

## ANEXO B – Tabela descritiva das iniciativas locais sistematizadas. Modelo de Chavez-Tafur, 2007

Título	Âmbito de intervenção	de Grupos-meta (participantes)	Data de início e duração	Estratégia/enfoque	Linhas de ação (localização)	Objetivos

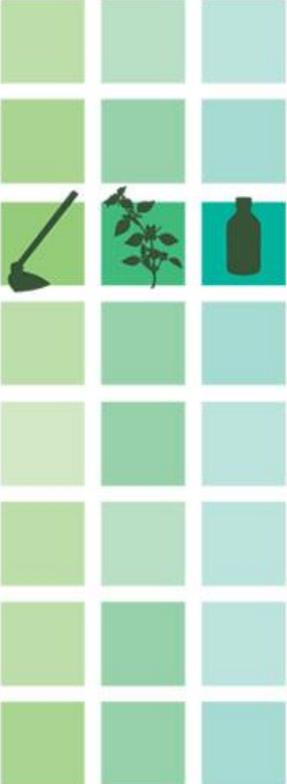
## ANEXO C – Tabela de priorização de linhas de ação segundo modelo de Chavez Tafur, 2007

<b>Linhas de ação</b>	<b>Atividades</b>	<b>Materiais e recursos</b>	<b>Principais resultados</b>	<b>Dificuldades encontradas</b>	<b>Resultados não esperados</b>

## ANEXO D – Tabela de avaliação das iniciativas e linhas de ação. Modelo de Chavez-Tafur, 2007

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Aspectos desconhecidos

## ANEXO E – Convite do Seminário Fitoterapia no SUS



A Presidência da Fiocruz convida para o Seminário de Fitoterapia e Plantas Medicinais no SUS, com o objetivo de pactuar com as diferentes organizações afins, um projeto intersetorial, para ampliação do Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, no Município do Rio de Janeiro, tendo como piloto a Área de Planejamento 4.

   **Fitoterapia e Plantas Medicinais no SUS**

Ampliação do Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Município do Rio de Janeiro / Piloto na Área de Planejamento 4

**Seminário nos dias 21 e 22 de julho**  
no Campus Fiocruz da Mata Atlântica

Campus Fiocruz da Mata Atlântica /  
Estr. Rodrigues Caldas, 3400. Pavilhão Agrícola  
Colônia Juliano Moreira – Jacarepaguá

Estão previstos transportes:  
» Saindo do Campus Manguinhos e Shopping Nova América às 8:30h; e retornando do Campus Fiocruz da Mata Atlântica para o Campus Manguinhos e Shopping Nova América ao final das atividades;  
» Na entrada da Colônia Juliano Moreira o dia inteiro.

Inscrições no site:  
[www.fitoterapiaplantasmedicinais.wordpress.com](http://www.fitoterapiaplantasmedicinais.wordpress.com)  
Informações: [seminario-fito2011@fiocruz.br](mailto:seminario-fito2011@fiocruz.br)



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



RIO  
INSTITUTO



Cap 4